



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES - ICHCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

VANESSA ELISA DA SILVA CORREIA

**“INIMIGOS DA REVELAÇÃO”: CONFLITOS, CRIMINALIZAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO ESPIRITISMO EM ALAGOAS (1890 - 1920)**

Texto apresentado à Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, para exame de defesa de Mestrado em História do Programa de Pós-graduação em História.

Orientadora: Profa. Dra. Irineia Maria Franco dos Santos

Maceió

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES - ICHCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

VANESSA ELISA DA SILVA CORREIA

**“INIMIGOS DA REVELAÇÃO”: CONFLITOS, CRIMINALIZAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO ESPIRITISMO EM ALAGOAS (1890 - 1920)**

Maceió

2021

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

C824i Correia, Vanessa Elisa da Silva.
“Inimigos da revelação” : conflitos, criminalização e desenvolvimento do
Espiritismo em Alagoas (1890-1920) / Vanessa Elisa da Silva Correia. – 2021.
186 f. : il. color.

Orientadora: Irineia Maria Franco dos Santos.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em
História. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 174-181.
Anexos: f. 183-186.

1. Espiritismo - Alagoas. 2. Conflito. 3. Campo religioso. I. Título.

CDU: 133.9(813.5)(091)

FOLHA DE APROVAÇÃO**VANESSA ELISA DA SILVA CORREIA**

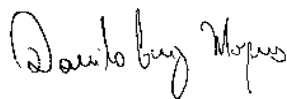
Inimigos da revelação: conflitos, criminalização e desenvolvimento do Espiritismo em Alagoas (1890 - 1920)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 27 de setembro de 2021.

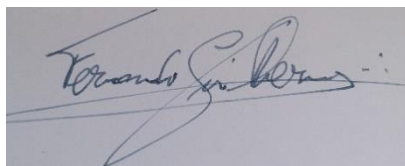


Prof. Dr^a. Irinéia Maria Franco dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Danilo Luiz Marques (Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Fernando Guilherme Silva Ayres (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas

Dedico essa monografia ao meu avô Vicente Correia (*in memoriam*) e à minha avó Edite Fernandes, por uma vida inteira de imensurável amor e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Em 2009, um ano após minha entrada na graduação em História, a professora Irineia Franco tornou-se professora do curso. Começo os agradecimentos com essa informação porque, além de ser minha orientadora desde lá, ela é a pessoa que não desistiu de acreditar na minha vida acadêmica e me mostrou, muito mais intensamente ao longo do mestrado, que a academia pode ser, sim, acolhedora e humana. Se eu hoje me enxergo como pesquisadora, como historiadora, é ciente de que minha trajetória foi enriquecida nessa troca e convivência. A ela meu agradecimento eterno por toda a paciência, afeto, orientações e conselhos. Por ela toda a minha admiração.

Agradeço à banca: prof. Danilo Marques, alguém por quem eu tenho um carinho imenso desde que o encontrava, ainda como aluno do curso, nos corredores do ICHCA, e que virou um exemplo de profissional, de historiador; prof. Fernando Ayres, que com certeza não recorda, mas também fez parte da minha trajetória na graduação, logo no primeiro período do curso de História; prof. Elias Veras, apaixonante desde a primeira aula e trazendo tantas inquietações, mudou o meu olhar sobre o objeto, sobre a minha escrita, sobre a pesquisa em si, e eu não conseguiria agradecer tanta contribuição em tão poucas linhas; e profa. Ana Lorym Soares por se disponibilizar e aceitar tão prontamente o nosso convite. Obrigada pela valiosa contribuição de vocês.

Ao PPGH: corpo docente, coordenações (Michelle, Anderson, Elias e Neia) e técnica (Luciana), pela oportunidade e eterna disponibilidade em ajudar. Meu carinho especial pelos professores Aruã, por todas as conversas, pela confiança, paciência e acolhimento; Rodrigo, pela felicidade em ter feito parte das suas cobiainhas em sua primeira turma do PPGH; e Paula, que, além de ser uma pessoa incrível (ou por esse motivo), contribuiu para pensar as possíveis saídas para essa dissertação, antes mesmo de existir pandemia, o que se mostrou essencial. Meus sinceros agradecimentos a vocês.

À turma de 2019 do PPGH/UFAL, Aline, Ana, Krys, Léo, Garzón, Felipe, Edson, Jadson, Igor, companheiros com quem compartilhei várias angústias e sorrisos. Obrigada pelo companheirismo, por fazerem desta turma um local seguro, onde cada um sabe que estar em uma pós-graduação não se trata de competir, mas de somar. Se eu tive medo do que me

aguardava ao começar o curso, tudo isso sumiu quando conheci vocês. Meu carinho por cada um dessa turma, que fez desse mestrado uma experiência muito feliz. Levo vocês comigo.

Aos queridíssimos amigos e membros LIER, com quem pude compartilhar partes dessa pesquisa à medida que a desenvolvia, e que, sem dúvida, enriqueceram meu olhar. Do LIER destaco, ainda, três pessoas: Wellington, primeiro amigo a ler meu projeto de mestrado, foi quem dialogou, contribuiu e me incentivou a tentar a seleção; Lilia, que se tornou minha irmã acadêmica, dividiu comigo inúmeros momentos de altos e baixos e foi um presente inesperado, uma das coincidências mais felizes dessa jornada; e César, que, a partir de sua pesquisa, gentilmente cedeu documentos importantes e que contribuíram para o último capítulo desta dissertação, além de, claro, serem sempre os primeiros a lerem o que produzi e terem suas contribuições colocadas com muito cuidado e carinho.

À Universidade Federal de Alagoas, por oportunizar o ensino público, gratuito, e de qualidade, mesmo em meio a tantos ataques, sucateamento e falta de incentivo governamental. Agradeço como aluna, pois cursei graduação, especialização e mestrado na UFAL, e como servidora, atuante na Faculdade de Letras desde 2017. Enquanto servidora, tive a felicidade de contar com o apoio e carinho de companheiros técnicos, alunos e professores. Em especial, com imenso orgulho, agradeço aos profs. Humberto, Jair, Angélica, Nágib, Radjalma e Thiago. Amo e admiro vocês. Obrigada por me substituírem enquanto eu ia para aula ou para o arquivo, por estarem comigo desde o resultado da seleção até a defesa, por se preocuparem, por me darem suporte, segurança e força nesse caminho inteiro. Obrigada por confiarem e acreditarem em mim.

Correndo o risco de ser injusta e esquecer alguém, agradeço aos amigos e amigas que sempre estiveram comigo, principalmente: Clarinha, Dani, Mari e Nathy, minhas Helenas, mulheres fortes, tão essenciais na minha vida, estendido ao Alex, grande amor da Dani e revisor/salvador do resumo em inglês desse trabalho; Osi, my person, confiante, irmã de tantos anos, sempre presente; Iah, mãezinha, meu grande exemplo de determinação, dedicação e força; Bruninha e Francisco, pelos áudios mais lindos, por todas as conversas, apoio e presença, mesmo na distância; Thaís, minha nêga, que há vinte e um anos é minha companhia de sambas e desabafos, ainda que eu sumisse de vez em sempre; aos meus amores do Ibyanga, por cada minuto de sorrisos, por todos os momentos convvidos e por tanto acolhimento; Ítalo, pai dos meus filhotes, um porto seguro que esteve sempre junto nessa jornada; e Lucas Martírio, preto,

tão recém chegado (e que permaneça), por ser música, companhia, e por ajudar a aliviar os dias finais da correria da dissertação.

E, finalmente, à minha base: Mainha e Painho, que, acima de tudo, me ensinaram o valor e a importância dos estudos; meus irmãos Vitor e Vinicius, que sempre acreditam e torcem por mim; vó Edite, que me criou e rezou bastante para que eu superasse cada etapa da minha jornada; Seu Vicente (*in memoriam*), meu avô, uma das pessoas que eu mais amei nessa vida, exemplo de inteligência, amor e humanidade. Obrigada a todos e todas por fortalecerem meu caminho com palavras e ações. Amo vocês.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”

Karl Marx

RESUMO

Resumo: O Espiritismo teve seu desenvolvimento em Alagoas num período de conflitos e mudanças sociais importantes. Suas estratégias de enfrentamento foram organizadas principalmente por membros da alta sociedade local, lideranças do movimento. Embora as instituições espíritas tenham oscilado entre aberturas e fechamentos, o núcleo central permaneceu coeso, com apoio da Federação Espírita Brasileira e também a participação de sujeitos de outros estados, que influenciam diretamente a continuidade da religião em Alagoas. A partir da análise de jornais, memórias, registro de reuniões, além da prosopografia dos membros do movimento, essa dissertação busca compreender como se deu o desenvolvimento e o estabelecimento da doutrina espírita no estado entre os anos de 1890 e 1920, com enfoque nos conflitos e disputas entre espíritas e outras religiões, além das questões legais e sociais envolvidas no processo.

Palavras-chave: Espiritismo; conflitos; campo religioso

ABSTRACT

Spiritism developed in Alagoas during a period of conflict and significant social change. Its strategies for dealing with these were mainly organized by members of the local high society, leaders of the movement. Despite the regular openings and closings of Spiritist institutions, the central hub remained cohesive, with the support of the Brazilian Spiritist Federation as well as the participation of institutions from other states, which have directly influenced the religion's continuity in Alagoas. Through analysis of newspapers, memoirs, meeting records, and a prosopography of the movement's members, this dissertation seeks to understand the development and establishment of the Spiritist doctrine in the state between the years of 1890 and 1920, with a focus on conflicts and disputes between the Spiritists and other religions, in addition to the legal and social issues involved in the process.

Keywords: Spiritism; conflicts; religious field.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Linha do tempo do movimento espírita alagoano.....	25
Figura 2 - Rua da Boa Vista, Maceió/AL, entre os anos de 1880 e 1890.	79
Figura 3 - Manuel Vianna de Carvalho	89
Figura 4 - Rua 15 de Novembro, Maceió, posteriormente chamada de Rua do Rosário, atualmente Rua do Sol, onde era localizada a Federação Espírita Alagoana. A Segunda sede do Mello Maia também foi nesse endereço.	91
Figura 5 - Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano Mello Maia, reunião de refundação do centro.	93
Figura 6 - Primeiro número do Jornal O Espírita Alagoano, publicado no jornal O Orbe.....	97
Figura 7 - Revista Lumen, órgão da Federação Espírita Alagoana, 1908.	98
Figura 8 - Capa do Jornal Semeador, onde há duas colunas que se referem a Vianna de Carvalho e suas conferências em Maceió.....	136
Figura 9 - O Semeador, 13 mar. 1919. O espiritismo e o maximalismo, p. 2.	158
Figura 10 - Periódicos utilizados na pesquisa.	160

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 “SÔ CATÓLICO DE RELIGIÃO ESPÍRITA”: CONCEITOS INICIAIS E OS PRIMEIROS PASSOS DO ESPIRITISMO EM ALAGOAS	26
1.1 O que é Espiritismo? O que não é Espiritismo? O que é ser espírita?	26
1.2 O Código Penal de 1890 e as práticas mágicas em Alagoas.....	36
1.3 A liberdade religiosa existe? Apontamentos jurídicos e sociais.	48
1.4 Controle e fiscalização em Maceió/AL	55
1.5 Alagoas espírita? Apontamentos sobre os espaços de divulgação doutrinária	63
2 OS “MISSIONÁRIOS DA VERDADE”: MOVIMENTO ESPÍRITA EM ALAGOAS, RELAÇÕES E PODER SIMBÓLICO NA PRIMEIRA REPÚBLICA	68
2.1 O Espiritismo alagoano: primeiros passos.....	70
2.2 O Centro Espírita das Alagoas e a intervenção da FEB no movimento local	75
2.3 O Centro Espírita Alagoano Mello Maia	84
2.4 FEEAL - Federação Espírita do Estado de Alagoas	90
2.5 O papel da imprensa espírita	94
3 “A MULHER É A ALMA DO LAR”: UM BREVE DEBATE SOBRE INTERSECCIONALIDADE E SILENCIAMENTO DA FIGURA FEMININA NO DESENVOLVIMENTO DO ESPIRITISMO ALAGOANO	104
3.1 Família, religião e idealização de papéis de gênero: o que a classe têm a ver com isso?	107
3.2 Sonâmbulas, feiticeiras, bruxas e médiuns	114
3.3 As mulheres no Espiritismo alagoano	117
3.4 Educação, evangelização e mulheres espíritas	126
4 OS “INIMIGOS DA REVELAÇÃO”: CONFLITOS RELIGIOSOS, IMPRENSA ANTIESPÍRITA E AS DIFICULDADES NO ESTABELECIMENTO DO ESPIRITISMO EM ALAGOAS.....	133
4.1 Protestantes <i>versus</i> o “infernál sistema” dos espíritas: grupos minoritários em conflito	134
4.2 Católicos <i>versus</i> a diabólica feitiçaria do Espiritismo: o incômodo da pluralidade religiosa	143
CONCLUSÃO	172
REFERÊNCIAS	175
ANEXO I – Tabela de lideranças do movimento espírita	183

INTRODUÇÃO

O campo de pesquisas em religiosidades tem se expandido nos últimos anos, mas os estudos sobre o Espiritismo, sobretudo no Nordeste, ainda são escassos. As obras que versam sobre a criminalização das práticas mediúnicas e curativas ou sobre o desenvolvimento da doutrina espírita têm enfoque no Sul e Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro, e essa carência de pesquisas sobre o tema em Alagoas pode ser, também, consequência da inacessibilidade das fontes, problema bastante conhecido de quem se dedica à história local. Os arquivos dos centros espíritas da cidade de Maceió ainda são inacessíveis aos não adeptos e aos pesquisadores que não possuem vínculos com tais instituições. A resposta dos centros que foram procurados para desenvolvimento desta pesquisa sempre indica a não disponibilidade de material por não possuírem arquivos organizados ou materiais que serviriam de interesse para pesquisa, sem permissão de acesso. Afinal, o que seriam, para essas instituições, os documentos de interesse para a pesquisa histórica? O desconhecimento sobre o ofício do historiador, seguido pela insegurança em oferecer fontes a quem não compartilha dos mesmos ideais, apresenta-se como um entrave no desenvolvimento de pesquisas que englobem o Espiritismo.

O estudo da história das religiões, para além de ajudar na compreensão do campo religioso, auxilia no conhecimento de aspectos como a formação cultural de determinada sociedade, suas práticas e representações, crenças, comportamentos, relações sociais, mudanças e continuidades, que permeiam o rumo trilhado pela religião e pelos sujeitos que a produzem. Nas últimas décadas, com a possibilidade das novas abordagens em história, os caminhos tornaram-se múltiplos, e, assim, segmentos que antes seriam relegados a segundo plano, podem tornar-se importantes contribuições para a historiografia. Dito isto, defendemos que o processo histórico que envolve o estabelecimento do Espiritismo em Alagoas não seria somente um recorte imprescindível no entendimento do campo religioso local, por participar de conflitos que envolvem toda a estrutura social, mas mostra-se também de suma importância para a compreensão do processo de crescimento da religião a nível nacional. Afinal, Alagoas tornar-se-ia referência, junto à Federação Espírita Brasileira (FEB), com relação ao quantitativo de instituições espíritas atuantes em Alagoas, ainda na primeira metade do século XX.

Apresentaremos, ao longo desta pesquisa, as dificuldades encontradas para o desenvolvimento e manutenção do Espiritismo no estado de Alagoas, principalmente em

relação ao fechamento de instituições como o Centro Espírita Alagoano Mello Maia e FEEAL¹, ocorridas no início do século XX, considerando o contexto social, político e religioso do período. A memória espírita relata o arrefecimento das atividades espíritas, fruto justamente do grande impacto sofrido nas disputas travadas contra “os inimigos da revelação”. Refletiremos a partir da memória oficial, mas observando como as outras fontes dialogam, reafirmam ou contradizem essas informações.

Para sanar parte da dificuldade no acesso às fontes, tentamos coletar o máximo de nomes vinculados aos primeiros centros locais, e realizar uma breve prosopografia dos membros do movimento espírita no estado, sua atuação como religiosos e também inserção no contexto social. Com isso, cientes de que a pesquisa não poderia abarcar todo o hiato de questionamentos que a história do Espiritismo traz consigo, intentamos contribuir para a historiografia alagoana, mais precisamente para a história social das religiões do estado e situar, finalmente, o Espiritismo no campo religioso local.

A liberação do acesso dos pesquisadores ao Arquivo do Judiciário do Estado de Alagoas (TJ-AL) é um ganho de extrema importância para a historiografia e que poderá desvelar, nos próximos anos, como se dava o entendimento de órgãos oficiais à pluralidade religiosa. O acesso a possíveis processos judiciais, pareceres, despachos do judiciário, decisões e jurisprudências revelariam muito do pensamento da elite, crenças e perspectivas sociais que não se constroem isoladamente, mas de acordo com o tempo e o lugar desses atores. O ofício de historiador indica um caminho básico, e às vezes difícil de seguir, que é o de não imaginar todo o percurso que a pesquisa documental nos levará. Quando iniciamos a pesquisa no TJ-AL, imaginamos que daquelas caixas saltariam inúmeros processos de punibilidade das religiões espíritas, de matriz africana, das práticas de intervenção na saúde, afinal, eram práticas criminalizadas. Ao entrarmos lá, as mais de 20 mil caixas de processos, organizadas, evidentemente, não pelo nosso tema de interesse ou recorte temporal, mas na funcional ordem alfabética dos requerentes da ação, deixou evidente que os dois anos de pesquisa de mestrado não dariam conta de uma demanda tão imensa. O Arquivo do Tribunal de Justiça foi visitado inicialmente pelos professores Irinéia Franco e Filipe Caetano, em seguida por turmas de estágio supervisionado do curso de História da Universidade Federal de Alagoas, além de

¹ A Federação Espírita do Estado de Alagoas, vinculada à FEB, foi inaugurada em 1908. No declínio das atividades espíritas oficiais em Alagoas, a FEEAL fechou suas portas em 1910, reabrindo somente em 1935, no movimento de unificação promovido pela FEB. De 1913 a 1930, o Centro Espírita Alagoano Mello Maia assumiu a função de entidade federativa, e os centros seriam vinculados a ele.

alguns pesquisadores do nosso Programa de Pós-Graduação, mas os inúmeros processos que esperávamos encontrar, ainda não surgiram.

Assim, a ideia inicial desenhada no projeto nos mostrou que tomaria seu rumo próprio, lidando com todas as imposições materiais, temporais, com um acervo imenso a garimpar e, além de tudo, a conjuntura atravessada por uma pandemia mundial. E esses obstáculos, ainda que se apresentassem como dificuldades de seguir o que seria a pesquisa no nosso imaginário, nos obrigaram a buscar outras fontes, outras possibilidades, outras leituras e que, por fim, se mostraram um caminho rico e satisfatório.

Nessas condições, a utilização da imprensa, que já seria importante, tornou-se indispensável e uma das principais fontes deste trabalho. Não entendida como um veículo de comunicação neutro, mas como um meio de exposição de ideias hegemônicas e auxílio na manutenção do *status quo*, a imprensa tem papel fundamental na construção das identidades, de permissividades, de selecionar o que é permitido ou condenável aos olhos da sociedade em um dado período e influenciar nesse sentido (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Com acesso direto à parte letrada da sociedade alagoana, os jornais eram ponto de debate de ideias, denúncias, propagandas religiosas, acusações e conflitos, que também contribuem para a percepção do campo religioso. Para isso, usamos a imprensa religiosa espírita, católica, protestante e os jornais de notícias gerais, para que os diversos olhares sobre o objeto ajudem na compreensão de como a ação de defesa e ataque às ideias espíritas se daria no contexto estudado.

No contexto apresentado, o acesso à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi essencial e, para a localização dos documentos utilizados aqui, buscamos por palavras-chave em todos os periódicos alagoanos disponíveis. Não nos limitamos a jornais religiosos justamente por entender que a análise deveria ser feita de forma mais ampla, envolvendo nosso problema em seus aspectos sociais, culturais e políticos. Foram utilizados termos como Espiritismo, código penal, curandeirismo, feitiçaria, charlatanismo, homeopatia, magnetismo e outras palavras que nos conduzissem a possíveis matérias de jornais que abordassem nosso tema. Concluímos o mapeamento com um material bastante rico e que ampliou nossa visão sobre o tema, sobre aspectos antes não imaginados nos contornos do projeto inicial, como a percepção da ameaça de loucura vinculada ao espiritismo e utilizada como forma de afastar católicos da curiosidade pelas reuniões mediúnicas. O registro final alcançou 414 notícias de jornais, entre os anos de 1868 e 1938, classificados por temas e trabalhados nos tópicos ao longo da dissertação.

Outra fonte largamente utilizada nesta dissertação é a Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano Mello Maia. Sua trajetória como um dos primeiros centros fundados, além de assumir o papel de coordenar as ações estaduais no período de fechamento da Federação Alagoana, nos ajudou a entender a articulação e os principais nomes empenhados na divulgação doutrinária. Como veremos, seria o Mello Maia mais do que somente um centro, mas um catalisador de ações e instituições.

A bibliografia que trata sobre o Espiritismo, conforme dito, tem enfoque no Sudeste, principalmente no estado do Rio de Janeiro, ao passo em que são bastante raros os trabalhos sobre o tema no Nordeste. Essas, ainda que não se refiram a Alagoas, contribuíram para a análise dos dados e para o comparativo das experiências entre local e nacional. Podemos dividir as obras que norteiam este trabalho em três categorias principais: as que versam sobre a história do Espiritismo, as que investigam a criminalização das práticas curativas espíritas e as que ajudam a entender o contexto político e social de Maceió no período estudado. Algumas das obras contribuem para mais de uma dessas.

A história do Espiritismo no Brasil foi trabalhada por alguns sociólogos, antropólogos e historiadores, que produziram contribuições significativas para que pudéssemos entender o caminho traçado, desde a chegada das ideias europeias que traziam os princípios da nova doutrina. Reginaldo Prandi (2012) faz um breve compilado dessa história desde os conceitos iniciais e crenças na comunicação com espíritos, retomando a colaboração de espiritualistas como Arthur Conan Doyle para a disseminação das práticas mediúnicas, até chegar a médiuns contemporâneos como João de Deus. As duas maiores contribuições de Prandi para pensar esta pesquisa seriam: a) os *clientes circunstanciais*, que ele classifica como indivíduos não kardecistas, mas que buscariam consolo, comunicação com os seus mortos e curas, ainda que sua religião principal seja outra; b) considera o que chama de *consumidor da esfera do sagrado*, que corresponde ao usuário das práticas do mercado de bens simbólicos e como as religiões também se transformam para atender demandas oriundas de novos tempos.

Célia da Graça Arribas (2010) trata sobre a transformação do Espiritismo após sua chegada no Brasil e o processo político e social que permeia suas mudanças, até o ponto de ser considerado como religião, como fuga do enquadramento no Código Penal de 1890 e tendo por abrigo a liberdade de culto, regulamentada pela Constituição Federal de 1891. As disputas internas das correntes religiosa e científica são explicitadas pela autora, que defende, ainda, que a vertente vitoriosa seria a mais conhecida no país e base da unificação das práticas promovida

pela FEB, ou seja, a vertente de visão menos filosófica, científica e mais religiosa, com ênfase na caridade. A análise de Arribas é essencial para compreender o panorama nacional de construção da religião e, mesmo não participando dos debates e lutas ideológicas das correntes espíritas, os centros maceioenses adotaram o formato direcionado e seguiam as diretrizes da Federação Espírita Brasileira, por vezes silenciando os que divergem desse formato idealizado.

Fábio Luiz da Silva (2005), historiador, pesquisa sobre o “Espiritismo à brasileira”, realizando a análise de duas publicações de Chico Xavier² seus discursos e possíveis influências sociais, políticas e culturais. Silva investiga a utilização dessas obras no esforço da FEB em se tornar representante legítima do Espiritismo nacional. Segundo o autor, houve a tentativa de uso das ideias contidas nos livros como argumento de unificação em torno da instituição. A importância da pesquisa de Silva, para a análise da religião em Maceió, se justifica em função do processo de constituição da FEB enquanto autoridade e detentora do poder simbólico acumulado (BOURDIEU, 1989), que alcança todos os estados na circulação da Caravana da Fraternidade, tentativa de unificação das casas espíritas. A pesquisa de Silva defende, ainda, que as adaptações feitas no Espiritismo após sua chegada ao Brasil não seriam distorções ou desvios, considerando a versão europeia mais pura e, portanto, partindo de uma visão eurocêntrica, mas conclui que as alterações seriam uma “reconstrução original”, com múltiplas influências das religiosidades locais, com predominância católica (SILVA, 2005).

Sobre as punibilidades, impacto do Código Penal nas religiões mediúnicas no sudeste do país, temos como obras norteadoras as de Yvonne Maggie (1992), Emerson Giumbelli (1997) e Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer. A última autora traz a análise de processos judiciais em segunda instância, ou seja, que foram julgados em primeira instância, recorridos e julgados novamente por outro tribunal em linha vertical. Tem como filtro os casos publicados em revistas especializadas, por se tratar de processos importantes o bastante para se tornarem jurisprudência. Seus casos ultrapassam a linha do Rio de Janeiro e se estendem até São Paulo, Minas Gerais e Paraná, mas não trazem, também, casos que envolvam o Norte e Nordeste do país. Demonstra a grande quantidade de prisões que envolveriam curandeirismos e Espiritismo ao longo de toda a primeira metade do século XX.

² Francisco Cândido Xavier (1910 – 2002), conhecido como Chico Xavier, nasceu em Minas Gerais e é um dos mais renomados espíritas brasileiros. Segundo dados da FEB, o autor publicou 450 obras, com mais de 25 milhões de vendas, sendo toda a renda revertida para a caridade. Também é conhecido por psicografar cartas de pessoas que já faleceram, inclusive aceitas como provas em processos judiciais, para absolvição de réus.

Emerson Giumbelli, na obra “O Cuidado dos Mortos: uma história de condenação e legitimação do Espiritismo” (1997), trata sobre a criminalização das práticas espíritas no Rio de Janeiro, também retomando a importância da Federação Espírita Brasileira no processo de centralização dessa entidade como representativa das demais instituições. Com análise de processos criminais contra médiuns e membros da FEB, Giumbelli mostra de que maneira o discurso policial e a atuação repressiva refletiam as relações sociais ali presentes.

Fruto de sua tese de doutorado, a pesquisa feita por Maggie (1992) é pioneira e se tornou referência para os demais que trabalharam o tema. Maggie diferencia os aspectos públicos e privados dos rituais religiosos, no intuito de investigar relações oriundas das crenças em “magias para o bem e para o mal”. Por meio da investigação das acusações de práticas mágicas e das formas de controle dessas, a autora defende a relativização à hipótese repressiva do Estado, interpretando que os mecanismos reguladores foram fundamentais para a constituição da crença, ao mesmo tempo em que não haveria a tentativa do Estado de destruir as religiões, mas de supressão de práticas específicas, voltadas para a possível interferência negativa nas “vítimas” das magias. Para a autora:

À primeira vista, os processos criminais se referem a ações de repressão aos cultos. A análise mais detida descobre que, na verdade, tratam de caça aos feiticeiros. Sua leitura não evidencia a intenção de liquidar a crença, mas a necessidade de identificar feiticeiros, autores da magia maléfica. As representações expressas pelos personagens dos casos analisados enfatizam uma diferença claramente definida entre magia maléfica e magia benéfica e indicam que as religiões mediúnicas ou cultos são percebidos como práticas de magia benéfica, enquanto feiticeiros e criminosos são aqueles que *fazem o mal, trabalham para o mal*. Os verdadeiros espíritas, umbandistas, etc., *trabalham para o bem e cultuam os verdadeiros espíritos*. Como definiu um perito, na década de 30 deste século, há dois tipos de rituais: os rituais de *magia negra*, de feitiçaria e os rituais de *invocação de espíritos*, onde se cultuam os espíritos. (MAGGIE, 1992, p. 24-25)

Assim, o trabalho de Maggie não reforça o posicionamento sobre a repressão das religiosidades pelo Estado. A autora entende que a ação seria a repressão de algumas práticas, o que, por sua vez, denotaria a crença das autoridades oficiais na magia, já que tentam fazer com que não ocorra impacto negativo dos feitiços nos indivíduos. O mesmo pensamento pode ser percebido na obra de Ulisses Rafael (2012) sobre o Quebra de Xangô. A hipótese repressiva, para Ulisses, não se sustenta, por haver notadamente alguma liberdade de culto por parte do Estado. Aqui ressaltamos nosso distanciamento dos autores com relação à sua negação da hipótese repressiva, pois, mesmo que afirmem que a intenção não seria acabar com a religião, assumem a classificação das fontes, da repressão que diz o que seria bom ou mau, aquilo que

deve ou não permanecer e ser legitimado enquanto prática religiosa. Percebemos ao longo de nossa pesquisa que o Estado e as instituições legislativas, de controle e de repressão representam determinada parcela da população, a detentora do poder econômico, possuidora de influência nas relações sociais, em detrimento de outra, de pobres, periféricos, negros e negras. As práticas não são julgadas por si só, mas vinculadas aos sujeitos, sejam eles vistos como indivíduos ou pertencentes a um coletivo. Há marcadores sociais importantes nos discursos que não podem ser ignorados nessa análise.

Para contextualizar Alagoas social e politicamente, torna-se indispensável a obra de Ulisses Rafael que, por mais que cite poucas vezes o Espiritismo em seu livro sobre o Quebra de Xangô, com sua pesquisa direcionada para o silenciamento das religiões de matriz africana atingidas pelo episódio, faz uma detalhada investigação sobre o contexto político e social que envolveu a destruição das casas de culto. Alguns nomes envolvidos no governo Malta são enfatizados pelo autor, e, não por coincidência, alguns eram líderes espíritas. É o caso de um dos protegidos de Euclides Malta, Luigi (Luiz) Lucariny, o arquiteto que projetou o Teatro Deodoro, Teatro Sete de Setembro (Penedo), Palácio do Governo e outros prédios frequentados por políticos e pela alta sociedade local.

Além dos já citados, autores como Sávio de Almeida e Félix Lima Junior contribuíram para a análise do contexto social da cidade de Maceió do fim do século XIX e início do século XX, além de citarem nomes, profissões e outras informações dos membros do movimento espírita de Maceió. A pesquisa sobre esses agentes foi essencial para retirar os sujeitos de uma tabela sem significado por si só, e inseri-los em locais pertinentes, de acordo com suas posições sociais, redesenhando papéis e relações que podem, em diversos momentos, justificar ações, ideias e posicionamentos.

Por fim, as obras da historiadora Irinéia Maria Franco dos Santos inspiram boa parte deste trabalho. Utilizamos como base de nossa análise as pesquisas que versam sobre a História Social das Religiões e investigam Alagoas, desde os ensaios sobre religiosidades populares³ até o aprofundamento da análise sobre o jornal católico *A Fé Christã*⁴. Este último, bastante utilizado para compreensão do papel da imprensa católica no combate pela manutenção da

³ SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *A Caverna do Diabo e outras Histórias: Ensaio de História Social das Religiões (Alagoas, Séculos XIX e XX)*. Maceió: EDUFAL, 2016.

⁴ SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *Imprensa Católica na Primeira República: uma história social do hebdomadário A Fé Christã (Penedo, Alagoas)*. Maceió: Edufal, 2019.

hegemonia católica, nas disputas com outras religiões, inclusive o Espiritismo. Por serem direcionados para além do viés político ou cultural, essas pesquisas demonstram como podemos enxergar a complexidade das relações sociais presentes no contexto religioso, o que tentaremos apresentar neste estudo. Consideramos, ao falar sobre as distintas classes sociais presentes nesta conjuntura estudada, as contribuições de Edward P. Thompson, que considera classe como um fenômeno histórico, que efetivamente ocorre nas relações humanas. Para o autor, “a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica”, e acontece quando, a partir do resultado de experiências comuns, os homens “sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si.” (THOMPSON, 1987, p. 10).

Para o primeiro capítulo, organizamos a apresentação de conceitos iniciais e um breve apanhado da história do Espiritismo. Não nos debruçamos novamente sobre os mesmos objetos trabalhados por outros pesquisadores, mas, antes, usamos esses autores como referência para a contextualização de como o Espiritismo se desenvolveu até chegar em Alagoas. Longe da ideia de pureza, com o “atraso” na fundação das instituições, os primeiros centros maceioenses foram inaugurados mais de duas décadas depois do pioneiro no país e podem não ter participado tão ativamente de disputas sobre as vertentes científica ou religiosa. A contextualização sobre o Código Penal de 1890 e as demais legislações que versavam sobre liberdades ou condenações de práticas religiosas foram intercaladas com análises de ocorrências locais, ressaltando os marcadores sociais e raciais que denunciam a desigualdade de tratamento e de obediência às legislações.

O segundo capítulo se deteve à análise de quem seriam os membros do movimento espírita maceioense, suas relações e possíveis proteções que suas posições sociais seriam capazes de oferecer. A partir da identificação dos adeptos, as pesquisas são direcionadas na busca de cargos e posições sociais, visando identificar as influências institucionais e relações, além da importância dos líderes fora de seu âmbito religioso. Enfatizando controles e privilégios, podemos pensar na formação da religião no estado, seu desenvolvimento e relações de poder existentes. Como exemplo dessas relações, foram localizadas notícias publicadas em jornais locais de grande circulação sobre membros de alta patente do exército que ensinavam e praticavam magnetismo animal enquanto método curativo de doenças, além da utilização de prédios públicos militares para sessões espíritas de cura, ambas práticas explicitamente condenadas pelo código penal de 1890. A imprensa espírita como meio de difusão, combate e articulação também se faz presente neste capítulo.

Trazemos no terceiro capítulo a trajetória das mulheres espíritas. Inicialmente silenciadas, mas exaltadas por serem exímias médiuns, somente na década de 1920 alcançaram destaque e espaço no Espiritismo e, ainda submetidas às regras sociais, vistas como morais e religiosas, tiveram comportamentos e papéis idealizados fora e dentro da religião. Ainda que pareça evidente, este trabalho teve o intuito de ressaltar o abismo que separava a mulher espírita e médium - de classe média e alta, mãe, esposa, educadora, responsável pelo bom desempenho familiar e manutenção do *status* - das mulheres feiticeiras, sonâmbulas e bruxas - empobrecidas, marginalizadas, sem parentesco com os grandes nomes da sociedade alagoana e vítimas de inúmeras violências cotidianas.

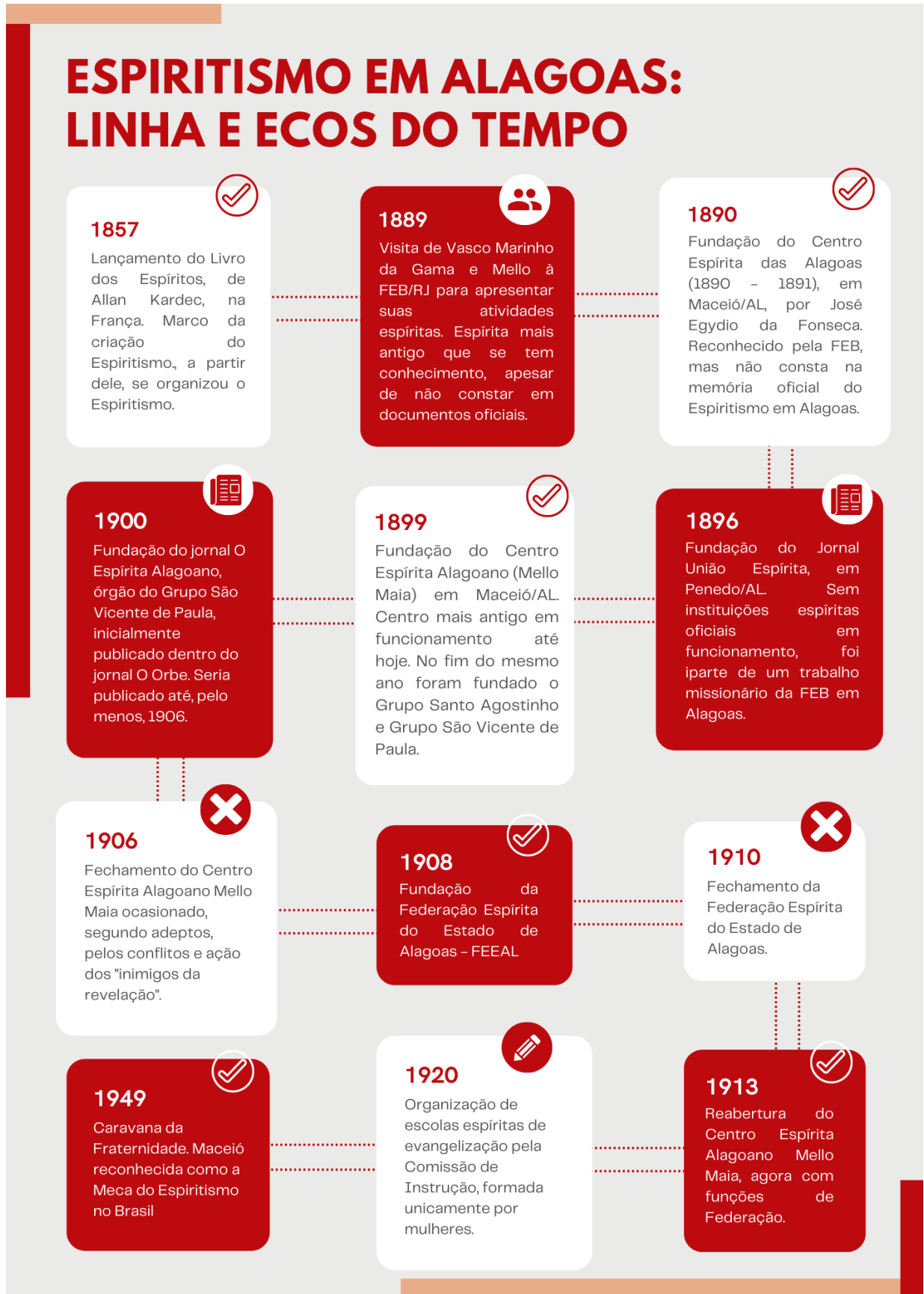
No quarto e último, intentamos seguir as pistas do que seriam os impedimentos para o bom desenvolvimento espírita local, segundo seus seguidores. Chamados pelos adeptos de “inimigos da revelação”, os diversos opositores do Espiritismo foram apontados como entraves, e nos cabe compreender quem seriam esses inimigos e em que termos se dariam essas disputas. Através de fontes de imprensa, focamos nas campanhas de desestruturação e deslegitimação, como, por exemplo, o uso de jornais para publicações frequentes que acusavam o Espiritismo de ser causador de doenças mentais, visando contrapor a ideia espírita de que poderiam curar. Tais documentações são importantes para ressaltar o papel da imprensa enquanto impulsionadora de ideias contrárias ou favoráveis na disputa pelo campo religioso alagoano.

Em resumo, o caminho percorrido desde antes do início dos primeiros centros espíritas até a década de 1920 buscou, na construção de nossa hipótese inicial, possíveis criminalizações e disputas, mas também estratégias e construções coletivas do fazer-se espírita. Entendemos que a ausência de prisões é um forte indício da proteção que esses sujeitos possuíam, ainda que suas práticas religiosas fossem condenadas pela legislação vigente. O grande impasse que havia na consolidação da doutrina não se apresentava no âmbito legal ou jurídico, mas sim nos conflitos religiosos, pois a recém proclamada liberdade de culto rompera com parte das vantagens católicas e ampliava o mercado religioso em todo o país. Assim, o Espiritismo era mais uma das opções no campo religioso, e seria combatido por seus concorrentes, que conseguiram, em alguns momentos, a desestabilização do movimento.

Por fim, justificamos que a grafia das fontes foi utilizada de forma atualizada, visando a facilidade para possíveis leitores que não sejam acadêmicos ou que não possuam afinidade com leituras de fontes. A escolha se deu por acreditamos que nossa produção pode e deve

ultrapassar os muros das Universidades e alcançar diversos públicos. Já os nomes dos sujeitos foram mantidos com a grafia original, pois entendemos que a alteração poderia interferir em futuras pesquisas que utilizem este material como apoio. A presente pesquisa, por ser a primeira sobre o Espiritismo alagoano, talvez traga mais inquietações e questões do que “certezas”, indicando caminhos que estão sendo trilhados, e as possibilidades de fontes, algumas mais acessíveis, como a imprensa, algumas em grande parte inexploradas, como os arquivos religiosos. Além disso, como afirmamos anteriormente, a precariedade que permeia a pesquisa documental é uma dificuldade a ser contornada. Enfim, como afirma Michel de Certeau, “Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar.” (CERTEAU, 1982, p. 93).

Figura 1 - Linha do tempo do movimento espírita alagoano



Fonte 1 - Elaborado pela autora.

1 “SÔ CATÓLICO DE RELIGIÃO ESPÍRITA”⁵: CONCEITOS INICIAIS E OS PRIMEIROS PASSOS DO ESPIRITISMO EM ALAGOAS

1.1 O que é Espiritismo? O que não é Espiritismo? O que é ser espírita?

Os diversos olhares permitem que o termo *Espiritismo* tenha muitos significados. As vertentes espíritas, os não adeptos, os que creem ou não nos experimentos de mediunidade, cada qual tem sua interpretação sobre o que seria Espiritismo. As múltiplas influências religiosas fazem com que, no imaginário popular, *espírita* seja não só o “kardecista”, mas qualquer agente envolvido em crenças espirituais e mediúnicas. De início, ressaltamos que cabe, para este trabalho, menos a análise sobre a crença em si e mais sobre o que nossos sujeitos fizeram dessas ideias. Para entender as relações que foram criadas, serão expostos os conceitos adotados como verdades pelo grupo principal analisado nesta pesquisa: os espíritas vinculados às federações estadual e nacional.

Ao longo da história, diversas religiões com crenças na comunicação com espíritos se desenvolveram, tanto antecessoras como predecessoras do que conhecemos como Espiritismo. Poderíamos listar inúmeras religiões que, com suas singularidades, desenvolveram seu sistema de crenças com base na possibilidade de interações entre vivos e mortos. Por que, então, o Espiritismo se consideraria diferente das demais formas de organização religiosa? O diferencial era que pela primeira vez, as comunicações não faziam parte de rituais, mas constituíam a sistematização de uma filosofia, moral e estruturação de uma crença nascente, que se entendia enquanto científica e usava a ciência como discurso principal na construção da sua fenomenologia. Para Aubrèe e Laplantine (2009), a grande inovação do Espiritismo era estabelecer como sistema essa forma particular de comunicação e torná-la o cerne de uma doutrina. Outrossim, os autores a consideram como original, não uma cópia do que foi desenvolvido na Europa, assim como afirmam que o Espiritismo se transformara em um movimento social organizado que “busca sobretudo sua legitimação, não mais numa religião específica ou em práticas mágicas de iniciados, mas na própria ciência, no estágio em que ela se encontrava nos anos 50 do século XIX.” (AUBRÈE; LAPLANTINE, 2009, p. 53).

⁵ Fala atribuída ao Índio Antônio Cristo, personagem do Marco Zero, de Oswald de Andrade, citado na obra *Os intelectuais e o Espiritismo*, de Ubiratan Machado. (ANDRADE, 1971, apud MACHADO, 1996, p. 85)

Desta forma, de acordo com a crença, os espíritos se submeteriam a questionamentos elaborados sobre os diferentes mundos habitados, sobre organização de outros níveis de consciência, seriam até mesmo autores de livros, tudo intermediado por indivíduos sensíveis e passíveis de comunicações, chamados de médiuns. Considerados como intermediários entre mundos habitáveis, histéricos, charlatães, santos ou loucos, os médiuns tiveram papel fundamental no crescimento das religiões que se valeriam da crença na comunicação com os espíritos. Esses agentes seriam o elo com os mortos, mensageiros que parecem trazer para a intimidade dos lares a promessa de revelar as dúvidas que acompanham a humanidade: o que acontece após a morte? De que maneira se organizam as divindades? Que papel cada indivíduo teria ao longo da vida?

Conforme Reginaldo Prandi (2012), desde tempos antigos houvera um variado conjunto de práticas, religiosas ou não, que se ocupariam dos espíritos dos mortos e da comunicação com eles. A partir disso, explica que, segundo a crença, os médiuns seriam humanos dotados de aptidões para expressão dos espíritos, através da fala, da escrita ou de outros recursos. O intuito seria “dar ao espírito aquilo que ele não tem mais e que é necessário para uma comunicação com os vivos: um corpo humano, com sua capacidade de se manifestar, ver, ouvir e, sobretudo, falar.” (PRANDI, 2012, p. 17). Para o autor, trata-se de um mecanismo ritual que não pode ser considerado inédito, visto que pode ser reconhecido, por exemplo, nos oráculos de deuses da Antiguidade Clássica e nas religiões de matriz africana.

Portanto, torna-se evidente que o Espiritismo não criou a ideia de comunicação com os mortos, tampouco de pessoas que teriam dons para intermediar essa comunicação. Suas ideias não eram inovadoras nesse aspecto, e também não o eram em relação a algumas crenças fundamentais como reencarnação, mundos habitados e curas através de meios alternativos à medicina tradicional. A organização de seu sistema de crença com base na utilização desse conjunto de ideias e conceitos, mas envolto em aura científica, em meio a comunicações de espíritos intelectualmente e historicamente considerados relevantes, foram meios de afastar o Espiritismo de outras formas religiosas, para ser encarado como ciência pelas camadas mais altas da sociedade. Em consequência, também causou o distanciamento dos mais pobres, ao menos inicialmente. Estes, muitas vezes já possuíam seus credos e pouco se identificariam com uma versão que se mostrava mais complexa e também mais excludente. A construção dos textos em tom solene, vocabulário rebuscado, uso de termos complexos, ensinamentos sobre aspectos

físicos e experimentais, não atrairiam inicialmente camadas populares, mas reforçariam o *status* de doutrina restrita àqueles que poderiam seguir suas orientações de estudo.

Criadas por Allan Kardec, as palavras *espírita* e *Espiritismo* foram propositalmente elaboradas como estratégia de diferenciação de ideias já existentes. São consideradas como nomeações do marco de fundação da nova doutrina, entendida por ele e por seus adeptos como distinta de qualquer outra. Já na introdução do *Livro dos Espíritos*, obra que inaugurou o pensamento espírita na França e primeira lançada por Kardec, temos a explicação: “para as coisas novas necessitam-se de palavras novas” (1999, p. 7). Desta forma, o autor e codificador doutrinário entendia que a clareza da linguagem evitaria uma possível confusão, que envolveria os múltiplos sentidos das palavras já existentes. Como solução, Kardec deu alternativa ao uso de termos como espiritualismo e espiritualista, associados a conceitos e práticas já existentes e, ao mesmo tempo, demarcava seu lugar.

Sem o intuito de aprofundamento no debate, acreditamos que a Linguística pode nos auxiliar na compreensão da importância dessa decisão tomada por Kardec, pois, a partir da criação dessas novas palavras para designar a doutrina nascente, existe um desdobramento em discursos, ações e disputas em torno delas por quase um século. Quem poderia adotar o nome Espiritismo e se autodeclarar espírita? Quem controlaria o uso dos termos? Para Bakhtin, “a fala está indissolúvelmente ligada às condições da comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais” (YAGUELLO, 2006 apud BAKHTIN, 2006, p. 15). Na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2006), Mikhail Bakhtin afirma que a língua se apresenta como uma atividade social, e sua utilização está relacionada com todas as esferas de atividade humana. Segundo o autor, a língua não pode ser entendida como algo abstrato nem individual, mas sim algo real, que está historicamente desenvolvido na comunicação, como um fenômeno social, e, assim sendo, não é estática, estável ou homogênea. A partir da compreensão de que toda fala seria um produto social, com teor político, não poderíamos pensar a decisão de Kardec de outra forma, senão inserida no contexto de suas relações sociais, da época e grupo sociais envolvidos. Em outras palavras, o codificador do Espiritismo parte de sua posição de intelectual, pedagogo, num meio de outros letrados e de intelectuais europeus, e volta seu discurso a este público, ainda que posteriormente sua obra seja disseminada em outras camadas.

Partindo da concepção bakhtiniana de língua (2006), a palavra seria considerada uma arena de disputa ideológica. Compreendemos, portanto, que os conflitos e variações da língua

refletem os conflitos de classe e são carregados de ideologia⁶, e, assim, os processos seriam envoltos por relações de dominação e de resistência. Trazendo esse olhar para o nosso objeto, observamos que os espíritas detinham o poder de definir suas diretrizes e aplicá-las internacionalmente. Ao chegar ao Brasil, outros grupos religiosos, inclusive a partir de um movimento de resistência, assimilariam os termos espíritas e os resignificariam, visando também sua autodefesa. Afinal, na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, as religiões mediúnicas populares seriam mais perseguidas do que o Espiritismo e a adoção de termos poderia também ser entendido como autopreservação.

Os múltiplos sentidos das palavras - no nosso caso, espírita e Espiritismo -, que ganhariam nuances com os eixos de tempo e espaço, com usos de acordo com diferentes grupos, também é uma dinâmica discutida por Bakhtin. A delimitação das palavras e criação de termos realizada por Kardec, não podem ser entendidas como algo individual e isolado, pois partiram de um contexto, um meio ideológico, vinculado a um grupo organizado e suas relações sociais. Portanto, se “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” e “o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN, 2006, p. 34), o movimento feito e seus desdobramentos, tanto de Allan Kardec quanto dos que aderiram, não podem ser considerados como aleatórios ou vazios.

Assim, a questão da nomenclatura, apresentada desde a delimitação dada no Livro dos Espíritos, de Allan Kardec, também seria uma forma de disputa simbólica, de demarcação ideológica e diferenciação, na qual a linguagem, por si só, já se apresentaria como uma busca por legitimidade. Somente na segunda metade do século XX foi “concedida” a outros segmentos espiritualistas a utilização do termo em sua denominação, mas não sem oposição interna.

Foi o Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira (...) que concluiu, na sessão de 6 de outubro de 1926, *que a umbanda é Espiritismo, embora não seja doutrina espírita*. Se o CFN tinha ou tem autoridade para

⁶ Para Marilena Chauí (2008), que faz um breve apanhado de diversas interpretações que teóricos produziram sobre o conceito de ideologia, e se aprofunda na explicação marxista, o termo não é sinônimo de subjetividade ou pré-conceito, mas sim “um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador” (2008, p. 108-109), de modo que, sob o prisma do materialismo histórico e dialético, para a autora, não é possível compreender a função da ideologia, enquanto instrumento de dominação e uma das formas da luta de classes, sem compreender o que é a luta de classes.

isso, não é aqui que examinaremos. Penso particularmente que não tem, nunca a teve. Não lhe cabem tais definições, senão apenas à FEB.⁷

Ainda sobre a concessão do uso do termo, Frei Boaventura Kloppenburg (1964) afirma que a Federação somente concedera o uso algumas décadas depois da data acima citada:

Os kardecistas não toleram que se qualifique a Umbanda como espírita. (...) A Federação Espírita Brasileira, numa solene declaração, publicada no órgão oficial Reformador, de julho de 1953, p. 149, acabou concedendo aos umbandistas o privilégio de se chamarem espíritas, já que praticam a comunicação provocada com os espíritos do além, embora o façam de modo mais espalhafatoso e se comuniquem com espíritos diferentes, desconhecidos aos kardecistas. (KOPPLENBURG, 1964, p. 54)

Os posicionamentos do Frei em relação às duas religiões são pejorativos, mas é interessante destacar a forma que qualificou os rituais umbandistas como “espalhafatosos”. Essa é uma demonstração de que o líder religioso católico, além de não respeitar a diversidade de crenças, revelava desprezo pela Umbanda a partir de uma hierarquização, onde algumas religiões seriam mais respeitáveis que outras, ainda que, no fim, todas fossem condenáveis aos olhos do Catolicismo.

Kardec criou os termos visando destacar a novidade. *O Livro dos Espíritos*, a partir daí, apresenta o compilado das principais ideias doutrinárias, com base em perguntas feitas por Kardec e que seriam respondidas por espíritos, através de médiuns, abordando temas como leis morais, imortalidade da alma, natureza dos espíritos e sua relação com os homens. Os demais livros do Pentateuco⁸ explanam sobre as interpretações religiosas da bíblia, o papel dos médiuns, orientações e, um ponto importante para o debate aqui colocado, o próprio Kardec delimitava que, em sua origem, a doutrina espírita não era considerada religiosa. Considerava que o Espiritismo seria ciência experimental, doutrina filosófica, ciência prática baseada nas possíveis relações estabelecidas com os espíritos, além de filosofia, por buscar a compreensão das consequências morais das relações. Por fim, afirmava Kardec que podia ser definido assim: “o Espiritismo é uma ciência que trata da natureza, origem e destino dos espíritos, bem como de suas relações com o mundo corporal. (KARDEC, 1977, p. 8)

⁷ ANJOS, Luciano dos. Prefácio. In: MACHADO, Ubiratan. Os intelectuais e o Espiritismo: de Castro Alves a Machado de Assis. Niterói: Publicações Lachâtre, 1996. p. 14.

⁸ O Pentateuco espírita é composto pelas cinco obras codificadas por Kardec, e que compõem o corpo doutrinário do Espiritismo: O Livro dos Espíritos (1857), O Livro dos Médiuns (1861), O Evangelho segundo o Espiritismo (1864), O Céu e o Inferno (1865) e A Gênese (1868). Não são as únicas obras adotadas como referências doutrinárias, pois ao longo dos anos o Espiritismo teve diversos autores incluídos no rol de teóricos reconhecidos, mas as obras de Kardec seguem tendo destaque e sendo consideradas fundamentais.

Mas por que não considerar uma religião, se envolvia a crença em algo que transcendia a vida e acreditava no contato com pessoas mortas? O primeiro ponto seria porque o Espiritismo desenvolveu-se em meio a um contexto de enaltecimento científico, inserido na lógica do progresso, em detrimento da valorização religiosa. Como Hobsbawm (1988) afirma, era patente nesse período a supervalorização da ciência, a ideologia laica, além do anticlericalismo oriundo das ideias liberais e a crença de que já se havia alcançado o conhecimento. Portanto, não se apresentava um terreno fértil para o desenvolvimento de mais um segmento religioso. O diferencial, e talvez o que manteve durante algum tempo o Espiritismo em crescimento na França, poderia ser justamente essa afirmação de ser científico e não religioso.

Na compreensão de Arthur Conan Doyle (1960), autor e estudioso dos fenômenos espiritualistas, não somente kardecistas, o Espiritismo era um sistema de pensamento possível de conciliar com qualquer religião, apesar de incompatível com o materialismo, por ter em seus pilares a continuidade da personalidade e a comunicação após a morte. Chamou de “velhas religiões” as instituições que falharam em ajudar a superar a degradação espiritual do mundo, e afirmou que essas possuíam sistemas antiquados, que recusavam aceitar as modernas manifestações espíritas. Conan Doyle, em consonância com o discurso da época, rejeitava o modelo tradicional religioso e afirmava que as Igrejas “tanto abusaram da fé que esta se tornou impossível para muitas mentes honestas, que pedem provas de conhecimento” (DOYLE, 1960, p. 413). Assim, reforçava a importância da constituição de uma ciência que pudesse dar um caminho seguro através do que chamou de “pantanal dos credos”.

Assim, o desenvolvimento espírita se formou com base em reuniões não rituais. Inicialmente diversões de salão com as mesas girantes, posteriormente com reuniões privadas e análises das mensagens transmitidas através dos médiuns. Como reforço da não-religiosidade, não existiria a função de sacerdote, já que quase todas as pessoas, de formas e níveis distintos, teriam algum tipo de sensibilidade mediúnica. Tampouco havia a ideia de templos, pois as reuniões inicialmente eram feitas em residências, com caráter essencialmente doméstico. A observação dos fenômenos tentou fazer com que as aparições e comunicações espirituais, antes explicadas através do sobrenatural, fossem tratadas como naturais, uma extensão da vida que poderia ser estudada e compreendida. Envolver aspectos racionais foi a grande reviravolta para que os cétricos acreditassem que havia ali um experimento científico, que, em determinado

momento fora defendido até mesmo como fenômeno possível de ser registrado em fotografias⁹. Todas essas características afastariam, temporariamente, a ideia de religiosidade.

Porém, ao longo da disseminação pelo mundo, as características desenhadas por Kardec tomaram caminhos diversos, de acordo com certas influências e usos. Apesar das pretensões de purismo ainda resistentes, o Espiritismo não se fez estático ou consensual ao longo de sua história no Brasil, conforme pesquisa de Célia Arribas (2010), que analisou o surgimento da doutrina espírita e o processo de se tornar um fenômeno religioso de grandes proporções. Segundo a autora, duas vertentes principais surgiram no Brasil nos fins do século XIX, sendo uma defensora do Espiritismo científico e outra que pretendia ressaltar o viés religioso das obras de Kardec. As diferentes vertentes entraram em disputa, reivindicando a representatividade do Espiritismo, de acordo com diferentes visões do que deveria ser a prioridade, sendo a vertente vencedora a que vemos predominante hoje: o viés religioso, que teria a FEB como principal porta-voz (ARRIBAS, 2010). Os grupos com predominância do estudo científico não desapareceram, e ainda há, na atualidade, grupos contrários à FEB e que mantêm discordâncias em relação à excessiva religiosidade¹⁰.

Quanto à identidade dos distintos grupos espíritas, Emerson Giumbelli (1997) considera que não seria tão simples distingui-los e caracterizá-los. A oposição ciência *versus* religião, assim como seus desdobramentos, experiências *versus* divulgação do evangelho, entre outros, é criticada pelo autor. Não que defenda uma homogeneidade doutrinária, mas busca justamente problematizar o reducionismo a duas possibilidades. Defende, então, “um campo comum no interior do qual os espíritas transitavam, reafirmando que isso pode ser conseguido a partir da tematização do par ‘ciência’ e ‘religião’ em suas variadas e complexas articulações”

⁹ Na Europa, fotógrafos propagandeavam a possibilidade de fotografar espíritos e ectoplasmas, porém a polêmica acabou em várias denúncias de charlatanismo e o descrédito das práticas. O maior escândalo conhecido envolvera até mesmo a esposa de Kardec, nesse período já falecido. Ver mais em DEL PRIORE, Mary. *Do outro lado: a história do sobrenatural e do espiritismo*. São Paulo: Planeta, 2014.

¹⁰ Há grupos que se debruçam sobre o estudo de fenômenos espirituais, ou fenomenologia mediúnica, não vinculados à FEB, ainda que possuam suas sessões privadas que propõem a comunicação com o mundo espiritual. A crítica dos grupos que se autodenominam como ortodoxos, se justifica por serem contrários à multiplicidade de ensinamentos de teor religioso que não obedeçam à verificação de veracidade proposta por Kardec. O método kardequiano ficou conhecido como CUEE – Controle Universal dos Ensinamentos dos Espíritos, uma metodologia de averiguação da qualidade das mensagens espirituais. Em 2009 foi lançado um documento nomeado de Manifesto Ortodoxo, que afirma “o método científico, além do CUEE, apesar de serem indispensáveis para o Espiritismo, são abandonados, preferindo-se, em seu lugar, obras mediúnicas que, as mais das vezes, não atendem os mínimos rigores filosóficos ou científicos.”. A crítica se refere à FEB e aos centros que supervalorizariam mensagens sem que essas passassem pelo crivo do método de Kardec. Disponível em <http://coerenciaespirita.blogspot.com/2009/01/manifeto-ortodoxo-1a-release.html> Acesso em 18 mai. 2020.

(GIUMBELLI, 1997, p. 69). Esse debate se torna importante para entender Alagoas, justamente porque os centros locais estudados optaram por vincular-se aos moldes adotados pela Federação Espírita Brasileira e mantiveram diálogo constante com essa instituição.

Ao analisar a documentação da imprensa escrita, percebemos que o nome Espiritismo é usado indistintamente para falar sobre qualquer formato espiritualista. Essa é uma das dificuldades que nossa pesquisa aponta, sendo outros marcadores essenciais para a percepção de qual segmento religioso aquele agente pertence, pois, conforme indica Ubiratan Machado (1996), “Com este acelerado processo de sincretismo, o nome Espiritismo passou a abarcar uma gama imensa de manifestações religiosas, algumas bem distantes da matriz kardecista”. E justificava a confusão afirmando que “para o povo, bastava uma tintura de maravilhoso e a evocação dos mortos, para ser enquadrado como Espiritismo. O quadro era confuso, sendo difícil desemaranhar os fios que entrelaçavam as várias crenças.” (MACHADO, 1996, p. 116)

Assim, o não adepto do kardecismo tratava pelo termo “Espiritismo” qualquer tradição em que se acreditasse na comunicação com espíritos. Dessa forma, nas primeiras décadas do século XX, foram criados termos derivados como “alto e baixo Espiritismo”, partindo de uma classificação discriminatória. Um adepto da Umbanda não se classificaria como baixo Espiritismo por ser pejorativo e depreciativo. Um espírita, por sua vez, não se denominaria como alto Espiritismo, porque para isso reconheceria outras formas de Espiritismo, o que é negado com veemência. Assim, veríamos com maior frequência espíritas referindo-se ao “verdadeiro” ou “falso” Espiritismo, na negativa de que existissem outras formas que não a adotada oficialmente. Mas, para além disso, devemos entender como na adoção desses termos existiriam julgamentos de valores explícitos, pois tratava-se da imposição de uma hierarquia religiosa, fruto, também, da reprodução da estrutura social vigente.

Os processos históricos indicam que as religiosidades são mutáveis e estão em movimento, justamente por serem engendradas como parte de relações sociais, de poder, ânsias e expectativas, necessidades daqueles que a constroem e mantêm, além de processos de violência, colonização e dominação. Ou, como afirma Maria Cristina Wissenbach (1997), esses sujeitos, sejam eles curandeiros, espíritas, feiticeiros, ou outros, “adequam-se plenamente aos ritmos e às exigências da cidade, emprestam linguagens sofisticadas, constroem estatutos, camuflam ritos antigos em novos invólucros” (WISSENBACH, 1997, p. 125-126), isto é, estão em transformação e adaptação contínua, processo que tem vínculo profundo com o crescimento das cidades, a urbanização, alterações estruturais e adaptações ocorridas tanto na cultura quanto

nas religiosidades. E, ainda que determinados grupos buscassem defender uma pretensa pureza em seus discursos, como alguns grupos espíritas o faziam, reivindicando o “verdadeiro espiritismo”, as mudanças se apresentam como imperativas nas dinâmicas sociais. Sérgio Ferretti (2013), a partir da revisão de literatura sobre o tema, faz um balanço crítico das produções acadêmicas e indica os principais autores que se debruçaram sobre a temática das religiões afro-brasileiras. Em sua análise, referindo-se às religiões de matriz africana, e aqui trazemos sua reflexão para o nosso objeto, pondera que a ideia de pureza religiosa seria um mito e que “é conveniente distinguir a ideia de pureza, que muitas vezes foi idealizada pelos pesquisadores, da noção de tradição, relacionada com a história de cada grupo e com a preservação de costumes e valores dos antepassados.” (FERRETTI, 2013, p. 71).

Elementos católicos foram incorporados ao Espiritismo, assim como elementos espíritas foram adotados por religiões de matriz africana, e poderiam ser citadas outras tantas influências múltiplas nos processos de desenvolvimento das religiões no Brasil, numa dinâmica de circularidade¹¹. Não é incomum surgirem, nos documentos analisados, defensores de que os preceitos espíritas seriam somente a evolução dos dogmas católicos. Dessa forma, também é recorrente encontrarmos espíritas que continuavam seguindo rituais fúnebres, batismos e outras liturgias católicas, ao mesmo tempo em que defendiam a comunicação com os mortos, a não existência do inferno e a não divindade de Cristo. Assim, não só em Alagoas, havia um misto de crenças que seriam excludentes em qualquer análise mais aprofundada, por serem incompatíveis e contraditórias entre si, mas que eram adotadas de formas complementares.

E os espíritas seguiam frequentando o Centro e a Igreja, sessões mediúnicas e missas, como se não houvesse conflito teórico. Como exemplo disso, temos as ações decorrentes do funeral do sócio fundador e presidente do Centro Espírita Alagoano, Manoel Pinto de Mello Maia¹². Na Ata de reuniões da instituição, após o anúncio da morte do seu até então presidente, discutidas as homenagens possíveis, duas propostas sobressaíram: a primeira era de Hugo Jobim, que “tomando a palavra, declara o motivo da reunião especial, que se prendia a desencarnação do irmão presidente Mello Maia, ocorrida a 13 do mesmo mês e nos meios de

¹¹ Para Ginzburg, a Circularidade Cultural é entendida como o resultado das influências recíprocas entre a cultura das classes dominantes e das classes subalternas. Assim, o movimento feito de baixo para cima e de cima para baixo resultaria em influências recíprocas. Essa ideia não pressupõe, porém, o desenvolvimento de uma cultura homogênea que permeasse as diferentes classes. (GINZBURG, 2006)

¹² Manoel Pinto de Mello Maia, fundador do Centro Espírita Alagoano, foi comerciante e senador estadual por Alagoas, segundo o Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (AL), p. 12. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 dez. 2020.

se comemorar a sua transição”¹³. A morte, por ser o desapego da matéria e o desprendimento das provações, seria motivo para comemoração, compreensão dada pela visão espírita dos membros. Mas um pouco adiante, nas deliberações, houve a aprovação da retirada de 50 mil réis do caixa, a ser gasto com ritos fúnebres da romaria de 7º dia, proposta coerente com a visão católica do mesmo grupo.

O espírita, não raro, poderia ser considerado nesse momento um experimentador descobrindo uma nova possibilidade religiosa, conquistado pela oportunidade de ser médium, ter o poder “mágico” que os adeptos das religiões de matriz africana já possuíam, o domínio da comunicação com os mortos e até mesmo serem intermediários de curas. Mas não só isso. Os mortos invocados seriam intelectuais, cientistas, médicos, filósofos, poetas e escritores, exaltados como diferentes daqueles que se comunicam nos terreiros. A classe alta se comprazia em manter comunicação com nomes famosos que nunca poderiam ter o contato em vida, ainda que fossem contemporâneos. E seriam esses nomes que desenhariam o Espiritismo, determinariam as diretrizes e “contariam” como seria o mundo espiritual.

Para este trabalho, foi necessário buscar as nuances que permearam as alterações que aconteceram no Espiritismo desde sua chegada ao Brasil. As disputas internas e externas tiveram impacto nas práticas, em suas permanências e rupturas. Assim, agentes já conhecidos reocupavam outros papéis, numa dinâmica que, em consequência, reorganizava toda a estrutura religiosa. Segundo a pesquisa de Fábio Luiz da Silva (2005), a nível nacional, esse fenômeno pode ser percebido quando, por motivos estratégicos, a FEB se apresentou enquanto entidade escolhida para se tornar cerne de organização. O argumento parte da crença de que a escolha dessa representatividade não foi dos membros, mas do plano espiritual. Isso justificaria decisões políticas e tentaria dar ares divinos às decisões que definiram o caminho religioso do Espiritismo. Segundo a crença, a FEB seria a instituição unificadora nacional, detentora de um poder constituído pelo próprio Cristo, quando escolheu o Brasil como local específico de renovação do mundo, através da nova doutrina que espalharia o evangelho. Essa é a teoria desenvolvida em obra de Chico Xavier, utilizada como argumento para a unificação em torno da FEB (SILVA, 2005). Como nos propomos a uma análise local, a FEB será trazida ao debate em virtude da sua interferência missionária em Alagoas. Sua afiliada, a FEEAL, Federação

¹³ Ata de Reuniões do Centro Espírita Mello Maia, 16 out. 1903.

Espírita do Estado de Alagoas, será um dos pontos de debate, assim como os grupos que iniciaram o movimento local.

Dito isto, refletimos que, para o desenvolvimento desta pesquisa, não serão consideradas como Espiritismo outras denominações mediúnicas, religiões de matriz africana ou de religiosidade popular, apesar de considerá-las importantes na análise proposta, para melhor entender as contradições que surgem no espaço que ocupam. Faz-se necessário este marcador, pensando nas diversas adoções do termo, já explicadas anteriormente. A abrangência de múltiplas religiosidades seria um inviabilizante da pesquisa, levando em consideração o tempo, as fontes e as leituras demandadas pelo recorte escolhido. Assim, a escolha de excluir as outras religiões mediúnicas não se faz por preferência ou concordância pelo uso de termos, mas como método de diferenciação na análise das fontes e das instituições. Mesmo que em determinado momento o Espiritismo tenha aceitado oficialmente ter seu nome vinculado a outras religiões, o debate se arrastou por décadas e não pode ser ignorado. Foram histórias e constituições distintas, adeptos de realidades diferentes, práticas e rituais diversos. As transformações oriundas das disputas internas são parte do processo histórico e, para esta pesquisa, serão consideradas devido à proximidade que os principais centros locais possuem com a Federação.

1.2 O Código Penal de 1890 e as práticas mágicas em Alagoas

Para a análise das práticas de cura relacionadas ao Espiritismo, serão utilizadas as fontes de imprensa. Este meio possui a limitação de não ser capaz de trazer os documentos jurídicos, processos que evidenciarão as testemunhas e opiniões dos magistrados e advogados envolvidos, mas, por outro lado, foram os jornais que concentraram maior quantidade de informações do período, e são uma fonte valiosa, que nos permite analisar os diversos olhares direcionados sobre o mesmo objeto. Cientes disso, seguiremos o fio das notícias de prisões e a comprovação das práticas na divulgação dos próprios espíritas, que utilizavam esse meio como chamariz para novos adeptos e pacientes. É possível acompanhar os rastros da perseguição deixados nas campanhas contrárias, tendo como carro-chefe os debates e denúncias publicados por líderes católicos e protestantes, fosse por meio da imprensa religiosa ou não.

A relação entre mediunidade e saúde possui dois pontos a serem analisados. O primeiro é que o Espiritismo, desde sua fundação, fora acusado de alienar e causar problemas mentais, o que será retomado adiante. Em contraponto, ao mesmo tempo que alguns o consideravam como

causador de doenças psicológicas, ele também possuía relação bastante forte com processos de cura física e mental, incluindo alguns métodos desenvolvidos na Europa como o magnetismo e homeopatia. Estes seriam mesclados à ideia de mediunidade, resultando em um dos grandes chamarizes para quem buscava o Espiritismo.

Médiuns receitistas, médiuns curadores, cirurgias espirituais, fluidoterapia, magnetismo, homeopatia, eram termos utilizados nos processos de cura de distúrbios físicos e espirituais. O corpo e a mente, assim como seus males, na crença espírita, se influenciariam mutuamente, afetados por um terceiro fator: a ação dos espíritos para o bem ou para o mal. Ainda que a homeopatia, o estudo dos fluidos e o magnetismo animal sejam anteriores ao surgimento do Espiritismo, foram adotados de tal forma pelos espíritas que se tornaram objetos de estudo e aplicações recorrentes nas instituições, oferecidos de forma gratuita, pelo menos idealmente.

O Livro dos Médiuns (1861), de Allan Kardec, que trata sobre as manifestações, orientações e dificuldades na interação entre encarnados e desencarnados, traz a distinção entre os diversos tipos de mediunidades, sendo possíveis, segundo a crença, mais de uma característica em um mesmo indivíduo. Assim, médiuns receitistas¹⁴, que transmitiriam as orientações dos espíritos, como intérpretes de prescrições médicas, seriam diferentes de médiuns curadores, não encerrando aí os meios defendidos como curativos:

Diremos apenas que este gênero de mediunidade consiste, principalmente, no dom que possuem certas pessoas de curar pelo simples toque, pelo olhar, mesmo por um gesto, sem o concurso de qualquer medicação. Dir-se-á, sem dúvida, que isso mais não é do que magnetismo. Evidentemente, o fluido magnético desempenha aí importante papel; porém, quem examina cuidadosamente o fenômeno sem dificuldade reconhece que há mais alguma coisa. A magnetização ordinária é um verdadeiro tratamento seguido, regular e metódico; no caso que apreciamos, as coisas se passam de modo inteiramente diverso. Todos os magnetizadores são mais ou menos aptos a curar, desde que saibam conduzir-se convenientemente, ao passo que nos médiuns curadores a faculdade é espontânea e alguns até a possuem sem jamais terem ouvido falar de magnetismo. A intervenção de uma potência oculta, que é o que constitui a mediunidade, se faz manifesta, em certas circunstâncias, sobretudo se considerarmos que a maioria das pessoas que podem, com razão, ser qualificadas de médiuns curadores recorre à prece, que é uma verdadeira evocação. (KARDEC, 2003, p. 250-251)

¹⁴ “Médiuns receitistas: têm a especialidade de servirem mais facilmente de intérpretes aos Espíritos para as prescrições médicas. Importa não os confundir com os médiuns curadores, visto que absolutamente não fazem mais do que transmitir o pensamento do Espírito, sem exercerem por si mesmos influência alguma.” KARDEC, Allan. *O livro dos médiuns ou Guia dos médiuns e dos evocadores*. 71 ed. Rio de Janeiro: FEB, 2003. pp. 276-277.

Queremos demonstrar com isso que, no cerne da criação do Espiritismo, nas obras fundamentais, codificadas por Kardec¹⁵, os processos curativos já eram previstos, seja por “dons”, técnicas ou influência de espíritos desencarnados. Porém, no Brasil, o médium que assumisse o papel de curador ou receitista não seria popularmente associado ao médico, mas ao curandeiro ou feiticeiro, já que teria em mãos o poder de curar através do mundo espiritual ou não palpável. Nesse sentido, se uma cirurgia espiritual contasse com um médico desencarnado, operando por meio de um médium, no imaginário popular ela se aproximaria muito mais da ideia de magia do que de medicina convencional. A visão da sociedade acerca das curas é um dos pontos principais para entender como o Espiritismo entrou no rol das condenações.

A interferência nos saberes médicos atingiria negativamente o mercado de uma camada crescente de estudantes das faculdades de medicina do país. Condicionar o exercício da medicina somente a portadores de diploma e cessar as “práticas mágicas” e populares seria, portanto, proteger a profissão crescente, ainda que o contingente de médicos formados fosse incipiente para atender a população, que também não contava com saneamento básico preventivo e fornecimento de medicamentos. Segundo a tese de Lilia Schwarcz (1993), que analisa a criação e desenvolvimento das faculdades de medicina e direito brasileiras, assim como de outros espaços intelectuais e suas relações com as questões raciais, o problema do “charlatanismo” era especialmente delicado. No processo de defesa do lugar do profissional da medicina, “curandeiros, práticos e “herbalistas” surgiam como inimigos necessários, já que, ao apontar o “outro, curandeiro”, melhor se reconhecia o “nós, médicos”. (SCHWARCZ, 1993, p. 291). Podemos pensar, portanto, na perspectiva de mercado e de concorrência, de forma que o Espiritismo concorreria no duplo aspecto: como religião, mas também como prática médica, alcançando assim diversos opositores, dentro e fora do âmbito religioso.

Desde antes da promulgação do Código Penal de 1890, surgiam escândalos e denúncias de sujeitos que, segundo a narrativa, exerciam a medicina ilegalmente, tanto na capital quanto no interior. José Joaquim Pitombo foi um desses casos. Em 1877, envolveu-se em uma disputa por Honória, escravizada fugitiva, e devido a isso teve seu nome veiculado numa polêmica dos jornais da cidade de Penedo. Pitombo alegava ser formado em medicina pela Faculdade da Bahia, mas, segundo os jornais, sua formação não fora comprovada. O denunciante da situação

¹⁵ Os espíritas consideram Kardec não como autor, mas codificador das obras, pois seriam elas ditadas e influenciadas por espíritos, mediante entrevistas, conversas e questionamentos de Kardec. Foi criado um método de perguntas e respostas que gerou as cinco obras principais do Espiritismo, já citadas. O próprio Kardec negava a autoria das obras e se colocava enquanto organizador do método e compilador das ideias.

irregular reclamava a posse da moça escravizada, protegida pelo suposto médico. Pitombo, ao realizar um exame, confirmara os maus tratos infligidos em Honória e teria buscado meios de escondê-la, alforriá-la e denunciar a violência cometida por Bento José de Mello Pereira às autoridades. Bento, por sua vez, foi aos jornais negar que tenha se excedido nos castigos corporais e buscou expor a ilegalidade de Pitombo para desacreditar suas afirmações.

O sr Pitombo já me deveu, mas não pagou duas vezes. Pelo contrário, aguardou-se para quando fosse chamado para aplicar alguns remédios de suas curandeirices, **a que a gente se sujeita por falta de médico**, e então apresentou-se uma conta de chegar que ainda assim não saldou a que me devia. (...) Sobre os assassínios que o sr Pitombo tem feito com suas curandeirices, me é impossível enumerá-los. Se houvesse justiça nesta terra estaria, por certo, s.s. expiando entre as paredes de um cárcere tantos crimes cometidos.¹⁶

Afora os conflitos sobre a posse e proteção da escravizada Honória, destaca-se no discurso do denunciante o conhecimento sobre a impossibilidade da prática médica sem comprovação da titulação e a argumentação de que se procurariam os curandeiros como Pitombo devido à impossibilidade de encontrar médicos de formação. Não há indicativos, no entanto, de que “curandeirices” o denunciante fala, tampouco se havia nas curas de Pitombo algo fora do tratamento convencional adotado no período. Seguindo com a exemplificação da ação de práticas de cura por sujeitos não regulamentados, temos, em 1899, na cidade de São José da Laje, o caso que resultara na morte da esposa de um agricultor local.

A (sic) um mês mais ou menos veio do Passo de Camaragibe um sr. Umbelino, conhecido por *Brinco*, que naturalmente, para ganhar dinheiro se arvorou ali em médico, fazendo curas e fornecendo drogas e panaceias, como remédios salvadores da vida humana. Chegando ao conhecimento do sr. Joaquim Mendes, agricultor, as reclamações (sic) desse grande *milagreiro*, tratou de trazer a sua senhora, que estava um tanto incomodada, para a vila, onde o *curandeiro*, aplicou-lhes drogas nocivas à saúde, irritando o estômago da doente, sobrevindo-lhe imediata hemorragia; vindo ela a falecer dias depois, devido à aplicação das drogas ou preparações tóxicas manipuladas pelo *curandeiro*. Eis uma das vítimas desse *Brinco*, que continua ali a exercer a profissão ilegal da medicina.¹⁷

Diferente da denúncia sobre Pitombo, nesse caso aparecem elementos que vinculam o denunciado a práticas não convencionais, como a fama de milagreiro e preparações manipuladas. Em ambos os casos e tantos outros, surge uma observação importante: assim

¹⁶ Jornal do Penedo, Penedo, 13 jul. 1877. Bento José de Mello Pereira ao Senhor curandeiro José Joaquim Pitombo. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 28 mai. 2021.

¹⁷ Gutenberg, Maceió, 25 abr. 1899. Vítima de um curandeiro. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

como o nome *espírita* é utilizado para quaisquer religiosidades mediúnicas, o termo *curandeiro* é também genericamente adotado para designar qualquer pessoa que estivesse fora dos padrões médicos estabelecidos. Isso, em certo ponto, dificulta a análise dos dados, pois o termo curandeiro por si só não evidencia se o sujeito era espírita, de religião popular, de matriz africana, ou, ainda, se não era religioso. O que podemos inferir é que, ao usar a palavra curandeiro num sentido pejorativo, isso possivelmente expressaria um lugar social negativo desse indivíduo. Geralmente as notícias trazidas na imprensa não revelavam que ações específicas eram vinculadas aos acusados, restando ao pesquisador a análise do discurso escondido nas entrelinhas. Já em outra cidade do interior de Alagoas, segue um caso atribuído ao Espiritismo.

Deslocado dos centros em que nasceu e por onde andou, veio ter a Arapiraca esse “vago”, trazendo a bagagem péssima da mixórdia espiritista. Foi isso pelos anos de 1917 a 1918 se não nos falta a memória. Açoitado pelo revés de sua vida vagabunda artectou (sic) novos planos e eis o mal aventurado novamente para fazer a infelicidade do bom povo de Arapiraca. Desta vez pôde conseguir 5 “papalvos” dos mais bobos daquela geração e com suas artimanhas de progresso, ciência, riquezas e mil outras coisas, está agora a mentir descaradamente O antro é uma verdadeira fábrica de malucos. (...) Povo de Arapiraca, alertai! O antro do espiritismo do Amphilophio e o lupanar de prostitutas de um de seus discípulos são duas catástrofes horribéis que o demônio pôs aí para a perdição de vossas almas e desonra de vossas famílias!¹⁸

Amphilophio seria, segundo o semanário *O Índio*, um espírita que surgira em Arapiraca, em meados de 1917 ou 1918, mas teria se afastado do lugar depois de receber represálias do diretor do mesmo jornal, Padre Francisco Macedo. Anos após seu desaparecimento, Amphilophio teria voltado à cidade e tentara “tocar na reputação” do Padre Macedo. Talvez a desavença seja o motivo da reiterada denúncia, pois ao todo foram quatro notícias, inclusive capas inteiras dedicadas a tentar desacreditar e atacar Amphilophio. Ao tratar de seu vínculo com prostituição, ao mesmo tempo que deslegitima o denunciado, colocando-o como moralmente corruptível, nos deixa pistas sobre suas práticas. A prostituição se distanciava da moral kardecista e até mesmo do *status* reverberado pelos adeptos mais elitizados, o que nos faz inferir que Amphilophio, ainda que fosse espírita, não seria vinculado à Federação ou centros espíritas tradicionais. Uma semana depois, na tentativa da redação de

¹⁸ O Índio, Palmeira, 11 nov. 1923. O célebre Amphilophio é um intrujão de marca, p.1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 dez. 2020.

embasar as acusações sobre a loucura que suas práticas causariam e demonstrando o conhecimento sobre a legislação vigente, o jornal retomou o caso:

Dando maior desenvolvimento à explicação do erro de doutrina a que filia-se o snr Amphiphio de Arapiraca, e levando ao conhecimento do público a prova prática da experiência, prestamos um serviço real e científico aos incautos, para que não se deixem iludir pelas lábias satânicas de um desalmado, cujo contato enlameia e lisna (sic) o pudor, a honra e a consciência dos bem aventurados de coração. Para prova de que o espiritismo está condenado pela ciência e leva os seus adeptos à loucura, basta citarmos testemunhos nacionais e estrangeiros, que encontram-se em profusão nas revistas e jornais, com compulsamos. (...) Entre nós já é jurisprudência firmada a condenação e prática dessa seita daninha; e basta para concluirmos estas nossas considerações a citação do acórdão do Supremo Tribunal Federal n. 4.055 concebido nestes termos: (...) alega o paciente que é farmacêutico e estava veraneando em Santa Maria Madalena, no estado do Rio de Janeiro, quando o delegado de polícia do lugar ilegalmente lhe proibiu umas sessões, que celebrava com seus correligionários, todos espiritistas. Invoca a Constituição Federal, que garante a liberdade de pensamento, a de crença, a de culto, e outras não menos preciosas, assegurando que as suas crenças são garantidas ao mesmo tempo pela ciência e pela religião. O Juiz seccional, a quem foi primeiramente requerida a ordem de “habeas corpus”, depois das informações, negou a ordem impetrada. Isto posto, considerando que muito corretamente decidiu o Juiz “a quo”, pois os atos que praticava o paciente são proibidos, e com toda a razão, pelos artigos 156 e 157 do Código Penal. (...) Como vêem ainda os leitores, e sobretudo o snr, Amphiphio, foi uma decisão unânime do Supremo, condenando a prática do espiritismo. Diante disso, e depois disso, como podemos consentir no crime? Não. O comissário de Limoeiro de Anadia deve agir contra essa seita perniciosa, vindo em auxílio da população laboriosa da pequena vila de Arapiraca, desterrando o monstro.¹⁹

Observamos que os termos utilizados para categorizar os praticantes se modificavam de acordo com a percepção social e racial desses sujeitos, sendo o critério de classe e raça fatores que influenciavam quem deveria ser preso e quem deveria ser admirado, ainda que tanto um quanto o outro manifestassem exercícios ilegais. No jornal *Gutenberg*, por exemplo, em 1896, era noticiada a detenção de um *crioulo curandeiro*, mas, paradoxalmente, um mês depois dava as boas-vindas a um *senhor* que anunciava “trabalhos de Espiritismo”. É notável a diferença feita a partir de marcadores sociais, como a ênfase na cor da pele do detido e no título de respeito - sr. cavalheiro -, na matéria seguinte. Os jornais também faziam propagandas de homeopatia e ocultismos, ressaltando termos como “*doutor*”, “*distinto*

¹⁹ O Índio, Palmeira, 18 nov. 1923. Vade Retro, Satanás! Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 dez. 2020

cavalheiro”, “*respeitável senhor*” dos responsáveis, diferenciando, portanto, dos chamados curandeiros e praticantes das religiosidades populares.

O subcomissário de polícia dos Altos de Jacotinga e Santa Cruz mandou recolher anteontem à casa de detenção o crioulo Thomé Santiago da Costa, que andava por aquele distrito exercendo a profissão de curandeiro. Bem lhe faça a prisão; e que aquela autoridade não esqueça os tais curandeiros.²⁰

Chegado ontem a esta cidade (...) o sr. cavalheiro Magno, hábil artista em trabalhos de Espiritismo, hipnotismo, adivinhação e magnetismo. (...) Com aparições e desaparecimentos de fantasmas viventes e palpáveis, (...) verdadeiro trabalho de Espiritismo.²¹

Como afirmamos no tópico anterior, nas disputas simbólicas, os termos são essenciais na diferenciação entre as religiões. Distinguir-se das religiões de matriz africana e de figuras populares, como rezadeiras, benzedadeiras, curandeiros em geral, seria uma estratégia essencial para manter a distinção, assim como para delimitar quem seriam os adeptos ou clientes. Esse discernimento não se restringia ao discurso, mas era expresso concretamente no lugar social dos grupos envolvidos, sendo revelado nos processos de violência, das perseguições policiais, jurídicas, políticas, além da exploração socioeconômica, que se apresenta como a base de todas essas violências.

Diante dessa diversidade de práticas e de sujeitos que se apresentavam como alternativas no tratamento de saúde, a redação do Código Penal de 1890, em seu terceiro capítulo, trazia as punições e crimes que atentariam contra a saúde pública, visando combater criminalmente as diversas práticas que fugissem da organização médica oficial. Seriam eles:

Art.156. Exercer medicina em qualquer de seus ramos, a arte dentária ou a farmácia: praticar homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos. (...)

Art. 157. Praticar o Espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancia, para despertar sentimento de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública. (...)

Art. 158. Ministras ou simplesmente prescrever, como meio curativo, para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substancia de

²⁰ Gutenberg, Maceió, 01 jul. 1896. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 09 jul. 2019.

²¹ Gutenberg, Maceió, 4 ago. 1896. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 09 jul. 2019.

qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo, assim, o ofício do denominado curandeiro.²²

De acordo com a redação acima, ainda que o Espiritismo fosse privilegiado por ser branco e inicialmente de elite, seria atingido pelo sistema penal por possuir, em relação ao universo de curas, características similares a religiões populares: propostas de cura não formais, mesmo que essas fossem, idealmente, sem compensação financeira. Nesse aspecto é interessante perceber que as práticas médicas e as políticas higienistas conjugaram-se com o papel do Catolicismo como religião hegemônica do período, com a finalidade de reprimir determinadas práticas. O sistema parte de um ponto de vista ideológico para legislar e orientar os braços da lei, que obedeciam e executavam as ações punitivas. A contribuição cristã católica seria a busca pela expurgação e depuração do corpo social da “doença” da “ignorância”. Somar-se-iam forças para um mesmo fim.

E, diante de tantas denúncias de curandeiros, mas sem especificações de crença, como saber se as manifestações kardecistas criminalizadas eram realmente praticadas nesse período em Maceió? Existia um sistema que burlava a legislação penal vigente para interferir na saúde pública? Como diferenciar, nesse contexto, o Espiritismo de religiões diversas? Ainda mediante a análise das fontes de imprensa, buscamos propagandas, denúncias, notícias sobre o cotidiano no período, além de vincular os nomes de espíritas autodeclarados a possíveis ações nesse sentido. Esse movimento auxiliou no intuito de detectar práticas efetivamente espíritas que poderiam ser entendidas como interferências na saúde pública.

Alguns meses antes da publicação do Código Penal de 1890, foi publicada, no jornal *Diário do Povo*, uma propaganda de cura através do magnetismo animal. Os magnetizadores surgiram antes da organização da doutrina espírita por Kardec, ainda no século XVIII. A ideia advém do mesmerismo, que defendia a crença no fluido universal e magnetismo como parte de processos de cura. Esses conceitos, conforme já explicitado, foram absorvidos pelos espíritas e viriam a fazer parte dos discursos científicos e religiosos. Retomando a experiência local, escreveu o jornalista José Egydio²³ ao jornal do qual era redator:

²² BRASIL. **Código Penal de 1890.** Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=847&tipo_norma=DEC&data=18901011&link=s. Acesso em: 15 mar. 2020.

²³ José Egydio da Fonseca, 1856 – 1906, foi jornalista e professor, autor da obra *Contos Periódicos*, além de ser escritor em jornais locais. Fonte: <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php> Acesso em: 18 mai. 2020.

Desde o ano passado, quando tive a felicidade de entrar no conhecimento das ciências psíquicas, que eu tenho trabalhado tanto no Espiritismo como no magnetismo, apesar de serem estas ciências pouco conhecidas entre nós. Para o magnetismo animal tive como mestre o ilustre cidadão capitão José Hygino de Carvalho e para o Espiritismo os livros. (...) Até então eu nunca tinha curado pessoa alguma, e não sabendo de que modo me devia portar para a cura do pobre homem, tive revelação escrita de um espírito, o de Mesmer, guiando-me no modo que eu devia proceder. Pus em prática e depois de feito o trabalho, tive outra revelação escrita dizendo-me que o homem ficara muito melhor.²⁴

Esse trecho do relato revela pontos importantes. Em primeiro lugar, confirma a existência de estudos espíritas antes da inauguração do primeiro centro, e com envolvimento de atividades mediúnicas em sessões domésticas, já que o relato mencionava revelações escritas, ou seja, mediante psicografia²⁵. Segundo a crença espírita, essa seria uma das formas de comunicação possível com o mundo espiritual. O médium serviria de instrumento, escrevendo mensagens transmitidas por um espírito desencarnado. Essa denominação posteriormente se popularizaria, principalmente na segunda metade do século XX, com o surgimento da figura de Chico Xavier, famoso por psicografar mensagens para pessoas que perderam seus familiares.²⁶

Em segundo lugar, o trecho evidencia que as supostas curas seriam de conhecimento geral, afinal, foram publicadas num jornal não religioso, e reconhecidas como legítimas. O detentor desse “poder curador” era um agente privilegiado da sociedade, com acesso à imprensa escrita e a estudos estrangeiros ainda pouco conhecidos localmente, além de não se tratar de um profissional da área da saúde. Por fim, outro ponto essencial na análise é o espírito autor da mensagem: Mesmer. Através da psicografia, a mensagem teria sido enviada por ninguém menos que o médico austríaco Franz Anton Mesmer, criador da teoria do magnetismo animal, falecido no início do século XIX²⁷. Este elemento reforçava a valorização da intelectualidade e dos espíritos “elevados” que se comunicariam nesse segmento religioso, o que constantemente

²⁴ Sobre o magnetismo: “sob a forma de passe, o magnetismo é, hoje, largamente utilizado, principalmente nas casas espíritas. Na liturgia atual da Igreja Católica o passe também pode ser identificado na imposição de mãos dos padrinhos, em certos momentos das cerimônias de casamento e batismo. Vamos encontrá-lo, também, nos exorcismos e nas bênçãos de um modo geral.” CAMPETTI SOBRINHO, Geraldo (org.). O Espiritismo de A a Z - Dicionário de termos. Rio de Janeiro, FEB, 2010. p. 662

²⁵ Médiuns escreventes ou psicógrafos teriam faculdade de escrever por si mesmos sob a influência dos espíritos. Sobre os tipos de mediunidades elencadas pelo Espiritismo, ver: CAMPETTI SOBRINHO, Geraldo (org.). O Espiritismo de A a Z - Dicionário de termos. Rio de Janeiro, FEB, 2010. p. 551.

²⁶ Em casos bastante divulgados pela mídia, cartas psicografadas por Chico Xavier (1910 – 2002) foram aceitas no Tribunal como prova para absolvição de pelo menos três réus acusados de assassinatos. É um dos médiuns mais conhecidos do país e difundiu o Espiritismo brasileiro através de obras publicadas em diversos países.

²⁷ Disponível em: <https://www.feeb.org.br/index.php/institucional/artigos/372-biografia-de-mesmer> Acesso em: 09 jul. 2019.

ressalta a distinção entre os espíritos evoluídos e os não evoluídos, esses últimos, segundo os próprios espíritas, cultuados em religiões populares, africanas e indígenas.

Nos anos seguintes, após a proibição do Código Penal, alguns rastros publicados na imprensa deixam pistas sobre como eram enxergadas as reuniões mediúnicas enquanto espaço curativo. Em um episódio polêmico, conhecido na imprensa como Caso Jaraguá, uma reunião kardecista fora realizada na residência do Capitão Agenor Vidal²⁸, e resultara na descoberta de uma caixa com ossos enterrada em um dos cômodos da referida casa. A indicação do local onde havia a ossada, segundo o jornal que noticiou o acontecido, teria sido dada por um espírito, o que reforça a percepção de Rafael (2012), sobre a magia em Alagoas nunca ser posta em questão.

No caso de Jaraguá, o espírito, que falava na pessoa do médium, foi muito leviano, pois perguntado sobre a existência de algum remédio para curar uma doente ilustre desta cidade, o espírito brincador, muito estranho aos espíritos de Esculápio e de Galeno, respondeu, revelando a existência de uma caixa enterrada. Eis o que é o Espiritismo na sua nua verdade. Não serve a asserção dos espiritistas que dizem se servir do Espiritismo para curar doentes ou livrar obsessados: o progresso tem à disposição médicos e remédios, a Igreja Católica é rica de exorcismos e orações. (...) ²⁹

Esse acontecimento realçou que a crença inquestionada na magia e na comunicação com os espíritos foi reforçada pelo posicionamento de um membro da Igreja, Reverendo Bartholomeu Vittone, tanto por trazer à tona a questão das curas, quanto por qualificar o espírito, sem, no entanto, negar o acontecido. Além disso, o vigário ironizava que o espírito tenha sido leviano, diferente dos veneráveis nomes que comumente aparecem nas comunicações espíritas, daí a citação de Esculápio e Galeno como referências à medicina grega, contrapondo o enigmático espírito que foi invocado para proporcionar uma cura, mas que colocara os médiuns a cavar para buscar uma caixa de ossos enterrada.

A polêmica no *Gutenberg* estendeu-se por várias edições, por um lado sendo tratada como confirmação da veracidade das comunicações, por outro considerada como testemunho de que os espíritos recebidos nas sessões eram demoníacos. A caixa, supostamente indicada pelo espírito, foi encontrada enterrada em um dos quartos e continha uma pequena ossada

²⁸ Capitão Tenente Agenor Vidal, foi redator da Revista Lumen e Comandante da Escola de Aprendizes da Marinha.

²⁹ Declaração do Reverendo Bartholomeu Vittone, Vigário do Jaraguá, no Jornal Gutenberg na coluna Ideias Alheias, em 22 nov. 1907, p.1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 jul. 2019.

envelhecida dentro, que, também segundo a mensagem do além, seria de uma criança. De acordo com os relatos, devido à proporção da ossada, pairava a dúvida se realmente pertenceria a uma criança ou se seria de algum animal de pequeno porte, sendo esta última hipótese defendida por um médico local e hipótese posteriormente aceita até mesmo por Agenor Vidal. Mas, independente da origem da ossada e da curiosidade que o caso gerou, o que seguiu foi uma batalha entre lideranças católicas e espíritas.

O episódio, apesar de todos os detalhes não explicados e com ares de mistério, possuía o contexto bem localizado: tratava-se de um culto espírita – nesse caso sem confusão de termos, pois seriam pessoas estudiosas da doutrina de Kardec – visando a cura de determinada pessoa da alta sociedade, através de meios não convencionais, portanto infração ao código penal de 1890. Além dessas informações mais evidentes, ao pesquisar sobre a trajetória do capitão Agenor Vidal em Maceió, entendemos que a sessão foi realizada em sua residência, que era também um prédio público militar, cedido para moradia em razão de suas funções enquanto capitão. Portanto, uma reunião religiosa para tratar de “uma doente ilustre” não identificada, organizada por um militar de alta patente, reforça o meio social e as relações que permeavam não só esse episódio, mas o desenvolvimento do Espiritismo na cidade de Maceió.

Aqui a confusão entre público e privado deve ser destacada, já que corrobora com as características patrimonialistas do período. A construção social fazia com que o fluxo entre as questões públicas e privadas fossem tratadas de forma tão naturalizada, que na polêmica não houve estranhamento sobre o local da sessão ser um prédio militar, mesmo para um opositor tão determinado a debater sobre o tema em inúmeras cartas direcionadas ao jornal. Segundo Schwarcz e Starling (2018), no Brasil tudo passa pela esfera da intimidade, e o “familismo” se traduz no costume arraigado de transformar questões públicas em questões privadas. As relações de poder que envolveram o caso transformaram-se em um debate de intelectuais sobre a fé e nada mais.

Um outro fator que deve ser considerado: em nenhum momento as discussões enfatizaram que alguém deveria ser responsabilizado judicialmente pelo crime, nem o caso foi tratado como tal. Se limitaram a seguir o caminho de duelar sobre ser esse um episódio satânico ou não, voltando o debate totalmente para os dogmas e as crenças, utilizando o espaço da imprensa e com formalidades, em respeito à hierarquia que os oponentes reconheciam no outro. Considerando que para Bourdieu “as relações de comunicação são, de modo

inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidas nessas relações” (BOURDIEU, 1989, p. 11), entende-se que as disputas travadas na imprensa local denunciam um espaço de privilégio, tanto católico, por ser historicamente dominante nesse contexto, quanto espírita, por ter o poder simbólico advindo das relações sociais que permeavam o grupo elitizado.

Ainda sobre a comprovação da atuação de médiuns em Alagoas, quando alguns dados sobre a história do Espiritismo foram levantados pelo jornalista espírita Adherbal de Arecippo³⁰, nomes de vários médiuns que atuaram em Maceió na primeira metade do século XX foram destacados. Infelizmente os dados não foram publicados, mas anotados em um caderno de memórias que servirá como contribuição para a argumentação sobre a existência de práticas de curas mediúnicas no estado. Entre os diferentes tipos de mediunidade relacionados a sujeitos lembrados por Arecippo, para esta pesquisa cabem os seguintes:

Argemira de Freitas Leite: (falecida em) 29 de maio de 1954. No dia anterior, tinha completado 78 anos. Tinha cerca de 35 anos, ou mais, de atividade espírita, principalmente como médium receitista. Também o era de incorporação. Prestou longos serviços ao Espiritismo alagoano. Trabalhou muito no grupo “Dr. Mel. Ant. da Cruz” e no “João Lício Marques”. Seu enterro efetuou-se no dia 30, saindo o féretro do grupo “União Espírita”, havendo Américo Pereira da Silva levantado preces em benefício daquela velha e saudosa amiga. (...) ³¹

Joana Melo: (falecida em) 17 de setembro de 1954, 22,5hs. Dona Joaninha. Nasceu em Pilar e contava 77 anos. Era médium de incorporação e médium receitista. ³²

Demonstrado que em Alagoas existiram médiuns espíritas atuantes em atividades curativas não convencionais e consideradas criminosas, cabe, no próximo ponto, a análise do embasamento jurídico e das legislações concernentes sobre o tema, que poderiam influenciar positiva ou negativamente no entendimento da esfera criminal. As contradições sobre liberdade

³⁰ Sócio do Centro Espírita Alagoano Mello Maia desde abril de 1938, Adherbal de Arecippo manteve um caderno de anotações onde registrou centros em funcionamento, espíritas conhecidos na cidade, datas de desencarnes e outras informações. Com o título de Apontamentos para “o meu caderno de notas espíritas” iniciados em 16 de julho de 1942, o caderno pertence a acervo pessoal e foi gentilmente cedido pela também pesquisadora Mailza Silva Correia.

³¹ ARECIPPO. Adherbal de. Apontamentos para “o meu caderno de notas espíritas” iniciados em 16 de julho de 1942. p. 21.

³² ARECIPPO. Adherbal de. Apontamentos para “o meu caderno de notas espíritas” iniciados em 16 de julho de 1942. p. 39

de culto constitucional e condenação das práticas religiosas, temas que aparecem com frequência nas denúncias feitas por populares, também serão investigadas.

1.3 A liberdade religiosa existe? Apontamentos jurídicos e sociais.

Os debates sobre raça e criminalidade na segunda metade do século XIX, além de reforçarem a discriminação, levariam o racismo a debates “científicos”, com a Criminologia Lombrosiana aplicada ao controle social. Além de Cesare Lombroso, havia ainda a contribuição dos estudos de Nina Rodrigues, que enxergava uma relação direta entre as diferenças raciais e a influência destas na criminalidade. Por isso, o autor levava o pensamento ao extremo de considerar coerente a elaboração de diferentes códigos penais para as regiões brasileiras, tendo como base as raças que formassem sua população (SILVA, 2001, p. 24). Para Schwarcz, a chamada Antropologia Criminal, que tinha Lombroso como o maior nome, cada vez mais afastada de modelos humanistas, apresentava a criminalidade como um fenômeno de base física e hereditária (SCHWARCZ, 1993, p. 65). A associação das diferentes raças com criminalidades e degeneração era fruto de uma sociedade evidentemente racista, que possuía o ideal europeu como meta. Essa visão de mundo teve seu reflexo impresso nas legislações brasileiras, nas repressões religiosas, nas diversas formas de exclusão, encarceramento e silenciamento de grupos marginalizados.

Nesse sentido, enquanto Bastide afirmava que “nunca houve lei alguma que pudesse desarraigar sentimentos profundos e trocar a mentalidade de um povo” (BASTIDE, 1971, p. 257 apud SILVA, 2001, p. 34), não seria incoerente pensar que o sentido contrário era real: as legislações não seriam capazes de alterar mentalidades, porém, as reforçariam, além de reproduzir o pensamento de seu tempo. Desta forma, as visões de mundo dos legisladores representariam interesses da elite e dos intelectuais, suas experiências colocadas como verdades impostas. Caberia ao restante da população somente a adequação a essa imposição. O conjunto de legisladores responsável pela redação do código penal, assim como de tantas outras leis, que não as de apelo popular, refletia anseios de determinado grupo, e os marcadores sociais que acompanhavam a redação se apresentavam como uma evidência disso. Observando o discurso que permeava esse conjunto de leis concernentes ao nosso objeto, questionamos o que seria a tão sonhada “ordem pública” senão a ordem vigente da elite, sem manifestações dos marginalizados, sem a musicalidade da cultura negra, sem as interferências dos saberes

religiosos populares e das necessidades básicas gritantes da maioria. O que seriam os maus costumes combatidos, senão os costumes que se apartam das cópias dos costumes europeus?

Para Magali Engel (2018), fatores como a reestruturação das relações de trabalho, a Proclamação da República e intensificação da urbanização, características do fim do século XIX, delinearão um processo que caminhava desde meados de 1850. Seriam novas estratégias de disciplinarização, que estariam de acordo com as demandas burguesas, que teriam o poder de estabelecer modelos e critérios para disciplinarização dos sujeitos dissonantes.

As perspectivas de reestruturação das relações de trabalho em novas bases, a ampliação e a complexificação dos espaços urbanos, a Proclamação da República, entre outros aspectos, sinalizavam o advento de um novo tempo. Impunham, de acordo com as expectativas e interesses dominantes, a formulação e a execução de novas estratégias de disciplinarização e de repressão dos corpos e mentes sedimentados, por exemplo, sobre uma nova ética do trabalho e sobre novos padrões de moralidade para os comportamentos afetivos, sexuais e sociais. O advento da República anunciava o começo de um tempo marcado pelo redimensionamento das políticas de controle social, cuja rigidez e abrangência eram produzidas pelo reconhecimento e legitimidade dos parâmetros burgueses definidores da ordem, do progresso, da modernidade e da civilização. (ENGEL, 2018, p. 322)

Sem perder de vista essa contextualização, e mesmo com o risco de ser uma parte cansativa, faz-se necessário realizar uma breve retrospectiva da legislação vigente na esfera municipal, estadual e federal, tanto condenatória quanto protetora dos aspectos religiosos. Em todo o país, seriam as brechas das legislações que se tornariam argumentos para prisões, denúncias e também das defesas que envolveriam os possíveis processos das práticas religiosas ao longo dos cinquenta anos de validade do Código Penal de 1890.

A Constituição Política do Império do Brasil, outorgada pelo Imperador D. Pedro I em 1824, determinava o Catolicismo como religião oficial, ressaltando que “todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.”³³. Dessa forma, o vínculo entre Igreja e Estado permaneceu vivo durante o período imperial, sendo a Igreja subvencionada e protegida pelo Estado, gozando de determinados privilégios.

Com o fim do Império, o governo provisório trouxe alterações importantes na vida religiosa no Brasil. O Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, separou Estado e Igreja, proibindo a intervenção em matéria religiosa e consagrando a liberdade de cultos. O

³³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Acesso em: 11 mai. 2020.

Catolicismo a partir desse momento não era mais a religião oficial, e todas as demais seriam consideradas legais, extinguindo, portanto, qualquer poder de intervenção dos governos sobre as religiosidades individuais e coletivas, assim como, teoricamente, seria extinto também qualquer privilégio ou perseguição. Entre os sete artigos do decreto assinado por Marechal Deodoro da Fonseca, destacamos os seguintes, que contribuem diretamente para nosso debate.

Art. 1º É proibido à autoridade federal, assim como à dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas.

Art. 2º A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos atos individuais, senão também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.³⁴

Decretada a ampla liberdade religiosa, seria coerente que as demais leis que entrassem em vigor a partir desse movimento de abertura estivessem em consonância com o documento apresentado. Porém, ainda no mesmo ano, o Código Penal, Decreto 847, de 11 de outubro de 1890, assinado também por Marechal Deodoro e formulado pelo Conselheiro João Baptista Pereira, indicava que a liberdade não era total, como fora apresentada inicialmente, mas traria restrições com fortes marcadores sociais. Esse documento, criticado por juristas, mas válido até o ano de 1940, trazia os problemas apresentados no tópico anterior: a punibilidade de espíritas e de outros sujeitos que, envolvidos ou não em instituições religiosas, intervissem na saúde pública.

O Código Penal de 1890, com base na tentativa de abertura das liberdades propostas pela recém proclamada República, nascera inadequado, com sua redação tendenciosamente racista e discriminatória. Porém, o Código não é deslocado da realidade, já que apresentava resquícios do pensamento escravista, e da visão arbitrariamente aristocrática e elitista tão característica do período. Inegável, diante dos artigos que condenavam capoeiras e curandeiros, que o Código visava a punibilidade específica voltada a determinada camada social, fosse por manifestação cultural ou religiosa. Segundo a pesquisa de Kátia Silva (2001), que, a partir do

³⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm Acesso em: 11 mai. 2020.

levantamento da legislação nacional, analisou formas de enfrentamento ao preconceito, “as discriminações existentes nesta legislação penal eram de toda a ordem e não traziam qualquer justificação jurídica, por isso podemos rotulá-las de injustas” (SILVA, 2001, p. 22).

Entrando em contradição com sua própria redação, e, assim, ressaltando quais religiosidades eram preteridas ou protegidas, observamos que havia no Código Penal duas interpretações distintas sobre práticas religiosas, de acordo com o que seria entendido por legítimo ou não. De um lado, havia a perseguição àquelas que tivessem envolvimento em questões de saúde, já apresentadas aqui, como oferta de curas e remédios não alopáticos. Por outro lado, trazia sua versão de proteção, no reforço à proclamação das liberdades. Assim, o Capítulo III do documento detém inteiramente a defesa das manifestações religiosas.

Art. 185. Ultrajar qualquer confissão religiosa vilipendiando ato ou objeto de seu culto, desacatando ou profanando os seus símbolos publicamente:
Pena - de prisão celular por um a seis meses.

Art. 186. Impedir, por qualquer modo, a celebração de cerimônias religiosas, solenidades e ritos de qualquer confissão religiosa, ou perturbá-la no exercício de seu culto:
Pena - de prisão celular por dois meses a um ano.

Art. 187. Usar de ameaças, ou injúrias, contra os ministros de qualquer confissão religiosa, no exercício de suas funções:
Pena - de prisão celular por seis meses a um ano.

Art. 188. Sempre que o fato for acompanhado de violências contra a pessoa, a pena será aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente ao ato de violência praticado, na qual também o criminoso incorrerá.³⁵

A dubiedade do documento não era aleatória. As rupturas políticas e as mudanças sociais do pós-abolição foram acompanhadas por todo o peso da exclusão racial e reforçados pelas teorias que ligavam esses sujeitos à ideia de que possuiriam intelectualidade inferior, tendência à criminalidade, a doenças mentais e outras tantas afirmações que as teorias raciais traziam consigo. Portanto, a legislação não tinha o intuito de incluir as religiosidades negras e populares nas proteções coletivas ou individuais. A liberdade de culto possuía, ainda que não explicitado, um direcionamento bem delimitado. Desta forma, muito distante de se encaminhar para a igualdade das liberdades sociais, e evidenciando a preocupação em penalizar condutas socialmente desviantes perante uma visão elitizada, o Código Penal de 1890 “foi um retrato da

³⁵ BRASIL. **Código Penal de 1890.** Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=847&tipo_norma=DEC&data=18901011&link=s. Acesso em: 15 mar. 2020.

preocupação das elites republicanas em viabilizar novas percepções acerca da ordem social, bem como criar mecanismos de administração dessa ordem.” (DONADELI, 2014, p. 367).

Confrontado por causa da inclusão do termo Espiritismo no Código Penal, o jurista responsável, Baptista Pereira, chegou a utilizar o Jornal do Comércio para rebater as críticas. Declarou, em primeiro lugar, que os crentes do Espiritismo seriam vítimas, tanto por serem exploradas financeiramente, quanto comprometidas em sua saúde. Com a insistência da Federação Espírita Brasileira, que montara até mesmo uma comissão para apresentar à imprensa e a parlamentares representações contra os artigos que citavam a religião, o jurista justificou que os artigos constantes no código direcionavam-se ao “baixo Espiritismo”. Ainda assim, o período foi de afastamento dos adeptos, perseguidos por uma polícia que não entendia desta forma, ao menos no Rio de Janeiro (MARQUES, 2019, p. 217).

Para Donadeli (2014), que fez a análise do Código Penal de 1890 pelo viés da cultura política, a legislação penal refletia interesses e conflitos, de modo que a elite republicana faria uso desse documento legal para implantar e justificar formas de dominação e manutenção de poder. Conforme explicou o autor, o Estado, nesse caso, era o detentor do monopólio da violência, e o processo penal o instrumento de poder, repressão e controle criminal e social. O conservadorismo social e as contradições estruturais, ainda segundo Donadeli, ajudariam a explicar que a lei era fruto da sociedade em determinado momento da história, e, ainda que o Código trouxesse avanços como a abolição da pena de morte, substituindo o rol de punições por penas mais brandas e não infamantes, o direito penal foi utilizado para controle social seletivo, com base no determinismo biológico e social.

O Espiritismo em sua ideia inicial, com características europeias, seria considerado um problema menor do que as religiões populares, e apresentava-se como uma alternativa na quebra da hegemonia católica que predominava no Brasil desde o período colonial. A vertente mais combatida era justamente a que se confundia e mesclava com as religiosidades populares e africanas, o que era conhecido pejorativamente como “baixo Espiritismo”. Se o instrumento jurídico, o Código Penal de 1890, trazia tão especificamente a criminalização do Espiritismo, homeopatia e magnetismo, seria esse instrumento fruto de um senso comum, replicando preconceitos da sociedade da época. Quanto a seus elaboradores, se revelaram desconhecedores das doutrinas que condenavam, tendo como consequências a violência e injustiça replicadas por décadas. Baptista Pereira, ao declarar que o Código se referia ao “baixo Espiritismo”, reforçava a percepção de que utilizava de superficialidades e do imaginário comum, mas, em realidade,

colocava em risco gerações de religiosos, tanto espíritas quanto candomblecistas, e posteriormente umbandistas, além de adeptos de tantas religiões que possuíam processos curativos em suas crenças.

Ainda nessa perspectiva, cabe a problematização sobre como eram entendidas as outras denominações religiosas, inclusive o Catolicismo e o Protestantismo, por também possuírem diversos rituais de cura. Desde as orações, promessas e exorcismos, até as sessões que operariam “milagres” nas igrejas protestantes, a interação com o sagrado possuiria uma infinidade de manifestações. Contudo, essas intervenções no corpo e na saúde pública não eram vistas tal como as práticas condenadas pelo código penal de 1890. Essa reflexão nos leva a pensar que a condenação tem menos a ver com o formato do que com o entendimento social dessas prática. Assim, podemos afirmar que no Brasil as relações econômicas e sociais que permeiam a estrutura política e jurídica teriam também o poder de isentar determinados sujeitos e grupos, ainda que contrariassem seus códigos de justiça. Afinal, esses códigos seriam feitos por cristãos, os valores que passam pela estruturação do estado também são cristãos. A secularização no Brasil não se daria de imediato com a Proclamação da República, pois as relações entre Estado e Igreja não seriam rompidas por completo. E pode ser colocado em questão, a partir das interferências religiosas, católicas e posteriormente protestantes, nos mais diversos espaços que deveriam ser laicos, se até o momento atual essa secularização se deu plenamente.

A imagem da justiça é representada geralmente por divindades greco-romanas, sempre mulheres, com algumas variações de instrumentos e posições, espada, balança, livro, venda nos olhos; mas, os símbolos têm sempre o mesmo sentido: a moral, a equidade e a verdade, com sua função primária colocada acima das paixões humanas. Os pratos da balança, em alturas semelhantes, indicariam a igualdade entre os julgados por ela. A representação por meio das deusas da justiça aponta materialmente algo que é abstrato, e o elemento fundamental seria que a justiça não olha para quem dá sua decisão, ela é cega, baseia-se no equilíbrio da balança (SALGADO, 2012). Idealmente a justiça agiria, tal qual sua representação, de forma igualitária, sem olhar para as diferenças raciais, sociais e econômicas. Porém, objetivamente temos um universo bastante diferente que, não raro, beneficia uma pequena parcela da população em detrimento de outra.

Não há, até o momento, estudos sobre o impacto dessa legislação criminalizadora das práticas mágicas em Alagoas, e a ausência das fontes não facilita que alcancemos o real efeito

do código nas religiões locais. Sabemos, no entanto, que a Federação Espírita de Alagoas afirma que o Espiritismo, no início do século XX, sofreu um arrefecimento de suas atividades, o fechamento dos principais centros e também da própria FEEAL. O esforço deste trabalho se volta justamente para esta lacuna, tentando, se não responder se tal se deu, ao menos indicar possíveis caminhos trilhados pelo Espiritismo para se defender e evitar sua extinção.

Finalizando os regulamentos a nível nacional, temos a Declaração de Direitos da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, que, em seu artigo 72, traz a seguinte redação: “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”³⁶. A Carta Magna caminhava em defesa da liberdade de culto, como seria esperado após o decreto do governo provisório, assinado no ano anterior. A Constituição era invocada de forma frequente e como o argumento principal, na tentativa de defesa dos direitos religiosos, cotidianamente violados pelo Código Penal, em vigor desde o ano anterior.

As medidas protetivas trazidas aqui, descumpridas em sua totalidade em episódios marcantes como o Quebra de Xangô de 1912, assim como em tantos outros momentos de silenciamento das religiosidades negras e populares, demonstram que, tanto os artigos que visavam combater práticas quanto aqueles que visavam protegê-las traziam consigo um direcionamento de qual religião era efetivamente alcançada pela lei. “Para cumprir com sua missão jurídica o Estado define o que é crime e o que não é crime. E a definição de crime está correlacionada ao pensamento ideológico do Estado e aos seus interesses.” (DONADELI, 2014, p. 362). Dessa forma, as discriminações, enquanto construções sociais historicamente localizadas, permeariam toda a estrutura jurídica, com braços que alcançariam a estrutura de repressão do estado, ainda que isso nem sempre fosse evidenciado em artigos e incisos. As relações se apresentariam na elaboração das leis, e, mais do que isso, nas leituras cotidianas feitas pelos executores dessas leis, desencadeando as diversas agressões sofridas pelos que são enxergados como desviantes.

Em consonância com essa análise, Lília Schwarcz (2012) reflete que o caráter não oficial do preconceito que ainda existe no Brasil é uma das especificidades mais marcantes em sua

³⁶ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, Título IV, Seção II, Art. 72, § 3º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm Acesso em 08 abr. 2020.

construção. Segundo a autora, se em outros países a discriminação racial possuía estratégias jurídicas para manter a discriminação dentro da legalidade, no Brasil, as leis não se referem explicitamente a diferenças pautadas na raça. Mas, ressalta que “silêncio não é sinônimo de inexistência”, pois, o racismo adentraria nas esferas jurídicas “primeiro de forma “científica”, com base no beneplácito da biologia, e depois pela própria ordem do costume” (SCHWARCZ, 2012, p. 79). Assim, as nuances da legislação, ainda que não se referissem explicitamente ao sujeito negro, à perseguição das religiões negras, abriam precedentes e não seriam isentas. E quanto aos legisladores e executores, os sujeitos não se deslocariam de seus preconceitos e costumes na elaboração e aplicação, por vezes discricionária, de seus deveres.

Alguns autores, dentre eles Yvonne Maggie (1992), entenderam que não houve repressão a religiões, mas a práticas específicas, o que culminaria em modificações que, em certa medida, resultariam no que conhecemos hoje das religiões mediúnicas. O presente trabalho considera que as religiões não se distinguem de suas práticas a ponto de serem analisadas de forma isolada. A religiosidade e seu sistema de crenças foram reprimidos juntamente com a prática mágica das religiões mediúnicas e curativas a cada prisão e processo judicial. A perseguição afetou de tal maneira a forma de interação e construção religiosa, ainda mais com direcionamentos específicos, que a repressão não poderia deixar de ser considerada como um elemento constante na história das religiões mediúnicas, ainda que o Espiritismo branco e de elite tenha sofrido consideravelmente menos do que os segmentos espiritualistas populares e negros. Nesse aspecto, cabe ressaltar novamente que o Espiritismo de Kardec, em suas diversas mutações e adaptações populares, desenvolveu características tão múltiplas que se distanciou cada vez mais de qualquer “pureza”, ainda que os membros tentassem o resgate dessa suposta pureza para se destacarem e fugirem do estigma da comparação com as religiosidades populares.

1.4 Controle e fiscalização em Maceió/AL

Os estados e municípios seriam responsáveis pela fiscalização da legislação nacional e redatores das leis complementares, assim como de outros documentos reguladores, como os códigos de posturas, pois, ainda que não contrariando as regras nacionais, havia a necessidade de considerar as especificidades locais. Por outro lado, algumas instituições que cuidavam do

controle estadual seriam centralizadas nacionalmente, com unidades nos estados, sendo estes desprovidos de autonomia em seus regulamentos, como as Inspetorias de Higiene.

Criada pelo Decreto 9.554 de 3 de fevereiro de 1886, ainda no Império, a Inspetoria Geral de Higiene era a instituição responsável pela reorganização do serviço sanitário, o que envolvia salubridade, serviço sanitário de terra – o dos portos era responsabilidade de outro setor -, além dos estudos sobre assuntos concernentes à saúde pública. No artigo 9º da lei, ficava incumbida à Inspetoria Geral de Higiene: “I. A fiscalização do exercício da medicina e da farmácia; (...) V. A polícia sanitária sobre tudo que, direta ou indiretamente, interessar a saúde dos habitantes das cidades, vilas e povoados do Império.”³⁷. Para tanto, a organização contava com delegados na corte e nas Províncias, além de equipe formada por médicos, químicos, farmacêuticos, desinfetadores e servidores administrativos no Rio de Janeiro. Para Alagoas, ainda segundo o decreto, fora designado um inspetor e delegados nas principais cidades e vilas, sendo os delegados nomeados pelo Presidente da província.

Além da comunicação com a Inspetoria Geral no Rio de Janeiro, era de competência dos inspetores de higiene das províncias, conforme o artigo 21º do mesmo decreto, “encarregar-se especialmente da fiscalização do exercício da medicina e da farmácia”. Aos delegados, caberiam as fiscalizações em locais de fabricação, comercialização e armazenamento de alimentos, remédios, instituições de saúde, cemitérios, ou de aglomerações, como prisões e escolas. Destacamos, entre todas, uma atribuição: “VI. **Examinar com o maior cuidado as condições higiênicas das casas de saúde, das maternidades e das habitações da classe pobre, tais como cortiços, estalagens e outras**” (grifo nosso). Com os métodos sanitaristas e higienistas, os pobres, em sua maioria negros alforriados e libertos, já que se tratava do período pré-abolição, seriam um problema para o que se pensava no ideal de saúde da sociedade e das cidades. Para reforçar nossa afirmação, o próprio documento reafirmava que as demais habitações, que não especificamente as da classe pobre, seriam desinfetadas somente mediante moléstia transmissível. No mais, a legislação local informava sobre verificações que se dariam antes e durante as construções, antes da moradia e no intervalo entre os aluguéis, com os ambientes desocupados. Nenhuma outra moradia particular foi vista com recomendação de cuidados e, portanto, como uma ameaça iminente à saúde, a não ser as habitações da classe pobre. A reorganização do serviço sanitário terrestre foi realizada através do Decreto nº 169, de

³⁷ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9554-3-fevereiro-1886-543197-publicacaooriginal-53270-pe.html> Acesso em: 03 mai. 2020.

18 de janeiro de 1890³⁸, portanto, já na República. Reiterando todos os problemas elencados anteriormente, a redação do documento não trouxe qualquer alteração ou avanço nesse sentido.

Era responsabilidade das Inspetorias as autorizações de funcionamento dos estabelecimentos de saúde e cadastro dos profissionais aptos a desenvolver ações de saúde. A regra era válida para médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras e dentistas. Só era permitida “o exercício da arte de curar” para os cadastrados e titulados nas faculdades de medicina do Império. Para profissionais estrangeiros, havia três possibilidades: título, comprovação de docência ou obra reconhecida na área da medicina, todas as opções mediante aprovação do governo ou de faculdades de medicina locais. A atividade restrita obedecia à lógica de valorização dos profissionais da medicina, refletindo a manutenção do *status quo*. Os filhos da elite, agora intelectualizada, seriam os detentores dos saberes médicos e os únicos aptos a exercê-lo.

Nesta estrutura, teríamos no papel de fiscalizador o serviço sanitário de Alagoas, subordinado localmente à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e dirigido nacionalmente por uma Inspetoria Geral e um Conselho Central de Higiene, o último sendo convocado somente quando necessário. A Inspetoria de Higiene do Estado, em seu regulamento, Lei 34, de 9 de julho de 1919, explicita como seria a organização administrativa do estado em relação a essa fiscalização. Em cada município haveria, segundo o regulamento, um Delegado de Higiene, hierarquicamente ligado ao Inspetor Geral de Higiene. A Polícia Sanitária do Estado de Alagoas seria a responsável pela fiscalização constante, com autorização de agir como preventiva e repressiva.

A Polícia Sanitária do Estado de Alagoas que será executada de acordo com o disposto no presente Regulamento, consiste na prevenção e repressão de todos os abusos prejudiciais à saúde pública para o que em visitas assíduas e minuciosas as autoridades sanitárias inspecionarão: (...) § 3º As escolas, colégios, fábricas, lojas, teatros, casa de diversões, quartéis, hospitais, hospícios, casa de saúde, cadeias, oficinas e demais estabelecimentos de utilidade pública. (...) § 8º Os cemitérios, necrotérios, inhumações e templos religiosos. (...) § 11º Drogarias, farmácias, fábricas de substâncias medicinais e casas de instrumentos de cirurgia.³⁹

Nos discursos dos jornais, podemos perceber que a população estava ciente do papel da Inspetoria e, em certa medida, auxiliava diretamente nesse controle. A intervenção popular

³⁸ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-169-18-janeiro-1890-541634-publicacaooriginal-47261-pe.html> Acesso em: 03 mai. 2020.

³⁹ Acervo do Arquivo Público de Alagoas. Regulamento da Inspetoria de Higiene, p. 12, caixa 144.

chegava a pedir a repressão e prisão dos envolvidos nos diversos delitos. Os jornais, por sua vez, além de publicarem denúncias, escreviam matérias chamando atenção para o não cumprimento das legislações, assim como reportavam casos acontecidos e punidos em outros estados, para reforçar a ideia de que a lei existia e deveria ser cumprida. Ainda antes da publicação do código penal, já eram comuns denúncias como a que segue:

Chamamos atenção do sr. dr. inspetor da saúde para uma publicação, inserida no *Liberal*, de um curandeiro, cuja audácia insultuosa à essa província é intolerável. Confiamos no zelo à classe médica e espírito humanitário do sr. dr. inspetor da saúde, para não deixar continuar semelhante abuso, que, além de prejudicial à boa fé da população desta cidade, é um menoscabo às nossas leis. Ao exmo. sr. dr. presidente pediremos, mais tarde, providências a respeito, se o mesmo sr. dr. inspetor entregar o nosso reclamo ao indiferentismo.⁴⁰

Menos de uma semana após a notícia, foi publicado novamente um apelo ao inspetor, para pôr fim à ação do referido curandeiro. Nota-se, no discurso a seguir, o argumento de que na cidade de Maceió, capital, a prática não deveria ser normalizada por haver uma demanda de médicos destinados ao atendimento da população, mas parece não colocar empecilhos na atuação dos curandeiros nos interiores, mais distantes da medicina convencional, carentes de profissionais de saúde. Mesmo discurso apresentado anteriormente nesta pesquisa, na fala do denunciante do dr. Pitombo, da cidade de Penedo. Outro ponto interessante é que o posto de Inspetor de Higiene era ocupado por um médico, fato reforçado nas correspondências e notas publicados nos jornais.

Chamamos de novo a atenção do sr. dr. Inspetor da saúde para a recente publicação desse curandeiro no *Liberal* de 8 do corrente, em que ele inepto, mas audaciosamente, ufana-se de mercadejar, sem receio algum, com a santa missão do médico. Bem sabemos que as plantas até indígenas do Brasil são ricas de princípios medicamentosos e que proporcionam estudo importante para o arsenal terapêutico da medicina; mas também sabemos que esse estudo não está ao alcance senão do profissional, que, pelo menos, tem dados fornecidos pela mesma ciência médica para, criteriosamente, assim fazê-lo. O charlatão ainda mesmo industrioso, é tolerável, onde a autoridade médica não aparece; mas não em Maceió, onde vemos distintos clínicos que senhores da sua profissão, escarnecem do charlatanismo. O sr. dr. Inspetor da saúde, usando do direito que lhe é dado por lei, deve vedar que continue semelhante curandeiro a sua propaganda repugnante e especulativa nessa cidade, onde há autoridades policiais para coadjuvá-lo. S. exc. sr. presidente, homem de conhecimentos científicos, não se prestará, por certo a testemunhar fatos indecentes, dessa ordem, e está na estacada, deixando que a autoridade competente desempenhe o seu papel importante de inspetor da saúde pública e saia, portanto, da sua aborrecida apatia. A imprensa clama o bem-estar do

⁴⁰ O Orbe, Maceió, 10 fev. 1882, p. 1. Gazetilha. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>
Acesso em: 24 mai. 2020.

povo, o sr. dr. inspetor paira no silêncio, ignorando talvez, o que lhe pesará mais tarde à consciência de médico.⁴¹

O Almanaque do Estado de Alagoas, lançado em 1891, anuncia somente 14 médicos com atendimento na capital, 2 em Passo de Camaragibe, 4 em Penedo, 3 em Pilar, 2 em Porto Calvo e 2 em São Miguel dos Campos⁴². À exceção de Pilar, todos os profissionais estão distribuídos em cidades litorâneas, nenhum médico noticiado no Sertão do Estado. O que podemos inferir dessas informações é que temos aqui uma capital com população crescente, ainda mais no pós-abolição, onde temos ex-escravizados num processo de readaptação e migração para a cidade, possuidora de um sistema precário de atendimento de saúde, restrito aos que poderiam pagar pelos serviços dos médicos locais.

As camadas mais pobres, que não dispunham de meios de sobrevivência, moradia ou empregos, submetidos a políticas higienistas excludentes, formavam um grupo que não teria poder aquisitivo para consultas e cuidados formais com a saúde. Esses dependiam dos atendimentos sociais, quando disponibilizados pelo poder público, além de contar tradicionalmente com as práticas curativas populares. O Espiritismo, enquanto instituição curativa, aparecia como uma alternativa. O ideal espírita indicava que as intervenções fossem gratuitas, através do trabalho de médiuns, fossem eles curadores, receitistas, ou outros. No cotidiano, essas experiências se mesclam, e podemos encontrar saberes populares gratuitos ou pagos, médiuns que cobram as consultas ou a fazem com base na caridade, mas, indistintamente, todas essas seriam consideradas criminosas pela legislação vigente.

Porém, entendemos que não somente a ausência de médicos pode ser considerada nas relações entre curas não convencionais e pacientes. No caso do Espiritismo, por exemplo, os pacientes tratados, pelo menos no início do movimento alagoano, quando as populações carentes não eram atendidas diretamente, seriam sujeitos com recursos e acesso à medicina convencional. Estes optaram pela tentativa de curas espíritas, seja por fé, por esgotarem suas chances com os médicos possíveis, por encontrarem na doutrina espírita um sentido ou até mesmo por curiosidade e experimentação dos métodos europeus, como homeopatia e magnetismo. Além dos adeptos, somam-se ainda o que Prandi (2012) chamou de *clientes circunstanciais*, ou seja, indivíduos que não seriam kardecistas, mas que buscavam consolo,

⁴¹ O Orbe, Maceió, 5 fev. 1882, p. 1. Gazetilha. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 24 mai. 2020.

⁴² Almanaque do Estado de Alagoas, Maceió, ano 1891, ed. 01, p. 210. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 30 mai. 2020.

comunicação com os seus mortos e curas, ainda que sua religião principal fosse outra. Seriam inúmeros os motivos para que um paciente se aproximasse de um curador, e não podemos ser reducionistas e creditar esse movimento somente à falta de recursos médicos, apesar de ser esse um fator importante e problemático.

A partir do ano de 1895, os expedientes do Inspetor, solicitações diversas, ofícios, despachos e telegramas da Inspetoria começaram a ser publicados no jornal *Gutenberg*. Os contatos eram feitos com o superior hierárquico da Inspetoria, o Secretário de Negócios do Interior, assim como com funcionários, médicos e instituições. Determinações em relação a vacinação, a epidemias de varíola e cólera, inclusive referentes aos presos doentes e transferidos durante os surtos, eram de responsabilidade dessa repartição. A documentação indica o funcionamento burocrático, mas em meio às epidemias, aos problemas vinculados à falta de saneamento básico e aos focos de doenças que assolaram o início do século XX, pouca atenção parece ser dada às denúncias de curandeirismo, já que pouco são tratadas pelo Inspetor, ou ao menos formalmente publicadas. Como forma de coibição de intervenções irregulares na saúde, a Inspetoria publicou durante algumas semanas sobre o tema, indicando textualmente que as práticas existem, porém não há indícios de ações diretas nas notas oficiais da Inspetoria no mesmo período.

Para inteiro conhecimento do público, especialmente das pessoas que se entregam ao exercício ilegal da medicina, o sr. dr. Inspetor de Higiene, estando no firme propósito de reprimir esse criminoso abuso com o rigor da lei, manda transcrever o art. 30 e §§ do regulamento que baixou com o decreto n. 16 de 15 de fevereiro de 1893: Artigo 30. Só é permitido o exercício da arte de curar em qualquer dos seus ramos e por qualquer das suas formas:

1. As pessoas que se mostrarem habilitadas por títulos conferidos pelas faculdades de medicina dos Estados Unidos do Brasil;
2. Aos que, sendo graduados por escola ou universidade estrangeira, oficialmente reconhecida, se habilitarem perante as ditas faculdades na forma dos respectivos estatutos;
3. Aos que, tendo sido ou sendo professores de universidade ou escola estrangeira, oficialmente reconhecida, requererem ao governo licença para o exercício da profissão, a qual lhes poderá ser concedida, se apresentarem documentos comprobatórios da qualidade de professor e de terem exercido a clínica, devidamente certificados pelo agente diplomático da República, ou, na falta deste, pelo cônsul brasileiro;
4. Aos que, sendo graduados por escola ou universidade estrangeira, oficialmente reconhecida, provarem que são autores de obras importantes de medicina, cirurgia ou farmacologia e requererem a necessária licença ao governador, que a poderá conceder, ouvindo a inspetoria de higiene.⁴³

⁴³ Gutenberg, Maceió, 9 out. 1896, p. 3. Inspetoria de Higiene. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 24 mai. 2020.

Sem grande contingente de funcionários para atendimento de todas as demandas do estado, a repartição pode ter relegado a repressão direta a um contingente maior de agentes, possivelmente sendo a polícia responsável pelo controle e repressão, dentro ou fora das formalidades legais. Ela possivelmente responderia aos chamados, prenderia, nem sempre de forma justificada, com certa frequência de forma truculenta. Encontramos sobre as prisões alguns dados que podem explicar a ausência de processos sobre a repressão religiosa. No Arquivo Público de Alagoas, há, no livro de pareceres proferidos no Tribunal Superior do Estado de Alagoas, informações que demonstram a recorrência de *habeas corpus* impetrados solicitando a soltura de sujeitos presos sem justificativa, ainda que o próprio livro indique, já na década de 1930, a ilegalidade das prisões para averiguação policial, conforme uma das decisões, que afirma: “Deve-se negar provimento ao recurso para se confirmar a decisão que concedeu o habeas-corpus, pois a prisão para averiguações policiais não é autorizada pelas nossas leis.”⁴⁴.

Nos movimentos da Casa de Detenção, publicados no *Gutenberg*, são frequentes as informações de prisão e soltura ocorridas no mesmo dia, ou para averiguações, como a que segue: “Ontem foram recolhidos: Esperança Maria da Soledade, de ordem do subcomissário do 2º distrito de Jaraguá para averiguações policiais e João Dias de Oliveira, de ordem do subcomissário do Alto do Jacotinga, por distúrbio e ofensa à moral pública”.⁴⁵ Essas prisões não envolveriam o devido processo legal. Sem denúncia, mandado ou processo, refletiriam a imagem da polícia fazendo seu próprio julgamento e agindo de acordo com uma construção de moralidade e comportamento idealizados da sociedade de seu tempo.

Encontramos no jornal *Cruzeiro do Norte* ao longo do ano de 1891, por exemplo, uma série de denúncias que declaravam a violência policial adotada pela gestão. Os casos de abuso de poder por parte da guarda e dos superiores hierárquicos vão desde a invasão de casas no meio da noite a espancamentos de homens e mulheres, “sem entretanto declarar qual o fim de semelhantes violências”⁴⁶. Ainda que as críticas tenham como motivo o questionamento político por causa do governo Araújo Goes, chamado pelo jornal *Cruzeiro do Norte* de

⁴⁴ Pareceres proferidos pelo Tribunal Superior do Estado de Alagoas, 1933, p. 6. Caixa 104. Arquivo Público de Alagoas.

⁴⁵ Gutenberg, Maceió, 8 nov. 1896, p. 1. Chefatura de Polícia. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 18 ago. 2020.

⁴⁶ *Cruzeiro do Norte*, 7 out. 1891, p. 1. Violência Policial. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 dez. 2020.

“enfurecido e tresloucado canibal”⁴⁷, queremos demonstrar como as instituições oficiais de poder podem se tornar agentes reais de combate de acordo com quem está no poder. Diante das ameaças a seu governo, reivindicações e um considerável desgaste político, o governador usa de sua força policial na tentativa de controlar a população.

É assim que vemos nas ruas desta cidade, mais de cem praças de polícia, armadas de rifle, estoque e empunhando enormes pistolas umas, e bacamartes outras, com ordem expressa de prender a quem quer que encontre depois de 10 horas da noite e - ATIRAR NOS PEITOS - se o cidadão apresentar alguma objeção à violentação de sua liberdade. Com essa ordem expressa expedida pelo sr. Araújo Goes aos seus esbirros policiais, torna bem patente a intenção sinistra que tem esse canibal sem crenças e sem religião. Portanto, mais do que nunca, corre eminente perigo as nossas vidas, porque, estamos certos, nenhum cidadão inocente se deixará prender sem um protesto enérgico, sem uma objeção qualquer, e então a morte será inevitável porque os sicários estão autorizados ao assassinato.⁴⁸

Queremos dizer com isso que em mais de um momento na história de Alagoas, a polícia foi usada como um instrumento reativo, repressivo, de acordo com a intencionalidade das instituições oficiais. Nesse formato de prisão, assim como no que nos propusemos a estudar nesta pesquisa, é possível que não houvesse mandados ou acusação oficial, e, portanto, pode ser que o número de prisões sem processo judicial seja irrastrável. Os crimes também seriam variados, de acordo com o que acompanhamos no movimento da Casa de Detenção, desde vadiagem, embriaguez, desordem, ou “para averiguações”, a já citada forma de prisão ilegal que aparece justificada em publicações oficiais.

Ademais, nada de concreto era informado em boa parte das prisões. Ainda que esteja fora do recorte proposto nesta pesquisa, a título de comparativo, segundo o levantamento feito sobre crimes e contravenções no ano de 1938, constava na discriminação por delitos segundo a natureza que, das 468 contravenções, 40 seriam por jogo, 28 por porte de armas e 400 sem especificação. Na categoria de crimes, ainda que somente duas não tivessem especificação, as demais naturezas, homicídio, lesão corporal, furto, são demasiado generalizantes, e não haveria, a partir desse tipo de documento, como inferir dessas prisões se envolveriam questões religiosas.⁴⁹ Ou, sendo mais objetivos, questionamos: um curandeiro que, hipoteticamente,

⁴⁷ Cruzeiro do Norte, 4 nov. 1891, p. 1. Salve-se quem puder! Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 dez. 2020.

⁴⁸ Cruzeiro do Norte, 9 out. 1891, p. 1. Temos assassinatos, temos traições! Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 dez. 2020.

⁴⁹ Sinopse Estatística do Estado de Alagoas, nº 4. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Caixa 104. Arquivo Público de Alagoas.

levasse à morte um de seus pacientes, seria enquadrado enquanto homicida? Se deixasse sequelas, poderia ser considerada lesão corporal? E, em caso positivo, esses casos não entrariam em estatísticas dos crimes vinculados à religiosidade? São questões que somente a análise dos processos judiciais seriam capazes de responder.

1.5 Alagoas espírita? Apontamentos sobre os espaços de divulgação doutrinária

Nos próximos capítulos, serão indicados, no contexto de nossa pesquisa, alguns espaços públicos e privados utilizados para reuniões e práticas, tanto da capital quanto dos interiores. Que espaços os espíritas poderiam ou não utilizar? Sabemos que o capital social dos praticantes garantiria segurança, acesso e circulação privilegiados, mas também destacamos conflitos e impedimentos envolvidos nas disputas oriundas da recente pluralidade religiosa. Mas quais seriam esses espaços sociais e em que condições? As instituições se localizariam em bairros de elite ou populares? Para, brevemente, propor a reflexão sobre o tema, recorreremos a alguns autores alagoanos.

Na lógica da higienização e modernização das cidades, observamos a recorrência de restrição às classes economicamente desfavorecidas, não somente por uma questão de concordância ou discordância religiosa, mas toda uma estrutura de segregação social. O *Gutenberg*, em setembro de 1906, a pedido de um morador das redondezas da Praça Deodoro, relata que o xangô semanal realizado no local causava incômodo, e classifica a manifestação religiosa como “um fato muito deprimente para uma cidade que se diz civilizada”. A partir de argumentos que colocam as atividades como excêntricas e violentas, pede “providências às dignas autoridades da capital no sentido de proibirem esses escândalos que tem obrigado a diversos cavalheiros transferirem suas residências da Praça Deodoro”⁵⁰. Por ser uma área central, a disputa pelo espaço se apresenta e o incômodo pela coexistência das diferenças leva ao pedido de disciplinarização do outro. Segundo o raciocínio que rege essas tentativas de anular o diferente, a eliminação das manifestações religiosas dissonantes da cristã-católica era essencial para o alcance da sonhada higienização e modernização da capital.

⁵⁰ Gutenberg, Maceió, 19 set. 1906. Com as autoridades - o xangô da Praça Deodoro, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 27 jun. 2021

Para entender um pouco mais sobre o debate, são indispensáveis as obras clássicas, muitas delas caracterizadas como memorialistas, mas, sobretudo, a historiografia produzida recentemente em Alagoas. É imensa a contribuição de historiadores e cientistas sociais que produziram nos últimos anos, num movimento que renovou olhares e perspectivas sobre o estado e a utilização de seus espaços. Autores alagoanos clássicos contribuíram para este trabalho por ajudarem a desenhar a cidade, ainda que suas percepções se apresentem como coerentes com seus lugares socialmente referenciados, pois, como ressalta Sena (2019), “a maioria dos escritores desse período eram homens, não negros e de famílias com condições socioeconômicas favoráveis” (SENA, 2019, p. 51). Sem deixar de observar o tempo e o lugar onde essas obras foram escritas, consideramos que obras literárias podem auxiliar no entendimento de como seria a sociedade alagoana nos fins do século XIX e início do século XX. Sobre o uso de obras não historiográficas no desenvolvimento da escrita da História, Ginzburg (2007) nos aponta a possibilidade de usos e identificação de elementos históricos em poemas, obras de arte e narrativas literárias. Para Ginzburg, em nome da verossimilhança, os relatos construídos em obras de ficção dariam uma representação espontânea dos costumes e os escritores seriam testemunhas de seu tempo.

Nesse sentido, a obra *Traços e Troças*, de Pedro Nolasco Maciel (1964) já foi utilizada por pesquisadores alagoanos devido a sua riqueza descritiva em relação à discussão do urbano, trabalho, processos e relações sociais. Sávio de Almeida, por exemplo, ressalta o período de mudanças de “um novo reconhecimento urbano” abordado na obra de Nolasco e afirma que, mais do que a condição literária, “o livro possui relevo histórico, referindo-se a um período de transição na formação de Alagoas, e é um produto característico desse trânsito, por onde se localizam limites como a queda da escravidão e o aparecimento da instituição republicana” (ALMEIDA, 2011, p. 19). Ainda sobre os momentos de mudanças sociais, Almeida se refere a Maceió como um processo de permanente construção, e que, na obra contextualizada no período do pós-abolição, Nolasco mostraria a cidade que mudava também em relação à força de trabalho. “Neste sentido, *Traços e Troças* demonstra o horizonte da pobreza e de uma cidade onde não se fala de escravos” (ALMEIDA, 2011, p. 39).

Félix Lima Junior, folclorista, membro do IHGAL, em sua obra *Maceió de Outrora* (2014), evidenciou o olhar da elite sobre o negro e sobre a modernização da capital, com destaque para importantes detalhes sobre os trabalhadores informais, que foram inseridos como pano de fundo para o relato sobre a cidade em suas festas, banquetes e salões, mas que serve

para compreender a dinâmica social no contexto. Ainda que pareça conciliadora, sua fala reflete discriminações patentes dos homens de seu tempo. A obra é descritiva, não parece ter o intuito de reflexão, mas somente do retrato da elite da cidade observada por Lima Júnior. Ao falar sobre os costumes e a moda, num capítulo nomeado “como se vestiam e se enfeitavam moças e senhoras” chancela esse pensamento, pois exemplifica tecidos, modelos franceses e penteados utilizados pelas senhoras da elite alagoana. Mas, para além da superfície apresentada, percebemos os espaços em que essas mulheres de classe média e alta circulavam: recepção no Palácio do Governo, baile da Fênix Alagoana, cinema, teatro, igreja. Espaços não compartilhados entre as diferentes classes. Como nossos espíritos, em sua maioria, fazem parte da elite alagoana, foi possível encontrar referências importantes nessa obra, reforçando os espaços de circulação de nossos sujeitos.

Da historiografia mais recente, foram de grande contribuição os trabalhos produzidos por autores como Sandra Catarina de Sena (2019)⁵¹. Buscando de entender as dinâmicas de trabalho no pós-abolição, no sentido de localizar a população negra, homens, mulheres e crianças, a dissertação de Sena, utilizando-se, entre outros, do “paradigma da ausência”, traz problematizações sobre a invisibilidade desses agentes nas fontes e em trabalhos historiográficos, que, erroneamente, considerariam homens brancos europeus como a maioria da força de trabalho no período. Conforme a autora, a construção dessa imagem homogênea do trabalhador nacional ignora que as “populações negras e indígenas foram, por três séculos, a maior força de trabalho no país, mesmo elas tendo sido desaparecidas da escrita da história após o fim da escravidão” (SENA, 2019, p. 36). A partir da busca pelo entendimento das relações entre cidade, trabalho e presença da população negra em Maceió, a autora realiza um debate importante para a historiografia e para compreensão do contexto local no período, com destaque para a miserabilidade gerada pelo crescimento desordenado da cidade e o processo de moralização e marginalização da vida pública, que também transpassa toda a nossa pesquisa.

Já Lilia Ferreira (2021) reflete como a cidade de Maceió se caracterizava uma cidade negra no imediato pós-abolição, e, a partir da análise das religiosidades afroindígenas presentes, discute a pluralidade religiosa e o lugar desses sujeitos, repressões, resistências e conflitos que envolveriam as práticas religiosas das populações negras. Ao usar a iconografia dos cartões-

⁵¹ Aqui destacamos a imensa contribuição dos egressos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas que vem, desde 2012, produzindo trabalhos que enriquecem a historiografia alagoana, como César Leandro Santos Gomes (2019), Gabriela Torres Dias (2018), Gustavo Bezerra Barbosa (2017), entre outros.

postais de Lavenère para explicar a cidade, trazendo contribuições conceituais de áreas como a arquitetura, num movimento interdisciplinar, a autora auxilia na compreensão dos contornos dessa cidade e de sua população no dado período.

E, sem dúvidas, destacamos a imensa contribuição para o que nos propusemos nesta pesquisa, que foi a dissertação do historiador Osvaldo Maciel (2004). No intuito de pensar a identidade coletiva dos trabalhadores de Maceió, o autor, utilizando fontes de imprensa, evidencia a formação do espaço urbano da cidade e as condições materiais da existência dos trabalhadores locais. Maciel explica que Maceió, no início do século XX, “possuía quatro bairros: Maceió, Jaraguá e Levada, que ficavam na parte baixa da cidade, além do Alto do Jacutinga” (2004, p. 30). Elenca os arrabaldes: Mangabeiras e os povoados de Ipioca, Mirim, Garça Torta e Riacho Doce ao Norte; Trapiche e o povoado de Pontal da Barra ao Sul, além dos arrabaldes de Mutange, Bom Parto, Bebedouro, que ficariam um pouco mais ao Sul, mais distantes do litoral. O Alto do Jacutinga, ainda segundo Maciel, no sentido Oeste, “é representado na imprensa da época ora como área mal assombrada, matagal que circunda a cidade, para onde corriam marginais ora como novo bairro chique da gente “abastada”, que buscava paz e sossego em chácaras e sítios.” (2004, p. 31). Em Maceió, nossas fontes nos levaram a ruas centrais e bairros, como Jaraguá e Levada, onde se localizavam os centros espíritas sobre os quais nos debruçaremos no próximo capítulo, buscando entender as configurações da cidade e a importância da localização dos centros e instituições espíritas, assim como onde ocorreriam as principais ações elencadas nesta pesquisa.

Cabe-nos, a partir daqui, buscar os rastros das denúncias, inclusive em jornais de fora do estado, que podem indicar os caminhos sobre o desenvolvimento do Espiritismo em Alagoas. Ainda que as fontes de imprensa não cubram os processos oficiais, elas podem levar a caminhos e indicativos de quem foram os sujeitos que construíram o movimento e que foram responsáveis pelas principais atividades nas primeiras décadas do Espiritismo alagoano. Seriam os espíritas, majoritariamente homens, brancos, de elite, com posições sociais definidas, privilegiados também em suas práticas religiosas? A sociedade e o Estado fechariam os olhos por serem tolerantes às práticas ou tolerantes aos sujeitos? Quem eram esses personagens fundadores e desenvolvedores do Espiritismo em Alagoas? O próximo capítulo tratará do movimento espírita visando entender a rede de relações sociais, políticas e culturais que podem explicar a legislação ser movida em direção a uns e não a outros. O capital social desses agentes se torna uma peça

importante no quebra-cabeças do lugar que o Espiritismo ocupa na repressão e condenação das práticas mágicas em Maceió.

2 OS “MISSIONÁRIOS DA VERDADE”: MOVIMENTO ESPÍRITA EM ALAGOAS, RELAÇÕES E PODER SIMBÓLICO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A cidade de Maceió, no período de desenvolvimento das ideias kardecistas, vivia, assim como o resto do país, um período de mudanças políticas e sociais. Nesse contexto, o Espiritismo conviveu com o fim do Império, acompanhou o processo de urbanização, o início da República e as lutas políticas e sociais. Podemos destacar dessas lutas, entre outras, as defesas abolicionistas, além disputas das oligarquias agrárias pelo mando local e manutenção de seus *status*. Seus membros faziam parte desses diversos movimentos, em sua maioria acompanharam o abolicionismo e defendiam ideias republicanas. As lideranças espíritas tomavam partido nos embates locais, de forma que não há como pensar a religiosidade isolada da conjuntura, pois “não há religião sem contexto e não há contexto que consiga isolar a política.” (ALMEIDA, 2019, p. 42). Dessa forma, entendemos que as múltiplas influências sociais, políticas, culturais e econômicas fazem parte de um amplo contexto no qual a religiosidade, assim como o combate a ela, estão inseridos. A compreensão desses processos é a base para entender a trajetória percorrida pela doutrina espírita até seu desenvolvimento nos contornos atuais.

Para este capítulo, visando aprofundar essas análises, buscamos quem são os responsáveis pelos primeiros passos do Espiritismo em Alagoas, no intuito de historicizar as experiências desses adeptos. Intentamos, com isso, entender o lugar ocupado pelos espíritas do período abordado, partindo do entendimento de que, como afirma Ginzburg, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.” (GINZBURG, 1989, p. 175). Nessa perspectiva, propomos aqui a análise dos principais membros do movimento espírita local, enfatizando suas relações e influências, verificando a teia das possíveis relações sociais e de poder que envolvem a construção da religião no estado. Através do uso da imprensa, também pretendemos fazer uma análise sobre o espaço que os espíritas possuíam para disseminação e defesa de suas ideias. Desta forma, somado ao levantamento dos nomes, cargos e relações, além da própria manifestação de opiniões de espíritas publicadas nos jornais, percebemos em que termos se dava a defesa de seus ideais, o que entendiam por Espiritismo e o que os tornaria alvo de ataques de líderes religiosos oponentes.

Peter Burke (2012) indica que a biografia de membros de grupos, a chamada prosopografia, é um método “apropriado para o estudo de elites relativamente pequenas ou para sociedades sobre as quais há poucas informações, de forma que os historiadores dedicados a esses campos devem coletar todos os dados que puderem encontrar” (BURKE, 2012, p. 63). Consideramos ser este um método adequado à nossa pesquisa, ainda que, em consequência do limite do capítulo, nem todos os nomes possam ser incluídos no corpo do texto. Escolhemos, portanto, a partir da prosopografia realizada, indicar aqui personagens de destaque para nossa análise, e, ao fim, anexaremos a tabela com outros nomes, cargos e observações importantes, decisão que certamente beneficiará outros historiadores que decidam se debruçar sobre esse objeto.

Sem tentar esgotar as possibilidades de explicação, a pesquisa visa, por fim, desenhar os contornos do que foi o início dessa experiência em Maceió, compreendendo a complexidade que envolve a inserção de uma nova visão religiosa em uma sociedade essencialmente católica, com educação formal limitada e, ainda, em um contexto político e social conturbado, como era o fim do século XIX e o início do século XX. Para entender a organização e os personagens que fariam parte das disputas pela legitimação, também foram utilizados documentos de organização interna, como a Ata de reuniões de um dos primeiros centros regulamentados em Alagoas, o Centro Espírita Alagoano Mello Maia. Indicamos, ainda, o quão difícil é o acesso às fontes das instituições oficiais locais, além de poucos exemplares de jornais espíritas em arquivos públicos. Se essa documentação existe, ainda é de acesso restrito.

Como alternativa a essa lacuna, buscamos indícios em jornais de outros estados como, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, o que nos levou a importantes notícias não veiculadas em Alagoas sobre práticas espíritas locais. A partir desse levantamento e das notícias de outras localidades, podemos inferir que Alagoas teria uma tendência a ocultar informações e valorizar a manutenção das aparências em nome do *status* de sujeitos e famílias de elite. Em alguns casos, somente a partir de periódicos de outros estados tomamos ciência sobre as práticas religiosas de sujeitos alagoanos, declaradamente católicos, mas praticantes do Espiritismo. Podemos visualizar esse movimento de dissimulação até mesmo nas polêmicas disseminadas em Alagoas, como no caso Jaraguá citado no capítulo anterior, em que foram poupados os nomes dos que estavam na sessão, prezando pelo anonimato dos envolvidos. São nebulosos os caminhos dos historiadores que trabalham com determinadas fontes e objetos, e

esperamos que os próximos trabalhos que possam surgir após nossa experiência, possam mais acesso a documentos oficiais, de modo a aprofundar o que aqui tentamos iniciar.

2.1 O Espiritismo alagoano: primeiros passos

Devemos destacar três momentos que podem ser considerados primordiais na trajetória de legitimação e estabelecimento do Espiritismo no estado e seguiremos a explicação buscando, sempre que possível, a ordem cronológica dos acontecimentos, indicada na linha do tempo inserida no início deste capítulo:

a) O primeiro é em 1890, com a fundação do Centro Espírita das Alagoas. Ainda que as reuniões dispersas acontecessem anteriormente à essa fundação, esse é o marco de interação com a FEB, de organização institucional e tentativa efetiva de colocar o Espiritismo enquanto opção para a sociedade alagoana.

b) Sem atividades após 1891, identificamos um hiato de oito anos sem instituições formais, até que, em 1899, foi fundado o Centro Espírita Alagoano, posteriormente conhecido como Centro Espírita Mello Maia. Consideramos sua abertura como o segundo marco para nossa narrativa. Esse é o mais antigo centro espírita de Alagoas ainda em funcionamento, e nele concentramos uma grande parte dos nossos esforços, por ser também o que nos fornece maior material para análise documental.

c) Nos primeiros anos de funcionamento, tal como tantas outras instituições no mesmo período, este centro encerra temporariamente suas atividades, porém é reorganizado em 1913, concentrando a coordenação das atividades das instituições espíritas no estado, tomando para si o papel que seria semelhante ao de federação até o ano de 1935. A esta retomada das atividades do Mello Maia, em 1913, consideramos como o terceiro momento crucial para a história da religião em Alagoas, pois a partir daí, temos um crescimento acelerado das ações, fundações de novos centros e adesões, levando, enfim, o Espiritismo a se firmar enquanto religião em Alagoas. Além disso, é interessante ressaltar que a reorganização coincidiu com o fim da Era Malta e se deu logo após o episódio do Quebra de Xangô.

Em outros estados, muitas vezes a moda das *mesas girantes* foi o início das experiências e atividades mediúnicas. Ainda que não existam relatos completos em Alagoas, é difícil imaginar que as tentativas tenham sido diferentes aqui. Não noticiadas nos jornais, inferimos suas realizações a partir do relato de Hugo Jobim, que afirmou que, levados pela curiosidade e

contínuas notícias de “fatos extraordinários” ocorridos na Europa e América do Norte, também tentaram desvendar esses mistérios realizando sessões com ensinamentos baseados em livros. E segue relatando que “as **mesas** accediam (sic) prestes aos reclamos dos que lhe solicitavam favores, enquanto outras mediunidades se foram desenvolvendo com a precisão necessária do momento”⁵². Ainda segundo Jobim, nesse momento, com a curiosidade generalizada, já teve início o conflito, pois “beatos de todas as espécies, se levantaram contra a seita nova, cobrindo-a de ridículos, de esconjuros e dos anátemas da bestice e da ignorância humana”⁵³. Essa reação foi o bastante para diminuir o entusiasmo e cessar esse movimento inicial.

Com o correr dos tempos e com a continuação dos fatos, o espiritismo voltou a preocupar de novo os nossos investigadores. Os livros lhes eram já familiares, estudados e compreendidos. E novas tentativas se fizeram então. Foi o primeiro passo para o conhecimento da Doutrina e o primeiro voo para a libertação do espírito. Estabeleceram-se os primeiros grupos; as sessões tomaram o caráter de uniformidade e regularidade para o seu funcionamento. O que era curiosidade passou a ser objeto de estudo.⁵⁴

Assim, com base nos relatos da memória dos adeptos e na busca dos rastros do que seria o início do Espiritismo em Alagoas, chegamos até o jornal *Reformador*⁵⁵, órgão da Federação Espírita do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, que informa, no ano de 1889, portanto, antes da formação dos centros oficiais conhecidos no estado, a visita de um espírita alagoano, que fez demonstrações mediúnicas acompanhado de “sua sonâmbula”⁵⁶. Seria, segundo os dados levantados até o momento, o espírita local mais antigo que temos notícia⁵⁷ e pode significar uma prática muito anterior ao que a memória da FEEAL indica.

É com grande prazer que noticiamos a nossos leitores a adesão que acaba de prestar à doutrina espírita assinando o *Reformador* e oferecendo-se para seu

⁵² Lumen, Maceió, out. 1908, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 13 set. 2020.

⁵³ Lumen, Maceió, out. 1908, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 13 set. 2020.

⁵⁴ Lumen, Maceió, out. 1908, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 13 set. 2020.

⁵⁵ O periódico *Reformador*, órgão evolucionista, surgiu no ano de 1883 e segue em funcionamento ainda hoje. Organizado pela Federação Espírita Brasileira, com sede no Rio de Janeiro, possuía tabela de preços para assinaturas no Brasil e no Exterior, o que reafirma a hipótese de uma rede de propaganda espírita internacional.

⁵⁶ As sonâmbulas seriam mulheres sensitivas que, com retorno financeiro, trabalhavam com previsões, curas, também associadas a magnetizadores ou a espetáculos sobrenaturais. Atuando no campo da magia, são anteriores à sistematização da doutrina espírita e pouco se sabe sobre a atuação dessas mulheres. Ver mais em: VERONESE, Michelle Marinho. *De silêncios e resistências: sonâmbulas, magnetizadoras e outras esquecidas do Espiritismo brasileiro*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2017.

⁵⁷ Leopoldo Machado indica os nomes dos supostos três primeiros espíritas de Maceió: João Marques, D. Angela e Domingos Moela. Não encontramos referência a esses nomes nos jornais e a obra de Machado não indica em que período esses espíritas atuaram em Maceió. MACHADO, Leopoldo. *A Caravana da Fraternidade*. Rio de Janeiro: FEB, 2010, p. 62.

correspondente em Alagoas, o distinto filho daquela Província, coronel Vasco Marinho da Gama e Mello, consumado magnetizador e espírita, cujos trabalhos datam de 1858. Têm eles sido feito sempre em particular, porque, sendo senhor de engenho e morando em uma terra cuja população não compreendia a sublime doutrina, o coronel não quis se expor a seu mal juízo. Hoje, porém, que a sociedade já tem marchado, quer ele manifestar suas crenças e cumprir assim o que talvez tenha sido sua missão. Nada podemos avançar sobre a força e poder magnético do coronel Vasco da Gama; porém, à vista do que nos referiu, na véspera de sua partida daqui, e de trabalhos que realizou, com sua sonâmbula, na rua Fresca, nº7, onde deu duas sessões, acreditamos que pode ele ser um valente campeão dos estudos experimentais, comprobatórios dos fenômenos espíritas. Só lastimamos que o Coronel Gama não tenha teatro mais vasto que seu engenho em uma pequena província; mas Deus reparte a luz por todos os seus filhos. Fazendo votos para que venha para nós o distinto trabalhador, agradecemos-lhe sua honrosa adesão aos nossos fracos esforços.⁵⁸

Inicialmente, percebemos o termo “sua” como indicativo de posse, hipótese confirmada através das memórias da família do coronel. Segundo a narrativa familiar, Vasco teria como ajudante em suas práticas uma jovem escravizada de sua fazenda, que possivelmente teria o nome de Isabel, a quem retomaremos no capítulo posterior. Allan Kardec publicara o *Livro dos Espíritos* em 1857 e essa obra daria início ao estudo sistemático do Espiritismo, marcando sua diferenciação das práticas de salão com as famosas mesas girantes, que animavam as reuniões da sociedade europeia. O centro espírita brasileiro pioneiro foi fundado em 1865, na Bahia, e a primeira tradução brasileira do *Livro dos Espíritos* lançada somente em 1875. Dessa forma, podemos interpretar a, em princípio anacrônica, afirmação do *Reformador*, como referência às práticas mediúnicas e magnetizadoras, já que não Coronel Vasco dificilmente seria espírita em 1858. Para Veronese (2017) haveria um sincretismo, pois, “embora alguns indivíduos se afirmassem espíritas e outros magnetizadores, havia aqueles que transitavam entre ambos os domínios, misturando livremente métodos, conceitos e ideias.” (VERONESE, 2017, p. 139). Assim como a homeopatia e o estudo dos fluidos, o magnetismo foi associado ao Espiritismo de tal forma que as práticas parecem indissociáveis, ainda que tenham surgido em épocas e lugares diversos.

Segundo informações de jornais locais, Vasco seria Tenente Coronel Chefe do Estado Maior, do comando superior dos municípios de Imperatriz e Murici⁵⁹. O teatro de pequena província, como se referiu a matéria, seria o Engenho Cavaleiro, propriedade onde residia,

⁵⁸ Reformador, Rio de Janeiro, Mai. 1889, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 jun. 2020.

⁵⁹ Almanaque Administrativo da Província das Alagoas, 1875, p. 87. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 jun. 2020.

também na cidade de Murici/AL⁶⁰. Conforme o *Reformador* evidenciou, o intuito de não expor suas atividades mediúnicas foi alcançado, pois, de todas as notas encontradas em jornais alagoanos, nenhuma se refere à sua religiosidade, atuações ou crenças. Coronel Vasco e “sua” sonâmbula seriam um enigma na história do Espiritismo e das práticas mágicas em Alagoas se não fosse o resgate da memória familiar, que esclarece vários pontos que os jornais deixam ocultos⁶¹.

Vasco Marinho teria sido estudante de medicina na Bahia, fator importante, pois foi o estado pioneiro em desenvolvimento de estudos, fundações de centros e jornais espíritas. Assim, se dificilmente o contato com o Espiritismo aconteceria no interior de Alagoas, a sua ida à Bahia pode ter sido o elo que faltava para entender como um morador do interior de Alagoas praticava magnetização no intuito de promover curas desde uma data tão remota. Não concluindo o curso de medicina, retornou a Alagoas para realizar seu casamento e firmar residência no Engenho Cavaleiro. A propriedade se tornaria mais do que o “teatro” palco das magnetizações, mas um tipo de ambulatório, onde as pessoas carentes da região, por falta de cuidados e medicações, buscariam em Vasco os recursos para as curas de seus problemas de saúde.

A prática consistiria no transe de sua assistente, que revelaria doenças, métodos de cuidados, prescrição de tratamentos e remédios, além de outras adivinhações e visões, essas mais para sanar a curiosidade e a descrença dos que desafiariam que as práticas não seriam reais. Mas a maior parte do trabalho seria a dos processos curativos. Muitas características se assemelhavam bastante ao que é anunciado pelo Espiritismo, principalmente as consultas sem cobrança financeira, como forma de assistência e caridade. Vasco certamente possuía conhecimento de que suas atividades seguiam a linha adotada e proclamada pelo Espiritismo. Sua estadia na Bahia, possivelmente, o teria aproximado de tais debates, leituras, círculos sociais que já praticavam o magnetismo, o Espiritismo, as sessões mediúnicas. Outro fator que corrobora com nosso argumento é que o próprio Vasco teria ido ao Rio de Janeiro na Federação

⁶⁰ Informação devida a um conflito de terras, sendo o Tenente Coronel Vasco Marinho da Gama e Mello autor da petição direcionada ao judiciário, e que denuncia a invasão de seu território pelo engenho vizinho. Notícia publicada no jornal O Orbe, Maceió, 11 ago. 1899. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 jun. 2020.

⁶¹ Em duas entrevistas realizadas por telefone, em 2020 e 2021, Murilo Lins Marinho, bisneto de Vasco Marinho, nos repassou informações sobre o que a memória familiar conhece das práticas e vida de Vasco. Foram registradas em caderno de campo, na impossibilidade de um encontro presencial devido à pandemia da Covid-19.

Espírita. A visita, que apresentou suas atividades, demonstra que o coronel se reconhecia enquanto praticante desse segmento.

Segundo o próprio jornal *Reformador*, não seria interessante que a comunidade que cercava o Engenho no interior soubesse que aquelas ações seriam associadas a uma doutrina que contradizia tanto o catolicismo predominante. Assim, de acordo com os registros orais passados através das gerações familiares, em nenhum relato Vasco seria espírita. Eram contadas as suas práticas, mas de maneira alguma relacionada ao Espiritismo. A partir disso podemos entender como as práticas podem ser tão diversas dentro do catolicismo popular, que aceitaria de bom grado o transe e as predições como comuns e inquestionáveis para um católico. Suas atividades aconteceram durante vários anos na mesma localidade, somente cessando quando, após ter cedido parte de seu patrimônio para a manutenção do espaço curativo e dos cuidados com os pacientes, a perda de patrimônio teria incomodado os futuros herdeiros. Isso porque, além das consultas, haveria a contribuição para a compra de remédios e insumos para a recuperação dos atendidos, reforçando a ideia das ações de caridade tão comuns no Espiritismo. Assim, saindo de Murici e vindo para Maceió, onde viveu até seu falecimento, em 1915, findaram as sessões de cura e perdemos o rastro das atividades. Não foi possível localizar indícios de filiações a centros espíritas locais, se suas ações continuariam em instituições oficiais ou se, com sua saída do engenho, é cortado totalmente qualquer vínculo com a doutrina.

Além de Vasco Marinho, encontramos relatos de que aconteceram, segundo os adeptos, tentativas de organização e reuniões informais antes da fundação de qualquer instituição oficial. Segundo o relato do jornalista Hugo Jobim, já citado anteriormente, haveria um grupo atuante na cidade, desde os fins da década de 1880, mas sem sede ou organização formal. A não formalidade de centros obviamente não impediria a realização das sessões e estudos, mas por consequência afastava a adesão da uniformizações e padrões, fazendo com que, inicialmente, pudesse ter contornos específicos numa realidade tão característica como a de Alagoas; afinal, como afirma Arribas, “o Espiritismo não poderia ter mantido sua “pureza”, já que teve que responder a imperativos históricos, sociais e culturais distintos.” (ARRIBAS, 2010, p. 34).

Ainda na década de 1880, também o jornal *Reformador* indicou uma movimentação no sentido da organização formal que faltava em Alagoas. José Egydio da Fonseca, o mesmo que apresentamos no capítulo anterior anunciando suas curas através do magnetismo, iniciou uma

série de comunicações com a FEB, denunciando conflitos e dificuldades para se firmar enquanto espírita em Alagoas.

Recebemos jornais de Maceió, que a nós enviou o nosso confrade José Egydio da Fonseca. Por eles se vê que este senhor, porque abraçou a doutrina espírita e porque a derrama tanto quanto pode, está sendo atacado e entregue ao desprezo. Mas por eles também se vê que tais ataques dos inimigos da luz só fazem com que ela mais e mais se espalhe pelos que antes não a conheciam; é a propaganda inconsciente: lá, como cá, como por toda parte, é o mesmo que se vê. Bem razão tem os nossos amigos do espaço, quando sem cessar estão a nos repetir: "os tempos são chegados." Ao nosso confrade só poderemos dizer: coragem, paciência, resignação e perdão!⁶²

O anseio de Egydio nos mostra que não seria tão simples inserir a doutrina espírita em Alagoas. Por mais que fosse respeitado e conhecido na sociedade, alegou que era “atacado e entregue ao desprezo”. Não sabemos a extensão dos ataques sofridos, mas entendemos que se dariam somente no campo das disputas simbólicas. Ainda não surgiram registros de ataques materiais, como ocorreu em Alagoas com adeptos de matriz africana e até mesmo protestantes.

2.2 O Centro Espírita das Alagoas e a intervenção da FEB no movimento local

A partir do incentivo e da correspondência com a Federação, talvez se correspondesse também com outros espíritas, em 15 de fevereiro de 1890, o *Diário do Povo*, órgão do Clube Centro Popular Republicano de Maceió, publicou um convite para que finalmente fosse fundado o primeiro centro espírita em Alagoas. O chamado pode indicar que haveria um ou mais grupos que estudavam ou desenvolviam aspectos da doutrina.

(...) não temos mais que pensar, senão de auxiliar o progresso espiritual com a prática da verdadeira doutrina, fundando nesta capital um Centro Espírita que possa compenetrar os corações daqueles que não vivem somente para a matéria. Portanto, são convidados todos os espíritas sinceros desta capital, para em união fraternal deliberarmos sobre a criação de um Centro Espírita que tenha como norma o amor a Deus e a caridade ao próximo.⁶³

Então, sabemos que em Maceió existiam os “espíritas sinceros” convocados por Egydio, mas não o quantitativo desse grupo. Independente do tamanho da participação na reunião

⁶² Reformador, Rio de Janeiro, 15 jun. 1889, p. 3, Espiritismo em Alagoas. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 05 jul. 2019.

⁶³ Diário do Povo, Maceió, p. 2, 15 fev. 1890, disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 05 jul. 2020.

proposta, foram pessoas suficientes para, neste momento, conseguirem um centro organizado e diretoria formada, noticiados em Alagoas e também no Rio de Janeiro.

Tenho a elevada honra de vos comunicar que um grupo de homens desta cidade, compenetrado do verdadeiro sentimento da moral, da religião, da caridade e do amor, deliberou fundar aqui um Centro Espírita com o fim único de instruir e propagar o Espiritismo nesta cidade e mostrar ao mundo e aos nossos confrades do Universo que não somos indiferentes à unidade universal, tão pregada e proclamada pelo Cristo. A fundação deste Centro teve lugar no dia 23 do corrente mês, às 11 horas do dia, na residência do nosso confrade Major José Adolpho de Barros Correia, tendo ficado assim composta a sua diretoria: Presidente, Dr. José Antônio Coelho Ramalho; secretário, Professor José Pereira de Sant'Anna; orador, Professor José Egydio da Fonseca; tesoureiro, José Alexandre Ribeiro. Saúde e Fraternidade. Ao ilustre cidadão Confrade Presidente da Federação Espírita Brasileira. O secretário - José Pereira de Sant'Anna.⁶⁴

Geralmente os adeptos do Espiritismo em Alagoas têm interesses em comum e seguem determinado padrão, pertencem aos mesmos grupos sociais e restritos círculos típicos da aristocracia. Não é raro que os espíritas conhecidos sejam abolicionistas, republicanos, e grande parte também membros da Maçonaria. Estes também não se desvinculavam, ao menos grande parte, da presença em ambientes católicos. Major José Adolpho, dono da residência onde foi fundado o primeiro centro, citado acima, teria a peculiaridade de ser monarquista, até o momento único partidário entre nossos sujeitos, além de possível devoto de Nossa Senhora.

No jornal Luz d'Aparecida, encontramos a seguinte notícia, que recortamos, referente ao respeitável sr. Major José Adolpho de Barros Correia: "Há mais de um mês que se acha enfermo em Alagoas o nosso distinto amigo e assinante o sr. José Adolpho de Barros Correia, um acérrimo partidário da monarquia. Acometido de grave moléstia complicada com uma pertinaz bronquite, diz-nos aquele católico que se acha ainda vivo por compaixão da Divina Providência, a instancias da Virgem Aparecida. Que prontamente se restabeleça são os nossos ardentes votos."⁶⁵

O Centro Espírita das Alagoas é esquecido na memória do Espiritismo alagoano e não é considerado como o primeiro centro fundado. Refletimos sobre algumas hipóteses quanto a essa indiferença: (a) por desconhecimento dessa instituição, o que acreditamos não ser possível, devido à sua divulgação em Alagoas e no próprio *Reformador*, no Rio de Janeiro; (b) devido a sua vida breve, já que a instituição não chegou aos dois anos de funcionamento, teve somente mais uma diretoria eleita após sua fundação; (c) e, arriscamos ser o mais provável, porque este

⁶⁴ Reformador, Rio de Janeiro, 15 mar. 1890, p. 4, Espiritismo em Alagoas. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 05 jul. 2020.

⁶⁵ Gutenberg, Maceió, 22 jul. 1905. N. S. da Conceição d'Aparecida, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 01 ago. 2020.

centro, ou seus adeptos conhecidos, valorizassem as experimentações, ainda que reforçassem a caridade e outros aspectos em seu discurso.

A unificação das atividades em torno da FEB se voltaria à vertente religiosa, em detrimento das experimentais (ARRIBRAS, 2010) e é possível que este centro fugisse dos padrões adotados. Nossa hipótese se fundamenta em dois momentos que envolvem José Egydio: o primeiro, já mencionado no capítulo anterior, suas visitas a doentes em Maceió para tratá-los através do magnetismo animal e orientações mediúnicas, e seu compromisso em curar quem o procure, levando a ideia espírita, sem critérios direcionados por qualquer instituição, seguindo suas próprias experimentações e leituras. Essa individualização de procedimentos é justamente o oposto do que se tornaria a ideia centralizadora das atividades da doutrina. Como, antes, nos limitamos a colocar somente o trecho que comprova a atuação, deixamos aqui o relato mais completo sobre a propaganda de seus feitos.

Um dia (fazem cinco meses) estava eu descansando quando vem a mim o meu amigo tenente Severiano de Viveiros pedindo-me que eu fosse ver um homem que ele criara e que dava ataques de gota coral (epilepsia) trinta e mais vezes por dia. Fui, sem perda de tempo à casa do infeliz em Jaraguá e lá encontrei um homem que parecia mais um cadáver do que um doente; estava quase morto, já lhe tinham posto a vela na mão por três vezes; eu fiquei desanimado, porque o homem dava sinais de quem estava na hora extrema. Até então eu nunca tinha curado pessoa alguma, e não sabendo de que modo me devia portar para a cura do pobre homem, tive revelação escrita de um espírito, o de Mesmer, guiando-se no modo que eu devia proceder. (...) No outro dia fui de novo fazer o mesmo trabalho e depois de feito tive outra revelação de Mesmer dizendo que o homem não teria mais ataques. (...) Depois dessa verdadeira maravilha, curei uma senhora na rua da Boa Vista que sofria de ataques histéricos acompanhados de febres; este tratamento foi auxiliado por meu mestre; já fazem cinco meses e a senhora nada mais teve que lhe perturbasse a saúde. Depois curei na rua do General Floriano Peixoto antiga do Imperador, uma moça que havia três dias sofria horrivelmente de todos os dentes, já tendo esgotado os meios que a medicina oferece. Esta cura foi instantânea, a moça levantou-se da cadeira completamente boa. Agora, depois que consegui-me Deus restabelecer a irmã de meu amigo Thiago Christovão de Figueredo, morador na rua Boa Vista desta cidade, fiquei surpreso por um agradecimento que li no Gutenberg (...). Eu não queria descobrir-me porque meu único fim nesse trabalho é aliviar os que sofrem e nada mais; porém como fui descoberto, declaro ao público que curo todas as moléstias nervosas por meio de fluidos magnéticos e sugestão (hipnotismo) grátis a todas as pessoas e sem auxílio da farmácia. Estou tratando uma senhora que prometo à sua família, que confiando na força que dispensou-me Deus a restabelecer radicalmente, e as pessoas que infelizmente sofrerem de moléstias do gênero

que já ficou dito, podem me procurar que desinteressadamente com sacrifícios de meus afazeres, não me negarei.⁶⁶

Os nomes a quem foram prestados os socorros também são elementos a serem analisados. O primeiro, Severiano de Viveiros, fora, em 1894, Procurador da Intendência Municipal, onde trabalhou com o próprio José Egydio, que posteriormente se tornou escriturário da mesma instituição⁶⁷. O “homem a quem ele criara” pode ser um ex-escravizado, pois a família de Severiano tem um histórico de posses: seu pai era o capitão Vicente Marinho de Viveiros, dono de diversas casas, além de arrendatário de duas ilhas pertencentes ao estado⁶⁸. Já Thiago Christovão de Figueredo agradeceu a cura da irmã, antes consultada por médicos sem obter sucesso, o que indica acesso à medicina formal e possível poder aquisitivo. Para maior certificação sobre a classe dos Figueredo, buscamos mais informações sobre os endereços informados. Thiago era morador da Rua Boa vista, área central de Maceió, assim como a outra paciente, e neste local identificamos residências de advogados e militares de alta patente, além do funcionamento de instituições como a Previdência Alagoana. O acesso ao jornal para publicação do agradecimento também indica um homem letrado e com acesso à imprensa escrita. Os demais endereços são também centrais, a Rua do Imperador era ponto de diversas lojas e oficinas e o bairro do Jaraguá era uma das áreas mais desenvolvidas da cidade.

⁶⁶ Diário do Povo, Maceió, 8 fev. 1890. Magnetismo e hipnotismo – Moléstia moral, cura moral. P. 2 – 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 05 jul. 2019.

⁶⁷ Almanaque do Estado das Alagoas, 1891 a 1894, p. 422. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 23 ago. 2020.

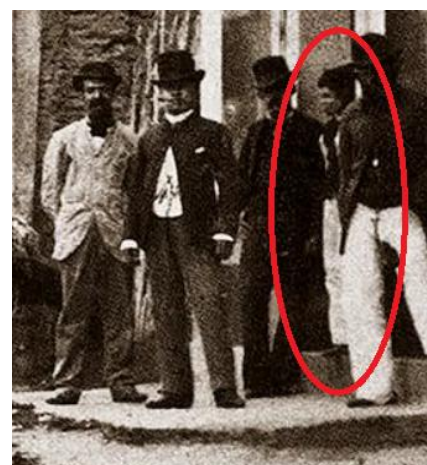
⁶⁸ Gutenberg, Maceió, 9 mai. 1896, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 23 ago. 2020.

Figura 2 - Rua da Boa Vista, Maceió/AL, entre os anos de 1880 e 1890.



Fonte 2 - <https://www.historiadealagoas.com.br/os-primeiros-anos-da-republica-em-alagoas.html>

Na imagem inserida acima, da Rua Boa Vista, onde residiam dois dos pacientes de Egydio, podemos observar a área comercial, o trânsito de vendedores, inclusive crianças. Duas realidades se encontram no registro: do lado direito, a criança negra que carrega o tabuleiro, acompanhado de um jovem também negro com as roupas sujas, e, do lado esquerdo, crianças brancas de terno. Observamos a quantidade e a movimentação de pessoas, mas ressaltamos a quantidade de negros e brancos, sendo estes últimos minoria. Saindo da porta do lado direito, quase totalmente escondida em meio aos homens brancos e bem vestidos, parece ser uma mulher branca, única mulher em toda a imagem. Os destaques foram inseridos abaixo em recorte para melhor visualização.



Voltando ao caso de Egydio, outro ponto que nos faz pensar em seu perfil de experimentador é que, em viagens de divulgação da doutrina, ele realizaria trabalhos mediúnicos em sessões com não adeptos, tal qual seu encontro com um padre do interior de Alagoas, que fez as vezes de médium em determinada sessão. Nessa situação, em 1890, o Centro Espírita das Alagoas já havia sido fundado e estava em funcionamento em Maceió. As ações de Egydio poderiam corresponder ao que seria a prática comum ou aceitável pelos demais componentes desse grupo. Ressaltamos, porém, que essas ações fogem de um padrão de comportamento dos futuros espíritas de outros centros conhecidos no estado, pois além de propagar seus feitos, ele se coloca publicamente enquanto curador, oferecendo serviços na imprensa, formato não visto antes ou depois dessa publicação. Sabemos das práticas em Alagoas muito mais pelos rastros, denúncias e críticas do que pela autopromoção.

Folgo em declarar-vos que o Espiritismo nesta capital e mesmo no interior do Estado tem se derramado profusamente depois de grande luta que teve o humilde signatário destas linhas, depois de ter acarretado com o ódio de uns e o ridículo de outros, podendo ver hoje abençoados os seus trabalhos e conseguir termos um bom grupo composto de muitas pessoas ilustres e devotadas pela causa comum do bem. / Agora mesmo em uma excursão ao interior do estado, por onde fui passar um trabalho científico que acabo de dar à luz, o qual já deveis conhecer, tive a indizível satisfação de ter uma sessão espírita com um ilustre vigário de uma das mais importantes vilas deste estado, cujo nome por conveniência oculto. A sessão foi à noite entre quatro pessoas. O Reverendo Vigário, depois de me ter pedido para evocar o seu pai há muitos anos falecido, evoca ele mesmo com uma oração sentimental e articulada o Apóstolo S. Pedro, pedindo-lhe que lhe desse luz a respeito da posição que o clero devia tomar relativamente ao novo governo e à política católica. O médium cujo nome também oculto, obteve, por meio da escrita a seguinte comunicação: "Meus filhos, acho-me aqui neste momento para fazer o vosso desejo e corresponder ao que me solicitais. Meu parecer quanto ao modo de viver de todos os cristãos no orbe católico, é que não vos chafardeis nas misérias deste mundo e no lamaçal pútrido de políticas corrompidas, que só podem destruir a fé da Igreja de que sois membros e eu muito humilde Apóstolo. A religião, meus filhos, será sempre o sustentáculo do progresso. Entregai a vossa causa nas mãos de Deus e de Nosso Senhor Jesus Cristo. A vida religiosa só deve ser consagrada a um único princípio - o amor. A nós, que tudo melhor do que vós vemos, nos compete não furtar-nos em dar o nosso parecer, baseado nos princípios sãos da moral evangélica. A mim, vos peço, não deixeis de recorrer, que sempre pronto vos auxiliarei. Adeus, meus amáveis filhos, ouvi o meu conselho que vos achareis muito bem. Paz em Jesus. 29 de junho de 1890. Paulo e Pedro, Apóstolos. O Reverendo Vigário fez ainda a seguinte pergunta: "Os cristãos do Brasil obraram bem criando o partido católico?" Veio a seguinte resposta: "Tudo obra conforme a vontade de Deus. Melhor será combater a incredulidade com a espada da fé do que pelo meio que procurais. Tu não vês que Deus não se divide nem se destrói?"

Se a religião é obra de Deus ela não será destruída." De vosso humilde criado
- José Egydio da Fonseca.⁶⁹

A preocupação do padre se devia à recente separação entre Estado e Igreja, pontuados no capítulo anterior, assim como ao envolvimento do Catolicismo com questões políticas, sobre os quais buscava orientações dos espíritos, que por sua vez se identificavam como apóstolos de Jesus Cristo. Após a Proclamação da República, a Igreja Católica perdera privilégios, o que também resultara no enfraquecimento de sua hegemonia e influência política e social, ainda que nenhuma dessas perdas tenha sido total. Assim, o questionamento sobre o partido católico é envolvido nesse contexto, em que a organização das lideranças católicas demonstrou sua insatisfação e cooptou políticos e intelectuais “para o apoio de sua plataforma moral e social e orientou o eleitorado em sua ação política. Não foi um partido político, mas assumiu posturas ideológicas que apregoavam a participação efetiva da Igreja junto ao poder secular.” (COELHO; ROMERA, 2016, p. 111). As questões colocadas pelo vigário teriam sido respondidas através de psicografia pelo espírito dos apóstolos Paulo e Pedro, notavelmente no mesmo dia e mês em que são celebrados pelo calendário católico, seguindo a linha dos grandes nomes invocados nas sessões e demonstrando, novamente, como as práticas religiosas e crenças não possuíam limites tão facilmente compreensíveis.

Por fim, em 1891, não houve mais notícias do Centro Espírita das Alagoas além da eleição da nova diretoria, e cessaram as publicações de cartas no *Reformador*. Os jornais locais não noticiaram mais sobre este centro, o que nos leva a deduzir que suas atividades não tiveram continuidade. Em nossa hipótese, entre os anos de 1891 e 1899, o espiritismo retornava às sessões domésticas, sem instituições formadas. Ademais, é possível inferir que a instauração do Código Penal pode ter consequência direta na suspensão das atividades oficiais deste centro, que pode ter fechado suas portas perante o risco da acusação de transgressão.

Num primeiro momento, o movimento espírita alagoano parece orgânico, até mesmo na narrativa dos próprios membros. Porém, esse sentido espontâneo começa a ser desconstruído a partir da análise do periódico *Reformador*, que oferece um panorama diferente do desenvolvimento das atividades espíritas, principalmente após a tentativa frustrada de manutenção do Centro Espírita das Alagoas. Havia intencionalidade da FEB ao enviar determinados sujeitos que se mostraram fundamentais na estruturação do movimento espírita

⁶⁹ Reformador, Rio de Janeiro, 01 ago. 1890, p. 4, Espiritismo em Alagoas. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 05 jul. 2020.

em Alagoas. Portanto, a FEB se colocou enquanto impulsionadora das atividades formais do Espiritismo em Alagoas, contrapondo a ideia de organicidade considerada até então. Nossa hipótese é que haveria dois tipos principais de missões, que por vezes se confundiam, e que ambas alcançaram Alagoas: a) a ida de missionários aos estados onde ainda não havia uma base sólida do Espiritismo para fundar instituições; b) representantes comerciais do próprio *Reformador*, que se dividiam em pequenas cidades, enviados pela sede, para ali divulgarem o ideal espírita.

Assim, em 1896 tivemos o primeiro enviado do Centro da União Espírita de Propaganda no Brasil, João Nunes dos Santos, com o intuito de fundar centros espíritas e disseminar a doutrina. Veio para Alagoas num intervalo temporal em que não havia centros espíritas fundados, sem jornais em circulação, mas com alguns conhecedores da doutrina.

Em nome do Centro, a comissão composta dos espíritas capitão Chrystalino Nunes Pereira, alferes Manoel Vianna de Carvalho e José Antonio Guimarães, foi acompanhar a bordo do vapor S. Salvador, o conselheiro do centro João Nunes dos Santos, **que vai, como delegado do centro, no Estado de Alagoas fundar sociedades e realizar conferências públicas.**⁷⁰

Ainda que em notícias posteriores justificassem a transferência de João Nunes para Alagoas a pretexto de motivos de saúde, quase entrando em contradição com a nota intencional acima, o movimento de agentes em missão para divulgação e fundação aconteceram de forma constante, reforçando que havia um movimento missionário e que pode ter sido responsável pela interiorização do Espiritismo no país. O alferes Manoel Vianna de Carvalho, também citado na nota, esteve em Alagoas em meados de 1913 e seria o principal responsável pela reorganização do Espiritismo no estado. A passagem de Vianna por Alagoas teria sido logo após um período de fechamento de centros, perda de membros e temporário enfraquecimento das ações espíritas. Sua contribuição deixou um legado na reconstrução do Espiritismo alagoano e foi a impulsionadora da reabertura do Centro Espírita Mello Maia. Retomando o fio de João Nunes, temos as informações a seguir.

Mais uma agência acabamos de criar para maior vulgarização da nossa doutrina por meio desta folha, graças a espontaneidade do oferecimento que nos acaba de fazer o nosso bom confrade, e até há pouco nosso companheiro, João Nunes dos Santos. Afastado desta capital por motivo de saúde, fixou sua residência em Alagoas, seu estado natal, e aí, na cidade de Maceió, tem-se constituído incansável trabalhador, como aqui já o era, da excelsa doutrina a que nos consagramos e a que ele dedica o melhor de suas energias e de sua

⁷⁰ *Reformador*, Rio de Janeiro, fev. 1896, p. 3-4, Centro da União Espírita de Propaganda no Brasil - Secção oficial. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 05 jul. 2020. Grifo nosso.

boa vontade. Penhorados pela gentileza deste nosso bom companheiro, aqui lho fazemos público, prevenindo a todos que naquele estado nos quiserem honrar com a sua assinatura, que com esse nosso representante queiram se entender para tal fim.⁷¹

João Nunes foi o responsável pela criação do Jornal *União Espírita*, que circulou na cidade de Penedo e também entrou na rota de distribuição para outros estados e cidades. O nome do jornal, primeiro publicado no estado de Alagoas, faz referência ao Centro da União Espírita de Propaganda no Brasil, vinculado à FEB. Em 01 de setembro de 1898, após dois anos e meio de atuação no estado, João Nunes veio a falecer. Na nota de pesar publicada no *Reformador*, que fez uma homenagem em retrospectiva, foi enfatizada sua militância na causa espírita, e fica um pouco mais evidente sua contribuição para o movimento local.

Despacho telegráfico recebido por um dos nossos companheiros trouxe-nos a notícia de haver desencarnado em 22 de agosto transato, na cidade de Penedo, estado de Alagoas, o nosso jovem confrade cujo nome epigrafa esta notícia. E assim, em pleno florir das esperanças, pois que pouco mais de vinte anos contava ele, perdeu a causa espírita um dos mais novos, mas dos não menos dedicados apóstolos que a serviam. Cedo, e como se o empolgasse o pressentimento da brevidade de sua passagem na terra, começou João Nunes dos Santos a votar-se à propaganda dos sublimes preceitos que encerra a nova doutrina, e foi nesta capital, no seio da Federação Espírita Brasileira, que ele fez as suas primeiras armas (...). Acometido de uma afecção de fundo tuberculoso, a que tão breve devia sucumbir a sua delicada organização física, afastou-o do nosso seio a necessidade de procurar no ameno clima do seu estado natal uma suavização à enfermidade incipiente que o minava, mas nem com isso se julgou no direito de fruir o repouso que o seu estado reclamava e, na cidade de Penedo, que acaba de abandonar empreendendo a grande viagem do infinito, aproveitou ele a sua permanência, por assim dizer, forçada, para erguer uma humilde tenda voltada ao culto das verdades espíritas e ali fundou A União, jornal de propaganda, a que ele consagrou o melhor de sua atividade e de sua dedicação. (...) Nele a federação perdeu um excelente companheiro que nutríamos a esperança de ver de novo um dia ao nosso lado, neste trabalho de abrir brecha, através dos preconceitos da sociedade indiferente, para a sua passagem da sagrada corte dos missionários da verdade cujo caminho preparamos (...).⁷²

Notamos que, tal qual o primeiro centro, o *União Espírita*, primeiro periódico alagoano voltado à disseminação da causa espírita, foi negligenciado pela memória da FEEAL. Em seu histórico, ao tratar sobre o papel da comunicação social espírita, a Federação considera como primeiro jornal aquele fundado por Antônio Pombo, em 1900, chamado *O Espírita Alagoano*,

⁷¹ Reformador, Rio de Janeiro, 15 fev. 1896. Notícias. Acesso em: 13 jul. 2020. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 mai. 2020.

⁷² Reformador, Rio de Janeiro, 1 set. 1898. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 mai. 2020.

publicado inicialmente no Jornal *O Orbe* e posteriormente de forma independente. Entendemos, também neste caso, que o não reconhecimento do *União Espírita* enquanto legítimo pode não se dever ao desconhecimento da existência deste jornal, amplamente divulgado no *Reformador*, mas sim devido a divergências teóricas e práticas. Inferimos, assim, que as possíveis discordâncias dentro do Espiritismo alagoano podem ocultar aspectos de sua história, e o fio seguido deve se ater às mais diversas fontes possíveis, em busca das contradições dadas nesse processo.

2.3 O Centro Espírita Alagoano Mello Maia

Após uma tentativa de organização que não perdurou, a fundação de um jornal que não conseguiu se manter depois da morte de seu fundador, somente em 1899 houve a organização de outra instituição: o Centro Espírita Alagoano, posteriormente nomeado de Centro Espírita Alagoano Mello Maia. Apesar de não ser o pioneiro, como reforça a FEEAL, este Centro teve uma organização importante, sólida e com base nas diretrizes da FEB. Além disso, seus membros não se envolveriam tanto em assuntos polêmicos, como acontecera anteriormente com José Egydio, prezando a discrição inclusive nos relatos deixados em sua documentação oficial.

Retomaremos aqui a narrativa da Federação por considerarmos importantes as considerações feitas, tanto para seguir o rastro das informações como para verificação das contradições que esta história oficial traz. Ao tratar sobre as dificuldades de organização, os ataques sofridos e os poucos adeptos que respondiam às críticas lançadas, a FEEAL relata sobre a fundação do Mello Maia.

Esta situação começou a mudar a partir da chegada, em Maceió, dos Senhores Carlos Leopoldo Ferreira, José Teixeira de Souza Leite e Antônio Pires da Rocha Pombo. Estes senhores vinham transferidos do sul do país para trabalharem na Repartição dos Correios e Telégrafos. Aqui chegando, estes companheiros, que eram espíritas, procuraram imediatamente os espíritas alagoanos, e fizeram-lhes sentir a necessidade da criação de um núcleo onde pudessem estudar e discutir os elevados problemas da doutrina e disseminá-los mais seguramente no seio da população. Este convite, surgido numa hora de entusiasmo e de previsões futuras, foi aceito imediatamente e, no dia 15 de janeiro de 1899, nas oficinas do notável musicista alagoano, sr. Isaac Newton de Barros Leite, **fundaram o primeiro grupo espírita** a que denominaram

Centro Espírita Alagoano e que, posteriormente, tornou-se Centro Espírita Alagoano Mello Maia.⁷³

Esta foi a segunda tentativa de consolidação do Espiritismo em Alagoas, mas não seria a última. Fundou-se o Centro em 15 de janeiro de 1899 e, apontando um crescimento considerável de adeptos, o Grupo Espírita São Vicente de Paula⁷⁴ foi organizado meses depois, no mesmo ano. Não são divergentes em ideias, pois vemos na Ata de reuniões do primeiro uma circulação a convite para participação de trabalhos mediúnicos e outras atividades, além do mais, as duas instituições são citadas pela FEB no relatório enviado a Leon Denis, para o Congresso de Paris, como instituições vinculadas à Federação⁷⁵. Neste mesmo relatório, disponível no *Reformador*, o jornal *União Espírita* já não aparece, reforçando o indicativo de não continuidade. Mas como periódico reconhecido, temos *O Espírita Alagoano*, do qual encontramos, até o momento, somente cinco edições disponíveis para pesquisa. Retornaremos à análise da imprensa espírita mais adiante.

Conforme o regulamento do Centro Espírita Alagoano, os candidatos a sócio eram apresentados por um veterano, seguido pela defesa de suas qualidades, em reunião colegiada, o que valia como um atestado de boa conduta moral. Tal forma de ingresso pode ser entendida como um mecanismo de controle de novos integrantes segundo os critérios do grupo. Nesse ponto, podemos observar semelhança com a Maçonaria, não de forma coincidente, já que vários dos membros pertenciam aos dois segmentos simultaneamente, talvez adaptando modelos de acordo com as experiências maçônicas. Ainda segundo o Estatuto da mesma instituição, para se tornar sócio efetivo era necessária, além da contribuição mensal, uma série de requisitos:

- a) Maioridade, moralidade, benevolência, sinceridade, tolerância, civilidade, fé e caridade.
- b) simpatia pela doutrina e inteligência para compreendê-la, desejo de estudar e ilustrar-se, dedicação ao trabalho, amor ao próximo, saber e poder colocar o bem geral acima das questões de interesse, de vaidade e de amor próprio.⁷⁶

⁷³ Informações retiradas do site da FEEAL, grifo nosso. Disponível em: <http://feeal.org.br/o-Espiritismo-em-alagoas> Acesso em: 13 abr. 2019.

⁷⁴ O Grupo São Vicente de Paula mudou de nome, mas segue em funcionamento. Ainda vinculado à FEEAL, hoje atua sob o nome de União Espírita. Sua sede fica na Av. Jatiúca, em Maceió.

⁷⁵ *Reformador*, Rio de Janeiro, 1 set. 1900, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 mai. 2020.

⁷⁶ Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano, p. 45. Acervo do Centro Espírita Mello Maia.

Entendendo que os fundamentos kardecistas são relativamente complexos e se baseiam em estudo dos fluidos, magnetismo, universos habitáveis, além de preceitos filosóficos e morais, numa cidade onde a maioria dos habitantes não havia sido alfabetizada, as exigências para compreender os princípios e desejo de estudar e ilustrar-se era indicativo do público-alvo do Espiritismo, deixando evidente o recorte de classe adotado. Conforme Craveiro Costa, em 1900, ano em que o referido estatuto foi publicado, 81% da população de Maceió era analfabeta, portanto, teoricamente inapta a ser membro efetivo do referido centro (COSTA, 1925, p. 73-78, apud CARVALHO, 2016, p. 251). Sobre o percentual de analfabetismo da população total, Osvaldo Maciel (2004) apresenta os dados dos censos de 1872 a 1920 e demonstra que em 1900, apesar do alto índice de analfabetismo (80%), ainda foi o melhor dos resultados, comparados aos anos de 1872 (88%), 1890 (86,5%) e 1920 (85,2%). Ainda assim, o autor ressalta que o elevado percentual está dentro da média do Nordeste para o período, sendo “um indício da situação relativa ao conhecimento formal e ao acesso à escolaridade existente entre os nordestinos. Para Maceió, é de se imaginar, esta taxa deveria ser um pouco menor” (MACIEL, 2004, p. 39).

Constantes na Ata de fundação do Mello Maia, alguns nomes devem ser destacados aqui. Luiz Lucarini, por exemplo, foi também citado por Ulisses Rafael como protegido de Euclides Malta ao longo do que se convencionou chamar de Era Malta, período de mais de dez anos em que a oligarquia governou Alagoas (RAFAEL, 2012, p. 97). Lucarini fazia parte da Loja Maçônica Virtude e Bondade, era de origem italiana e veio para Maceió ao se tornar o arquiteto responsável pelo projeto do Teatro Deodoro e do Teatro Sete de Setembro (Penedo/AL). No governo Malta, projetou o Palácio Floriano Peixoto, sede do Governo do Estado de Alagoas, o Mercado Público, a Intendência Municipal, o Tribunal de Justiça, a Santa Casa de Misericórdia, entre outras grandes obras, algumas das quais tornaram-se patrimônio local. Foi diretor de Obras Públicas do Estado e Engenheiro-Arquiteto da Municipalidade de Maceió, além de contratado em obras da Inspetoria de Higiene da capital⁷⁷. Lucarini foi, portanto, um dos importantes nomes na tentativa de adaptação da cidade de Maceió aos moldes exigidos pelo movimento de modernização e urbanização da cidade.

O jornalista Hugo Jobim possui a peculiaridade de ser ativo em três segmentos diferentes. É citado como participante de uma comissão de arrecadação de donativos para a

⁷⁷ Disponível em: <http://www.abcdasalagoas.com.br/> Acesso em: 06 jul. 2019.

Arquidiocese de Maceió entre 1898 e 1901 (MEDEIROS, 2007, p. 40-41) e ativo colaborador, elogiado e homenageado pelos católicos; espírita convicto, sócio e membro de diretoria, orador, foi quem renomeou o Centro Espírita Mello Maia em homenagem ao fundador; e também era maçom. A facilidade de circulação desse sujeito pelos três ambientes, sem que fosse julgado ou criticado por isso, denota uma fluidez que deve ser observada mais atentamente. Novamente recorreremos às explicações sociais, por acreditarmos que somente alguém da elite e com alto prestígio poderia, sem conflitos, permanecer em ambientes que estavam a todo momento em disputa. Jobim aparece como redator, diretor, secretário e membro da comissão de redação de diversos periódicos, como *Alliança* (1890), *Paulo Affonso* (1896) e *O Rebate* (1899), este último sendo de ideais republicanos. Ainda tinha artigos publicados no *Gutenberg* – jornal de caráter republicano - e no jornal *O Orbe*, além de ter sido membro da comissão de redação da revista *Lumen*, espírita. Jobim tinha amplo acesso à imprensa escrita, útil para que fossem propagadas em Maceió as ideias da religião. Importante salientar ainda que também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e era filho de Nicodemos Jobim⁷⁸, historiador e patrono de uma das cadeiras do IHGAL.

Temos ainda como adeptos do Espiritismo um número considerável de militares, boa parte deles de alta patente. Como exemplo da classe temos o já citado Agenor Vidal, redator da revista *Lumen*, capitão tenente e comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros de Alagoas. Agenor foi evidenciado no Caso Jaraguá, por realizar uma sessão espírita de cura no prédio da marinha, onde residia. Por ser militar de carreira, permaneceu em Alagoas até 1911, quando foi promovido a capitão de corveta e mudou-se para o Rio de Janeiro. Outro destaque seria Luiz Gonzaga de Góes, bastante atuante e membro recorrente nas diretorias do Mello Maia. Segundo Felix de Lima Junior (2001), que escreveu sobre os Voluntários da Pátria, Góes teria sido Cavaleiro da Ordem da Rosa, lutado no Paraguai e condecorado Coronel Honorário do Exército.

Conhecido como um dos mais eloquentes espíritas, Antônio Scipião da Silva Jucá, Major Scipião Jucá, seria chefe de seção da Secretaria do Interior, órgão responsável pela Inspeção de Higiene, que regulamentava os casos de denúncia ao exercício ilegal da Medicina. No contexto estudado, a posição de Scipião Jucá pode ser considerada estratégica para a proteção da própria religião. Também teria sido oficial de gabinete do vice-governador do estado de Alagoas e membro de diretoria da Loja Virtude e Bondade, além de orador e

⁷⁸ Nicodemos Jobim foi escritor do livro *História de Anadia*, utilizado pela Dra. Irinéia Santos (2016) como uma das fontes que ajudaram a reconstruir a história da Santa Fugitiva e na análise sobre o Catolicismo popular em Anadia/AL.

participante da diretoria do Mello Maia durante quase todo o primeiro ciclo de funcionamento. Jucá, em 1876, escrevera sobre a Maçonaria, da qual se apresenta como adepto, e mostrava, desde muito antes da chegada do Espiritismo, que possuía posições críticas ao Catolicismo vigente.

Entretanto, no seio da maçonaria brasileira palpita com força uma necessidade, tanto mais intensa quanto é certo que o país foi mistificado na luta que abriu com o poder eclesiástico. Essa necessidade é a união que devemos manter, pois bem sabemos que assim como o equilíbrio é a lei física que domina as forças, a união entre nós será a lei moral que tem de sustentar o prestígio da nossa sublime ordem, manter-lhe a prerrogativa e impor o respeito.⁷⁹

Da área jurídica, temos o Alfredo de Carvalho, promotor na cidade de Atalaia quando iniciou os trabalhos espíritas, e que viraria juiz posteriormente; Alfredo Odilon, juiz substituto entre os anos de 1900 e 1905, diretor do periódico espírita *A Ciência*. Outros juizes, advogados e promotores fazem parte dos centros. Da área de saúde temos o exemplo de Joaquim José de Araújo, intendente da capital, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, um dos responsáveis pelos cuidados dos doentes no surto de cólera.

Além desses, havia um grande número de profissionais liberais, professores, funcionários públicos e profissionais de saúde, categorias de prestígio consideradas como formadoras de opinião, o que teria permitido que em pouco tempo a religião passasse a ser largamente difundida e debatida nas camadas altas da sociedade. É preciso salientar o prestígio social envolvido; os espíritas continuavam sendo respeitados em ambientes de privilégio. Como se o embate entre as diversas lideranças religiosas, por vezes com debates acalorados, não influenciasse na boa convivência dos opositores em espaços da intelectualidade de Maceió. As relações são complexas e as disputas de poder, ora evidentes, ora veladas, permeiam toda a construção do movimento espírita local, desde que ainda era somente uma curiosidade por fenômenos sobrenaturais até se estabelecer na cidade enquanto opção no campo religioso, com importância suficiente para incomodar a hegemonia do Catolicismo.

O funcionamento do centro não foi linear. A partir de 1906 ele teria encerrado temporariamente suas atividades, até 1913; mas, assim como em outros momentos de interrupção, é interessante salientar que o retorno se dava sempre com os mesmos sujeitos. Um núcleo que se mantinha constante, mesmo após um intervalo nas atividades oficiais. No

⁷⁹ A palavra: periódico imparcial. Maceió, 4 jun. 1876. Literatura – Ao Sup. Arch. Do Un. P. 3-4. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 29 nov. 2020.

ano de 1913, mediante a vinda do capitão Manuel Vianna de Carvalho⁸⁰, o centro foi reorganizado. Não foi a primeira visita do militar a Alagoas. Por sua profissão, que o mantinha atuando em distintos locais, teve oportunidade de ser disseminador dos ideais espíritas, e foi um dos grandes nomes no processo de expansão do Espiritismo no Brasil. Segundo relata sua biografia, esteve em Alagoas realizando palestras a partir do ano de 1910, a convite da FEEAL e “em princípios de 1913, foi servir em Maceió, onde, além de proferir conferências, algumas sintetizadas no jornal *Correio de Maceió*, reorganizou os grupos espíritas que se achavam em declínio” (FILHO, 1999, p. 92). Também foi colaborador de muitos jornais espíritas em todo o país, inclusive *A Luz*, de Maceió. Apesar de sua grande participação, poucos registros ficaram sobre sua passagem por Alagoas e a Ata de reuniões, que comprova sua participação ao longo dos anos, é de grande importância para entender a contribuição de Vianna para a organização e reorganização local, como veremos ainda neste capítulo.

Figura 3 - Manuel Vianna de Carvalho



Fonte 3 - <https://www.noticiasespiritas.com.br/>

Ao trazer à tona a documentação construída pelos próprios membros do movimento percebemos que deve haver um cuidado mais apurado, já que é posto em análise somente o que é aberto ao público, como as publicações em jornais. Assim, entendemos que elas devem ser observadas com maior criticidade, considerando que documentos localizados são os que os agentes optaram por expor, que certamente eram posicionamentos intencionais e estratégicos, ainda mais num período de criminalização de práticas religiosas. Podemos perceber o posicionamento de restrição à ampla divulgação na deliberação abaixo, no sentido de que, ainda que fosse um jornal doutrinário, somente seriam liberadas à público as comunicações que

⁸⁰ Ver mais em: FILHO. Luciano Klein. Vianna de Carvalho: O Tribuno de Icó. São Paulo: Lachatre, 1999.

fossem julgadas proveitosas à propaganda. É possível que houvesse receio de que fossem usadas em ataques contra a própria religião.

O sr Presidente declarou que o fim da presente sessão era resolver-se sobre a proposta do confrade Souza Leite, apresentada na sessão do dia 11 do corrente no sentido de serem fornecidas à redação do Espirita Alagoano algumas comunicações recebidas neste Centro. Discutida a proposta, o conselho deliberou, de acordo com os artigos 30 e 43 dos Estatutos que as comunicações obtidas pelo Centro Espírita Alagoano seriam publicadas quando, pela diretoria, fossem julgadas proveitosas à propaganda da doutrina⁸¹.

2.4 FEEAL - Federação Espírita do Estado de Alagoas

Fundada em 06 de janeiro de 1908, inicialmente nomeada de Federação Espírita Alagoana, a FEEAL se denomina atualmente como uma “sociedade civil de caráter religioso, filosófico, científico, educacional, cultural e filantrópico, sem fins econômicos”⁸². Ainda que não esteja disponível o registro sobre o número de centros em funcionamento no momento de sua criação, o intuito de congregar as instituições espíritas do estado é um indicativo da multiplicidade de instituições, a ponto de demandar ações de unicidade entre elas. A Federação já nasceu vinculada à FEB⁸³, e, portanto, colaborava para o fortalecimento das decisões políticas e organizacionais dessa a nível nacional.

Localizada na área central da cidade, durante seu breve funcionamento, registrou grande atividade na promoção de conferências em sua sede, além de se dedicar à algumas ações de caridade. Apesar de ser uma máxima na doutrina de Kardec, inicialmente o auxílio aos necessitados se deu pontualmente em forma de distribuição de valores em dinheiro e presentes, pois ainda não havia, nesse momento, uma sistematização das ações de caridade como veríamos nas décadas seguintes, com a construção de escolas, ambulatórios, distribuição de alimentos e toda uma estrutura construída nesse sentido. O início do movimento espírita se preocupava com a caridade, mas as doações pareciam ser mais dispersas. No momento relatado na notícia abaixo, por exemplo, houve a distribuição de “85\$000 em espórtulas de

⁸¹ Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano, 15 de julho de 1900. Acervo do Centro Espírita Mello Maia.

⁸² Estatuto da Federação Espírita do Estado de Alagoas, registrado em 29 de março de 2009. Disponível em: <https://feaal.org.br/> Acesso em: 10 jul. 2021.

⁸³ Gutenberg, Maceió, 09 jan. 1908. Federação Espírita, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 05 dez. 2020.

500rs”⁸⁴, reforçando que a caridade era bastante reduzida ao recolhimento e repasse de doações financeiras.

A caritativa sociedade Federação Espírita, humanitária instituição mantida sob os auspícios dos adeptos de Kardec, à rua 15 de novembro nº44, distribuirá espórtulas aos necessitados, amanhã, de 12 horas do dia em diante⁸⁵.

Figura 4 - Rua 15 de Novembro, Maceió, posteriormente chamada de Rua do Rosário, atualmente Rua do Sol, onde era localizada a Federação Espírita Alagoana. A Segunda sede do Mello Maia também foi nesse endereço.



Fonte 4 - <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-da-rua-do-sol-de-maceio.html>

Uma estratégia adotada pela Federação visando o alcance de mais adeptos pode ser percebida na abertura das palestras para os não espíritas. O convite publicado nos jornais era direcionado à população em geral, e a atividade da nota abaixo não foi nomeada como religiosa, mas como uma palestra literária. Apesar de ser apresentada assim, o jornal seguinte comenta sobre os pontos discutidos: reencarnação, imortalidade da alma e outros aspectos concernentes ao kardecismo.

O literato Barbosa Junior fará amanhã na sede da Federação Espírita Alagoana, à rua 15 de Novembro, uma palestra lítero-filosófica sobre a vasta e profunda tese - A Alma e a sua evolução. Por nosso intermédio a Federação

⁸⁴ Gutenberg, Maceió, 22 abr 1908. Federação Espírita Alagoana, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 05 dez. 2020.

⁸⁵ Gutenberg, Maceió, 16 abr. 1908. Esmolas, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 05 dez. 2020.

Espírita convida ao público maceioense, sem distinção de credos ou religiões, para assistir a conferência do sr. J. Barbosa Junior.⁸⁶

Meses após, em agosto de 1908, na publicação referente a outra conferência, além de ser direcionado a quem fosse de outros credos, o convite ressaltava que poderiam comparecer todas as classes⁸⁷. Esse formato permaneceu nos meses seguintes e talvez indique a saturação dentro das classes mais altas, afinal, somente seria alcançada a disseminação, quando o Espiritismo fosse popularizado e adentrasse outras camadas. Em 1909 diminuíram as publicações em jornais sobre as reuniões, mas o *Gutenberg* informou mensalmente o recebimento da *Revista Lumen*, o que denota a continuidade desse periódico. Ao fim de 1909, houve a ação de caridade de natal, que consistiu na distribuição de presentes à população carente, mas parecia ser ainda uma ação pontual, não relatada nos outros meses do ano.

Em 1910 cessaram as notas sobre a Federação Alagoana no *Gutenberg*, e também sobre a *Revista Lumen*, que havia sido lançada no primeiro ano de funcionamento da instituição. Nesse ano de 1910, as atividades da FEEAL foram encerradas, mas não há informações oficiais sobre o motivo de seu fechamento. E foi nesse momento que as trajetórias da Federação e do Centro Espírita Mello Maia se cruzaram. Isso porque, em 1913, Vianna de Carvalho veio à Maceió, como já foi informado, e reuniu os espíritas mais conhecidos para propor a fundação de um centro. Porém, na reunião marcada para essa decisão, optou-se pela reconstrução do Mello Maia, que, a partir desse momento, concentraria os poderes de coordenação de todos os demais centros. Assim, a FEEAL seguiu fechada até 1935, e em seu lugar o Centro Espírita Mello Maia se tornou o agregador das atividades espíritas do estado.

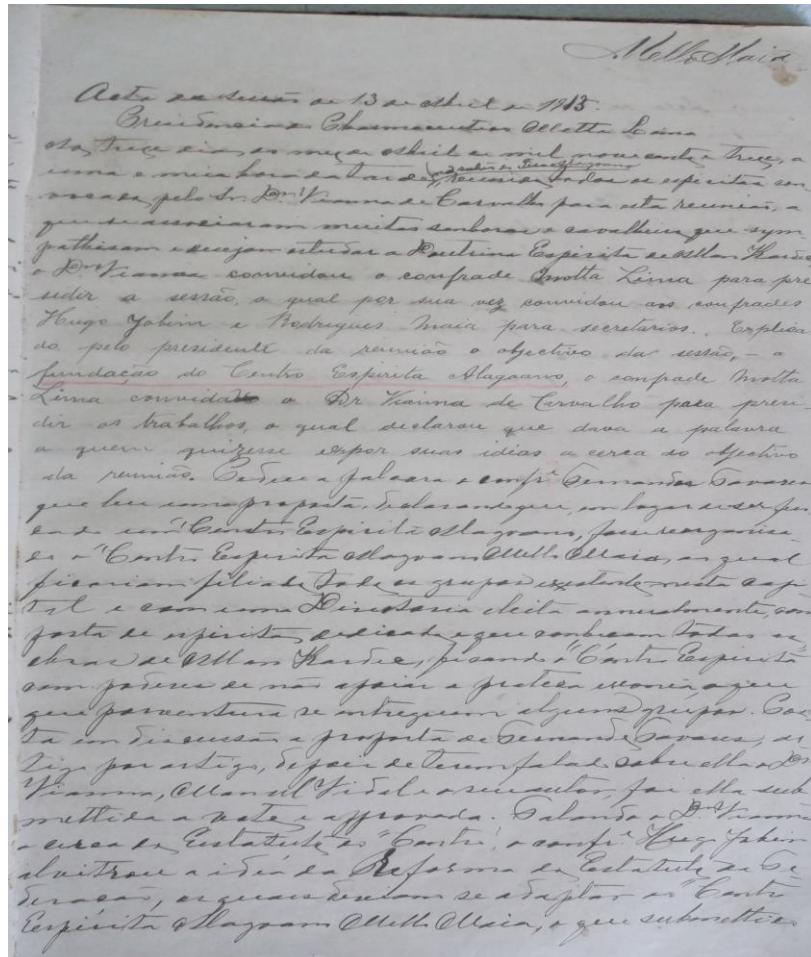
Pedi a palavra o confr. Fernandes Tavares que leu uma proposta, declarando que, em lugar de ser fundado um Centro Espírita Alagoano, fosse reorganizado o Centro Espírita Alagoano Mello Maia, ao qual ficariam filiados todos os grupos existentes nesta capital e com uma Diretoria eleita anualmente, composta de espíritas dedicados e que conheçam todas as obras de Allan Kardec, ficando o Centro Espírita com poderes de não apoiar a prática errônea a que porventura se entreguem alguns grupos. Posta em discussão a proposta de Fernandes Tavares, artigo por artigo, depois de terem falado sobre ela o Dr. Vianna, Manoel Vidal e o seu autor, foi ela submetida a votos e aprovada. Falando o Dr. Vianna acerca dos Estatutos do Centro, o confr. Hugo Jobim alvitrou a ideia da reforma dos Estatutos da

⁸⁶ Gutenberg, Maceió, 13 jun. 1908. Palestra Literária, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 05 dez. 2020.

⁸⁷ Gutenberg, Maceió, 19 ago. 1908, Conferência, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 nov. 2020

Federação, as quais deviam se adaptar ao Centro Espírita Alagoano Mello Maia, a que submetido a votação, foi unanimemente (sic) aprovado.⁸⁸

Figura 5 - Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano Mello Maia, reunião de refundação do centro.



Fonte 5 - Acervo do Centro Espírita Mello Maia

Porém, nos anos seguintes, o funcionamento do Mello Maia não foi ininterrupto. Entre os anos de 1914 e 1915 não foram registradas atividades, assim como nos anos de 1917 e 1918. No ano seguinte, em 1919, novamente foi Vianna de Carvalho que reuniu os espíritas da cidade para reorganizar o centro.

Por aclamação unânime dos presentes, assumiu a direção dos trabalhos o ardoroso propagandista Capitão Dr. Manoel Vianna de Carvalho. Aberta a sessão, declarou que o fim da convocação da Assembleia Geral do Centro Espírita Alagoano Mello Maia era exclusivamente referente a reorganização da sociedade, **que sem motivos, havia interrompido. os seus trabalhos** e, naquele momento, era-lhe sobremodo agradável testemunhar o comparecimento da maior parte dos seus associados, animados que estavam de continuar a jornada do glorioso grêmio, o primeiro núcleo de luz, o

⁸⁸ Ata de Reuniões, 13 de abril de 1913. Acervo do Centro Espírita Alagoano Mello Maia

primeiro círculo de comunhão com o invisível, fundado nesta capital, sob a direção do esclarecido espírito de Manoel Pinto de Mello Maia.

Percebe-se que nesse momento, a narrativa já era de que o Mello Maia foi o primeiro centro fundado, descartando a existência do Centro Espírita Alagoano. Há mais uma interrupção de funcionamento no início de 1923, com retomada das atividades dois anos depois. Percebemos, com isso, que a fragilidade e dificuldade do centro não se deu somente em determinado período e que sua ascensão não foi linear. De qualquer forma, até o ano de 1935 foi a instituição que teve a responsabilidade de funcionar como Federação, até que a FEEAL retomasse o posto de congregadora dos centros do estado. Interessante ressaltar que eram os mesmos sujeitos que estavam na organização e manutenção de ambas as instituições. Nossa hipótese é que o contexto social não era favorável à disseminação de novas ideias religiosas, ainda que fossem cristãs, como Espiritismo e Protestantismo. As disputas religiosas, que envolviam propagandas de difamação, proibições e perseguições, elencados melhor no quarto capítulo dessa dissertação, foram fundamentais para as oscilações de funcionamento. Ainda que o Espiritismo não sofresse perseguições criminais em Alagoas, ele não estava isento de outros conflitos que dificultaram sua consolidação.

2.5 O papel da imprensa espírita

A utilização da imprensa escrita como fonte no desenvolvimento da pesquisa histórica leva em consideração as intencionalidades e subjetividades (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Assim sendo, consideramos nesta pesquisa que os jornais e revistas não são isentos. As notícias se apresentam de forma parcial, como meios que evidenciam pontos de vista, visões de mundo, e, mais do que isso, a forma como determinado grupo quer que outros, os receptores⁸⁹ daqueles meios, tomem para si suas perspectivas e as reforcem. O conjunto de publicações nos periódicos, aos olhos do historiador, traz vestígios das experiências vivenciadas em um tempo e lugar por determinado grupo hegemônico ou não, suas relações econômicas, políticas, e até mesmo comportamentais. Assim sendo, essas relações que permeiam a sociedade podem ser compreendidas também a partir da análise de dados que as fontes de imprensa nos possibilitam.

⁸⁹ Consideraremos não somente os leitores, mas os receptores das ideias contidas nos periódicos, observando a possibilidade de que os jornais poderiam contar com leituras coletivas, seja nas ruas ou em espaços religiosos. Mesmo sem necessariamente a aquisição material dos jornais, as ideias permeariam as esferas sociais de diferentes formas.

Havia dois segmentos importantes utilizados pela propaganda espírita local: a primeira composta de publicações e convênios com jornais não religiosos de maior circulação como o *Gutenberg* e *O Orbe*. Neles, os não adeptos teriam acesso a opiniões e defesas da doutrina, possibilitando ao Espiritismo ganhar simpatizantes. O segundo seria o considerável número de periódicos especificamente espíritas, voltados para organização doutrinária, impulso e encorajamento dos militantes. O poder aquisitivo dos adeptos seria essencial para que a doutrina conseguisse ser disseminada por meio de jornais, revistas e folhetos próprios, afinal, poucas religiões teriam condições financeiras de manter em circulação e fazer a distribuição, muitas vezes gratuita, de tantos impressos. A partir dessa consideração, ao pensar no uso que os espíritas fizeram desse meio, podemos perceber que, grosso modo, utilizaram-no tanto na disseminação de ideias, aproximando dos leitores sua visão de mundo, como também como articulação entre os que já haviam aderido, centros locais, nacionais e internacionais, num intercâmbio de experiências que contribuiria futuramente para a unificação das práticas.

Os jornais a que tivemos acesso trariam para o público certa facilidade no entendimento dos ideais religiosos do Espiritismo como a caridade e a reforma moral. Muitas dessas mensagens eram atribuídas a santos católicos, importantes nomes da história, nomes que traziam consigo respeitabilidade e legitimidade. A suposta assinatura desses espíritos chancelava a mensagem e a própria doutrina, pois a colocava como uma mediadora direta entre os mundos físico e espiritual, por meio de figuras que seriam inquestionáveis no imaginário popular, como os Apóstolos de Cristo, que teriam participado da sessão mediúnica relatada anteriormente. Além dessas estratégias, a imprensa espírita estava sempre em busca de se defender das inúmeras acusações, que iam desde charlatanismo, até serem as sessões mediúnicas causadoras de distúrbios mentais, suicídios e crimes violentos.

A circulação de periódicos, revistas, folhetos e a ocupação do espaço da imprensa pelos espíritas foi constante desde o início da experiência, ainda na França. Com foco nas classes média e alta, letradas, tornou-se essencial o uso dessas ferramentas visando a expansão da doutrina. A estratégia pode ser percebida no início dos experimentos no Brasil, pois, logo após a inauguração do primeiro centro espírita em território nacional, foi lançado o primeiro jornal, em 1869, organizado por Teles de Menezes, em Salvador, chamado *O Echo D'além-túmulo*. Para Aubrèe e Laplantine (2009), a partir de 1880, houve a eclosão de uma imprensa que visava, além de criar laços entre os convertidos, fazer chegar aos que ainda não conheciam as ideias.

Segundo os autores, “houve uma afloração de revistas espíritas, mensais ou bimensais, dentre as quais algumas não passaram de dois ou três números”, o que reflete também a realidade de Alagoas. Um levantamento feito por Luiz Sávio de Almeida sobre os periódicos em Alagoas lista os seguintes:

Em 1896 circulava em Penedo, o União Espírita: Orgam da Delegacia da União Espírita de Propaganda no Brazil, demonstrando que já havia uma distribuição territorial de grupos espíritas em Alagoas e não era algo territorialmente ainda enquistado. Em 1897 dava-se a presença possivelmente do mesmo União, mas com outro título: União: Orgam consagrado ao Espiritismo e às questões sociais. Conheço dois números (1900 e 1901) do órgão de uma entidade espírita em Maceió chamada Grupo São Vicente. O jornal era O Espírita Alagoano: Orgam do Grupo S. Vicente de Paula e que antes era intitulado O Spirita Alagoano; possivelmente, havia um grupo de posição teórica diferente do que foi mencionado frente ao kardecismo; ele tinha um jornal em 1901, em Maceió, intitulado A Ciência. Um pouco mais adiante, no ano de 1908 tem-se o Lumem e mostra uma presença espírita mais avançada, desde que era órgão da Federação Espírita Alagoana.⁹⁰

⁹⁰ Levantamento realizado por Luiz Sávio de Almeida, intitulado A imprensa em andamento, disponível em: http://contextotribuna.blogspot.com/2012/05/almeida-luiz-savio-de_27.html Acesso em: 06 jul. 2019.

Figura 6 - Primeiro número do Jornal O Espírita Alagoano, publicado no jornal O Orbe.



Fonte 6 - <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

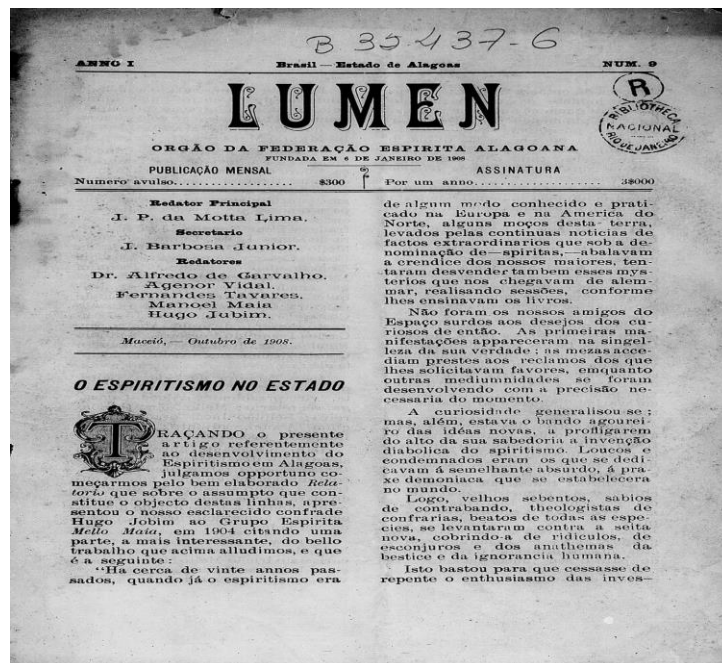
Haveria, portanto, um considerável número de periódicos espíritas, porém sem continuidade. Geralmente os jornais tinham pouco tempo de vida, o que torna ainda mais difícil o resgate das esparsas publicações. Como a figura 5 indica acima, *O Espírita Alagoano* teve seus primeiros exemplares publicados como uma seção, dentro do jornal *O Orbe* e a autoria das publicações remetia a nomes de espíritos, não dos organizadores, que permanecem anônimos. Sabemos que, de acordo com a Ata do Centro Espírita Mello Maia, o recebimento *d'O Espírita Alagoano* era frequente, registrado em diversas sessões, mas ainda não sabemos se os exemplares são conservados por algum particular. Era dividido em duas partes, nomeadas “do Espaço” em referência a mensagens recebidas por médiums, e “da Terra”, com textos de adeptos e tratando sobre atividades, reuniões e informes gerais. Os redatores também não eram indicados nominalmente, e em lugar disso, lê-se a observação sobre as autorias: “Redatores: diversos, da Terra e do Espaço”⁹¹.

⁹¹ O Espírita Alagoano, Maceió, 05 mai. 1900. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 13 set. 2020.

A Hemeroteca Digital conta com apenas um exemplar do jornal *A Luz*, de 1901, que pertencia ao Grupo Santo Agostinho e se propunha a ser de circulação mensal. Alguns anos depois, em 1919, o Centro Espírita Mello Maia lançou um jornal de mesmo nome: *A Luz*. Segundo Olympio Galvão, um de seus idealizadores, o intuito era de criar um “órgão que se destina a vulgarizar a doutrina espírita”⁹², mas apesar do nome coincidente, ao menos nas reuniões sobre o tema, não foi feita referência ao primeiro jornal lançado. De acordo com as referidas atas, vários números foram lançados a partir de 1919, mas não localizamos exemplares disponíveis para consulta.

A Revista *Lumen*, órgão da Federação Espírita Alagoana, possui dois números disponíveis na Hemeroteca Digital, ambos publicados em 1908, ano de lançamento da revista e da inauguração da FEEAL. A primeira edição disponibilizada nos foi bastante valiosa, por conter o relato de memória de Hugo Jobim, em sua interpretação sobre o início do movimento espírita e nomeando ações, lideranças, experiências que nos auxiliaram no entendimento dos processos iniciais. A duração da Federação foi curta, durou poucos anos até seu fechamento, e a revista teve curta duração. Além desses, o jornal *A Ciência* pertencia ao Grupo São Vicente de Paula, e também não foram localizados exemplares disponíveis para consulta.

Figura 7 - Revista *Lumen*, órgão da Federação Espírita Alagoana, 1908.



Fonte 7 - <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

⁹² Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano, 25 jun. 1919. Acervo do Centro Espírita Mello Maia.

Em nossa compreensão, a partir da análise dos jornais disponíveis, a imprensa espírita tinha três funções principais: *disseminação, articulação e defesa*. Em alguns momentos, também aparece o proposital reforço da memória dos agentes, e, talvez por serem membros de elite, foram muito valorizados e exaltados como os mártires que atuaram na disseminação do ideal espírita. O trabalho de resgate das memórias é facilitado em parte por efeito de cuidado dos agentes em serem lembrados de diversas formas: escrevendo textos para diferentes jornais, proferindo palestras em centros, em espaços da alta sociedade e assumindo cargos de direção nas instituições religiosas. Todas essas auto afirmações são facilitadoras para o trabalho do historiador, pois o quebra-cabeças tem peças e locais definidos e se mostram, no nosso caso, pela valorização das relações e posições sociais.

Além destes grupos que acabamos de citar, contam-se mais os seguintes: Allan Kardec, em Penedo; Esperança e Luz, em São Miguel dos Campos, dirigido pelo esclarecido confrade Bráulio Monteiro; S. José, em Fernão Velho; S. Domingos, no Rio Largo, fundados os dois últimos, a convite dos nossos irmãos ali residentes, pelo esforçado e operoso confrade Manoel Joaquim Vidal, que organizou o programa em que se devem basear os que ali trabalham pelo engrandecimento salutar da doutrina, e entre os quais os inteligentes confrades Nominando Nicomedes e Antônio Luiz de Araújo, que não poupam esforços, afim de que a abençoada causa do Espiritismo seja coroada dos melhores êxitos.⁹³

Ao disseminar seus ideais, convidar novos adeptos, atrair a atenção para a nova doutrina, o Espiritismo se coloca enquanto opção no campo religioso em Alagoas, disseminando, muitas vezes, as partes da doutrina que fossem mais facilmente assimiladas pelos não adeptos, a exemplo da prática da caridade como meio de salvação. O debate sobre a reencarnação e a não divindade de Jesus e Maria, assuntos mais polêmicos e que teriam a tendência de afastar e não agregar seguidores, eram geralmente preteridos, e surgiam com mais frequência em esclarecimentos, quando “denunciados” por outras religiões. Com relação a divulgação, encontramos também nos jornais não espíritas convites para reuniões, deliberações de assembleias, algumas atas, eleições de diretoria, e textos geralmente vinculando o Espiritismo à ideia de sabedoria, evolução, caridade e benevolência.

Os grupos espíritas Mello Maia e S. Vicente de Paulo, dessa capital, iniciarão amanhã ao meio dia, em sua sede à rua 15 de Novembro, antiga do Rosário, no prédio n. 15, uma série de conferências espíritas públicas, estando

⁹³ Revista Lumen, Maceió, 9 out. 1908, p.3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 11 mar. 2020.

encarregado da 1ª o sócio - Antônio Pombo, que dissertará sobre o tema - Necessidade do estudo da morte. A entrada é franca a todos.⁹⁴

A segunda função, de articulação, é evidenciada na distribuição dos jornais espíritas, assim como folhetos, estatutos, revistas e outros documentos, que dialogam com diversos estados e países. O intercâmbio de publicações contribui para a construção de uma rede de apoio e comunicação, além de indicar uma rede espírita de imprensa no país. Essa articulação também será reforço positivo na centralização das práticas que a Federação Espírita Brasileira encabeçará, visando a unificação dos centros em torno da instituição. Existe, comumente, a cortesia de envio e recebimento de edições, reforçando a articulação e troca de experiências, o que justificaria nos depararmos com tiragens relativamente altas, considerando o pequeno público leitor e espírita de Alagoas.

Publicando abaixo o programa dos ensinamentos espíritos introduzidos pelos nossos irmãos do México nas suas escolas, temos em vista especialmente chamar a atenção dos nossos confrades para a matéria que nele se contém, a qual, como bem se vê, se presta a fácil estudo e interpretação, devendo cada um de nós, em bem do nosso e do progresso da humanidade, e com pequeno esforço da nossa inteligência ir ensinando a doutrina que no mesmo programa se vê cuidadosa e gradativamente exposta.⁹⁵

Por fim, outro aspecto importante na imprensa espírita seria a defesa contra os ataques do que os adeptos chamam de “inimigos do Espiritismo” ou “inimigos da revelação”, e sobre eles nos debruçaremos no último capítulo. Porém, as publicações acusatórias direcionadas ao Espiritismo, principalmente nos jornais católicos, não ficariam sem resposta. Debates públicos não são incomuns, por meio de cartas publicadas em colunas, para justificar as acusações direcionadas ao Espiritismo. Assim, os espíritas demonstravam que possuíam capital simbólico, espaço na imprensa e real possibilidade de combater as investidas de opositores.

Um nosso colega do Correio de Maceió, jornal desta capital, transcreve da Província do Pará, talvez com malévolo propósito, um artigo em que se atribui à prática do Espiritismo a loucura de pessoa de uma família daquela cidade. Visto que se tornam frequentes esses ataques a uma doutrina antes de tudo perfeitamente equilibrada em todos os seus princípios, nos apressamos a opor seguras contestações que bem podem demover o articulista e mais a quem se apressa em divulgar suas ideias, do insano propósito demolidor; e antes de tudo folgamos de registrar a afirmativa do confrade da Província quando diz que o Espiritismo só pode bem ser compreendido por pessoas de preparo científico ou filosófico, o que nos leva a aplicar consequentemente a criteriosa

⁹⁴ Evolucionista, Maceió, 01 abr. 1905, p. 2. Grupos Espíritas. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 05 mai. 2020.

⁹⁵ Revista Lumen, Maceió, Dez-Jan 1909, p.13. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 11 mar. 2020.

expressão a certa espécie de gente das bandas clericais, empenhada em nos dar combate blindada em triste ignorância.⁹⁶

Portanto, temos a imprensa espírita apresentada enquanto defensora e disseminadora de ideias, no intuito de reforçar as bases da fé, e lembrar os adeptos dos motivos de serem espíritas; mas também de maneira negativa, ofensiva, como arma de ataque, num movimento de deslegitimação do outro. Para esta última função, exemplificamos com esse trecho de uma das cartas enviadas por Agenor Vidal, em disputa com Cônego Machado, em que expõe sua discordância sobre a infalibilidade papal, utilizando como contraponto os grandes nomes assassinados pela Igreja ao defenderem a ciência. As verdades científicas apareceram simbolizando o advento do próprio Espiritismo.

Em vão a fogueira consumiu o corpo daquele mártir que foi Jordano (sic) Bruno! Em vão o castigo, a tortura daquele velho genial e trôpego que se chamou Galileu! Em vão foram por vós queimadas as obras de Kepler; em vão proibido o sistema de Copérnico; em vão excluídos do ensino de Salamanca obras de Newton! “Há muitas moradas na casa de meu Pai”... Quem estava com a verdade? Onde se aninha a vossa infalibilidade? Não se queima, não se tortura, não se encarcera o pensamento humano. Os corpos foram esfolados, despedaçados, esmagados em lútolentas fogueiras. Cada homem de gênio, foi um Lacoonte que se estorceu preso pela serpente rubra de vossas piras inflamadas... elas se apagaram, mas o rastilho luminoso das verdades científicas, apesar das bulas e das maldições, é inextinguível.⁹⁷

No período estudado, é possível notar como a imprensa se coloca como um espaço de disputa, e, por mais que o Espiritismo ainda fosse uma doutrina de elite, teve historicamente o papel de romper, junto a outras religiões, com a hegemonia católica. O aspecto fundamental abordado aqui não seria somente os conflitos que permeavam as relações sociais do período, envolvendo muito mais do que opiniões sobre religião ou a adesão e prática, mas de que maneira o campo religioso se torna mais amplo a partir de experiências que passam, também, pela imprensa escrita. Novamente devemos dizer, de acordo com Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007), que essa imprensa escrita seria um meio intencional, que delimita espaços, mobiliza e se apresenta como um espaço privilegiado na articulação de projetos, construção, consolidação e reinvenção do poder nas sociedades modernas.

⁹⁶ Revista Lumen, Maceió, 9 out. 1908, p.6. O Espiritismo não faz loucos. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 25 jan. 2020.

⁹⁷ Gutenberg, Maceió, 12 dez. 1907, p. 1. Ideias Alheias. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 11 ago. 2020.

Mesmo tendo uma tímida base inicial, além da relativa demora em institucionalizar as práticas, o que ocasionaria a falta de unicidade no princípio das atividades, havia uma continuidade no sentido da construção do ideal religioso, o que resultaria anos mais tarde num reconhecimento a nível nacional, como o lugar com maior organização, grande número de instituições educacionais e de caridade, com forte impacto social. Segundo Leopoldo Machado (2010), um dos idealizadores da Caravana da Fraternidade, em 1950, “Maceió espírita é uma cidade diferente. Pela sua visão larga da Doutrina, pelas obras de assistência que mantém, pelo número de seus centros espíritas e escolas, poderia ser a Meca do Espiritismo no Brasil” (MACHADO, 2010, p. 63). Segundo o relato de Machado, o grupo da FEB que visitou Alagoas se deparou com a construção do Lar das Velhinhas que contava com refeitório, farmácia, e residências para acolhida de idosos, e da Creche Leopoldo Pereira. Já construídos e em funcionamento, cita as Escolas Zilda Gama, Maria de Nazaré, Santo Ambrósia e Zanele Caldas, essa última com 107 alunos, Humberto de Campos, Bezerra de Menezes e Tereza de Jesus, com cem alunos. Além dessas, faz referência ao Albergue Tereza de Jesus, Orfanato São Domingos, Grupo Escolar Antônio Pombo além de citar o serviço de assistência, albergue, posto médico, enfermaria e farmácia mantidos por um centro da capital.

Por fim, retomando as questões colocadas no início de nosso capítulo, trazemos a hipótese de que os espíritas de Maceió, por serem majoritariamente homens, brancos, de elite, com posições sociais definidas, seriam privilegiados também em suas práticas religiosas. A possibilidade de praticar o Espiritismo, ainda que se esquivando da legislação, poderia ter sido facilitada por serem sujeitos inseridos nas mais diversas instâncias de poder. A sociedade não fecharia os olhos, ela desfrutava das promessas de curas, das sessões, com a liberdade de serem feitas em um meio elitizado, com a companhia de nomes respeitáveis, sem a interferência das classes empobrecidas e sem precisarem se ocultar ao usufruir da possibilidade de benesses e conselhos dos desencarnados. As denúncias, com os marcadores sociais apontados no primeiro capítulo, deixariam claras as intenções: haveria uma diferenciação no que é socialmente aceito ou não, e talvez por isso o Catolicismo fosse tão agressivo em suas investidas contra o Espiritismo, afinal, estariam disputando a adesão de uma parcela da população detentora de *status* e privilégios.

E quanto às instituições oficiais de controle e repressão, acreditamos que seriam tolerantes aos sujeitos e também aos grupos praticantes. Afinal, ainda que acontecessem escândalos como o Caso Jaraguá e as sessões recorrentes denunciadas pela imprensa, para que

a polícia reprimisse, teria que acusar sujeitos hierarquicamente mais altos. Para intervenção da Inspetoria, haveria conflito com seus superiores. Nesse aspecto, conhecer esses personagens fundadores do Espiritismo em Alagoas ajuda a compreender que os primeiros anos de desenvolvimento podem ter sido envoltos de proteção ligada diretamente ao capital social que o grupo detinha.

Porém, isso não quer dizer que não aconteciam embates. Não haveria consenso e a convivência entre as religiões não seria pacífica. Além disso, a historiografia alagoana aponta que os próprios grupos da elite local estariam constantemente em conflito, seja por poder, por reafirmar valores, pela defesa de seus próprios privilégios. Os espíritas, ainda que tivessem prerrogativas e vantagens, eram apenas mais um grupo na crescente diversificação do campo religioso em Maceió e disputavam esse espaço.

3 “A MULHER É A ALMA DO LAR”: UM BREVE DEBATE SOBRE INTERSECCIONALIDADE E SILENCIAMENTO DA FIGURA FEMININA NO DESENVOLVIMENTO DO ESPIRITISMO ALAGOANO

Feiticeiras, bruxas, médiuns, curandeiras, sonâmbulas, “endemoninhadas”⁹⁸, as mulheres despertaram no imaginário uma infinidade de funções ligadas a práticas religiosas, curativas ou atribuídas ao sobrenatural que desempenharam nas diversas sociedades ao longo da história. Muitas vezes essas formas de agir no mundo se chocam com predefinições dos papéis femininos e idealizações de como essas mulheres deveriam se portar e viver. Muitas das que ousaram ser porta-vozes de crenças sobre o mundo espiritual, intermediárias em atividades condenáveis, desafiaram os moldes e os processos de silenciamento. Porém, para chegar mais próximo de suas trajetórias, não bastaria somente a análise das ações destoantes dos modelos pré-concebidos, mas também a investigação sobre quem eram e de onde vinham essas mulheres, de que classes, famílias e grupos sociais. Afinal, as diversas nomenclaturas resguardam suas diferenças e semelhanças, mas, no imaginário, a distância entre uma curandeira e uma médium receitista podia ser algo além das convicções espirituais: podiam se distanciar no meio, na condição econômica e social, no lugar, nos clientes atendidos e, conseqüentemente, nos possíveis conflitos oriundos das relações envolvidas.

Conforme já afirmamos no capítulo anterior, com o objetivo de mapear o início da experiência espírita em Alagoas, buscamos, como primeiro passo, os nomes dos fundadores e principais membros do movimento espírita, a fim de ligá-los à teia de informações dispersas em jornais e documentos oficiais. A partir do levantamento realizado, percebemos que as fontes históricas a que temos acesso para o desenvolvimento da pesquisa, sobre o nosso objeto, privilegiam os sujeitos do sexo masculino, geralmente brancos e letrados, membros da alta sociedade alagoana, que buscavam de forma recorrente o reforço de suas memórias, seja através da escrita, da oralidade, das manifestações públicas em nome de sua religião – ou de suas religiões. Ao mesmo tempo, esses sujeitos relegaram às mulheres, apesar de sua

⁹⁸ Segundo Del Priore (2014), o termo “endemoninhada” seria o adjetivo atribuído às histéricas nos anos de 1880. A autora explica que, não mais acreditando na possessão demoníaca, os médicos usariam o termo retomando “a crença de que mulheres eram mais frágeis, sujeitas a errar e vítimas de seus próprios sentimentos descontrolados” (DEL PRIORE, 2014, 120). Assim, os “acessos demoníacos” deixariam de ser pensados como obra do diabo, mas sim um problema atribuído ao sistema reprodutor feminino. As características iriam de contorção do corpo, contração dos músculos, saltos, vociferações, entre outros. Os tratamentos variavam desde espetar agulhas e instrumentos pontiagudos até hipnose.

contribuição reconhecida, um lugar de submissão ou subalternidade. Não se tratava de uma realidade exclusivamente alagoana, mas uma reprodução das relações historicamente construídas e reforçadas.

Outro ponto importante observado ao longo dessa pesquisa é que, na busca pelas médiuns, mulheres frequentadoras de centros espíritas e adeptas da doutrina kardecista, encontramos outras categorias de mulheres que se vinculavam às curas não convencionais, às vezes sendo nomeadas de espíritas, outras vezes de feiticeiras, bruxas ou outros termos que denunciam os diferentes tratamentos dados a cada uma delas. Ainda que nosso foco seja as espíritas, tentaremos trazer para o debate algumas dessas figuras sob um aspecto comparativo, evidenciando as contradições analisadas. Para pensar as relações sociais em que estariam inseridas, recorreremos a outras leituras, principalmente aquelas voltadas à História das Mulheres, buscando ancorar nossa pesquisa em olhares que se debruçaram sobre novos questionamentos e problemáticas acerca dessa área de estudo que, felizmente, vem ganhando espaço nas últimas décadas.

Peter Burke (2012) afirma que, tal qual a “história de baixo para cima”, a história da mulher oferece uma nova perspectiva sobre o passado, sendo a base do questionamento de esquemas comumente usados por historiadores, em análises que subestimam a importância da mulher em seu trabalho diário e influência política. Assim, para o autor, “o movimento feminista e as teorias com ele relacionadas encorajaram os historiadores e as historiadoras a fazerem novas perguntas a respeito do passado.” (2012, p. 85). Na mesma linha, a historiadora Michelle Perrot (2006), declara que a história tem um compromisso com o presente, interroga o passado com questionamentos que fazem parte da nossa vida, aqui colocados como indagações que perpassam pela problematização de gênero, direitos e equidade no acesso a espaços criados originalmente para serem ocupados por homens. Assim, nosso debate não se desloca da realidade e busca demonstrar que o contexto histórico que abrange o recorte também deve ser analisado através da história das mulheres, enfatizando, principalmente, o silenciamento que envolve a participação destas em espaços majoritariamente masculinos. Se, conforme Federici (2017), a história não pode ser escrita do ponto de vista de um sujeito assexuado, universal e abstrato, este trabalho considera as diferentes contribuições e limitações que foram impostas às mulheres no processo de construção do Espiritismo, historicizando as experiências e buscando perceber as contradições envolvidas.

Nesse sentido, reforçamos a importância de pesquisas como a de Michelle Marinho Veronese (2017), que cumprem a função de apontar caminhos ainda não trilhados. A pesquisadora, que adentra no universo das sonâmbulas, magnetizadoras “e outras esquecidas do Espiritismo brasileiro”, indica resistências e subversões de espíritas, que, somente com a mudança de olhares sobre os objetos, podem ser compreendidas. Ainda são incipientes as pesquisas que abordam o tema, e, tentaremos deixar aqui nossa breve contribuição, sem a pretensão de ter analisado a totalidade das experiências das mulheres espíritas em Alagoas. Afinal, o Espiritismo se disseminou numa época em que era pequeno o espaço para que as mulheres ocupassem cargos de liderança, se lançassem propagandistas, escritoras ou marcassem seus nomes como protagonistas do movimento. Entretanto, isso não quer dizer que não haveria participação feminina. As mulheres eram importantes figuras, exaltadas por serem privilegiadas em seu “dom”: uma possível facilidade nas comunicações espirituais, exímias médiuns. Mas tudo isso funcionava dentro da mesma lógica que outros espaços sociais, com diferenças marcadas pelo gênero, sendo ele a base de um discurso que divide papéis, obrigações, imagens e, principalmente, quem seria o detentor do poder de deixar registrada oficialmente a sua história.

Para Silvia Federici, a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista faz parte da formação do sistema, “construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais” (FEDERICI, 2017, p. 11), sendo as hierarquias sexuais dispostas à serviço de um processo de dominação, e usando como disfarce o que é dado como destino biológico. Ainda segundo a autora, os sistemas de exploração dispõem de diversas formas de violências e estratégias por meio dos quais “tentaram disciplinar e apropriar-se do corpo feminino, destacando que os corpos das mulheres constituíram os principais objetivos – lugares privilegiados – para a implementação das técnicas de poder e das relações de poder.” (2017, p. 32). Assim, a partir das reflexões de Federici, podemos entender que a exploração da força de trabalho feminino no modo de produção capitalista engendra dialeticamente as formas de submissão social, cultural e também religiosa.

Em consonância com a análise de Federici, observamos que nossas mulheres espíritas estão envoltas em uma esfera de dominação em vários aspectos, considerando a sociedade e o tempo em que exercem sua religiosidade. Podemos elencar aqui a dominação de seus corpos dentro da esfera religiosa, pois, ainda que fossem imprescindíveis na execução

das atividades mediúnicas, ainda não eram consideradas fundamentais o bastante para um tratamento equitativo; a submissão às regras elaboradas por homens, visando outros homens, inclusive no tocante a regulamentos de instituições religiosas; a negação de suas opiniões, necessidades, vozes, deixando pouco ou nenhum rastro; a invisibilidade em ambientes políticos oficiais, num contexto em que eram negadas liberdades básicas de cidadania, como, por exemplo, o direito ao voto.

E, finalmente, destacamos que, segundo Perrot (2006), as razões do silêncio das mulheres na história se devem principalmente a dois aspectos: a ausência delas em espaços públicos, sendo confinadas em atividades domésticas, o que causava sua invisibilidade; e também por causa dos poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, que chama de “silêncio das fontes”. Para a autora, com o acesso tardio à escrita, suas produções eram facilmente dispersas, apagadas até mesmo por elas, que julgavam essas produções sem interesse, de forma a invalidar a importância de suas próprias memórias. Em virtude dessas problemáticas, nem sempre temos os vestígios disponíveis sobre a trajetória dessas mulheres para a escrita da história.⁹⁹

3.1 Família, religião e idealização de papéis de gênero: o que a classe têm a ver com isso?

Ao fazer o comparativo das maneiras como as mulheres eram enxergadas em diferentes religiões judaico-cristãs, Cléria Bittar Bueno (2009) concluiu que o Espiritismo não seguiria a tendência das demais em atribuir a elas um papel submisso, considerando, assim, uma doutrina mais liberal em relação à figura feminina. Pontua que, devido à construção de sua doutrina reencarnacionista, o Espiritismo considerava que homens ou mulheres não seriam definições fixas, mas mutáveis ao longo das múltiplas encarnações, visto que o espírito não teria sexo, sendo esta uma determinação biológica do corpo físico encarnado. Assim, a autora afirmou que “para seus adeptos, a doutrina espírita tem por missão resgatar às mulheres o espaço perdido em séculos de dominação e incompreensão, que as silenciou, torturou ou subestimou sua contribuição” (2009, p. 162).

⁹⁹ Para Perrot, em contraposição, teríamos o excesso de discursos sobre as mulheres, em imagens, na literatura ou nas diversas artes, sendo, na maioria das vezes, o obras construídas por homens, “mas ignora-se quase sempre o que as mulheres pensavam a respeito, como elas as viam ou sentiam.” (PERROT, 2006, p. 22)

Contrapondo essa ideia e considerando que as afirmações teóricas doutrinárias não são suficientes para afirmar a inexistência da desigualdade de gênero no Espiritismo, Michelle Marinho Veronese (2017) reafirmou as contradições e ambivalências que envolviam a relação entre gênero e Espiritismo e refletiu que “em alguns aspectos, esta doutrina é, de fato, liberal, libertadora ou mesmo igualitária no que diz respeito às mulheres; noutros, porém, segue o caminho oposto, reproduzindo relações de poder que continuam a colocar as mulheres numa posição subalterna.” (2017, p. 229). A partir disso, a autora desconstruiu o que num primeiro olhar parecia a defesa da igualdade de gêneros constante no Espiritismo, ao analisar trechos de obras de Kardec e de outros autores reconhecidos pela doutrina, destacando, entre outros aspectos, a visão dicotômica adotada sobre masculino e feminino. A ideia ligada ao masculino, nas obras espíritas, sempre aparecia acompanhada de características como força, rudeza e razão, *versus* fragilidade, delicadeza e emoção, referências ligadas ao feminino. Dessa maneira, “a ideia da complementaridade e suas consequentes divisões de papéis e espaços dá uma falsa impressão de equilíbrio e igualdade, e acaba por naturalizar a submissão das mulheres.” (2017, p. 232).

Segundo Rachel Soihet (2018), no final do século XIX e início do XX, com a instauração da ordem burguesa, emergiram temas como modernização e higienização, vistos como essenciais para que as cidades se adequassem aos novos hábitos civilizados, similares aos moldes parisienses. A implantação desses padrões também afetara valores e formas de comportamento de homens e mulheres, com a atribuição e reforço de papéis na estrutura familiar, inclusive com respaldo científico. Assim, características femininas e masculinas eram apontadas pela medicina social como biológicas: o recato, a fragilidade, afetividade, vocação maternal, contrapostas à força física, natureza empreendedora, racional e sexualidade em demasia. Tais características eram consideradas heranças e geravam exigências de comportamento. Um exemplo da forma como esse imaginário construído conseguia interferir na imposição de comportamentos, foi Cesare Lombroso, citado no primeiro capítulo desta dissertação, que chegou a argumentar que leis de adultério não deveriam ser aplicadas a homens, mas somente aplicadas às mulheres, por não serem consideradas naturalmente predispostas a esse tipo de comportamento, considerado desviante (SOIHET, 2018, p. 363).

Nesse sentido, a historiadora Margareth Rago (2014), ao falar sobre o mito do amor materno, ressalta como a fala “científica” foi somada aos discursos normativos que especificavam qual o lugar da mulher na sociedade. Geralmente envolto em argumentos

morais, esse discurso impunha o que seria o novo padrão de feminilidade, usando a “missão sagrada” ou a “vocação natural” de ser mãe como esteio para as afirmações de atribuições cabíveis aos gêneros. Rago afirma que a mulher “vai ser o centro de todo um esforço de propagação de um modelo imaginário de família, orientado para a intimidade do lar, onde devem ser cultivadas as virtudes burguesas” (2014, p. 103) e que o discurso médico reforçava a ideia do que considerava o instinto natural da mulher, assim como a sua responsabilidade na sociedade. Assim, ainda segundo a autora, a esfera pública e do trabalho seria entendida como designação masculina, enquanto a da mulher se resumia à esfera privada do lar, com todas as incumbências que cabem a esse formato.

A “nova mãe” passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna. Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo o que facilita a propagação das doenças contagiosas. A casa é considerada o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação. (RAGO, 2014, p. 109, 110)

Retomando a análise de Veronese, ressaltamos a percepção dos valores de sentidos dados à figura da mulher. Léon Denis, autor bastante reconhecido no meio espírita, contemporâneo de Kardec e um dos principais líderes após a morte do codificador da doutrina, seria um bom exemplo. Para ele, “A mulher é a alma do lar, é quem representa os elementos dóceis e pacíficos na humanidade” (2011, p. 405). A percepção de León Denis, homem, branco, europeu, em consonância com seu tempo e lugar, excluía de sua análise a realidade de muitas mulheres. Sua visão seletiva, por exemplo, abrangeria as negras que foram escravizadas até pouco tempo antes de sua afirmação? Elas seriam a “alma do lar”? A que lares Denis se referia? A exploração desumana, a dificuldade ou impossibilidade da existência de “lares” para essas mulheres, as famílias desfeitas de forma violenta, além da miserabilidade a que foram relegadas nos lugares onde predominou o sistema escravista, como é o caso do Brasil, claramente não são elementos incluídos em sua visão de mundo sobre o papel da mulher. Os “elementos dóceis e pacíficos”, romantizados em sua fala, que o autor considera elogiosos, argumentavam, na verdade, que as mulheres deviam possuir um determinado comportamento socialmente aceitável e, assim, reforçava o estereótipo sexista dominante, tomando a mulher como o esteio da casa e dotada de elementos maternais, recatados, contidos.

Ainda sobre a normalização do estereótipo da mulher, reforçado pelo discurso dos homens espíritas, aqueles que tinham o direito de falar e de serem ouvidos, analisamos uma publicação feita no jornal *O Espírita Alagoano*. Trata-se de um conto produzido por Antônio Pombo, membro do Grupo S. Vicente de Paula¹⁰⁰, que, da mesma forma que Léon Denis, parecia usar de artifícios elogiosos, mas revelou em seu discurso a reprodução do que considerava como comportamentos ideais. No conto, é retratada a personagem Laurinda, uma mulher jovem, que não reage a insultos e está sempre pronta a servir, resignadamente.

Ela é negra e pobre, tão pobre que seus pés não têm o que calçar. Mas o mesquinho reveste nela o sublime. Ela é muito serviçal e tratável. É a primeira em casa a se levantar da cama e a última a se deitar. Tem uns 18 a 20 anos de idade. Sem visar interesse de espécie alguma, ela lida incessantemente desde o amanhecer do dia até horas avançadas da noite e serve a todos sempre com alegria e despreendimento. Seu semblante está habitualmente calmo e sereno e ela a nada se poupa para ser útil àqueles que a cercam. De nenhum trabalho se despreza; em coisa alguma acha obstáculo quando quer fazer o bem: a sua atividade radiante passa sempre. Ela está sempre pronta para todo serviço e seu coração é como uma planície amena, onde os orgulhosos e os maus caminham injusta e desembaraçadamente, mas também cega e vergonhosamente, porque não veem que pisam sobre alvas pérolas e odoríferas flores. Se lhe dirigem algum insulto, ela faz que não entende e tem seus olhos sempre baixos; se lhe dão bastonadas, o que injustamente fazem, um pouco se confrange, mas seu rosto não se muda. Em toda a sua escuridão não se vê nunca nenhuma sombra.¹⁰¹

Podemos inferir deste conto como o comportamento feminino era idealizado e fora reforçado por um marcador racial e social evidentes. Laurinda seria uma personagem negra, pobre, e, por isso, explorada em sua condição. Para o autor, a resignação com que faria seus trabalhos, “do amanhecer do dia até horas avançadas da noite”, pode ser entendida como a visão de um homem branco, letrado, de classe média, no contexto do pós-abolição, diante de um papel naturalizado da servidão de uma jovem negra. Para deixar mais evidente o contraste, o discurso sobre um homem branco e de classes média ou alta não seria o mesmo, pois o que a sociedade reserva para esse segmento são os salões, a vida social, o trabalho intelectual e não servir, mas ser servido em todos os ambientes possíveis.

Para Angela Davis (2016), com a introdução do capitalismo industrial, a ideologia da feminilidade se popularizou, sendo a mulher branca enxergada como mãe e dona de casa,

¹⁰⁰ Destacamos o sincretismo do nome do centro espírita com o santo católico, patrono das associações de caridade chamadas vicentinos. Essa foi uma das associações de molde europeu sistematicamente implantadas no Brasil no processo de reforma ultramontana, entre fins do XIX e meados do século XX.

¹⁰¹ *O Espírita Alagoano*, Maceió, 10 mai. 1900, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 13 set. 2020.

termos associados à inferioridade, distanciados do valorizado mundo do trabalho. Entre as mulheres negras, que vinham de um processo de escravização, com todas as intransigências que esse modelo apresenta, a associação entre mulher-mãe ou dona de casa não existia. Essas, superexploradas de todas as formas possíveis, desde sua força de trabalho até seus corpos, eram vistas como iguais aos homens quando o assunto era trabalho, mas enxergadas como mulheres e objetos nas inúmeras violências, inclusive sexuais, sofridas. No pós-abolição, pode ser observada a continuidade na distinção entre as mulheres brancas e negras, acentuada, sempre, pelo recorte de classe. Devemos ainda pontuar que, tal qual hoje, mulheres brancas e de elite ocupavam espaços na sociedade bastante diferentes de negras e periféricas.

Percebemos, por exemplo, a partir da análise dos jornais alagoanos no período estudado, que as mulheres de famílias abastadas apareciam, grosso modo, de forma muito frequente em notas de congratulações e pêsames, quando parentes de importantes nomes da sociedade. Na imprensa, a posição dessa figura feminina era vinculada ao pai, ao marido, a algum homem de renome. Como exemplo, usamos a seção fixa do jornal *Gutenberg*, que trazia felicitações às moças e senhoras da alta sociedade: “Fazem anos hoje: a exma. sra. d. Noemi Lício de Carvalho Marques, prezada consorte do sr. João Lício de Almeida Marques”¹⁰². Essas notas indicam o reconhecimento indissociado: elas existiam socialmente apresentadas com referência a um homem que respaldava seu lugar, sua importância.

De maneira antagônica, quando a notícia tratava de uma mulher marginalizada, não havia preocupação com parentescos, principalmente porque estas só surgiam nos jornais quando perseguidas, presas ou alvo de denúncias. Em outros aspectos suas vidas não eram notícia, não havia parabéns pela vida ou pêsames por seus mortos. Se negra, a cor da pele geralmente aparecia evidenciada e, em informativos como, por exemplo, os das casas de detenção, os sobrenomes geralmente eram escritos como “de tal”: “Movimento da Casa de Detenção. Dia 10 – Recolhidos (...) Margarida de tal, de ordem do subcomissário do distrito de Jaraguá, por embriaguez. Dia 11 – Posta em liberdade a detenta Margarida de tal.”¹⁰³

Assim, demonstrava-se que não importava a genealogia ou origem de uma mulher que fora presa por distúrbios, embriaguez, ou para averiguações, ainda que, presa e solta em

¹⁰² Noemi Lício foi sócia do Centro Espírita Mello Maia e membro da Comissão de Instrução na década de 1920, como será falado nas próximas páginas. *Gutenberg*, Maceió, 05 dez. 1909, p. 2. Salão Azul. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 04 jul. 2021.

¹⁰³ *Gutenberg*, Maceió, 15. out. 1895. Movimento da Casa de Detenção. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 11 de agosto de 2020.

24 horas, fique subentendido que não havia cometido crimes hediondos ou dignos de processos. Nesse caso, as negras e empobrecidas eram, além de silenciadas, invisibilizadas e vítimas de uma violência real e simbólica, que não alcançava outras camadas sociais. As instituições que representavam o estado, não raro, se mostravam como porta-vozes e efetivadores dessas violências. A polícia seria um exemplo, refletindo a maneira que a sociedade agia e reagia diante de minorias, ainda que, em alguns casos, quem executasse e quem sofresse as violências estivessem localizados socialmente em lugares subalternizados, como o subdelegado ex-escravo e a mulher empobrecida da notícia que segue:

O ex-escravo Braz Carotá, subdelegado do Alto do Farol, prendeu uma pobre mulher injustamente. A Chefa¹⁰⁴ de Polícia, por pedidos que teve, mandou soltá-la, mas o mulato Carotá que não se deixa desmoralizar assim com duas razões, zas... Prende de novo a mulher e manda dar-lhe uma tremenda surra de facão. A Chefa tremeu de medo e conformou-se com a sua sorte de ser sempre, e em tudo desmoralizada. Que polícia!!¹⁰⁵

Para Rachel Soihet (2018), em sua análise sobre as mulheres pobres e a violência no Brasil urbano durante a *Belle Époque* (1890-1920), “o Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares” (SOIHET, 2018, p. 363). Segundo a autora, a atuação se dava até mesmo quanto à moderação da linguagem e repressão de excessos verbais, seguindo a linha de adequação conduzida pela tentativa de transformar as capitais em locais com hábitos civilizados. A disciplinarização não era livre de violência, uma vez que “naquele momento, a postura das classes dominantes era mais de coerção do que de direção intelectual ou moral” (p. 363). Soihet ressalta, ainda, que havia direcionamentos diferentes, de acordo com os segmentos a que as mulheres pertencessem. Enquanto a vida familiar era destinada às mulheres de camadas mais altas da sociedade, com aspirações de casamento, filhos e papéis mais tradicionais, para as mestiças, negras e até mesmo as brancas empobrecidas, as relações desenvolviam-se dentro de outro padrão, à margem do esquema idealizado de organização familiar. Além disso, a violência que recaía sobre a mulher pobre não se limitava à violência estrutural, mas havia também as formas específicas, que se davam devido ao gênero. Esses tipos de violência geralmente se apresentavam interligados (SOIHET, 2018).

¹⁰⁴ Acreditamos que “a Chefa” se refira à Chefatura de Polícia, numa tentativa de ridicularização da repartição, que seria “em tudo desmoralizada”.

¹⁰⁵ Cruzeiro do Norte, Maceió, 4 nov. 1891, p. 2. O Carotá. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 13 de dezembro de 2020

Ainda sobre o impacto dessa tentativa de eliminação da diferença e normalização do outro, Margareth Rago (2014), afirma que o novo modelo normativo de mulher, que estava sendo elaborado desde meados do século XIX, fora direcionado inicialmente às moças de famílias abastadas e “paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual” (2014, p. 88). A autora indica que, apesar da imprensa operária cobrar maior participação feminina e haver a participação das mulheres diretamente escrevendo em jornais anarquistas, debatendo sobre a libertação feminina¹⁰⁶, na prática o movimento operário e suas lideranças masculinas atuaram fortalecendo a disciplinarização que deslocava a mulher para o espaço do lar, na tentativa de retirá-la da esfera pública do trabalho. Esse movimento contribuiu para firmar a própria posição social dos homens e a valorização da força de trabalho masculina, em detrimento da feminina (RAGO, 2014). Rago reitera que o discurso operário masculino “fala da e para a mulher trabalhadora, definindo-a simbolicamente como o “sexo frágil” (2014, p. 94), em discursos paternalistas e de subordinação, atendo-se frequentemente ao aspecto moral, tal qual dentro dos lares. E aqui fazemos o paralelo com o discurso religioso apresentado neste capítulo, que se apresenta igualmente sexista. A autora conclui que, nesse sentido, “o movimento operário, mesmo o anarquista, atribui-se o direito de liderança sobre as mulheres, seja devido à sua “débil constituição física”, seja devido à falta de combatividade que caracteriza a “natureza feminina”.” (2014, p. 94).

Por fim, foi pensando nessas contradições envoltas em questões de raça, classe e gênero, que decidimos incluir outras mulheres, que não somente as espíritas participantes de centros oficiais em nossa análise. Ainda que, para o aprofundamento desses outros grupos sejam necessárias novas pesquisas, leituras e fontes, tentaremos trazer aqui indicações e debates concernentes às dinâmicas que envolvem os grupos e o impacto que seus lugares poderiam ter em suas crenças e práticas religiosas, além de indicar a pluralidade das crenças e práticas que estavam presentes no contexto estudado.

¹⁰⁶ Alguns nomes de mulheres anarquistas atuantes na imprensa e que denunciavam a condição de opressão da mulher foram destacados por Margareth Rago e replicaremos aqui: Maria Lacerda de Moura, Matilde Magrassi, Maria de Oliveira, Tibi, Josefina Stefani Bertacchi, Maria S. Soares. Segundo a autora, além das publicações assinadas por essas mulheres sobre a causa feminina, elas eram responsáveis pela promoção de ações educativas, eventos, além da fundação da Federação Internacional Feminina. Ver mais em: RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890 - 1930*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

3.2 Sonâmbulas, feiticeiras, bruxas e médiuns

De acordo com as fontes coletadas ao longo desta pesquisa, a notícia mais antiga encontrada de uma mulher praticante de Espiritismo em Alagoas foi a sonâmbula atuante em Murici, acompanhante nas atividades do Coronel Vasco, indicado no capítulo anterior. Reconhecidos pela FEB como produtores legítimos de fenômenos, possivelmente chamada Izabel¹⁰⁷, a sonâmbula era uma mulher jovem, negra, ex-escravizada do Engenho Cavallero, e que auxiliava Vasco nas sessões de magnetismo. Além das curas, foram conhecidas outras formas de adivinhação, aparentemente em menor escala. Segundo a tradição familiar nos conta¹⁰⁸, a jovem sonâmbula era induzida ao transe e revelaria males, remédios, problemas e soluções para a população mais pobre da Vila de Murici, hoje cidade do interior de Alagoas.

Somente tivemos acesso a um pequeno rastro de Izabel por ser acompanhante de um senhor dono de engenhos e que fez questão em apresentar-se na FEB no ano de 1889. Se atuasse longe de um sujeito social e economicamente privilegiado, como tantas outras, estaríamos falando de sua história e teríamos a oportunidade de saber sobre sua atividade mediúnica? Possivelmente não. O pouco de informações sobre sua atuação, sem sobrenome conhecido até o momento, sem confirmação documental de sua identidade, nascimento e etnia, esta ex-escravizada é, até o momento, a única sonâmbula conhecida de Alagoas.

Nossa hipótese é de que Vasco tivera conhecimento sobre o Espiritismo em suas idas à Bahia, estado pioneiro no desenvolvimento da doutrina e onde seria estudante da Faculdade de Medicina. Não se sabe quantos anos foram cursados, ou ainda em que ano teria iniciado o curso. Segundo a família, os arquivos da faculdade sofreram danos em um incêndio, impossibilitando mais detalhes sobre sua trajetória acadêmica. Mas que caminho tomara Izabel para chegar a ser sonâmbula e assessorar nas sessões de magnetização? A memória da família de Vasco fala pouco sobre ela, mas podemos imaginar que a escolha não teria sido

¹⁰⁷ Em maio de 1887, dois anos antes da ida de Vasco e “sua sonâmbula” para a FEB, há uma nota que informa a liberdade de uma escrava de nome Izabel. Pode se tratar da mesma pessoa, mas é necessário a busca de mais fontes para afirmar com precisão. Talvez o acesso às listas de passageiros que embarcaram no mesmo transporte que levou Vasco à FEB revele mais detalhes sobre ela. Diz a nota de liberdade: “Requeri e verifiquei não haverem sido rematriculados, obtendo em seu favor certidões negativas, que, em face do §2º do art. 8 da Lei n. 2040 de 28 de setembro de 1871, 1ª parte do art. 19 do Reg n. 4835 do mesmo ano (...), são legítimos títulos de liberdade, os seguintes escravizados: (...) Izabel, de Vasco Marinho da Gama e Mello, do engenho Cavalleiro no Muricy. (...)” Gutenberg, Maceió, 20 mai. 1887. Cadastro de Liberdade, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 nov. 2020.

¹⁰⁸ Caderno de campo. Entrevista com Murilo Lins Marinho, bisneto de Vasco Marinho. Maceió, 29 de novembro de 2020.

aleatória. Escravizada no engenho, se distancia sobremaneira do perfil de adeptos mais comuns do Espiritismo de base europeia. É possível que fosse praticante de religiões de matriz africana ou de algum formato de catolicismo popular, e ter se aproximado, na forma, ao transe induzido, auxílio necessário para que o coronel realizasse seus experimentos. Em termos espíritas, seria necessário conhecer sobre a possível mediunidade de Izabel para que esta se adequasse às práticas de Vasco.

Sabemos que não havia variação na assistência, somente Izabel acompanhava Vasco, e que fora levada ao Rio de Janeiro em 1889, quem sabe também a outras localidades, para a demonstração do trabalho realizado. É difícil supor que esse teria sido um caso isolado no estado. Podem ter existido outras sonâmbulas, assim como temos notícias de outros magnetizadores, sem vínculo com centros espíritas ou federações em Alagoas. Da mesma forma que não há notícias nos jornais locais sobre o que aconteceria no engenho de Murici, podemos inferir que, de forma sigilosa, outras mulheres poderiam atuar como sonâmbulas, seja gratuitamente ou mediante remunerações.

Segundo Michelle Veronese (2017), poucas sonâmbulas se destacaram publicamente, sendo a maioria atendente em consultórios privados, muitas vezes junto com magnetizadores. “Os anúncios ou notícias sobre elas, na grande maioria das vezes, não informam seus nomes. São mulheres geralmente anônimas, sobre as quais muito pouco ficou registrado.” (VERONESE, 2017, p. 101). Ainda segundo a autora, no fim do século XIX, algumas sonâmbulas passaram a incluir em seus serviços a comunicação com os mortos e se identificando também como espíritas, o que pode ser confirmado na apresentação, feita para a própria Federação Espírita Brasileira.

Del Priore (2014) explica que, para alguns médicos, o sonambulismo seria uma doença e, ainda que não produzisse a alienação mental, seria um meio de perturbar as funções da inteligência. Mas também havia médicos como Charcot, por exemplo, conhecido neurologista, que hipnotizava para “sonambulizar” e “reabilitou a hipnose como objeto de estudo científico para tentar tratar a histeria.” (2014, p.124). Porém, bem antes dessa tentativa de medicalização, desde o fim do século XVIII, na Europa, as sonâmbulas já eram procuradas para diagnosticar males e prescrever medicamentos, sendo o sonambulismo inserido na cultura popular ao lado de outras tantas tradições curativas. (2014, p. 124)

Se os demais termos utilizados - feitiçeira, curandeira, entre outros - dizem pouco sobre as crenças dessas mulheres, que podiam atuar de diferentes formas e utilizando meios alternativos de tratamentos de saúde, ao menos permitem que analisemos os rastros sobre as relações, a visão que a sociedade de tal época teria, o que era aceito, tolerado ou condenado. Feitiçeira, bruxa e curandeira não eram termos adotados, mas atribuídos pejorativamente. Mulheres à margem, empobrecidas, que muitas vezes carregavam ensinamentos de gerações anteriores, mas que não possuíam capital simbólico para serem reconhecidas pelo saber popular que carregavam. Geralmente estas eram palavras atribuídas à má fé e ao abuso da credulidade dos pacientes. Médiuns e sonâmbulas eram nomes adotados pelas próprias praticantes, não sendo, portanto, pejorativos, mas assumidos como atributos positivos. As médiuns eram orgulhosamente intermediárias entre os vivos e mortos. As sonâmbulas eram geralmente, conforme indicou Veronese (2017), assistentes de magnetizadores. Os públicos atendidos poderiam ser distintos, assim como o prestígio, ou a falta dele, que cada nomenclatura carregava. As palavras escolhidas para categorizar essas personagens não eram neutras ou isentas de intencionalidade, mas, ao contrário, legitimavam ou condenavam comportamentos, reforçando estereótipos bem direcionados, que se relacionavam intimamente com raça e classe.

Bernardino de tal sofre do estômago e, como julgasse a medicina impotente para curá-lo, resolveu fazer uma consulta a uma preta africana conhecida como prodigiosa. Charlatanismo no caso! A preta mandou que Bernardino desse os sintomas da doença e após ouvi-lo atenciosamente, meneou a cabeça e, sem dizer palavra, retirou-se para o interior da casa, acenando ao seu cliente que esperasse. Decorridos 10 minutos, a preta estava de volta e dirigindo-se a Bernardino, disse-lhe que a sua moléstia não era mais que uma tremenda carga de feitiço que lhe haviam botado e que a feitiçeira ele bem podia saber mais ou menos quem era! Bernardino que é enrixado com Maria de tal, que também, segundo diz o Zé Povinho, é uma buangueira (sic) de grande fama, ficou crente que, diversas, estava enguiçado, atribuindo logo que fosse a sua intrigada autora desse mal. A preta, porém, prometera a Bernardino curá-lo radicalmente, mediante a quantia de 10\$000, pedindo logo por conta da cura 2\$000. Embolsada, a prodigiosa africana deu algumas instruções ao enfeitiçado, e, entre estas, aconselhou a Bernardino que cortasse um pequeno galho de pinhão roxo e desse uma sova na feitiçeira Maria. Bernardino assim o fez; porém em vez de cortar, como lhe instruíra a africana, um pequeno galho de pinhão, cortou um grosso tronco desta árvore e, zas!... encontrando anteontem à noite a sua desafeta nas imediações do Mutange, trunfou-lhe (sic) o pinhão, quebrando-lhe dois dentes do lado superior e abrindo grandes brechas no couro cabeludo. Eis o caso: o feitiço

recaiu na feitiçeira e, para terminar a história, Bernardino foi parar na detenção, preso pelo subcomissário sr. Manoel Sampaio.¹⁰⁹

A nota reproduzida na íntegra pode ser problematizada por diversos ângulos, mas destacamos a normalização da violência como espetáculo para o público leitor, já que o desencadeamento foi uma mulher brutalmente agredida, e a marcação da cor e origem - preta africana - ligados ao charlatanismo. Ainda que colocadas em pólos opostos da mesma narrativa, a africana consultada e a suposta feitiçeira agredida dividiam os mesmos estereótipos do olhar do outro: mulheres empobrecidas, estereotipadas, envolvidas em práticas que mexiam com o imaginário popular, estigmatizadas pelo mesmo motivo. Devemos, por fim, ressaltar a importância da ressignificação dos termos associados aos saberes populares, reproduzidos com frequência sem o questionamento devido, como indica Lilia Ferreira (2021). A autora entendeu que termos como bruxaria e feitiçaria são utilizados de forma pejorativa e discriminatória, e buscou demonstrar que, dentro da lógica desses povos, o sentido se difere da noção europeia criminalizadora. Esses valores podem ser entendidos como o atrelados à supervalorização do saber médico oficial, acadêmico, em contraposição aos saberes tradicionais e populares, fruto do caminho trilhado em busca da modernização e da sociedade ideal, higienizada e que busca o apagamento e disciplinarização dos sujeitos que não correspondem ao padrão estabelecido.

3.3 As mulheres no Espiritismo alagoano

Conforme indicado anteriormente, este capítulo surgiu de indagações feitas diante do material produzido por espíritas, que possuíam o intuito de resguardar a história oficial de sua crença, marcando, assim, seus nomes, feitos, contribuições, tal qual a de seus companheiros. A necessidade de registro de suas memórias, se por um lado beneficiam pesquisadores que se debruçam sobre este objeto, por outro lado revelam a lacuna do registro da participação feminina nesses mesmos espaços. Sendo, inicialmente, minoria nas diretorias das instituições oficiais, as mulheres em nossa pesquisa se destacam por terem sido médiuns, sócias honorárias e, algumas vezes, obterem retornos financeiros, ajudas de custo e presentes por causa de suas funções mediúnicas, portanto, em razão de seu corpo, e de suas interações com o sagrado. Nossa pretensão neste tópico, ainda que com fontes reduzidas, cientes que a

¹⁰⁹ Gutenberg, Maceió, 30 jul. 1905, p. 1. Enguiço - Feitiço contra feitiçeira. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 26 jan. 2021

própria ausência das fontes já é um rastro importante, é tentar desvendar mais informações sobre as mulheres no início do movimento espírita em Alagoas.

A partir do levantamento feito nas Atas de reuniões disponíveis e buscando referências nos periódicos alagoanos, inferimos que as mulheres espíritas seriam majoritariamente de classe média, esposas e familiares de outros membros, além de letradas. Não obstante, nas primeiras três décadas de desenvolvimento do Espiritismo, em nenhum momento suas falas, se aconteceram, são registradas nos documentos oficiais. Nesse mesmo período, elas também não fazem parte dos editoriais dos diversos jornais espíritas locais. Os sobrenomes nos registros de assinatura das atas, anunciam os parentescos com homens sócios ou frequentadores, mas também denunciam que a esposa perdeu o seu nome de família, outro problema apontado pelas pesquisas na história das mulheres, que ressalta a dificuldade ou impossibilidade de resgatar árvores genealógicas a partir de figuras femininas (FEDERICI, 2017).

Buscamos referências para entender melhor a constituição familiar nos moldes percebidos em nossa documentação, a fim de situar as relações pessoais e religiosas dessas mulheres. Nesse sentido, Maria Ângela D’Incao (2018) afirma que “o casamento entre as famílias ricas e burguesas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do *status*” (p. 229), resultando numa nova função para a mulher casada: “contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães” (p. 229). Assim, conclui D’Incao, passa a depender dessas mulheres o sucesso da família, a manutenção do prestígio já existente ou elevação do *status* do grupo familiar. Conforme tentamos apresentar no capítulo anterior, para além de espaço de prática religiosa, as reuniões espíritas eram locais de encontros sociais com presença constante de figuras de prestígio. A presença da esposa-modelo nos círculos sociais da capital, inclusive nas reuniões espíritas, pode ser o desdobramento dessa sua função, já que, mesmo fora do lar, atua em função dele.

Porém, sua frequente participação nos centros não garantiria postos de destaque. O Centro Espírita das Alagoas, fundado em 1890, teve apenas duas diretorias eleitas, em 1890 e 1891, ambas formadas exclusivamente por homens. A primeira mulher a ter destaque surgiu como membro do Grupo São Vicente de Paula: Maria Tertulina teve seu nome inserido no primeiro número do jornal *O Espírita Alagoano*, citada com médium vidente em 1900. A

ausência do sobrenome impediu que a busca por mais informações sobre a médium fosse mais efetiva. É importante destacar que a organização do Grupo São Vicente se apresentava como diferente das demais. Tinham como presidente da instituição o próprio São Vicente de Paula e, dos demais membros, davam destaque somente aos médiuns principais, sem cargos como secretário, orador, vice-presidente e outros comumente encontrados.

Presidente: S. Vicente de Paula. Membros efetivos: Maria Tertulina - médium vidente, Estevam Moreira - médium psicógrafo, Carlos Nobre, Fernandes Freitas, Francisco Rorbert, Salvador de Freitas, Elmodado Wanderley, Benvenuto Lubambo, Adolpho Fireman, Daniel Custódio, Antonio Pombo, Julio soares e Manoel Matheus.¹¹⁰

O Centro Espírita Alagoano segue a mesma lógica, sendo inicialmente dirigido por homens, de 1899 a 1900, tomaria posse em janeiro de 1901 a primeira membro de diretoria. D. Mathilde da Rocha foi eleita procuradora, ainda que seu trabalho fosse supervisionado por outros homens, com a justificativa enfática da necessidade de auxílio masculino devido ao cargo não ser ocupado por um homem.

O consócio Luiz Gonzaga de Góes, tesoureiro, disse que em vista das dificuldades na arrecadação das mensalidades, e mormente por se achar investido no cargo de procurador uma senhora, propunha a fim de otimizar, que se pagasse uma comissão a um cobrador, ficando assim mais fácil este serviço, o que se obtinha com uma módica comissão; o que o sr. Presidente submeteu a decisão e votos, foi dita proposta unanimemente aprovada, ficando também deliberado que essa comissão fosse de 10%.¹¹¹

Acentuamos, com esse trecho, que as mulheres ganharam espaço de forma lenta e gradual, sendo, inicialmente eleitas, mas ao mesmo tempo discriminadas por serem vistas como incapazes de gerir tais funções. O paternalismo demonstrado no caso acima, advindo das relações de uma sociedade patriarcal, pode indicar uma série de possibilidades: evitar o contato de Mathilde com outros membros, homens em sua maioria; não permitir a circulação desta mulher em tantos espaços a fim de cobrar as mensalidades; ou ainda, não ser apresentada como porta-voz da instituição perante os adeptos. O que não foi dito também deve ser ressaltado aqui: em nenhum momento se colocou a queixa, a concordância ou a discordância de Mathilde perante o pedido. Seja qual fosse o motivo da sugestão, ela era compartilhada por todos os demais homens, hipótese levantada pela unanimidade na aceitação da proposta e de

¹¹⁰ O Espírita Alagoano, Maceió, 05 mai. 1900. Da Terra, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 13 set. 2020

¹¹¹ Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano, 10 fev. 1901. Acervo do Centro Espírita Mello Maia.

sua justificativa. Também não foram encontrados vestígios sobre sua vida social ou parentescos, apesar de ser um sobrenome comum, compartilhado por outros membros.

No ano de 1903, o aumento do número de mulheres no Centro Espírita Alagoano foi significativo. Tinha-se, então, mais cinco frequentadoras além de D. Mathilde, mas esta era a única com o título de sócia. Entre essas, D. Maria Aurora de Araújo Silva era a mais assídua e trataremos um pouco dela em nossa análise. Professora de instrução primária, trabalhou em colégios como o Sete de Setembro, de Maceió, e dava aulas particulares em sua residência. Em 1884, o periódico *A Escola* publicou uma carta enviada por Aurora, publicizando seus serviços, e nela, há o destaque de que, nessa época, a professora contava com mais de 18 anos de atuação na área da educação infantil¹¹². Ressaltamos que é uma das poucas mulheres que possuiu registradas suas atuações profissionais na imprensa local e, ainda, sem a evidência de parentesco com homens da alta sociedade. As sessões mediúnicas ou experimentais, antes raras, começam a ser mais frequentes. Inferimos, a partir disso, que D. Aurora seria a principal ou uma das principais médiuns da casa, que realizava “comunicações do espaço, desenvolvimento mediúnico e mais trabalhos respectivos”¹¹³.

Numa instituição em que havia a cobrança de mensalidades, D. Aurora se destacou por ser a única a receber auxílio financeiro, a ponto da distribuição entre ela e a ação de caridade aos pobres serem de valores equivalentes. Lê-se em outubro de 1903 que, dos 150 mil réis em caixa, 50 mil seria destinado para doação aos pobres através do jornal *Gutenberg*, 50 mil para a romaria católica em honra do 7º dia da morte do seu fundador Mello Maia e 50 mil para D. Aurora. Em janeiro de 1904 foi proposta para sócia honorária em razão de serviços prestados ao centro, e ao final do mesmo mês encontramos a seguinte informação:

O Dr. Presidente, recebendo uma proposta assinada pelos irmãos Alípio Carvalho e Hugo Jobim, pediu a D. Maria Aurora o obséquio de retirar-se da sala por um pouco, até que fosse chamada. Isto feito passou a ler o seguinte: “Tendo ciência de que a irmã Maria Aurora devido à falta de recursos pecuniários está sujeita a um despejo da casa em que fez a sua modesta residência, por falta de pagamento dos respectivos aluguéis, estando já vencidas até 31 de dezembro cinco meses, pela impossibilidade manifesta da mesma devotada irmã satisfazer de pronto tais encargos. Propomos que o centro de janeiro em diante pague os aluguéis da casa de

¹¹² *A Escola*, Maceió, 8 jun. 1884, p. 4. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 27 jun. 2021

¹¹³ Assim eram chamados os momentos de atuação dos médiuns da casa. Geralmente as reuniões tratavam sobre assuntos de interesse institucional ou estudo doutrinário, seguido da parte mediúnica quando havia médiuns presentes. Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano, 05 fev. 1903. Acervo do Centro Espírita Mello Maia.

sua residência no valor de 20\$000, com os 30\$000 do aluguel mensal da casa de propriedade deste centro.¹¹⁴

Proposta aceita por unanimidade, com acréscimo de 90\$000 direcionados ao pagamento dos aluguéis atrasados, com o uso do dinheiro que havia em caixa, recolhido do pagamento das mensalidades e doações de particulares. Este alto valor foi semelhante apenas ao enviado para a família de Bezerra de Menezes, Presidente da Federação Espírita Brasileira, no Rio de Janeiro, por ocasião de sua morte.

O centro fechou suas portas e, anos depois, em maio de 1913, quando aconteceu sua reorganização e surgiu a proposta de venda do prédio pertencente à instituição, um dos presentes lembrou aos demais que D. Aurora recebia, ainda, o valor de 20\$000 arrecadado em decorrência do aluguel, ajuda de custo que foi determinada em 1903, dez anos antes. E, assim, ficou garantida a permanência dessa ajuda de custo, mesmo após a venda do referido prédio. Com a realização da venda e o fim do recebimento do aluguel, a ajuda de custo mensal sairia diretamente dos cofres da instituição. Ainda que o fechamento do Centro, no início do século XX, tenha durado em média sete anos (1906-1913), não foram interrompidos os pagamentos feitos à D. Aurora. Isso pode nos indicar que as sessões mediúnicas continuavam acontecendo, ainda que a instituição tenha oficialmente encerrado suas atividades. Podemos inferir, também, que o grupo central pode não ter se desfeito, com a manutenção do núcleo mediúnico, base dos serviços da senhora em questão, assim como o recolhimento para atividades domésticas pode ter sido uma alternativa de continuidade das sessões. O retorno das atividades do Centro com a manutenção dos mesmos líderes se apresenta como uma evidência dessa continuidade.

Dona Maria de Almeida, outra médium que destacamos, não recebia dinheiro ou ajuda de custo, acreditamos que por possuir melhores condições financeiras. Porém, recebia outras formas de agrado, conforme registro: “Para conhecimento de todos os confrades conseguiu ter este centro feito presente de modesto mimo a d. Maria Almeida, nossa médium, pelos incomparáveis serviços prestados, naquela qualidade, às nossas sessões experimentais.”¹¹⁵ Em nossa percepção, isso pode reforçar a ideia da dependência dessas mulheres na condução das atividades e a tentativa de manutenção especificamente destas na instituição.

¹¹⁴ Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano, 10 fev. 1902. Acervo do Centro Espírita Mello Maia.

¹¹⁵ Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano, 12 fev. 1904. Acervo do Centro Espírita Mello Maia.

Apesar de nenhuma das beneficiadas aparentemente ter se manifestado ou ter sua fala registrada, cabe a nós a análise a partir do que foi dito e feito em nome delas. Afinal, proferidos pelos homens, os discursos sobre as mulheres são um eco das relações, e nos permitem compreender um pouco mais sobre a colaboração dessas mulheres no movimento espírita alagoano. Alguns pontos de pauta das reuniões exaltaram seus feitos, suas contribuições para o bom funcionamento do centro, mas ainda que enaltecidas nos discursos, seriam relegadas ao lugar de coadjuvantes. Portanto, as mulheres têm aqui um ponto de análise diferenciado, porque estavam fora dos ambientes oficiais de tomadas de decisão dentro e fora dos espaços religiosos, sejam eles espaços legislativos, de instâncias jurídicas. As fontes que dispomos, em sua maioria, não são construídas por elas, mas sobre elas. A importância delas, de sua participação no desenvolvimento da doutrina, foi apontado em obras fundamentais desde Kardec, e começou a ser mais discutido em Alagoas no início do século XX. A revista *Lumen*, em edição publicada em 1908, apresenta, na mesma edição, dois momentos em que é demonstrada a preocupação sobre o tema. O primeiro se refere a conferência do Motta Lima, espírita já citado neste trabalho, que em mais de um momento retoma este objeto em suas palestras.

A Federação impulsiona o movimento, realizando conferências públicas doutrinárias quinzenalmente, às quais têm sido grandemente concorridos. A tribuna tem sido ocupada pelos seguintes confrades: Motta Lima, duas vezes, falando sobre *A mulher sob o ponto de vista religioso e social* e *A água*; Barbosa Junior, sobre *A alma e sua evolução*; Carlos Araújo, sobre *Jesus*; e Fernandes Tavares, sobre *A origem do mal*.¹¹⁶

O tema aparece pela segunda vez, mas dessa vez remete a um trabalho maçom, que destaca o debate sobre educação.

O nosso ilustre conterrâneo farmacêutico Álvaro Remigio de Oliveira, distinto confrade do Grito e um dos mais sólidos esteios da Liga Anti-clerical da Bahia, teve a gentileza de nos oferecer um bem trabalhado opúsculo contendo a sua conferência maçônica *A educação da Mulher e a Maçonaria*, realizada na sessão de posse da loja Udo Schleusner no dia 28 de junho de 1907. É um trabalho bem elaborado a conferência do moço patricio, calcado em teorias modernas a par de vários conhecimentos que nele se evidenciam e que muito recomendam o seu ilustre autor, que é um defensor ardoroso da liberdade do pensamento e um vigoroso combatente do clericalismo pernicioso.¹¹⁷

¹¹⁶ Revista *Lumen*, Maceió, Dez-Jan 1909, p.3-4. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 20 ago. 2020.

¹¹⁷ Revista *Lumen*, Maceió, Dez-Jan 1909, p.24. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 20 ago. 2020.

A preocupação com o assunto estava presente, portanto, e pode ter causado um processo de mudanças na organização interna das instituições. Porém, não é possível romantizar um engajamento real na defesa da equidade de gêneros nesse período, porque notamos que a tribuna era ocupada por homens, sendo a mulher o objeto de debates, não o sujeito com voz. Em vista disso, fica demonstrada a existência de uma opinião sobre a educação da mulher, sobre seu papel na religião e na sociedade, mas que são reforços de comportamentos idealizados pelo patriarcado sobre a figura feminina.

Novamente, em 1908, por Joaquim P. Motta Lima seria responsável por abordar o tema junto a seus confrades. A reunião se daria na sede da Federação Espírita Alagoana e convidava a sociedade, através do jornal *Gutenberg*, para prestigiar a conferência que versaria “sobre a mulher, descrevendo a sua função através dos séculos e a missão grandiosa que tem a desempenhar no seio da família.”¹¹⁸. Não há disponível para leitura o texto debatido no dia dessa conferência, porém, o mesmo palestrante, dois meses antes do evento, havia escrito para o jornal *Gutenberg* sobre as “penas eternas” sob a ótica espírita, e pôde nos ajudar a entender sua visão sobre a responsabilidade atribuída à mulher no contexto familiar.

Temer e amar são dois sentimentos inconciliáveis. Além disso, para o homem obter a salvação pelo temor, é necessário pagar o imposto ao governo da seita - contribuição que muitas vezes tem atingido a uma soma fabulosa... Para não sacrificar a essa receita é conveniente preconizar o temor, cujo artifício religioso depende de grandes recursos: a credence no seio obscuro das famílias - **a superstição alimentada pela ignorância da mulher... a mulher cega, muitas vezes instrumento esmagador de seu companheiro!... A mulher inconsciente...** Por falta de conhecimento do bom e do melhor, o materialista consente que a mulher tenha a sua apropriada religião, figurando ele próprio nas listas do recenseamento como adepto da mesma crença da esposa, o que prova ser a estatística a mentira científica no tocante à religiosidade. Um tal procedimento que a princípio tinha o seu motivo na perseguição intentada contra o homem pelos cultos oficiais, sem a obediência, à qual ninguém teria o gozo de seus direitos civis e políticos, ainda hoje continua por hábito religioso o mesmo estado de coisas... Além disso é preciso continuar a manter a mulher cega no temor do inferno, em sua religião, em sua lei mosaica, na praxe mantida pelo homem em favor da supremacia do sexo forte - a gozar que a mulher se convença religiosamente de que "deve obedecer a seu marido como um escravo a seu senhor". O que para a mulher é ato indecoroso, para o homem é uma virtude! O homem pelo coração mente, para estar em harmonia com a credence da mulher, sempre criada na obscuridade calculada, a fim de que seja virtuosa. (...) Chamamos a atenção dos homens dotados de energia mental e habilitados no cultivo dos sentimentos de caridade, para o estudo metódico

¹¹⁸ Gutenberg, Maceió, 09 abr. 1908. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 de novembro de 2020.

destas obras que encerram todo o critério dos mais eminentes sábios, que não sofreriam a pachorra entregando-se a futilidades, mas reconhecem pela força da lógica dos fatos invencíveis que "o infinito e a eternidade são o nosso domínio; é tão impossível a destruição de um átomo como o aniquilamento de uma alma."¹¹⁹ (grifo nosso)

O texto acima possui referências à obediência cega e submissão feminina em tom de crítica, ponderando que muito desse comportamento se daria em função de hábitos religiosos, que, no contexto abordado pelo autor, demonstra ser também uma fala discordante do modo católico em relação à manutenção de fiéis. Porém, a mulher não aparece somente enquanto vítima do sistema que a insere em processos de subserviência, mas é considerada a mantenedora de credices, e que, devido a sua ignorância, arrasta consigo o marido e, conseqüentemente, a família. O homem é convocado, em nome de suas habilidades e inteligência, para, a partir do estudo da doutrina espírita, salvar a família deste círculo vicioso. A contraposição das características dadas a um e a outro reforçam a valorização do homem enquanto lúcido, detentor da razão, alguém que pode salvar a si e aos outros, levando sabedoria para combater a ignorância, que, por sua vez, seria uma característica cultivada pela esposa. Assim, longe de haver rupturas, Motta Lima, ao entender que estaria atuando em defesa da mulher, na realidade reproduziria o padrão imposto socialmente e aceito pelos outros homens de seu tempo.

Na Ata de reuniões do Mello Maia, já em 1922, ou seja, 14 anos após a fala de Motta Lima citada acima, a mesma lógica de discurso ainda pode ser observada.

Em seguida, para agradecer a todos os presentes o comparecimento nesta reunião, usou da palavra o confrade presidente, que dirigindo-se depois às senhoras fez uma saudação à mulher, mostrando o seu papel na sociedade como filha, esposa e mãe, cujos conselhos virtuosos poderiam enveredar os homens pelo caminho do dever.¹²⁰

Uma outra observação na relação entre o Espiritismo e as mulheres seria a recorrência das imagens propagadas como vítimas de sessões espíritas, sujeitas a crises de loucura. A percepção de que são mais frágeis e propensas ao desenvolvimento de doenças mentais foi estudada por acadêmicos da área da saúde, no processo de medicalização da loucura, em um período que trazia à tona o sexismo replicado no país. Em 1916, *O Semeador*

¹¹⁹ Gutenberg, Maceió, 21 fev. 1908. A questão espírita - penas eternas. p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 de novembro de 2020.

¹²⁰ Ata do Centro Espírita Alagoano Mello Maia, 22 de agosto de 1922.

publicou a retrospectiva do desenvolvimento do Espiritismo, desde as irmãs Fox, e ressaltou o que considerava essencial na análise:

A experiência mostrou depressa que nem todas as pessoas tinham facilidade de provocar os fenômenos espíritas e evocar os espíritos; algumas, ao contrário, não só os realizavam facilmente, mas era necessária a sua presença nas sessões para que aqueles fenômenos se produzissem e os supostos espíritos se manifestassem e respondessem. A estas pessoas deram o nome de médiuns, como sendo os intermediários imprescindíveis entre os espíritos e os homens. Multiplicou-se extraordinariamente o número destes médiuns, entre os quais se contavam e contam muitas mulheres, e todos mais ou menos achacados do sistema nervoso.¹²¹

Conforme explicita o pesquisador Artur Cesar Isaia, a mulher surgiria como médium em potencial, tanto nos relatos médicos, quanto nos documentos da Igreja católica. “A mediunidade aparecia como qualidade inerente ao que consideravam ser a condição receptora, lunar, passiva da mulher, construindo tanto o discurso médico quanto o católico da feminização do transe.” (2010, p. 45). Sabemos que o discurso sobre a loucura possivelmente ser causada pela participação em sessões espíritas era amplamente divulgado por opositores da doutrina, e o impacto dessas afirmações sobre a participação ou a aversão à doutrina exige uma pesquisa mais aprofundada em Alagoas. Cabe aqui apenas tornar visível o realce dado ao desequilíbrio dessas mulheres diante das sessões, o que poderia ser apresentado no intuito de afastar a curiosidade através do medo e um reforço da imagem construída sobre a fragilidade feminina.

Recebemos de Jaraguá uma extensa carta onde se nos denuncia que o atual divertimento predileto de Jaraguá é o Espiritismo, mas cultivado por pessoas, algumas das quais sem o mínimo de preparo intelectual e entre gente que não pode compreender as doutrinas de Allan Kardec! É fácil de presumir a consequência que isto pode trazer a essas pessoas não preparadas e que se impressionam de tal sorte que abstraem-se completamente da vida positiva e real, diz o nosso informante por carta e acrescenta: “Acabada a sessão **as mulheres comentam o fato trêmulas de medo, vacilando entre a afirmativa e a negativa; apreensivas, choram, lastimam-se**, etc, etc”. Deixamos de publicar a carta, nem só porque é assaz longa, como porque não queremos ir logo ao extremo, sem que primeiro recordemos a essas pessoas as consequências funestas que nesta mesma capital já tem produzido evocações espíritas entre pessoas sem o devido preparo intelectual e sem a compreensão da doutrina.¹²²

¹²¹ O Semeador, Maceió, 04 ago. 1916, p. 1, Doutrina Espírita. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 23 jan. 2021.

¹²² Gutenberg, Maceió, 20 set. 1896, Mania Espírita. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

A maior sensibilidade aos fenômenos não seria somente argumento contrário à prática. Podemos entender que a feminização do transe e a valorização enquanto médiuns poderia ser um dos aspectos considerados positivos, e que colocaria as mulheres em evidência. O Espiritismo se apresenta como uma doutrina que prega um progresso em relação aos discursos e por possuir mulheres atuantes em suas práticas. Nesse ponto há um avanço parcial com relação às outras religiões cristãs, como já indicara Veronese (2017). Assim, como acompanharemos mais adiante, a partir da análise das fontes que tratam sobre a presença feminina no Espiritismo alagoano e do lento e gradual fortalecimento de seu protagonismo, há uma continuidade do pensamento dos homens que estão inseridos na lógica patriarcal, paternalista, de acordo com o que a moralidade da época consideraria aceitável. O discurso sobre o papel da mulher e de suas obrigações familiares, seria inclusive reproduzido pelas próprias mulheres, num reforço da idealização e distanciado de qualquer ruptura mais radical com o modelo familiar burguês.

3.4 Educação, evangelização e mulheres espíritas

O Espiritismo possui em seu discurso a intensa valorização da educação como meio de crescimento moral e intelectual da sociedade. Essa foi uma forma evidente de agregar intelectuais à causa, mas que, em seu desenvolvimento, se desdobrou em ações educativas para crianças e adultos carentes, além da formação intelectual de seus adeptos. As reuniões sempre acompanhadas de leituras de textos fundamentais, assim como a valorização da escrita, tanto de obras, folhetos e na própria imprensa, já falado, reafirmam o propósito espírita de valorização da intelectualidade.

Em consonância com esse princípio, logo após o estabelecimento da doutrina espírita, em 1901, temos notícia da primeira escola espírita fundada, pelo Grupo Espírita Santo Agostinho, no bairro da Levada, em Maceió¹²³. A escola João Meneses seria, na lógica espírita, uma convergência de benefícios: caridade no acolhimento de pessoas em vulnerabilidade, princípio fundamental; educação evangelizadora de adultos, disseminação imediata dos conceitos e crenças; educação infantil, a longo prazo, que traria pessoas formadas no seio da doutrina, moldados desde a infância no caráter e moral kardecistas, futuros espíritas. A exceção, que cairia nos próximos anos, como veremos, seria a limitação às meninas e mulheres. Segundo

¹²³ A Luz: órgão de propaganda espírita do Grupo Santo Agostinho. 01 ago. 1901, p. 2. Escola João Meneses. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 08 out. 2020.

o jornal *A Luz*, a matrícula desta escola estaria “franqueada a todos sem exceção”, porém limitadas em “até 10 anos a idade para os alunos do sexo feminino”¹²⁴. A notícia publicada no jornal se seguiu de textos elogiosos atribuídos aos espíritos.

O Grupo Espírita Santo Agostinho acaba de instalar no prédio em que funciona, à rua Santa Cruz, na Levada, uma escola noturna primária **para homens e crianças**. É fato que um grande número de crianças deixam de frequentar as escolas da capital por não poderem apresentar-se nelas convenientemente. Esse obstáculo propusemo-nos acabar, fundando uma escola noturna, para levar a esses desprotegidos da fortuna a maior soma de bens para os seus espíritos. Como as crianças, muitos homens há, no nosso meio, que não sabem ler e que perduram-se nesse obscurecimento intelectual, já por vergonha de aprender depois de homens já pelo pouco tempo que lhes deixam os pesados labores de todo dia. Esses, encontraram na escola noturna o meio de aliviar-se dessa ignorância, frequentando-a assiduamente, onde moços competentes e [ilegível] far-lhe-ão compreender em pouco tempo, todos os benéficos resultados provindos da instrução.¹²⁵

Considerando o hábito dos casamentos quando as meninas ainda estavam no que, atualmente, é considerada a pré-adolescência, poderia ser a preparação para o casamento considerada mais importante que a educação formal para meninas de baixa renda. Ou, ainda, a disponibilidade para que essas meninas fossem direcionadas aos serviços domésticos em suas próprias casas ou empregadas em residências de famílias de maior poder aquisitivo. De qualquer maneira, há o indicativo de que a educação das meninas e mulheres pobres seria vista como menos importante que a educação de meninos e homens, ainda que oriundos da mesma classe social.

Por outro lado, Maria Ângela D’Incao (2018), ao escrever sobre a mulher e a família burguesa no contexto do crescimento urbano no século XIX, indica que as leituras animadas pelos encontros sociais podem ter gerado um público leitor eminentemente feminino (D’INCAO, 2019, p. 229). Trazendo para o nosso objeto, as sessões espíritas, conforme as Atas analisadas, eram envoltas em discussões sobre obras de Kardec, leituras coletivas e a disposição de bibliotecas e acervos voltados à formação de multiplicadores e propagandistas do Espiritismo. Assim, entendemos que os espaços de reuniões espíritas, em concordância com a análise da autora, podem ter sido um incentivador à formação de um grupo de mulheres, já letradas, dedicadas ao estudo doutrinário, o que resulta, anos depois, na formação de lideranças

¹²⁴ A Luz: órgão de propaganda espírita do Grupo Santo Agostinho. 01 ago. 1901, p. 3. Escola João Meneses. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 08 out. 2020.

¹²⁵ A Luz: órgão da propaganda espírita do grupo Santo Agostinho. Maceió, 01 ago. 1901, p. 2. Escola João Meneses. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 08 out. 2020.

e construção de escolas espíritas coordenadas, principalmente, por mulheres. Entre a negação da matrícula de meninas e o incentivo à leitura das adultas, não é a idade a principal diferença, mas a classe social a que pertencem.

Para Joana Maria Pedro (2018), a idealização das mulheres em seus papéis familiares se desenvolve de maneira muito semelhante ao que se via nos grandes centros europeus, pois “desde o século XVII ampliara-se na Europa a preocupação dos adultos com a infância e a partir do século seguinte as mulheres passaram a ser valorizadas em seu papel de mães e responsabilizadas pela vida e educação das crianças.” (PEDRO, 2018, p. 284). Percebemos que as atribuições assumidas pelas mulheres nas organizações espíritas se delineiam de acordo com seus lugar no imaginário do ideal de família: as mulheres que cuidam, educam, se responsabilizam pelas crianças e pelo futuro das famílias. Seguindo esse raciocínio, no Centro Espírita Mello Maia, que a essa altura atuava como um tipo de federação alagoana, são elas as responsáveis, em 1919, por grande parte da Comissão de Caridade¹²⁶, e, em 1920, pela totalidade da Comissão de Instrução e pela criação do comitê que pretende abrir escolas espíritas na cidade. O grupo, formado unicamente por mulheres, começou a se reunir independente da presença dos homens, pela primeira vez registrou suas ações e teve voz para declarar suas decisões nas reuniões gerais.

Comissão de Instrução composta de DD. Theodorica Bulhões, Luiza da Rocha Telles, Hilda da Rocha Lima, Esther Araújo da Silva, Francisca Freire, Maria Julietta de Araújo, Hygina Pereira da Silva, Maria Alves Vieira, Maria Octavia de Araújo, que representam também DD. Noemi Licio Marques, Celsa Romão, Ritta Abreu e Clélia de Amorim Chaves.

Theodorica Bulhões é uma das mulheres que não teria se desvinculado do catolicismo. Em 1916, participou de um concerto musical realizado no salão da Phenix Alagoana, em benefício da construção da matriz de Jaraguá, segundo *O Semeador*¹²⁷. Algumas das outras mulheres citadas na nota acima aparecem na imprensa em notas de felicitações, vinculados a parentes, mas destacamos Ritta Abreu, ou Ritta de Abreu, que teve destaque por ser colaboradora de periódicos como *Gutenberg* e *Revista Comercial de Alagoas*. Localizamos a informação sobre um poema seu publicado no jornal *O País*, segundo o *Gutenberg*: “soneto

¹²⁶ Todas as mulheres frequentadoras do Centro foram encaixadas na mesma Comissão, a de Caridade. As demais, formadas exclusivamente por homens, seriam as Comissões de Propaganda, Defesa da Doutrina, Imprensa e Finanças. Fonte: Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano, 10 mai. 1919. Acervo do Centro Espírita Mello Maia.

¹²⁷ *O Semeador*, Maceió, 09 dez. 1916, Concertos, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 jan. 2021

inédito da poetisa alagoana d. Ritta de Abreu, conhecida no mundo literário pelo pseudônimo de Rosália Sandoval”¹²⁸. Diversas publicações foram localizadas a partir desse codinome: poemas e pequenos contos seus no jornal *O Orbe* (ainda em 1899)¹²⁹, *Evolucionista*¹³⁰, *O Cruzeiro*¹³¹, *O Vadio*, da cidade de Penedo¹³², *O Semeador*¹³³ e *A Pyraustra*¹³⁴. Além desses, temos conhecimento de pelo menos um livro publicado pela autora, chamado *Através da Infância*¹³⁵, adotado como literatura em escolas locais. Ritta foi professora e diretora da Escola Auta de Souza, em Maceió¹³⁶. Portanto, sua formação e experiência com educação pode ter contribuído para a organização e ações da Comissão de Instrução.

Com o objetivo de inaugurar escolas espíritas em diversos centros na capital, o grupo possuía o intuito de trabalhar em prol da divulgação doutrinária por diferentes meios, que não a imprensa e os púlpitos, mas através da educação evangélica das famílias, iniciando pelas crianças.

Logo depois foram designados para dirigir as escolas evangélicas para crianças as comissões seguintes: Para a do Centro Mello Maia, DD. Hilda da Rocha Lima e Maria Alves Vieira, sendo de notar, porém, que a escola evangélica deste Centro, funcionando desde 16 de novembro do ano p. [passado] findo, vem sendo até agora, inteligente e criteriosamente dirigida pelos distintos consócios DD. Hilda da Rocha Lima, Maria Julietta de Araújo Costa e outros, com o valioso concurso do confrade José Joaquim de Lima; para a do Grupo União Espírita, DD. Theodorica Bulhões e Francisca Freire e para o Grupo Antonio Pombo, D. Clelia de Amorim Chaves¹³⁷.

O projeto reunia ações de caridade e de educação evangelizadora, visando a educação nos moldes espíritas direcionados a crianças carentes. Após deliberações da maneira que se

¹²⁸ Gutenberg, Maceió, 22 ago. 1905, Pela imprensa, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 04 jul. 2021.

¹²⁹ *O Orbe*, Maceió, 11 ago. 1899. Ilusão, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 04 jul. 2021.

¹³⁰ *Evolucionista*, Maceió, 02 det. 1905. Joias Literárias: Minha Estrela, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 04 jul. 2021.

¹³¹ *O Cruzeiro*, Maceió, 30 set. 1909, Sonho desfeito, p. 1-2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 04 jul. 2021.

¹³² *O Vadio*, Penedo, 02 abr. 1911, Em Pleno Azul, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 04 jul. 2021.

¹³³ *O Semeador*, Maceió, 09 out. 1916. Pôr do sol, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 04 jul. 2021.

¹³⁴ *A Pyraustra*, Maceió, 28 fev. 1917, Mariposa, p. 7. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 04 jul. 2021.

¹³⁵ *Revista de Ensino*, Maceió, jan/fev. 1930, ano IV, nº 19, História de Alagoas, p. 32. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 06 jul. 2021.

¹³⁶ *Revista Comercial de Alagoas*, Maceió, 31 ago. 1912. Escola Auta de Souza, p. 10. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 06 jul. 2021.

¹³⁷ Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano Mello Maia, 06 fev. 1920. Acervo do Centro Espírita Mello Maia.

daria a estruturação das escolas, foi decidida a organização de um tipo de escola-piloto, que seria o modelo para as demais. O Centro escolhido para sede da primeira escola seria o Mello Maia, e a partir das experiências desenvolvidas ali, se daria o plano de expansão.

Quando estiver funcionando a escola do Centro, provocando aos que a visitarem, o progresso moral e intelectual dos que ali forem buscar instrução e educação, então poderão cuidar da instalação de outras escolas congêneres, sob a proteção dos diversos grupos espíritas existentes nesta capital. A apreciável ideia da nossa confrreira despertou simpatia entre todos os presentes, pois abrir escolas para os pobres é descortinar um mundo; é purificar uma falange que o vício espreita e a miséria espera. Arrancar do lodo e da obscuridade essa multidão de esfarrapadinhos é cumprir a lei de Jesus: - “Deixar que venham a mim os pequeninos”. E os grupos espíritas, criando escolas, põem em prática uma das mais belas formas da caridade: ensinar os ignorantes. Tendo sido aprovada a magnífica ideia por todos os presentes, mandou a Presidente que se lavrasse a presente ata que todos devem assinar, e que se fizesse comunicação à imprensa.¹³⁸

O discurso revela o público-alvo: a comunidade carente, em especial as crianças, aqui nomeadas como “esfarrapadinhos”, indicando certo distanciamento e marcador da diferença entre as senhoras e o grupo a ser atendido. Além do projeto em si, fica evidente o intuito da disseminação da moralidade conforme o entendimento espírita, com base nos preceitos cristãos e de acordo com o que convinha à ideia de família e comportamento da época, ou seja, o modelo europeu almejado e adotado como ideal no início do século XX, visando o afastamento do vício e, teoricamente, da miséria.

O protagonismo das mulheres diante das ações de caridade e da educação também reverberou timidamente num espaço de maior visibilidade dentro da instituição, que, pela primeira vez, elegeu uma mulher para o cargo de oradora. A eleita, Noemi Lício de C. Marques, não rompeu diretamente com a lógica de hierarquização de gêneros dentro da religião, antes os reforçava em seus discursos, mas inaugurou um período de crescente participação feminina.

Solicitando e obtendo a palavra a nossa digníssima oradora, Exma Sra D. Noemi Licio Marques, começou por dizer não possuir dotes oratórios, mas, como fora, por gentileza deste Centro, eleita oradora do mesmo, também queria, por lhe caber este dever, fazer-se ouvir, embora lhe houvesse precedido tão brilhantemente, o nosso irmão Dr. Carlos Araújo. A oração desta ilustre confrreira, prendeu logo a atenção da assistência, pela sutileza, inteligência, carinho e fundo moral. Dirigiu-se ela, de preferência, como disse, às suas irmãs em crença, mostrando-lhes qual o papel que hoje compete à mulher na sociedade, qual o de renunciar a uns tantos arraigados zelos pelo bem dispensável luxo, pelo supérfluo do seu próprio lar e dedicar-se com

¹³⁸ Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano Mello Maia, 27 jun. 1920. Acervo do Centro Espírita Mello Maia.

desprendimento e fraternal amor aos desamparados de toda espécie, sem exceção de um só.¹³⁹

Analizamos aqui um livro de Atas de reuniões que se estende de 1899 a 1923, com hiatos e retornos de atividades, e a continuidade dos membros, famílias e meios. Mapeados todos os registros e presenças do documento, destacamos que a primeira fala registrada de uma mulher em reunião se deu somente em 1920, ou seja 21 anos após sua fundação. Esse silêncio de duas décadas não se deve à pequena presença nas reuniões, pois elas estavam nesses espaços, participantes e atuantes. Porém, as instituições, como pequenas amostras do funcionamento mais amplo da sociedade, relegaria, ao longo de décadas, o papel coadjuvante. Demorou para que o grupo dirigente considerasse que elas também faziam parte, não de forma acessória, mas que poderiam contribuir não somente como médiuns, mas como lideranças atuantes.

Também é possível que o avanço dos debates sobre o movimento feminista nas primeiras décadas do século XX tenha gerado um impacto significativo no aumento de número de mulheres circulando nos centros, além da crescente adesão nas lideranças. Finalmente, ainda na primeira metade do século XX, as mulheres alçaram lugares de mais destaque nas organizações. Os discursos dessas senhoras não eram articulados em consonância com o movimento feminista no sentido de pautas diretamente progressistas, mas a sua existência, sem dúvida, foi fruto de um crescente debate, que colocava as mulheres num protagonismo não vinculado somente à sua relação com o sagrado, mas a suas contribuições intelectuais e ativistas pela causa que defendiam. Também devemos pontuar que as nossas espíritas não destoavam socialmente desse movimento, por serem igualmente de elite, vinculadas a camadas médias urbanas, assim como as defensoras de direitos femininos no início do século.

O Espiritismo, portanto, retomando a tese de Veronese (2017), se apresentaria mais aberto a debates sobre gênero do que outras religiões, mas reproduzia bastante as lógicas patriarcais com que pretende romper. As mulheres seriam, nas primeiras décadas, valorizadas por seu possível potencial mediúnico e contribuições no trabalho principal dos espíritas, que seria apresentar as mensagens do mundo invisível, segundo a crença, mediando comunicações que gerariam mudanças essenciais para a renovação ética e moral do mundo terreno. Porém, ao mesmo tempo em que eram enaltecidas, principalmente em sua responsabilidade de conduzir a família nos moldes cristãos, eram também invisibilizadas. A ascensão das mulheres a cargos

¹³⁹ Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano, 22 ago. 1920. Acervo do Centro Espírita Mello Maia.

eletivos, que refletiu o enfrentamento feminino em tantas outras esferas além a religiosa, teve início marcante na década de 1920 e foi direcionado à caridade e educação evangelizadora, também reproduzindo o que era esperado da figura feminina ideal: maternal, educadora, conselheira e condutora no caminho do bem. Por fim, ainda que os livros doutrinários indiquem uma reflexão progressista diante da igualdade de gênero, na prática, as questões raciais, de gênero e de classe se colocam como imperativas e denunciam as contradições que se dão no processo de desenvolvimento da doutrina espírita local.

4 OS “INIMIGOS DA REVELAÇÃO”: CONFLITOS RELIGIOSOS, IMPRENSA ANTIESPÍRITA E AS DIFICULDADES NO ESTABELECIMENTO DO ESPIRITISMO EM ALAGOAS

“O espiritismo é o conjunto de todas as superstições e astúcias da incredulidade moderna, que, negando a eternidade das penas do inferno, o sacerdócio católico e os direitos da Igreja Católica, destrói todo o cristianismo.”

(Pastoral Coletiva de 1915, p. 36)¹⁴⁰

Caminhamos, nos capítulos anteriores, no sentido de trabalhar a formação e o desenvolvimento do Espiritismo, sem perder de vista seus sujeitos, homens e mulheres, suas estratégias e características. Também entendemos, a partir das fontes utilizadas, que o Espiritismo, pelo menos em Alagoas, não seria combatido pelo Estado e por instituições oficiais, principalmente por serem seus membros os próprios representantes das classes mais altas de uma cidade que passaria por um tardio processo de urbanização e crescimento. Inferimos, após conhecer os espíritas locais e suas relações, que o capital social desses membros teria sido essencial para a proteção de sua crença e de suas práticas.

Os discursos analisados em reuniões e periódicos afirmavam o fardo de lidar com os chamados “inimigos da revelação”, ou seja, aqueles que se levantavam contra o estabelecimento da doutrina espírita em Alagoas e seriam entraves no processo de disseminação da prática espírita. Portanto, ainda que não houvesse uma perseguição oficial ao Espiritismo local, ainda existiam adversários que dificultavam o desenvolvimento e, em diversos momentos, alcançaram o enfraquecimento da militância e a descontinuidade das atividades nas instituições. Nossa hipótese, inicialmente, teria se baseado na informação dos próprios espíritas sobre o arrefecimento de suas atividades, nos primeiros anos do século XX. A partir dessa afirmação, foi levado em consideração o movimento institucionalizado, com instituições regulamentadas, mas também os cultos domésticos e possíveis alternativas de continuidade das práticas. Desta forma, percebemos que o hiato das atividades que é tão repetido pela memória do Espiritismo

¹⁴⁰ Artigo 65 da Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, S. Paulo, Cuiabá e Porto Alegre comunicando ao Clero e Fieis o resultado das Conferências Episcopais realizadas na cidade de Nova Friburgo de 12 a 17 de janeiro de 1915.

alagoano se referia ao que era oficial, vinculado às federações, mas não indicaria a descontinuidade das práticas independentes e feitas dentro das residências. Esse formato pode ter diminuído quando houve o movimento nacional de unificação das práticas espíritas, que visava justamente a uniformização das atividades.

Em nenhum recorte dentro do período escolhido para o desenvolvimento desta dissertação houve o desaparecimento completo de atividades espíritas. Houve sim, um fluxo de abertura, fechamento, reabertura e reorganização de centros. Talvez, ainda, o impacto do fechamento da FEEAL e do Centro Espírita Mello Maia tenha sido marcante para o movimento. Porém, reafirmamos, o arrefecimento das atividades pode ser entendido somente no contexto institucionalizado, pois as sessões coletivas e atividades mediúnicas não vinculadas a centros espíritas não cessaram. Um outro fator que nos leva a esta conclusão se apresenta na observação da continuidade dos sujeitos. O mesmo grupo se manteve e fez parte de mais de uma instituição simultaneamente. Nos momentos de reorganização das entidades, os mesmos sujeitos foram responsáveis, o que nos faz questionar se houve realmente um distanciamento desses membros ou somente desarticulações pontuais. Mas, se não o Estado com seu ordenamento legal e repressivo, quem eram os combatentes das práticas espíritas no estado de Alagoas e quais as armas utilizadas? Que obstáculos a nova religião encontrou para sua organização e difusão em Maceió e nos interiores?

Neste capítulo, com base nas disputas simbólicas do campo religioso e nos adversários mais combativos e mais recorrentes, tentaremos compreender em que aspectos se deram os conflitos, que espaços foram utilizados e de que forma o espiritismo se defendera diante das campanhas de deslegitimação e desestruturação. Para isso, recorreremos a jornais protestantes, católicos, espíritas, além dos jornais não religiosos.

4.1 Protestantes *versus* o “infernial sistema” dos espíritas: grupos minoritários em conflito

Espiritismo e Protestantismo têm poucas afinidades entre si. Possuem diferentes visões sobre interpretações bíblicas, rituais, até mesmo comportamentais, pois, como vimos, ao menos teoricamente, o Espiritismo se apresenta com discursos mais progressistas do que a maioria das religiões cristãs. Porém, uma afinidade deve ser destacada, pois impactou diretamente no estabelecimento de ambos: possuíam o catolicismo como adversário comum. Embora poucas igrejas evangélicas tenham sido instaladas em Alagoas durante o recorte que abrange essa

pesquisa, como veremos a seguir, o seu processo de expansão e de propaganda indica uma crescente conquista de fiéis e a busca por um sólido estabelecimento. Além disso, através de suas ações, percebemos que, bem distante de se unirem no combate a esse adversário comum, propagandistas protestantes e espíritas utilizavam seus jornais ou o espaço conquistado na imprensa geral para disputa de adeptos e tentativa de enfraquecimento do outro.

Comumente atacados “em bloco”, espíritas e protestantes, geralmente acompanhados também pelos maçons, eram acusados pelos católicos de serem satânicos, incoerentes ou de utilizarem de má fé para afastar os fiéis católicos do caminho considerado correto. Afirmamos que as investidas são em grupo porque era comum que todas as doutrinas chamadas de “acatólicas” fossem colocadas num mesmo grupo a ser deslegitimado. Esses não eram reunidos com base em suas crenças, mas como ponto comum de serem considerados heréticos, como indica a nota que segue:

Sendo notório que um professor é herege, um espiritista propagandista dessas bugiarias espíricas, e que abusa de sua posição para ensinar essa doutrina às crianças, em face da consciência nenhum cristão católico poderá mandar à tal escola seus filhos; nem podem ser absolvidos no confessionário os pais e mães que mandem seus filhos a escolas ímpias e heréticas, por tais erros. (...) quem assina um mau jornal é conivente com ele em todo o mal que faz; concorre diretamente com seu dinheiro para a propaganda de peste herética seja protestantismo, seja espiritismo, ou a heresia que for. (...) ¹⁴¹

A matéria acima foi retirada do Jornal *A Fé Christã*, publicado na cidade de Penedo, interior de Alagoas. Irinéia Franco (2019), em sua pesquisa sobre este periódico e a imprensa católica na Primeira República, aponta que eram constantes os ataques ao Protestantismo por meio da utilização das diferenças dogmáticas, além de artifícios como a associação entre Protestantismo e religiões afrobrasileiras, num reforço da demonização das dessas tradições. Segundo a autora, a imprensa católica em Alagoas fez parte “da elaboração e da defesa de um projeto de nação e atuou para a manutenção da hegemonia do catolicismo no estado” (2019, p. 50), além de enfatizar que os textos publicados no jornal estavam alinhados com a identidade ultramontana do período.

Observando as publicações católicas em relação ao Protestantismo, percebemos, então, que não se trata somente dos ataques no sentido da crença, não condizente com as determinações do catolicismo, mas existiam também associações, discursos intencionais, que

¹⁴¹ A Fé Christã, Penedo, 23 mar. 1907, p. 2. As escolas e os jornais anticatólicos. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 10 fev. 2020.

elencam vícios e os colocam no mesmo patamar de perigos causados pela aproximação a religiões “acatólicas”. No jornal *O Semeador*, em 1916, seguiu-se uma orientação dada aos líderes, reforçando a necessidade de manter a comunicação com os fiéis, abrindo um caminho para falar sobre temas que prejudicariam a real adesão aos ensinamentos. O pedido foi que os sacerdotes ensinassem a importância das rezas e que fossem aproveitados momentos para pregações oportunas sobre temas como “a prática da fé, a vida cristã, os deveres cristãos para os homens e as mulheres, a educação cristã, o mau exemplo, o escândalo, o respeito humano, o jogo, a embriaguez, o protestantismo, o espiritismo, etc.”¹⁴² As comparações também surgiam numa escala de quais segmentos desse heterogêneo grupo se aproximariam mais do diabólico. Assim, o Cônego Machado, no *Gutenberg*, em 1907, afirmou que em sua visão, o Espiritismo seria “mil vezes pior do que o Protestantismo”¹⁴³

Figura 8 - Capa do Jornal Semeador, onde há duas colunas que se referem a Vianna de Carvalho e suas conferências em Maceió.



Fonte 8 - Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Ainda nesse sentido, em 1919, o Capitão Manuel Vianna de Carvalho, espírita conhecido por viajar todo o país fomentando a fundação de centros e realizando palestras doutrinárias, como indicado no segundo capítulo desta dissertação, se apresentou no Teatro Deodoro. Na matéria acima, *O Semeador* criticou o encontro, acusando Vianna de ser incoerente, contraditório, mas o mais interessante foi o uso do termo “conferência espírita-batista”¹⁴⁴, aludindo ao Espiritismo e ao Protestantismo, ainda que Vianna não possuísse vínculo a este último. O motivo da vinculação no discurso foi a crítica feita pelo espírita ao

¹⁴² *O Semeador*, Maceió, 13 set. 1916, Governo do Bispado, p.2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 jan. 2020.

¹⁴³ *Gutenberg*, Maceió. 10 dez. 1907, Idéias Alheias, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 jan. 2020.

¹⁴⁴ *O Semeador*, Maceió, 13 mar. 1919, p. 1. Mais outra “conferência” espírita-batista do cap. V. de Carvalho. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

costume católico de ter imagens de santos em suas igrejas, crítica comumente feita também por protestantes. Segundo a biografia de Vianna, *O Reformador* publicara sobre sua visita e a polêmica gerada “com a clerezia enraivecida e despeitada (...). E que o companheiro ali fundou diversos centros de estudos e propaganda, arregimentando as vocações e disciplinando as vontades que por lá encontrou latentes e desaproveitadas” (FILHO, 1999, p. 95).

Sávio de Almeida (2019) indica alguns pontos importantes para ajudar a pensar a presença protestante em Alagoas no fim do Império e início da República. O autor, em primeiro lugar, ressalta que sua pesquisa busca antes a indicação de caminhos do que uma pesquisa aprofundada ou produto final, o que pode ser de grande valia para identificar as inúmeras lacunas que ainda existem na história das religiões não católicas em Alagoas. Almeida apresenta uma série de acontecimentos e reflexões sobre a presença do espiritismo, maçonaria, mas principalmente do protestantismo, que considera “forças renovadoras dentro do sistema político” (2019, p. 29), em diálogo com “o modo de ser e fazer-se do protestantismo, espiritismo e maçonaria em Alagoas” (2019, p. 47). O autor afirma que trabalhar a religião vai além de contextualizá-la na economia política, mas obrigatoriamente deve ser pensado dentro da cultura, afinal, “havia uma proposta de remodelação cultural pelo protestantismo, pelo espiritismo e pela maçonaria” (2019, p. 43). Lança, deste modo, o questionamento de até onde os grupos caminharam nesse intuito.

Conforme nos indica César Gomes (2020), existe uma concentração de estudos a respeito do catolicismo, que pode ser explicado tanto pela facilidade no acesso aos documentos eclesiásticos, quanto pelo esforço católico de criar uma memória apologética da instituição. Porém, ainda segundo o autor, apesar dos avanços historiográficos que se voltam, nos últimos doze anos, a outras expressões religiosas, “a área de estudo sobre o protestantismo em Alagoas continuou marcada por certos silêncios historiográficos” (2020, p. 318). Sabemos, a partir do levantamento preliminar feito por Gomes, que são raras as obras que versam sobre o tema, e que muito do que ficou registrado encontra-se em livros confessionais, ou seja, em obras que registram as ações protestantes escritas por seus membros, visando a memória institucional.

Almeida (2019) indica a importância do chamado Cemitério dos Ingleses para a análise da história dos protestantes no estado, o que trazia à baila a problemática da ocupação dos espaços públicos e as relações comerciais. Sua obra afirma que a construção de um cemitério especial envolveria a continuidade de processos comerciais com a Inglaterra, além da presença de capital mercantil. “Era preciso que existisse um ponto de acumulação, era preciso a cidade,

o rumo urbano para ter-se o espaço que passaria a abrigar estrangeiro que falecesse e, também, ao protestante em geral.” (ALMEIDA, 2019, p. 30). Já em Penedo, o autor indica que a reivindicação pela construção de um cemitério não católico seria uma demanda social, apesar de considerar que a cidade também era porto e haveria concentração mercantil. Assim, em 1871, “o Presidente menciona ter ordenado fazer planta e orçamento para um cemitério protestante naquela cidade” (2019, p. 31), e, apesar da imensa dificuldade na realização do projeto, devido às polêmicas ocasionadas, a demanda pelo cemitério já é um indício sobre a crescente presença protestante na região. Podemos pensar, analisando a organização protestante a partir dessa demanda surgida na cidade de Penedo, que a interiorização das ideias desse segmento acontecera décadas antes do surgimento local do Espiritismo, apesar da fundação oficial das instituições tanto protestantes quanto espíritas se darem num período bastante próximo.

César Gomes realizou, ainda, o mapeamento de passagens de líderes evangélicos por Alagoas, trabalhos missionários e fundação das primeiras igrejas, indicando a presença de protestantes de duas denominações na segunda metade do século XIX e com maior desenvolvimento nas primeiras décadas do século XX. A Primeira Igreja Batista de Maceió fora fundada em 1885, seguida pela Primeira Igreja Batista de Rio Largo, em 1886 (GOMES, 2020, p. 325). Segundo Almeida, Pão de Açúcar teve a primeira Igreja Presbiteriana em Alagoas e, em 1891, já possuía um culto regular. Sua fundação foi em 1887, mesmo período da fundação dessa igreja em Maceió. (ALMEIDA, 2009, p. 40)

Apesar das denominações que se desenvolveram em Alagoas entre a segunda metade do século XIX e a primeira do XX, não é o intuito deste trabalho aprofundar-se no exame pormenorizado das diferenças e aproximações entre os grupos evangélicos ou mesmo entre eles e o Espiritismo. Para nossa investigação, focaremos nos conflitos conhecidos e publicados pelos protestantes, sejam eles batistas ou presbiterianos.

No jornal *A Fé Christã*, em 18 de janeiro de 1902, encontramos indícios sobre a ampla utilização da propaganda impressa evangelizadora, tal qual os espíritas faziam, como estratégia para divulgação de suas ideias e disputa no campo religioso. A nota abaixo se refere à igreja Batista.

A imprensa é o grande meio de que ele (o protestantismo) lança mão para sua infernal propaganda. Por toda a parte ele espalha os seus folhetos, os seus livros e os seus jornais. Todas as cidades e quase todas as vilas e povoações estão infestadas desses verdadeiros micróbios morais, que vão viciando e carcomendo o organismo religioso do país. Aqui, no Penedo, já fizeram

acampamento os filhos do apóstata Lutero, o fundador da tal seita. Mas confiamos, não tardarão a levantá-lo, pois o Catolicismo tem raízes profundas no coração dos penedenses.¹⁴⁵

Diversamente das disputas travadas entre católicos e espíritas, que se manteriam no campo dos ataques verbais, o que sabemos através da análise da documentação disponível é que, contra os protestantes, a disputa seria elevada a outros níveis. Como indica Gomes (2020), em Pernambuco e Alagoas foram encontrados relatos de perseguições e violências físicas contra protestantes, desencadeadas e incitadas por membros da Igreja Católica através da imprensa local. Os relatos iam desde casos de depredação, invasão de residências onde ocorriam os cultos, campanhas de desmoralização, difamatórias, e até mesmo a possível realização de linchamentos (2020, p. 327). Havia, nesse caso, uma organização de combate sistemático e a ritualização da violência contra o protestantismo nos autos de fé de queima de bíblias.

O Jornal Batista, publicado no Rio de Janeiro a partir de 1901, tornou-se o órgão oficial da Convenção Batista Brasileira em 1909, “com o propósito de servir, instruir e divulgar as ações dos batistas brasileiros, além de defender a causa da denominação”¹⁴⁶. Nele, encontramos diversas publicações que vão desde a tentativa de contradizer os ensinamentos doutrinários espíritas até polêmicas e indicações de conflitos ocorridos em Maceió. Em maio de 1901, foi noticiado que o Pastor Hamilton, de Maceió, estava “a braços com os insolentes espiritistas dessa cidade”, e, devido ao conflito, escreveu e publicou um folheto de 21 páginas de nome “Três palavras acerca do Espiritismo”, no qual “magistralmente destrói os erros desse infernal sistema que vai lançando a sua influência mortífera à população daquele estado”.¹⁴⁷

Ainda em 1901, com o título “O Espiritismo à barra do Evangelho”, o mesmo pastor escreveu entre os meses de maio e junho, denunciando o grande movimento de espíritas na capital alagoana. Tratando sobre a visão bíblica da reencarnação, afirma que, por ser uma crença dos pagãos, entre os povos que não eram supersticiosos, a reencarnação não teria crédito, mas que “em Maceió, esta é uma das principais doutrinas dos espiritistas”¹⁴⁸.

¹⁴⁵ A Fé Christã, Penedo, 18 jan. 1902, p. 2. A fé Cristã I. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 07 fev. 2021.

¹⁴⁶ Informação constante no site da Convenção Batista Brasileira. Disponível em: <http://www.convencaoabatista.com.br/siteNovo/index.php> Acesso em 08 fev. 2021.

¹⁴⁷ O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 10 mai. 1901, Echos da Campanha, p. 4. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/> Acesso em 06 nov. 2020

¹⁴⁸ O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 20 mai. 1901, O espiritismo à barra do evangelho, p. 3. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/> Acesso em 06 nov. 2020

Retomando a importância da imprensa como meio de divulgação de ideias religiosas, percebemos que ela expressaria um campo de disputas, onde os jornais acusavam-se mutuamente e criticavam as visões de mundo destoantes. Assim, o jornal *O Espírita Alagoano* foi citado pelo *Jornal Batista*, demonstrando o grande alcance na circulação dos periódicos, pois o que segue é uma polêmica que envolveu publicações dos dois jornais, produzidos um em Alagoas e o outro no Rio de Janeiro. No artigo intitulado “A excelência do Espiritismo”, transcrito abaixo, foi denunciado o discurso espírita de superioridade doutrinária.

Os arautos do espiritismo não se cansam de proparar a sua doutrina como sendo a mais excelsa, a mais universal, a mais liberal, etc. Agora mesmo encontramos no *Espírita Alagoano* de 1 do corrente um artigo de um fervoroso, no qual se diz que todas as religiões, “embora por diferentes caminhos, buscam o ser infinito”. No fim do artigo termina mimoseando todas as igrejas com o apelido de orgulhosas, fátuas, etc, etc. Ora, isso é uma verdadeira incoerência. Se todas as religiões buscam o mesmo Ser Infinito, e finalmente chegarão a Ele, para quê essa propaganda do espiritismo e a que vem esses apelidos que são botados a tudo que não seja espiritismo?¹⁴⁹

Em resposta, o já conhecido Motta Lima, citado no segundo e terceiro capítulos desta dissertação, publicou sua réplica no jornal *O Espírita Alagoano*, que, infelizmente, não estava disponível para consulta nos acervos pesquisados. As contestações batistas, no entanto, nos deixam rastros de parte do que foi dito por Motta Lima. A refutação trata, principalmente, de uma disputa intelectualizada sobre a designação dada a palavras específicas utilizadas, como igreja, ou a origem da palavra religião, novamente seguido de trechos bíblicos que negariam a lógica da doutrina espírita. Notamos que, diante do formato do debate apresentado, e apesar da crítica por ser um artigo espírita “longo e complexo”, a resposta batista segue o mesmo modelo, intelectualizado, certamente alcançado somente por um público restrito.

Em resposta a uma nota que demos em nosso nº 10, veio *O Espírita Alagoano* com um artigo longo e complexo assinado pelo sr. Joaquim P. da Motta Lima, o qual pretendeu refutar tudo o que dissemos. Vamos examinar a sua refutação. Primeiro de tudo, admiramos que em tão extenso artigo não se procurasse refutar aquilo em que provamos estarem em manifesta oposição os ensinamentos do espiritismo aos claros ensinamentos de Jesus, quanto ao Juízo Final, que o espiritismo nega - quanto à salvação de uns e perdição de outros, que o espiritismo nega, etc. (...) Onde está a nossa inconsistência? Não dissemos que o espiritismo podia ser tudo quanto quisesse, menos que viesse de Deus? Pois é isso mesmo que continuamos a afirmar. Inconsistente é o espiritismo que julga-se a revelação de Deus e nega toda a revelação de Deus digna de crédito, que se encontra nas páginas da Bíblia. Professando honrar a Cristo, desonra-o

¹⁴⁹ O *Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 20 de abr. 1903, O que vai por ahi - A excelência do espiritismo. p. 6. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/> Acesso em 06 nov. 2020

não o aceitando tal qual ele se pregou e os apóstolos o pregaram; e isso baseando-se em uma “ciência” de que tal espiritismo se julga possuidor.¹⁵⁰

Sob o mesmo título, nos meses de abril, junho e agosto, foram publicadas refutações, num movimento que tenta deslegitimar o outro, contradizendo o uso da razão dado por ambos à leitura da Bíblia e ao entendimento do que seria o correto ensinamento cristão. Esse embate não se diferenciava tanto das disputas entre católicos e espíritas, mas deixava claro que não existia a possibilidade da aliança de grupos cristãos menores no combate à hegemonia católica. Ao invés disso, haveria a supervalorização de suas diferenças, disputa pelos fiéis, o apontamento de discursos divergentes. Eram conflitos no campo religioso que, grosso modo, se dividiriam entre os de maior amplitude (católicos *versus* doutrinas menores), e as de grupos minoritários batalhando entre si.

O Jornal Batista cita *O Espírita Alagoano* em outros momentos, com destaque para a publicação de 30 de abril de 1903, quando usou o espaço para falar sobre os oferecimentos de curas através do Espiritismo. Chegaram a afirmar que seriam curas acidentais, mas que não se confundiam as obras de cura do Espírito Santo com o “espírito da Besta”, numa associação entre fenômenos espíritas e ações diabólicas. Assim, entendemos que não houve negativa sobre as possíveis curas, mas somente sobre o agente responsável por esses efeitos.

Cremos que os apóstolos fizeram na porta do templo chamada Formosa, um homem paralítico de nascença começar a andar, em virtude no nome de Jesus Cristo; e cremos também “no poder” acidental “de curar dos médiums” obrado em virtude da malícia de algum dos espíritos que fazem tão grandes sinais e prodígios para enganar, se fora possível até os próprios escolhidos. (...) Há aparência de poder nestes dois Espíritos agentes; porém, é irreconciliável a desarmonia na prática, nas intenções e nos fins. Enquanto pela virtude de Jesus um doente é curado, pela malignidade do Diabo levanta-se o espírito da Besta, fazendo prodígios para enganar os homens e melhor embrulhá-los no horror do pecado!¹⁵¹

Nas diversas menções feitas ao jornal *O Espírita Alagoano*, o periódico batista nos auxilia em uma lacuna: a ausência de exemplares dos periódicos espíritas para consulta referente ao recorte escolhido para o desenvolvimento desta dissertação. São em número baixíssimo as edições a que temos acesso e que estão disponíveis para pesquisadores. Nos catálogos das hemerotecas alagoanas, eles são inexistentes, e, apenas a Hemeroteca Digital

¹⁵⁰ O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 20 jun. 1903, O que vai por ahi - A excelência do espiritismo. p. 5. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/> Acesso em 06 nov. 2020

¹⁵¹ O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 30 abr. 1903, O Espiritismo na Bíblia. p. 4. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/> Acesso em 06 nov. 2020

Brasileira da Biblioteca Nacional disponibiliza poucos números. Assim, as críticas levantadas pelos batistas e que levaram em consideração as matérias publicadas neste jornal são de grande valia. Através da apreciação sobre as matérias, sempre opiniões deslegitimadoras e juízo de valor sobre experiências da religião do outro, é possível detectar parte, ainda que pequena, da produção da imprensa espírita e de suas vivências. Um exemplo dessa dinâmica seria o “caso extravagante” ocorrido em Maceió sobre a notícia da materialização de um espírito¹⁵², publicado no jornal *O Espírita Alagoano* e evidenciado justamente pela crítica relacionada. O fenômeno não teria sido mencionado nos demais jornais locais, e, ao colocar o caso em destaque, ainda que para afirmar ser demoníaco, *O Jornal Batista* tirou o véu de parte da experiência que ainda não conhecemos.

Sobre a imprensa evangélica local, conseguimos localizar exemplares de *O Evangelista* - órgão da propaganda evangélica em Maceió, que inicia sua circulação em 1885, publicado mensalmente e com distribuição gratuita. No primeiro número, o convite para assistir aos cultos relatou os lugares de realização: Rua da Boa Vista, Rua do Comércio, este seria o mesmo local de redação do periódico, e, ainda, revelava o local para aquisição de Bíblias e Novos Testamentos, “em casa do Sr. José Vieira, na Rua Cincinato”¹⁵³. Todas as ruas citadas eram localizadas na região central de Maceió. Em 1886, a tiragem já era de 1000 exemplares e os cultos já aconteciam também nas cidades de Quebrangulo e Pão de Açúcar¹⁵⁴. Em 1902 surgiu um outro jornal de mesmo nome¹⁵⁵, *O Evangelista - Órgão dedicado aos interesses do Evangelho*. Se o anterior não divulgava o nome da equipe responsável, este evidencia logo como primeira informação: “Toda a correspondência deve ser dirigida aos Rev. J. E. Hamilton, Rua Nova, nº13”¹⁵⁶. Trata-se do mesmo pastor que se envolvia nos conflitos com os espíritas da cidade. No ano em questão, as reuniões evangélicas já estavam distribuídas no Centro, Jaraguá, Poço, Levada, além dos interiores Rio Largo, Penedo (em 3 locais na cidade) e em Atalaia. A expansão protestante em poucos anos é considerável, e apesar de destacarmos aqui sem a pretensão de aprofundar nesta questão, entendemos que esse desenvolvimento seria

¹⁵² O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 10 out. 1903, Editoriais, p. 5. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/> Acesso em 06 nov. 2020

¹⁵³ O Evangelista, Maceió, 2 mai. 1885. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 12 fev. 2021

¹⁵⁴ O Evangelista, Maceió, fev. 1886. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 12 fev. 2021

¹⁵⁵ Entendemos que seria um novo jornal, e não a continuidade do anterior observando o número de referência do Ano e da Edição. O primeiro Evangelista tem seu Ano I em 1885, o segundo considera o Ano 1 em 1902.

¹⁵⁶ O Evangelista, Maceió, 01 ago. 1902. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 12 fev. 2021

resultado, também, do impacto resultante da recém proclamada liberdade religiosa. Totalmente apartado de criminalizações, como não era o caso das religiões mediúnicas, o Protestantismo, apesar dos conflitos religiosos que a disputa de campo impunha, contaria com ambientes social e político favoráveis à sua disseminação e crescimento. Como ponto negativo, ele contaria com as novas expressões religiosas que emergiam no período, também gozando da separação entre Estado e Igreja.

Peter L. Berger (1985) nos auxilia neste debate ao explicar a relação entre pluralismo e secularização, sendo esta última a causadora do fim dos monopólios das tradições religiosas, o que, por sua vez, desencadeia o pluralismo. Porém, o pluralismo, para Berger, não se limita à competição entre religiões, mas também com “rivais não-religiosos na tarefa de definir o mundo” (1985, p. 149), sendo exemplo de rivais os movimentos ideológicos, nacionalistas ou de valores modernos. O autor explica, ainda, que, se a tradição religiosa (no caso de nossa análise, o catolicismo) antes poderia ser imposta, agora deve ser “*colocada no mercado*. Ela tem que ser “vendida” para uma clientela que não está mais obrigada a “comprar”. A situação pluralista é, acima de tudo, uma *situação de mercado*” (1985, p. 149).

Talvez, se o conflito com os protestantes for analisado de forma isolada, as repercussões no combate ao Espiritismo não sejam tão evidentes. Porém, não pode ser desconsiderado que esse conflito representaria o que ficou conhecido como “os inimigos da revelação”, ou seja, uma série de grupos que, em maior ou menor grau, entrariam em confronto com o Espiritismo na disputa desse mercado religioso e, somados, teriam um resultado bastante expressivo. O desgaste oriundo dos embates constantes, a necessidade de reafirmação dos ideais, refutações às inúmeras críticas vindas de todos os lados, enfim, a competitividade, certamente foram obstáculos consideráveis a serem enfrentados no estabelecimento dos ideais espíritas no território alagoano.

4.2 Católicos *versus* a diabólica feitiçaria do Espiritismo: o incômodo da pluralidade religiosa

No primeiro capítulo, indicamos um pouco da trajetória recente do Catolicismo e sua perda de vínculo com o Estado, a partir da alteração na legislação vigente, que trouxe a liberdade de culto e a perda de benefícios antes exclusivos à Igreja Católica. O poder de autorizar o funcionamento de outras denominações religiosas, por exemplo, deixou de ser papel

da Igreja, mas sua perda de poder junto ao Estado não pode ser entendida como uma ruptura total, afinal, a nebulosa laicidade não se apresentou como algo claro e bem definido no momento de ruptura e em nenhum dos períodos posteriores. O Catolicismo não deixara de ser a religião majoritária, mas vira um preocupante surgimento e crescimento de novos segmentos, protegidos pela Carta Magna. E, somente poderia tentar impedir qualquer perda de fiéis no sentido do uso de seu capital simbólico adquirido e por meio táticas competitivas, que buscavam reafirmar seu lugar historicamente constituído.

Conforme Artur Isaia (2001), os espíritas não eram considerados pela Igreja somente pecadores, mas sim hereges, que, segundo o direito canônico, deviam ser punidos exemplarmente. “Não importava que as leis do Estado amparassem, segundo o princípio da igualdade de credos, a profissão de fé espírita”, os espíritas deveriam ser denunciados às autoridades eclesiásticas para as devidas penas: excomunhão, proibição de se tornarem padrinhos em batizados e crismas, impedimento em receber sacramentos sem abjurar o Espiritismo previamente, negados os direitos a ofícios fúnebres e privação da sepultura eclesiástica. (ISAIA, 2001, p. 72).

Nos próximos parágrafos tentaremos apontar de que maneira as estratégias combativas foram trabalhadas nos periódicos católicos, mas não esquecendo que, como já foi apontado nos capítulos anteriores, vários espíritas não se afastariam do Catolicismo, ainda que os conflitos fossem constantes e largamente divulgados. Entendemos que há inúmeros motivos para que esse vínculo não fosse rompido, desde a tradição, o costume, o medo do julgamento da sociedade da época, a própria fé, ou, ainda, a incompreensão das contradições entre as diferentes visões de mundo. Não é possível analisar as motivações pessoais desses religiosos com vivência dupla, tripla ou múltipla, mas é importante ressaltar esse aspecto, por entendermos que as experiências e crenças religiosas podem ser complexas e nem sempre coincidem com o que é estereotipado e esperado dos adeptos de determinadas crenças. Ou, ainda, poderíamos lembrar o polêmico jornalista Paulo Barreto, conhecido como João do Rio, que, ao observar as diversas religiosidades presentes na cidade do Rio de Janeiro, afirmou no prefácio de sua obra *As Religiões no Rio*, publicada em 1906, que em todas as cidades, assim como no Rio, “tem em cada rua um templo e em cada homem uma crença diversa”.

Ao ler os grandes diários, imagina a gente que está num país essencialmente católico, onde alguns matemáticos são positivistas. Entretanto, a cidade pulula de religiões. Basta parar em qualquer esquina, interrogar. A diversidade dos cultos espantar-vos-á. São swedenborguianos, pagãos literários, fisiólatras,

defensores de dogmas exóticos, autores de reformas da Vida, reveladores do Futuro, amantes do Diabo, bebedores de sangue, descendentes da rainha de Sabá, judeus, cismáticos, espíritas, babalaôs de Lagos, mulheres que respeitam o oceano, todos os cultos, todas as crenças, todas as forças do Susto. Quem através da calma do semblante lhes adivinhará as tragédias da alma? Quem no seu andar tranqüilo de homens sem paixões irá descobrir os reveladores de ritos novos, os mágicos, os nevropatas, os delirantes, os possuídos de Satanás, os mistagogos da Morte, do Mar e do Arco-Íris? Quem poderá perceber, ao conversar com estas criaturas, a luta fratricida por causa da interpretação da Bíblia, a luta que faz mil religiões à espera de Jesus, cuja reaparição está marcada para qualquer destes dias, e à espera do Anticristo, que talvez ande por aí? Quem imaginará cavalheiros distintos em intimidade com as almas desencarnadas, quem desvendará a conversa com os anjos nas chombergas fétidas? Eles vão por aí, papas, profetas, crentes e reveladores, orgulhosos cada um do seu culto, o único que é a Verdade. Falai-lhes boamente, sem a tenção de agredi-los, e eles se confessarão - por que só uma coisa é impossível ao homem: enganar o seu semelhante, na fé. (RIO, 1906, np)

Resguardadas as diferenças entre os estados, inserimos a percepção de João do Rio para exemplificar o quanto as possibilidades religiosas se multiplicaram no país e se apresentavam como opções no início do século XX. Ainda que tenha realizado um trabalho que não representa em sua abordagem o que essa dissertação propõe, além de apresentar uma visão que já foi bastante criticada ao longo das décadas, Pedro Barreto indicou que a pluralidade de crenças era mais do que um temor da Igreja Católica, mas uma realidade que incomodava.

Diante da pluralidade, Ubiratan Machado ressalta como característica do século XIX a permanência dos católicos na Igreja por prestígio social e passatempo, sendo a igreja e o teatro frequentados com a mesma finalidade: “por desfastio, pela beleza do espetáculo, pelas possibilidades de conversa e de namoro” (1996, p. 28). Ainda segundo a interpretação do autor, havia a religiosidade oficial do indivíduo em sociedade, para ser mostrada, e outra religiosidade que ficava oculta a comportamento domésticos. A análise trata do século XIX e não seria diferente no século XX. Ou, como o já citado trecho de João do Rio questiona, “quem imaginará cavalheiros distintos em intimidade com as almas desencarnadas?”

Alagoas, não distante dos intercâmbios com a capital, como nos apontou o *Reformador*, ao noticiar correspondências e visitas de espíritas alagoanos, conheceu novas (ou antigas) ideias e expandiu suas possibilidades religiosas, contando sempre com a resistência católica. Porém, isso não era totalmente desconhecido das lideranças católicas.

A cidade de Maceió não é, Exmo. Snr. como parece às primeiras vistas, profundamente Católica. Cidade nova e carecida de clero, esta capital, perseguida por perigosas seitas – quais o espiritismo, teosofismo,

protestantismo, maçonismo, etc, tem em face da fé chagas profundas que lhe ameaçam gravosos perigos. Todas essas seitas desenvolvem, ora em público, ora às escondidas, uma ação grandemente perminiosa (sic), para o que lançam mãos de meios que seduzem assim a boa-fé dos simples, como a razão dos curiosos. (...) ¹⁵⁷

A partir das reflexões apresentadas, tentaremos analisar as polêmicas e conflitos entre católicos e espíritas, através de dois jornais católicos de referência no estado de Alagoas: *A Fé Christã* e *O Semeador*. Sobre os conflitos com outras denominações religiosas, os católicos frequentemente utilizariam a imprensa na defesa de seus dogmas e hegemonia. Para isso, tomariam o papel de denunciar as possíveis falhas das demais religiões emergentes e dos detalhes que consideravam como “demoníacos” e perigosos, lançando-se como “guardiões da fé”, na tentativa de impedir uma iminente evasão de fiéis. Em resumo, e retomando a ideia de mercado religioso de Berger (1985), entende-se que o Catolicismo presenciava a abertura de outras possibilidades e opções no campo religioso, como protestantismo e espiritismo, e tentava manter sua influência predominante.

Segundo Irineia Franco (2019), a partir de 1850, tanto nos interiores quanto na capital, existiu a publicação de alguma folha dirigida ou produzida por vigários e sacerdotes, mas somente a partir de 1870, a participação do clero deixou de ser pontual, para que começassem a surgir jornais inteiramente voltados a assuntos católicos. Sua circulação evidenciava a existência de uma rede de relações e era grande o fluxo de informações e exemplares que circulava entre os estados. A autora identifica que “os discursos elaborados pela imprensa católica, nas primeiras décadas do século XX, vão ao encontro de uma suposta identidade católica “única” (totalizante) como amálgama da brasilidade e alagoanidade”, tudo isso englobado por um “projeto nacional maior” (2019, p. 86-87).

Com relação ao espiritismo, a imprensa católica utilizava quatro métodos mais evidentes de combate: (a) confronto de dogmas, quando denunciava as contradições dos ensinamentos bíblicos e espíritas; (b) deslegitimação, ao enfatizar que o espiritismo seria fraudulento, além da utilização de piadas, sátiras, no intuito de ridicularizar o espírita; (c) tentativa de isolamento, onde eram proibidas aos cristãos ações como a leitura de folhetos e jornais espíritas, além do impedimento de qualquer participação em sessões ou ambientes de presença espírita, cerceando a possível convivência e acesso às ideias da doutrina de Kardec e, por fim, (d) a propagação do

¹⁵⁷ Pasta Catedral. *Relatório da Catedral*, 1923. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Armário 2, Gaveta 2.

medo, pois assumia o papel de demonizar as comunicações com espíritos, associando mediunidades ao ocasionamento de doenças mentais, assassinatos, crimes violentos e roubos.

A Fé Christã, jornal católico publicado em Penedo, Alagoas, teve curto período de circulação, entre 1902 e 1907 e foi resgatado de seu esquecimento na historiografia que trata do catolicismo local pela historiadora Irinéia Franco (2019). Em sua pesquisa, a partir das análises das publicações e dos agentes responsáveis por elas, pôde trabalhar questões como militância católica e conflitos religiosos, no contexto político e social da Primeira República. Segundo Santos, este não foi o jornal oficial do bispado de Alagoas, mas contou com autorização eclesiástica para o seu reconhecimento como órgão da imprensa católica. Por um curto período, este foi o único jornal católico em Alagoas (2019, p. 48).

Esse periódico é o que melhor exemplifica a militância anti espírita, e contempla todos os pontos elencados anteriormente. Suas publicações passeiam, como afirmado, pela disputa simbólica envolvendo os dogmas, passando pela deslegitimação do espiritismo enquanto religião, proibição de leituras e de frequência dos católicos em sessões mediúnicas; e, por fim, a tentativa da intimidação pelo medo. Entre os vestígios que os jornais católicos nos deixaram, e que contribuem bastante para a investigação da história do Espiritismo em Alagoas, estão justamente as proibições. São elas que evidenciam as práticas que incomodavam adversários, além das publicações que não deveriam ser lidas. A folha a que se refere a matéria abaixo não foi localizada em arquivos espíritas, mas indicaria a divulgação sistematizada de folhetos doutrinários na cidade de Penedo.

Saibam pois todos, que essa folha (Prática da Vida) é espírita, redigida por espiritistas, sem outro fim que propagar a diabólica feitiçaria do espiritismo. (...) os católicos não podem auxiliá-la de forma alguma, devem antes combatê-la. Pedimos à imprensa católica o favor de publicar este aviso a bem da salvação das almas.¹⁵⁸

Foram localizados ataques contra o espiritismo em todos os anos de funcionamento do jornal *A Fé Christã*, publicações que variavam em tom e estratégia. Se, em 1902 e 1903, apareciam notas mais amenas sobre conversões, comemoração por indivíduos que abandonaram a doutrina, ou, ainda, publicações sobre a fraqueza dos indivíduos que “deitaram-se nos braços do espiritismo” por ignorância, em 1904 já se intensificam as notas mais agressivas, enfatizando casos violentos. Talvez a mudança de tom fosse consequência do

¹⁵⁸ *A Fé Christã*, Penedo, 22 jul. 1905, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 jan. 2020

crescimento no número de centros e adeptos, o que seria preocupante e indicativo do quanto o Espiritismo se tornaria uma ameaça real ao Catolicismo. Um desses relatos, com o título de “Fanatismo e sangue” conta a história de uma adolescente de 17 anos que realizaria sessões espíritas em sua residência, e, sob a influência de espíritos, teria sido mentora de dois assassinatos. A narrativa aponta os nomes dos presos, da família, dos executores e há referência ao *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, de onde foi replicada a denúncia do ocorrido¹⁵⁹.

Buscando respaldo em líderes religiosos, mas também em médicos, cientistas e intelectuais de diversas áreas, *A Fé Christã* realizou, ainda, uma forte campanha de propagação do medo, atribuindo a sessões mediúnicas a culpa de acessos de loucura, assassinatos, suicídios, e toda a sorte de tragédias, replicando publicações, livros e notícias nacionais e estrangeiras.

Sobre casos de loucura e a busca de confirmações científicas para provocar o distanciamento das reuniões mediúnicas, podemos encontrar notas esparsas e frequentes como a que segue: "Em sua obra *Espiritismo e Loucura* afirma o Dr. Torre, que em 1887 existiam nos manicômios da América do Norte 7.500 alienados, que tinham perdido o uso da razão por causa dos absurdos do espiritismo"¹⁶⁰. Essa estratégia utiliza argumentos científicos para contrapor a ideia de ciência propagada pela própria doutrina espírita. Se, por um lado, o Espiritismo se utilizava de discursos científicos para se estabelecer, nada mais coerente que a Igreja católica buscar no mesmo repertório científico o respaldo para afirmar justamente o oposto. Da mesma forma, se o espiritismo se propõe a realizar curas, o catolicismo buscava contrapor, anunciando doenças provocadas e pondo em dúvida o discurso utilizado.

Com relação às proibições, *A Fé Christã* empregou discursos que reivindicavam a continuidade de sua autoridade historicamente constituída, o que passava, também, por ter sua visão de mundo sobreposta a outras, suas interpretações e crenças como referência e verdades inquestionáveis. Por exemplo, com tom de denúncia, o jornal colocava em xeque um dos pontos mais conflitantes entre as duas religiões: a divindade de Cristo¹⁶¹.

Como órgão do catolicismo, cumpre-nos declarar peremptoriamente que os católicos não podem assistir a sessões espiritísticas e, muito menos, tomar

¹⁵⁹ *A Fé Christã*, Penedo, 25 jun. 1904, p. 2. Fanatismo e Sangue. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 jan. 2020

¹⁶⁰ *A Fé Christã*, 5 nov. 1904, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 jan. 2020

¹⁶¹ Para os espíritas, seria Jesus um espírito evoluído, encarnado para auxiliar o progresso da humanidade. Não se admite na doutrina espírita que Jesus seja o único filho de Deus, nem tampouco sua ressurreição, já que a ideia de ressurreição é oposta à ideia de reencarnação. Ver mais em CAMPETTI SOBRINHO, Geraldo (org.). *O Espiritismo de A a Z - Dicionário de termos*. Rio de Janeiro: FEB, 2010.

parte nelas, nem ler livros ou jornais espiritísticos, nem consultar a pessoas que tratem de moléstias por meio do espiritismo. O Espiritismo é uma seita condenada pela Igreja Católica, em razão dos perigos que encerra e dos erros que ensina contra os seus dogmas: para nenhum cristão admiti-lo, basta saber que os sectários do espiritismo negam a divindade de N. Senhor Jesus Cristo. Acautelem-se, pois, os fiéis católicos.¹⁶²

Curiosamente, podemos notar que, ainda que os espíritas tenham deixado de fazer propaganda direta de suas curas, é patente nas entrelinhas a continuidade delas em reclamações como a nota acima. Entre as proibições citadas, está a de realizar consultas com pessoas que tratem de moléstias utilizando o Espiritismo como meio. Assim, a ação de proibir, logicamente, era direcionada a acontecimentos recorrentes e conhecidos pela comunidade leitora do jornal. Ou seja, os tratamentos espíritas voltados às curas existiam e era necessário um aviso das lideranças católicas para tentar afastar o rebanho dessa ação. As questões raciais também apareciam e, conforme Irineia Santos (2019), a perseguição às religiões afrobrasileiras em Alagoas, não se dava unicamente na retórica da demonização. A autora nos relata que “a maior parte da imprensa alagoana, seguia a tendência de denunciar a existência das religiões afroindígenas no estado, como crimes de charlatanismo, para que pudessem ser enquadradas no código penal de 1890” (2019, p. 171).

Diz o Eco do Sul, do Rio Grande, que numa sessão espírita realizada em casa de uma tal Finoca houve medonho charivari ocasionado pelos espíritos maus, pegando-se à unha as pretas Maria Augusta e Marcolina de Tal, vítimas dos ferozes espíritos, que as fizeram espatifar as vestes. A verdadeira religião de Jesus Cristo (como se diz o espiritismo) sacerdotizada (sic) por pretas minas e produzindo indecências nos atos que eles chamam de culto!! É que a estupidez tem também graduações.¹⁶³

Na matéria apresentada, há um movimento de deslegitimação religiosa com um importante marcador racial e social. Ao indicar a figura de “pretas mina”¹⁶⁴, em referência a mulheres africanas na condução de determinada sessão mediúmica atribuída ao Espiritismo, é demonstrada, além da discriminação evidente, a tentativa de afastar o homem-branco-rico-católico-racista da curiosidade de participar das sessões. Assim como na notícia das

¹⁶² A Fé Christã, 10 dez. 1904, p. 4. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 02 ago. 2019.

¹⁶³ A Fé Christã, 15 jul. 1905, p.3. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 02 ago. 2019.

¹⁶⁴ O termo genérico “mina” se refere a africanos procedentes da costa ocidental da África, à época chamado de Costa da Mina. Também poderiam aparecer em subgrupos, como mina-nagô, mina-jêje, mina-calabar, entre outros. Ver mais em: FARIAS, Juliana Barreto. “Diz a preta mina...”: cores e categorias sociais nos processos de divórcio abertos por africanas ocidentais, Rio de Janeiro, século XIX. In: Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 470-483, set-dez. 2018. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/32764>

sacerdotisas violentas, as crenças espíritas e afro-brasileiras surgiam por meio de contos excêntricos, piadas, relatos grotescos, também na tentativa de deslegitimar e ridicularizar. Entende-se que a disputa religiosa simbólica também pode passar por esse caminho, de escarnecer, colocando o outro num papel extravagante e jocoso, na tentativa de indicar que não seria uma religião coerente. Ao mesmo tempo, se opondo a essa imagem caricata, os adversários se elevavam enquanto religiões sérias, reais e corretas. Como exemplo desse tipo de publicação, segue a notícia com o nome de “Espiritadas”, termo que já indicava a noção de trapalhada:

Há uns quatro anos morreu em Portugal uma velha, que em seu testamento deixou todos os seus bens a seu galo. O motivo deste testamento singular foi o seguinte: tendo falecido o marido desta mulher, foi ela perguntar aos espiritistas onde estava a alma do defunto. A resposta foi que ela entrara no galo que a mulher possuía. Firmemente convencida da verdade do oráculo espiritual, mandou a boa da mulher fazer um belo galinheiro e escolhia com cuidado os grãos que todo dia levava ao galo. Tinha uma raiva secreta das galinhas e, de ciúme, matava às vezes algumas delas. Afinal, antes de morrer instituiu o galo seu herdeiro universal. Mas os parentes reclamaram contra este testamento e o juiz decidiu que o mesmo era nulo, por ser evidentemente um ato de loucura.¹⁶⁵

Todas as estratégias utilizadas eram ataques que, se não são capazes de destruir por completo a organização religiosa, certamente contribuía para seu enfraquecimento, além de influenciar diretamente na construção de estereótipos que permaneceram durante muito tempo em diferentes classes sociais, com o reforço de comportamentos de exclusão e violência. Conforme Hugo Jobim revelara em 1908, “ninguém queria ser o joguete das zombarias do povo; ninguém se animava a investigar os fenômenos (espíritas), a perscrutar os fatos, porque lá estava no alto do púlpito ou em cada quina, o filósofo de truz, o crítico de fancaria (...)”¹⁶⁶. A alegação de Jobim corrobora com a nossa afirmação de que os espíritas, inicialmente, poderiam não se afastar totalmente do Catolicismo por uma série de motivos, inclusive evitando o julgamento da sociedade.

Já o jornal *O Semeador* foi lançado em 1913. Segundo a Arquidiocese de Maceió, passou por diversos formatos ao longo dos anos, diário, semanal, quinzenal, e conseguiu se manter em circulação até os dias de hoje. Com 108 anos de atividades, é o mais antigo jornal ainda em atividade no estado. Nele, as publicações que envolvem o espiritismo são menos

¹⁶⁵ A Fé Christã, Penedo, 11 nov. 1905, p.2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 25 de janeiro de 2020.

¹⁶⁶ Revista Lumen, Maceió, out. 1908, p. 2, O Espiritismo no estado. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 13 set. 2020

agressivas que as sátiras e denúncias constantes no jornal *A Fé Christã*. Seu tom se apresentava mais solene, discutia com frequência sobre os dogmas e dava orientações. Eram formatos e conteúdos bastante distintos, não foram publicados durante o mesmo período e contavam com agentes diferentes, mesmo sendo igualmente meios católicos. Havia textos e pontos de vista compartilhados, mas que não apagavam as características específicas de ação de cada periódico.

Conforme citado, *A Fé Christã* não seria um jornal oficial do bispado, mas um órgão de imprensa católica autorizado e reconhecido. Portanto, a mudança de tom na elaboração das notícias pode ser vista sob esse aspecto. Por mais que contasse com a colaboração editorial de membros da Igreja, por ser um veículo privado, teria mais autonomia do que *O Semeador*, que mantinha seu tom grave de denúncias e orientações sem, no entanto, utilizar sarcasmos e relativa liberdade de escrita. Assim, encontraremos n' *O Semeador* preocupações no sentido de defesa dos dogmas, assim como da manutenção da fé católica. Quanto aos fenômenos espíritas, as explicações se dividiam basicamente em duas: ora anunciavam que as manifestações mediúnicas eram falsas, ora entendiam como diabólicas, colocando o espiritismo tanto na posição de farsante, quanto de anticristo.

Em consonância com o exposto até aqui, temos o indicativo de um relativo espaço de pluralidade de ideias religiosas nos jornais não religiosos, ainda no início do século XX. Seria não só com relação ao espiritismo, mas a diversas correntes de pensamento que estavam sendo disseminadas e causavam incômodo à Igreja. Ainda que a publicação abaixo não cite diretamente a qual jornal a crítica está sendo direcionada, é indicativo de que a imprensa também se abriu para a pluralidade religiosa, a contragosto do catolicismo.

Os inexperientes se poderão enganar; mas nós às léguas conhecemos-lhe as manhas. Basta ver como acolhe as publicações e como redige as notícias quando cheiram a espiritismo, a protestantismo, a impiedade, a materialismo, a ateísmo, a tudo quanto finalmente traz a marca industrial de Satanás. Aí a "neutralidade" torna-se de tal modo simpática, afetuosa, oficiosa, carinhosa, blandiciosa, que a gazeta se trai miseravelmente. Não menos miseravelmente se denuncia, por um modo todo diverso, quando se trata de dar circulação às notícias de real interesse para os católicos. Quanta omissão! Quanto laconismo! Quanta cegueira voluntária! Quanta conspiração do silêncio!...¹⁶⁷

Os casos de possíveis doenças mentais ligados às sessões espíritas e à mediunidade também eram recorrentes na imprensa. Notas como a que segue era bastante frequentes:

¹⁶⁷ O Semeador, Maceió, 01 dez. 1916, p. 1, A grande envenenadora. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 25 de janeiro de 2020.

“Segundo declarou o diretor do Hospício Nacional de Alienados da capital federal, orçam por 600 o número de loucos que dão entrada naquele estabelecimento cada ano; e desses 600 a maioria é vítima do espiritismo ou do alcoolismo”¹⁶⁸.

O discurso acima não é exclusivo. O Espiritismo vem sendo associado a problemas mentais desde sua criação. Ou, se considerarmos as doutrinas espiritualistas predecessoras, essa associação entre patologia e possibilidade de comunicação entre vivos e mortos pode ser estendida a inúmeras outras religiões. Não era novidade, portanto, que o discurso sobre loucura fosse adotado, adaptado e amplamente disseminado ao longo do desenvolvimento da doutrina no Brasil. Objeto de estudos médicos, a mediunidade, principalmente nas mulheres, despertou uma série de questionamentos e afirmações que foram utilizados como um argumento para afastar os fiéis das sessões mediúnicas.

Magali Engel, em sua pesquisa sobre psiquiatria e feminilidade, percorre o caminho da psiquiatria no Brasil, desde a criação do Hospício de Pedro II, criado no Rio de Janeiro e inaugurado em 1852, e ressalta a importância dada às doenças mentais como objeto exclusivo do saber especializado. Para esse desenvolvimento, foi essencial a inclusão da cadeira de Clínica Psiquiátrica nos cursos das Faculdades de Medicina do Império, em 1879, o que “criou as condições para que a psiquiatria surgisse oficialmente no Brasil como um campo do conhecimento médico especializado e autônomo” (ENGEL, 2018, p. 322). Ainda segundo a autora, as primeiras décadas da República foram o período em que esse campo do saber se consolidou e alcançou sua legitimidade, sendo profundamente influenciado pela medicina mental europeia, principalmente a francesa. Essa alteração na forma de tratar a doença mental não era fechada em si mesma, mas incluía as determinações do que seria a doença mental, que intervenções poderiam ser feitas e categorizava os comportamentos que eram ou não aceitáveis como “normais” de acordo com o grupo de especialistas.

Evidenciando o comprometimento da psiquiatria com as políticas de controle social propostas pelas primeiras administrações republicanas, o universo temático privilegiado pelos especialistas brasileiros na construção da loucura como doença mental deixa entrever as principais áreas de intervenção das estratégias normatizadoras: os comportamentos sexuais, as relações de trabalho, a segurança pública, as condutas individuais e as manifestações coletivas de caráter religioso, social, político, etc. (ENGEL, 2018, p. 323)

¹⁶⁸ A Fé Christã, Penedo, 10 mar. 1906, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 dez. 2020

Artur Isaia (2001) nos indica que a tentativa de dialogar com o saber médico-psiquiátrico pode ser entendida no contexto de uma sociedade cada vez menos permeada por valores católicos e menos dócil à sua autoridade. A partir disso, o autor expõe obras de lideranças católicas no intuito de trazer à tona que “a explicação para os fenômenos mediúnicos são buscadas, mais nada, como ação do hipnotismo e como predisposição histórica” (2001, p. 75).

Segundo o historiador André Cunha (2019), em sua pesquisa sobre o anticatolicismo espírita entre os anos de 1933-1935, e em consonância com Artur Isaia (2001), percebe que o Catolicismo usou bases argumentativas diferentes ao longo de diferentes momentos da Igreja. Para o autor “a ênfase na demonização, com a atuação direta do demônio nas reuniões espíritas, foi sendo abandonada em substituição à “patologização”, dos médiuns” (2019, p. 132), o que demandava a utilização de discursos médico-psiquiátricos, como os apresentados nesta dissertação. Como contra-ataque, Cunha demonstra que os espíritas apresentaram estratégias discursivas semelhantes às católicas, e afirma que “eles responderam buscando desqualificar o Catolicismo como religião e criminalizá-lo do ponto de vista teológico” (2019, p. 138), se apropriando de parte do arsenal discursivo que o próprio Catolicismo utilizou contra os espíritas.

Então, como objeto da medicina especializada, a loucura dispunha de inúmeras autoridades científicas que declaravam a conexão entre práticas mediúnicas e o desenvolvimento de patologias, argumento amplamente utilizado na disputa tratada neste capítulo. O discurso médico adotado e os impactos da medicalização da loucura nas populações de terreiro ou espíritas alagoanas ainda é algo que precisa ser investigado com mais profundidade. Para este trabalho cabe a indicação desse argumento como mais um dos métodos de enfrentamento na disputa em questão e que, seja ele um pressuposto válido ou não, é uma das mais recorrentes alegações utilizadas pelo Catolicismo em oposição ao Espiritismo.

Algumas outras disputas não foram encontradas nos jornais disponíveis digitalmente, mas foram relatadas em obras espíritas, como na biografia de Vianna de Carvalho e nos arquivos físicos, nesse caso, na Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Um desses episódios ocorreu no ano de 1919, em meio às acusações sobre a vinculação do espiritismo com o chamado *maximalismo*. Segundo Frederico Bartz (2016), o termo maximalismo era a tradução em português para bolchevismo e surgiu a partir do início da Revolução Russa em 1917. Para o autor, ainda que se trate de uma má tradução, isso não deve

se sobrepôr à importância do surgimento desse conceito, pois “permitiu o debate em torno de um novo tipo de Revolução Social e o desenvolvimento de interpretações particulares por parte de militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários a partir das informações que vinham da Europa” (BARTZ, 2016, p. 2). Essa vinculação ao espiritismo teve início por causa do incômodo causado pela série de eventos anunciados, palestras e conferências, devido à presença de Vianna de Carvalho em Maceió.

Lemos hoje no Jornal de Alagoas a notícia de que o sr. Vianna de Carvalho vai fazer conferências espíritas no salão da Sociedade Monte Pio dos Artistas. Conforme dissemos ontem, à consciência católica é vedado prestar concurso de qualquer maneira, direta ou indiretamente, ao espiritismo. Assim, a sociedade Monte Pio dos Artistas, cujos membros, ao menos na sua grande maioria, são católicos, não pode, sem ofensa aos direitos de Deus, ceder o seu prédio para as referidas conferências, que são propaganda de uma doutrina oposta à lei de Deus. Também em consciência, não podem os jornais de propriedade de católicos, sequer noticiar as tais conferências e muito menos incentivar o povo a comparecer a elas¹⁶⁹.

O pedido não foi atendido e Vianna realizou sua palestra no prédio do Monte Pio dos Artistas. Assim sendo, *O Semeador* enviou uma liderança católica para analisar o discurso do conferencista. Tanto essa atividade quanto as seguintes foram acompanhadas e comentadas, confirmando a presença de representantes da redação. O tema dessa seria a psiquiatria, mas a fala contrária aos princípios católicos revoltou o representante do jornal, que afirmou ser aquele momento “uma mistura de louvores ao espiritismo e ataques comezinhos à Igreja”¹⁷⁰. A biografia de Vianna de Carvalho indica que a sua vinda a Maceió nesse ano foi coberta de desavenças e podemos entender ao menos uma parte das discórdias acompanhando o jornal católico.

Um dos primeiros casos ocorridos com ele (Vianna de Carvalho) deu-se quando as autoridades católicas tentaram impedir suas preleções. Certa noite, não podendo falar na Associação Comercial e na Loja Maçônica, resolveu pregar numa das praças principais da cidade. Convidou os amigos, dirigiu-se ao logradouro público e improvisou sobre o coreto central uma tribuna de caixões de querosene. No entanto, a polícia o impediu de falar “em nome da lei”. Ele, cumpridor da lei, retirou-se obediente. Mas, possuidor daquele mesmo ardor de Paulo de Tarso, dirigiu-se com os amigos para um lupanar e fez a pregação da noite. (FILHO, 1999, p. 94)

¹⁶⁹ O Semeador, 27 fev. 1919. O espiritismo; as conferências do sr. Vianna de Carvalho, p. 1. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

¹⁷⁰ O Semeador, 28 fev. 1919. Para o povo. A conferência do Dr. Vianna de Carvalho: O espiritismo analisado, seu dogma, sua moral, suas práticas, p. 1. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Conhecendo a íntima relação entre espiritismo e maçonaria em Alagoas, a afirmação sobre a impossibilidade de falar na Loja Maçônica não parece se justificar, ainda mais porque no mês seguinte *O Semeador* afirmou que o público que estava indo aos encontros seriam somente espíritas, protestantes e maçons¹⁷¹. Mas são necessárias mais fontes para compreender o que ocorrera para a negativa desses espaços. Sabemos que a Igreja fazia pressão para que espaços não recebessem espíritas e que jornais não publicassem matérias que fizessem apologia. Ao permitir uma carta de Vianna, o *Correio da Tarde* foi alvo de críticas, pois, pela lógica das lideranças, se o diretor do jornal se afirmava católico, “equivale a dizer inimigo para o espiritismo”¹⁷². Ainda que a carta não esteja disponível, a resposta dada indica que o espírita invocara a Constituição para se defender das investidas contrárias a suas palestras, o que foi rebatido com a nota parcialmente transcrita abaixo.

S.s. abespinhou-se com dizermos que o governo devia proibir-lhe as arengas, ao tempo em que apela para a Constituição da República, que garante a liberdade do pensamento, não é nem pode ser isso em favor do malfadado espiritismo, pois do contrário haveria colisão entre as leis do país, entre a Constituição e o Código Penal, que terminantemente proíbe as práticas espíritas. (...) A não ser que o sr. Vianna de Carvalho julgue as leis do país letra morta, o governo tem o dever de impedir-lhe as conferências, podendo, como claramente se vê do artigo do Código Penal acima, ir mais além, isto é, deter e multar o sr. Vianna de Carvalho. Que tal, sr. Vianna? Não somos nós que o dizemos. É a lei do país, que s.s., como bom soldado, tem o dever de acatar¹⁷³.

Ainda segundo sua biografia, o ocorrido fora noticiado no jornal *O Reformador*, na edição de 01 de abril de 1919, infelizmente não disponível digitalmente para pesquisa. Transcrevemos os trechos disponíveis na obra de Luciano Klein, para conhecimento do teor da matéria e como o órgão da FEB teria recebido a notícia da perseguição.

Maceió não é, que o saibamos, nenhum Canudos remoto, nenhuma Lages onde qualquer intonso monge ignaro e solerte arrebanha legiões para cruzadas de ódio e extermínio (...). Entretanto, bastou que o nosso querido companheiro ali anunciasse e fizesse algumas conferências espíritas para que o bando, de público, pedisse ao Governo do Estado a proibição de tais conferências - e até (*risum teneatis*) a prisão do nosso amigo. A prisão! Ouviram bem nossos leitores? A prisão de um oficial graduado do Exército Brasileiro, de um cidadão ilustrado, reto, digno, cumpridor dos seus deveres pelo feio crime, pelo crime imperdoável de dizer do seu credo o mesmo que eles, os roupetas,

¹⁷¹ *O Semeador*, Maceió, 08 mar. 1919. O espiritismo: o sr. Vianna de Carvalho, p. 1. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

¹⁷² *O Semeador*, Maceió, 28 fev. 1919. O espiritismo: o sr. Vianna de Carvalho, p. 1. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

¹⁷³ *O Semeador*, Maceió, 28 fev. 1919. O espiritismo: o sr. Vianna de Carvalho, p. 1. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

dizem dos seus púlpitos, apenas com uma diferença: - é que Vianna de Carvalho é um orador consciencioso que sabe o que diz e como diz, extreme de todo e qualquer interesse, que não o de beneficiar o seu próximo pelo amor do mesmo próximo e eles, os seus gratuitos ofensores, se brasileiros puderem ser considerados, não deixam, por tais, de receber a senha do Vaticano por amor do seu ofício. (FILHO, 1999, p. 94-95)

Porém, até o momento, não havia ainda a ideia de qualquer vínculo com ideias comunistas e anarquistas, e para entender melhor o ocorrido, analisamos algumas edições do jornal *O Semeador*. Nele, foi exposta a explicação dada pela Igreja ao que seria a ameaça maximalista. Na edição de 04 de fevereiro de 1919, foi publicada uma lista do que seriam os predecessores, a nível internacional, dos movimentos comunista e anarquista, assim como os autores vinculados a esses pensamentos. Foi ressaltado o quanto esses eram contrários às religiões, ao casamento e à propriedade privada¹⁷⁴. Na mesma semana, o tema abordado foi sobre “Elementos subversivos contemporâneos: anarquismo, niilismo, possibilismo”, e com o subtítulo de “Perigos Latentes” a matéria falava que “de par com o comunismo socialista de que são apóstolos supremos Marx e Lassalle, há o comunismo anarquista, exprimindo espírito diferente e oposto”¹⁷⁵, no sentido de que o primeiro seria unitário e autoritário, enquanto o segundo seria descentralizador e libertário. Ainda conforme *O Semeador*, o intuito maior dessas correntes seria a destruição da família, da religião e da sociedade, promovendo a revolução radical e absoluta. Nas edições seguintes foram abordados temas como o bolchevismo, a situação da Rússia após a revolução, assim como outros assuntos concernentes ao tema. No contexto brasileiro, o período foi de movimentos grevistas, a exemplo da greve geral dos trabalhadores em São Paulo. Alagoas também estava inserida nos debates e mobilizações, ao passo em que a Igreja se apresentava enquanto ferrenha defensora das oligarquias locais. Assim, em vários momentos houve um posicionamento firme contrário a qualquer ideia vinculada ao comunismo e ao anarquismo.

Em meio à propaganda negativa ecoada pela Igreja, no mês de março de 1919, teria circulado em Maceió um boletim “apregoando a doutrina maximalista, isto é, a revolta contra o poder religioso e o poder civil”¹⁷⁶. Desta forma, tendo Vianna em Maceió e o possível desenvolvimento de um grupo propagador de ideais libertários, a Igreja uniu, como uma só

¹⁷⁴ *O Semeador*, 04 fev. 1919. Ainda os predecessores do maximalismo, p. 1. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

¹⁷⁵ *O Semeador*, 06 fev. 1919. Elementos subversivos contemporâneos: Anarquismo, Niilismo, possibilismo, p. 1. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

¹⁷⁶ *O Semeador*, Maceió, 10 mar. 1919. Protesto, p. 1. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

ameaça, ainda que fossem incompatíveis ideologicamente, usando como ponto de articulação uma carta encontrada pela polícia local e endereçada a Vianna. Esta carta teria conteúdos marxistas e foi encarada como uma ameaça à Igreja. Já havia um discurso voltado à teoria de que o espiritismo seria “comparsa do maximalismo no ataque aos padres, de tal sorte que, triunfando o espiritismo, estaria vencido meio caminho do maximalismo”¹⁷⁷.

Mas é necessário afirmar aqui que o Espiritismo não possui vínculo com qualquer ideologia que pregue justiça social e distribuição de renda. Segundo a doutrina, ele se baseia em ações de caridade, e o nascimento em condições sociais, famílias, corpos, seriam parte de uma jornada e de expiações que se justificariam nas encarnações anteriores e necessidades de cada indivíduo. Não existe, no espiritismo, qualquer proposta de mudança de sistema, mas de acatar as leis, a ordem, sempre no sentido da resignação. Ainda assim, a redação do jornal *O Semeador* insistiu bastante na construção de que o Espiritismo seria “um materialismo disfarçado”¹⁷⁸.

Na nossa edição de ontem dissemos que o espiritismo é comparsa do maximalismo, o que, para quem ainda tivesse dúvida a respeito, acaba de ser confirmado pela carta, caluniosa à nossa Redação, encontrada pela polícia em casa de um partidário do maximalismo com endereço para o sr. capitão dr. Vianna de Carvalho, a qual foi hoje publicada no Jornal de Alagoas. Não temos necessidade de defender a nossa Redação das calúnias contidas na aludida carta, nem só porque sabemos que só algum insensato ou perverso nelas poderia crer, mas ainda porque a polícia já descobriu o autor do Boletim contra o qual lançamos nosso protesto. Não cremos que o sr. Vianna de Carvalho seja maximalista, mas, dizendo que o espiritismo, doutrina dissolvente e subversiva que é, é comparsa do maximalismo, provamo-lo pela atitude tomada pelos maximalistas após as conferências espíritas do se. Vianna, que concorrem para a realização de uma parte do programa maximalista, os insultos à Religião.¹⁷⁹

¹⁷⁷ O Semeador, Maceió, 12 mar. 1919. O espiritismo, p. 1. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

¹⁷⁸ O Semeador, 13 mar. 1919. Mais outra “conferência” espírito-baptista do cap. V de Carvalho, p. 1. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

¹⁷⁹ O Semeador, 13 mar. 1919. O espiritismo e o maximalismo, p. 2. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Figura 9 - O Semeador, 13 mar. 1919. O espiritismo e o maximalismo, p. 2.



Fonte 9 - Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Certamente, os conflitos da Igreja com o comunismo dizem mais sobre ela do que sobre o movimento. Esse alinhamento com a ordem, o modo de produção e a defesa dos seus interesses institucionais foi um grande empecilho dos processos de democratização política e social. Apesar de todas as tentativas de vincular Vianna de Carvalho e o Espiritismo ao comunismo, ao Protestantismo, à loucura, a crimes, ele não interrompeu suas conferências, e seu nome continuou aparecendo diariamente no jornal católico. E mesmo com pedidos de prisão e interferência do estado tão recorrentes pela Igreja, nada foi feito oficialmente contra o palestrante. *O Reformador* acompanhou e noticiou o desencadeamento da disputa. Não conseguindo pressionar o Governo de Alagoas para prender ou punir Vianna de Carvalho, a Igreja enviara um representante ao Rio de Janeiro, para pleitear a transferência oficial de seus serviços militares para outra cidade. Segundo sua biografia, o objetivo dessa vez foi alcançado e, a partir dos pedidos da Igreja, Vianna fora transferido para Curitiba, onde continuou a atuação de propagandista doutrinário (FILHO, 1999).

4.3 A imprensa como arma: disputas simbólicas nos periódicos não religiosos

Figura 10 - Periódicos utilizados na pesquisa.



Fonte 10 - Elaborado pela autora.

A tabela acima indica a distribuição das notícias sobre Espiritismo nos jornais, almanaques e revistas pesquisados. No total, foram 414 matérias catalogadas entre os anos de 1865 e 1938, principalmente em Alagoas, mas também nos estados de Pernambuco e Rio de Janeiro. A maior parte encontra-se disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Conforme tentamos exemplificar no decorrer da dissertação, a imprensa possuía papel fundamental para os opositores da doutrina espírita. Até aqui apresentamos jornais protestantes e católicos, mas não somente os periódicos religiosos foram responsáveis pela resistência ao estabelecimento do Espiritismo. A imprensa não religiosa, na realidade, possuía um duplo papel, às vezes de propaganda, às vezes de oposição. Poderia parecer uma tentativa de “neutralidade”, se não ressaltasse o quanto somente determinadas religiões possuíam espaço nos jornais e a forma de abordagem com que jornalistas tratavam os sujeitos adeptos das diversas crenças. Se em quase nenhum aspecto eram levantadas questões sobre o catolicismo hegemônico, havia uma gradação de tratamentos com as outras religiões, de acordo com a aceitação delas nas elites alagoanas, aliadas ao Catolicismo. O Espiritismo gozava de certo

prestígio por ter entre seus agentes, pessoas influentes e, enquanto isso, outras religiões mediúnicas populares ou negras não tinham espaço oficial de disseminação de suas ideias, e apareciam, grosso modo, em notas policiais e críticas vorazes.

Dessa forma, os jornais ajudavam a reforçar estereótipos, elevar religiões, afastar ideias ou reforçá-las, de acordo com o que fosse conveniente. O papel dos meios de comunicação era, tal qual na atualidade, a defesa de ideias hegemônicas, de acordo com o interesse de determinadas classes, que elaboravam o que seria consumido - e replicado - pelos indivíduos (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Nada disso era permeado pela neutralidade ou ingenuidade, mas pela manutenção de interesses. Afinal, quem seriam esses agentes no sistema de informação? Quem poderia escrever e publicar nos maiores meios de comunicação? Quem tinha acesso à palavra escrita?

Enquanto nas décadas de 1860 e 1870 o Espiritismo começava a ser discutido em outros estados, não havia menção à doutrina nos jornais locais, mas percebe-se que na década de 1880, timidamente, o assunto já surgia. Os espetáculos, com suas mesas falantes, revelações mediúnicas e “mistérios do além túmulo”¹⁸⁰, voltados ao público que prestigiava sessões teatrais, começavam a ser apresentados em Maceió, inclusive por Scipião Jucá, citado no segundo capítulo desta dissertação, que viria a ser um dos maiores propagandistas alagoanos da doutrina.

Sem dúvida, na década de 1890 aumentou exponencialmente a quantidade de informações sobre espíritas, porém, a impressão de que o movimento teria irrompido repentinamente não é verdadeira. Nas entrelinhas, entendemos que o tema já era assunto recorrente, apesar de não publicado, pois em fevereiro de 1890 surgiu o José Egydio com suas curas através do magnetismo¹⁸¹, e o convite para a fundação do primeiro centro, convocação direcionada a “todos os espíritas sinceros desta capital”¹⁸², indicando a existência de pelo menos um círculo de adeptos, confirmada pela efetiva fundação do centro, como já foi colocado no segundo capítulo desta dissertação. Em abril do mesmo ano, uma série de comunicações

¹⁸⁰ Gutenberg, Maceió, 04 nov.. 1886. Teatro de Variedades - Espetáculo particular, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 02 jan. 2020.

¹⁸¹ Diário do Povo, Maceió, 08 fev. 1890. Magnetismo e Hipnotismo - Moléstia moral, cura moral, p. 2-3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 08 out. 2020.

¹⁸² Diário do Povo, Maceió, 15 fev. 1890. Aviso - Centro Espírita das Alagoas, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 08 out. 2020.

espíritas dadas “a uma médium da cidade” pelos espíritos de S. Francisco de Paula¹⁸³, Santo Agostinho e Sócrates¹⁸⁴ também assinala que as sessões espíritas aconteciam com certa frequência, ainda que não abertamente divulgadas.

Sistematizamos, para este tópico, um roteiro partindo da análise dos periódicos que mais se destacaram, não somente em quantidade de notas, mas, principalmente, em relação ao conteúdo e discurso predominante. Observamos neles basicamente três tipos de publicação, de acordo com a forma como o Espiritismo era apresentado em suas páginas: a) divulgações a pedido; b) notas apologéticas e c) notas condenatórias. Com isso não intentamos dizer que as matérias de determinados veículos seriam exclusivamente de um ou outro formato, pois elas se mesclam, ou seja, o mesmo jornal poderia, por exemplo, publicar notas informativas das reuniões doutrinárias e ainda assim abrir espaço para colunas condenatórias. Tal postura não indicaria uma contradição de posicionamento, mas pode ser entendido como o atendimento de públicos distintos, clientes do mesmo periódico.

O *Cruzeiro do Norte*, publicado em Maceió, teve em sua redação nosso já conhecido espírita José Egidio da Fonseca. Ainda assim, foi um dos jornais que pouco se ocupou da temática espírita, e, quando o fez, foi pejorativamente. O *Cruzeiro* fazia associações curiosas, como a que relata supostas práticas chinesas de tortura, que visariam a modificação corporal de crianças para exibição em troca de dinheiro. O caso, por si só já seria absurdo, mas a matéria é encerrada com a seguinte reflexão:

É uma barbaridade; mas o que estes fazem com a natureza do homem contrafazendo a criança, certos filósofos e historiadores fazem com a natureza da inteligência de seus semelhantes torturando a razão com seus sistemas, tais como o Darwinismo, Renanismo, o Comtismo, o Espiritismo e toda a passarlhada daqueles cujas crenças é preciso muito respeitar...¹⁸⁵

A tentativa de deslegitimação se dava, nesse caso, através o uso de notícias grotescas, vinculadas a quaisquer visões de mundo dissonantes. Ainda que o conteúdo publicado não tenha significado associado diretamente ao espiritismo, a simples colocação dos termos na mesma matéria, pode ser entendida na intenção de associar, no imaginário do leitor, violências físicas contra crianças, ou seja, algo muito repulsivo, às noções de Filosofia, História e Espiritismo. A

¹⁸³ Diário do Povo. Maceió, 07 abr. 1890, Secção Livre - Espiritismo, p. 4. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 08 out. 2020.

¹⁸⁴ Diário do Povo. Maceió, 09 abr. 1890, Secção Livre - Espiritismo, p. 4. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 08 out. 2020.

¹⁸⁵ *Cruzeiro do Norte*, Maceió, 23 dez. 1892. Os comprachicos chineses, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 08 out. 2020.

construção do imaginário não é isenta de conflitos e mediações, conforme José Murilo de Carvalho (2017), mas, pelo contrário, é permeada por embates dinâmicos. Nesse caso, percebemos que foram utilizados no discurso o positivismo de Comte, darwinismo e renanismo¹⁸⁶ como pontos que estão em desacordo com a doutrina católica e, portanto, ideias a serem combatidas. Tudo isso faz parte do contexto de disputas desenvolvidas ao longo da Primeira República.

Também foi no *Cruzeiro do Norte* que Henrique Méro, jornalista penedense, advogado e maçom, além de ocupante de cargo público, ia na contramão de seus confrades ao defender que a liberdade de culto não deveria ser entendida de forma mais abrangente, assim como não deveria ser apagada a tradição e o respeito à Igreja Católica. Percebemos que nesse caso também vale a menção sobre o discurso que associa a ordem moral religiosa à ordem social. E esse vínculo profundo entre religião e política é um complicador das relações de poder.

Que admitamos em nosso país o livre exercício de qualquer culto moral está de acordo com a liberdade e civilidade do século; mas, que reneguemos a religião de nossos pais e a nossa, é uma blasfêmia contra o Autor da natureza, e uma chaga estampada em nossa consciência. (...) Digníssimos representantes do povo, vos perguntamos, qual será o fim desta pátria nova, admitindo em seu seio o livre exercício de todos os cultos, e desprezando a religião sob cujos salutareis princípios foi educada. O estado livre e a Igreja livre, não autoriza o abandono da doutrina ensinada por esta Igreja. (...) O desaparecimento da religião do Estado importará uma tortura na ordem moral, e um perigo eminente na ordem social.¹⁸⁷

Em outro extremo, trazemos o *Diário do Povo*, órgão do *Clube Centro Popular Republicano de Maceió*. Também publicado na capital, teve seu espaço utilizado para convocação da criação do primeiro centro espírita local¹⁸⁸, assim como na divulgação, em sua seção livre, de mensagens mediúnicas, geralmente atribuídas a importantes nomes da história religiosa católica. Mais propenso a pluralidade, até mesmo elogios à quiromancia podem ser localizados em suas edições, como a matéria intitulada “Este homem conhece a sua vida”, que se referia a um célebre quiromante de Paris, que teria a capacidade de explicar a vida e o destino,

¹⁸⁶ O termo Renanismo está se referindo a Joseph Ernest Renan (1823 - 1892), historiador, filósofo e teólogo francês, autor da obra *Vida de Jesus: (Origens do cristianismo)*, uma biografia de Jesus que busca resgatar o Jesus Histórico. O nome de Renan incitava, entre outros temas, as tensões político-religiosas, escravidão e formação nacional. Ver mais em: CAVALCANTI, Juliana Batista. O tema do Jesus Histórico na formação do Estado Brasileiro: a recepção de Ernest Renan junto à intelectualidade brasileira oitocentista à luz dos escritos de Luiz Gama e Joaquim Nabuco. *Tempos Históricos*, vol. 23, p. 272-288, 2019.

¹⁸⁷ *Cruzeiro do Norte*, Maceió, 01 mar. 1891. Colaboração, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 16 jan. 2021

¹⁸⁸ *Diário do Povo*, Maceió, 15 fev. 1890. Aviso - Centro Espírita das Alagoas, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 08 out. 2020.

unicamente “pelas linhas e traços da mão”¹⁸⁹. O formato adotado pelo *Diário* é interessante por demonstrar que poderia ter existido certa valorização de artes adivinhatórias e atração pela manipulação do “sobrenatural”, além de se apresentar como um promotor de ideias amplamente combatidas pelo Catolicismo. Podemos inferir que, se há a publicação, há também um possível público aberto a tais práticas, receptor das informações. O José Egydio da Fonseca também atuou na redação do *Diário do Povo*.

Já o *Evolucionista*, entre os anos de 1905 e 1906 oscilou entre divulgações e críticas. Através dele foi possível mapear o funcionamento de alguns centros em Maceió. Sabemos, por exemplo, que em 1905, pelo menos dois centros seriam bastante atuantes, com reuniões frequentes. Foram 23 publicações que se referiam a reuniões do Mello Maia e S. Vicente de Paula, e geralmente voltadas a tentativas de aproximação das populações mais carentes da capital. A possível mudança de postura pode ser notada quando se afirmava o acolhimento de qualquer um que desejasse se fazer presente nas reuniões, sem distinção alguma, “pois que sendo o Espiritismo a voz do divino amor, não se dirige de preferência a esta ou aquela pessoa, que se apresente pobre ou, segundo o mundo, decentemente vestida, mas a todos os que têm ouvidos para ouvirem e coração para sentir”¹⁹⁰.

Seguindo a mesma linha, no dia seguinte, foi publicada a seguinte nota:

No dia 23 do corrente, na sede do grupo espírita Mello Maia, à rua 15 de novembro n.15, o sr. Antônio Pombo fará uma dissertação sobre o tema: o sentimento religioso é a base do progresso moral e deve evolucionar como todas as coisas. A entrada é franca para todos, bem ou mal vestidos, pouco importa, contanto que queiram ouvir. Nessa conferência são permitidos apartes ao orador que responderá atenciosamente ou explicará o que lhe for perguntado.¹⁹¹

Sabemos que num primeiro momento, os centros se fechavam em indicações para membros, demandavam leitura e conhecimento doutrinário, e isso indicava que somente os pares, abastados, fariam parte dos pequenos grupos. O que se apresenta aqui aparenta uma aproximação do grande público, na tentativa de sair dos pequenos círculos a que o Espiritismo pertencia. A abertura para camadas mais populares pode ter se feito necessária, na tentativa de manutenção da religião e de disseminação. A busca por um público tão distanciado dos seus

¹⁸⁹ Diário do Povo, Maceió, 24 ago. 1917. Este homem conhece a sua vida - Quiromancia, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 08 out. 2020.

¹⁹⁰ Evolucionista, Maceió, 19 abr. 1905. Conferências espíritas, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 29 nov. 2020.

¹⁹¹ Evolucionista, Maceió, 20 abr. 1905. Conferência, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 29 nov. 2020.

habituais frequentadores poderia ser, além da necessidade da prática da caridade, que demandava a aproximação a grupos necessitados, a noção de que uma doutrina formada unicamente por classes médias e altas teria mais problemas em se manter na disputa por fiéis.

Já no fim de 1906 houve uma considerável mudança de postura, que pode ser justificada pela mudança no quadro de redatores e gerente. O jornal, que antes se demonstrava apoiador, cessara as publicações a pedido, e, ainda que continuasse aberto para outros debates envolvendo temas polêmicos como, por exemplo, as ciências ocultas¹⁹², afirmava que o Espiritismo vinha sendo, na capital, um causador de problemas mentais. O escritor Carlos Laet, citado abaixo, foi um importante intelectual católico do período e seus textos eram reproduzidos na imprensa católica em todo o Brasil, inclusive na alagoana.

Concluída uma série de artigos que se demonstra que a prática do espiritismo produz ordinariamente a loucura, diz o eminente escritor Carlos de Laet. "A alienação mental tem um de seus grandes fatores no preternaturalismo necromântico, largamente cultivado em nosso país. Quem frequenta sessões espíricas, está em perigo de ficar maluco. Um dos deveres da imprensa é reclamar contra os focos de moléstias. Há quem proteste contra o mal leite, onde em gérmen se encontra a tuberculose. Outros fazem guerra às poeiras, veículos que são de formidáveis micróbios. Não falta quem profligue o desasseio dos habitáculos em que se aninha a peste. Mas eu não via quem ao povo indigitasse as fábricas de loucura... É o que acabo de fazer." Nesta capital, infelizmente, os casos de loucura provenientes do espiritismo não são raros: a imprensa já os tem registrado.¹⁹³

O *Gutenberg*, jornal de grande circulação em Maceió, foi o que mais nos trouxe informações. Foram localizadas 146 notícias sobre membros do movimento, disputas e opiniões entre católicos e espíritas, opiniões da sociedade publicadas em seções livres, além das prisões de curandeiros e denúncias. Sem dúvida é um rico material que mereceria um tratamento direcionado e aprofundado que não caberia em um tópico de dissertação, considerando que o jornal foi por muito tempo o porta-voz do governo, onde foram publicados, movimentos da Casa de Detenção, ofícios da Chefatura de Polícia, Inspetoria de Higiene e diversos setores que interessam à contextualização do período. Tentaremos trazer os pontos que consideramos mais importantes para nossa análise.

¹⁹² Evolucionista, Maceió, 07 out. 1906. As ciências ocultas, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 29 nov. 2020.

¹⁹³ Evolucionista, Maceió, 21 nov. 1906. Locais, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 29 nov. 2020.

Assim como os demais, eram apresentadas com frequência propagandas de “artistas em trabalhos de espiritismo, hipnotismo, adivinhação e magnetismo”¹⁹⁴, espetáculos repletos de práticas que, nesse período, já eram consideradas como criminosas. Ressaltamos que essas produções, obviamente, se diferem bastante do Espiritismo institucional e religioso, e eram direcionadas ao entretenimento, por serem produções apresentadas para a elite frequentadora dos teatros, mas distintas em intenção, doutrina e prática dos centros espíritas. A diversão dos palcos era frequente, acompanhando a moda europeia, e pode ser interpretada como uma forma de naturalização das práticas mediúnicas, tão bem aceitas pela classe alta, inclusive católica, plateia desse tipo de espetáculo. Segundo Del Priore (2014), esse formato de entretenimento teria sido o primeiro contato de Kardec com os fenômenos sobrenaturais, ainda em 1850. Ao se tornar contador de um teatro parisiense que exibia espetáculos nesse molde, teria surgido seu interesse pelo magnetismo e por fenômenos sobrenaturais, acentuado posteriormente com as mesas girantes (ou volantes). “O que de início parecia uma futilidade, se tornou assunto para pesquisa.” (DEL PRIORE, 2014, p. 44).

Seguindo o fio de como o Espiritismo era retratado no *Gutenberg*, localizamos a passagem abaixo, de 02 de outubro de 1896, sob o título “mania espírita”. Trata-se de uma denúncia feita devido a práticas de saúde por um indivíduo sem diploma. Da matéria pode ser ressaltado que a preocupação não era que um espírito de médico viesse a curar, mas que o suposto médium, ao usar termos distintos da medicina tradicional, como “moléstia de peito” no lugar do uso de termos científicos, não seria confiável enquanto curador. O destaque para o despreparo intelectual do consultante é uma evidência de que o problema não seria a prática de cura mediúnica, mas a cura por pessoas que não faziam parte da elite, tanto espiritual quanto social.

Agora nos informam que aqui em Maceió estão aqui praticando sessões espíritas, por intermédio de um sujeito sem preparo intelectual, e nas quais, invocando-se clínicos já falecidos nesta cidade, receita-se e se faz prescrições médicas que os doentes usam sem receios. Nos referiram que pessoa atacada de sífilis e de uma dispepsia, indo se receitar pelo tal novo sistema, indicou-lhe o médium o uso de óleo de fígado de bacalhau, dizendo sofrer o consultante de moléstia de peito, linguagem que certamente o médico invocado não usaria em vida. E incontestavelmente lá se vai o pobre doente, por simples credence, arruinar a sua saúde e talvez dar fatal desenlace ao tratamento adotado, se a polícia não cuidar de providenciar sobre o caso, que bem é uma infração da disposição do código penal da República que proíbe a arte de curar a quem não for médico; ou antes, veda o uso da medicina a quem

¹⁹⁴ Gutenberg, 04 ago. 1896, Maceió. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 02 de janeiro de 2020.

não for diplomado pelas nossas escolas de medicina. Com o conselho que damos ao público para fugir de tal mania, lembram-se à polícia uma providência salutar sobre o fato.¹⁹⁵

Para se contrapor à nota anterior, utilizaremos a nota replicada no *Gutenberg*, originalmente notícia d'*O Paiz*, destacando que surgia no Rio de Janeiro um engenheiro chamado Eduardo Silva, médium que atuava na cura de diversas doenças. O “doutor Eduardo”, segundo o *Gutenberg*, produziria “curas maravilhosas” e foi noticiado algumas vezes, com exaltação de seus feitos¹⁹⁶. O marcador social das duas diferentes publicações reforça a nossa hipótese, de como a prática de cura mediúnica não seria um problema em si mesma, mas se apresentava como um problema na medida em que era praticada por um sujeito marginalizado, já que o doutor em engenharia (não em medicina), não era visto pelo público leitor como criminoso por intervir na saúde pública, ainda que cometesse crimes.

Seguindo a mesma lógica apresentada, temos novamente o *Gutenberg* enaltecendo os progressos da homeopatia¹⁹⁷, informando que a cura através desse método estaria “se generalizando cada vez mais e sempre com resultados admiráveis”¹⁹⁸ - como já sabemos, a homeopatia segue de braços dados com o Espiritismo -, mas anunciando de maneira comemorativa as prisões dos curandeiros Fidelis Ferreira de Oliveira¹⁹⁹ e Thomé Santiago da Costa, ambos com atuação no Alto do Jacutinga, em Maceió. O último, com um recado direcionado ao subcomissário de polícia do local: “Bem lhe faça a prisão; e que aquela autoridade não esqueça os tais curandeiros.”²⁰⁰. No mesmo ano e periódico seriam publicadas as notas sobre Manoel Félix da Costa, africano, morador de Jaraguá, de quem teria sido confiscado uma correspondência com orações e objetos que seriam para uso ritual (“agulhas, sementes, linha, caroços de chumbo”²⁰¹). Indicado em outras pesquisas, como as de Ulisses Rafael (2012), Irineia Franco (2016) e Lilia Ferreira (2021), Félix teria sido apontado por populares como causador, através de feitiços, da morte repentina de dois carteiros responsáveis

¹⁹⁵ Gutenberg, Maceió, 02 out. 1896. Mania Espírita, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 02 jan. 2020.

¹⁹⁶ Gutenberg, Maceió, 01 out. 1899. Progresso da homeopatia, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 02 set. 2020.

¹⁹⁷ Gutenberg, Maceió, 21 mar. 1895. Progresso da homeopatia, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 27 fev. 2020.

¹⁹⁸ Gutenberg, Maceió, 28 fev. 1896. Mons. Kneipp, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 27 fev. 2020.

¹⁹⁹ Gutenberg, Maceió, 09 mai. 1896. Curandeiro, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 20 jun. 2020.

²⁰⁰ Gutenberg, Maceió, 01 jul. 1896. Curandeiro, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 15 jun. 2020.

²⁰¹ Gutenberg, Maceió, 01 jul. 1896. Curandeiro, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 08 out. 2020.

pela apreensão de seus itens. Ele se manteve na memória social da cidade como famoso babalaô e feiticeiro, tendo sua morte sido noticiada no *A Fé Cristã*.

Por fim, o *Gutenberg* foi o jornal em que a temática espírita apareceu com maior frequência em Alagoas, e também foi o veículo que abriu espaço para debates e polêmicas entre espíritas e católicos. Sua Seção Livre nos ajudou no sentido de mapear parte dos propagandistas que entraram em disputas para defender a doutrina e se apresentaram como lideranças importantes na manutenção e desenvolvimento espírita.

Se o *Evolucionista* foi o veículo divulgador dos grupos Mello Maia e S. Vicente de Paula, *O Orbe* seria, em 1900, o maior veiculador do Grupo Santo Agostinho. Suas denúncias se voltaram contra curandeiros²⁰² antes da inauguração dos centros locais, mas a partir de 1899, o Grupo Santo Agostinho possuiu um quadro chamado Seção Espírita, onde publicava desde mensagens de Kardec²⁰³, a defesa contra a conhecida afirmação que os médiuns seriam portadores de doenças mentais.

Comunicação recebida por sonambulismo no Centro espírita de Curitiba em dezembro de 1898: Entre vós mesmos, entre aqueles que frequentam o vosso Centro, existem homens, não desprovidos de conhecimentos intelectuais que os fenômenos espíritas deixam perplexos, e que sentem a dúvida os invadir em presença deles. Eles não duvidam da boa-fé dos médiuns, nem da dos praticantes, mas pensam no seu íntimo que os médiuns são pessoas doentias, atacadas de nevrose e alucinadas. Nenhum entre vós, mesmo o mais eminente na ciência médica, é capaz de dar a explicação de semelhante estado patológico²⁰⁴.

Dos discursos apresentados pela imprensa, a memória construída do Espiritismo foi a de uma religião reconhecida pelas ações de caridade, mas também pelos casos de loucura associados a ele. É difícil mensurar o avanço das respostas feitas pelo grupo espírita sobre as acusações trazidas e tão recorrentes. Temos acesso a poucos jornais espíritas, mas percebemos que há uma unicidade na formulação das respostas, e pensamos que seja consequência da articulação entre os grupos e a Federação a nível nacional.

A divulgação doutrinária por meio da imprensa escrita foi um fator decisivo para a expansão da religião no país, e a existência do *Reformador*, desde 1883 e com funcionamento

²⁰² O Orbe, Maceió, 05 fev. 1882. Gazetilha, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 jun. 2020.

²⁰³ O Orbe, Maceió, 28 dez. 1899. Seção Espírita - Grupo Santo Agostinho, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 jun. 2020

²⁰⁴ O Orbe, Maceió, 10 mar. 1900. Seção Espírita - Grupo Santo Agostinho, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 jun. 2020

ininterrupto, é um bom exemplo do empenho em manter a divulgação espírita através desse meio. Por mais que os jornais locais tivessem vida breve, todas as maiores instituições do estado tiveram em algum momento o seu jornal ou revista, além dos folhetos, em formato menor e com temáticas específicas. Assim, a rede de distribuição, de divulgação e promoção da doutrina foi fortalecida por essas ações. A estratégia de disseminação foi posteriormente estendida a livros de cunho espírita, principalmente na categoria de romance psicografado.

Talvez seja possível medir o avanço dessas ações a médio e longo prazo. Se nas últimas décadas do século XIX foi indicada a dificuldade de estudar o tema e realizar os experimentos, com um tímido avanço na fundação de instituições, as primeiras décadas do século XX, por outro lado, apesar das oscilações, indicou o avanço e o crescimento, fazendo com que a caridade ganhasse inclusive outros contornos, que não somente a distribuição de pequenos valores esporádicos, mas em ações concretas de educação evangelizadora.

Pretendemos demonstrar nesse capítulo como outras instâncias, que não o Estado, com leis e disciplinarização, podem ter influenciado no desenvolvimento do Espiritismo em Alagoas. Ainda assim, afirmamos que nos momentos de recuo e de encerramento de centros, a doutrina não foi totalmente eliminada dos círculos sociais alagoanos. E devemos lembrar que, ainda que exista uma instituição que viria a ser reconhecida como representante da religião no Brasil, a FEB, uma infinidade de centros podem não ter aderido, mas se considerarem e praticarem os princípios, sejam eles religiosos, experimentais, mediúnicos ou somente de estudo. Essas instituições optaram por não aderir à Federações, o que não as tornam excluídas do Espiritismo, somente distanciadas de um grupo norteador de decisões e diretrizes.

Mas, afinal de contas, todas as táticas utilizadas realmente interferiram no funcionamento das casas espíritas em Alagoas? A memória do Espiritismo diz que sim. Relata a tradição que houve um arrefecimento das atividades no início do século XX, fruto justamente de todos os conflitos com os opositores: católicos, protestantes, e alguns que não necessariamente seriam lideranças religiosas, mas que utilizavam de seu espaço para fazer as críticas e tentar deslegitimar o movimento. No início da pesquisa, decidimos partir desta afirmação da FEEAL e a admitimos como possível explicação para o desencadeamento das ações, que muitas vezes são imprecisas devido à ausência de fontes. Sem perdê-la de vista, mapeamos os centros que abriram e que desapareceram das notícias, possivelmente por terem interrompido suas atividades, assim como as (re)inaugurações, principalmente do Centro Espírita Mello Maia, a que temos mais acesso às informações oficiais. Observamos que não

houve somente um momento de instabilidade, mas que isso se deu de forma recorrente, o que afetava a continuidade das instituições, assim como dos periódicos.

Porém, no decorrer da pesquisa, percebemos que a afirmação da FEEAL se refere ao que é institucional. E mais do que isso, notamos a evidência de uma continuidade das sessões domésticas ou não oficiais, que são mostradas nas entrelinhas das críticas, e que revelaram uma movimentação de sessões espíritas no período em que as maiores instituições do estado não estariam em funcionamento. A própria justificativa do fechamento do Centro Espírita Alagoano Mello Maia no início do século XX como evidência do arrefecimento não se sustenta, por terem sido vários os fechamentos e reaberturas ao longo dos anos seguintes, não restritos somente em um período específico. A desarticulação temporária e pequenos grupos responsáveis pela manutenção podem ser alguns dos motivos adicionais à oscilação das instituições.

Não queremos, com isso, negar a hipótese de arrefecimento, defendido pela Federação, mas mostrar que o Espiritismo pode ter tomado outros formatos, como os cultos domésticos, a fim de manter suas práticas, suas sessões e adeptos, mas num ambiente informal. Com a necessidade da FEB de não dispersar as ações nos estados, e a busca constante pelo controle e fortalecimento, que só viria com a agregação de instituições oficiais, pode ter surgido um movimento de institucionalização mais vigoroso, focando, posteriormente na unificação das práticas, que tomaria corpo nas décadas de 1940 e 1950.

Não podemos afirmar que, em Alagoas, o Código Penal tenha interferido de forma efetiva no fazer-se espírita, mas percebemos que as práticas não seriam tão publicizadas, cabendo a nós, pesquisadores, a leitura das entrelinhas para perceber o lugar e o formato das reuniões e que, sim, as práticas curativas criminalizadas teriam acontecido sem intervenção policial ou jurídica. As fontes a que tivemos acesso até aqui nos indicam esse caminho. Pode ser que a discricção tenha sido um artifício usado como subterfúgio. Não se encontra, por exemplo, após a publicação do Código, algum espírita como o José Egydio, apresentado no primeiro e segundo capítulos, proclamando suas curas através do magnetismo. Mas, encontramos um vigário reclamando sobre a sessão espírita para a cura de uma senhora. O local da sessão? A casa de um adepto da alta sociedade. São esses rastros que foram seguidos na tentativa de entender os contornos específicos do Espiritismo alagoano.

Sabemos que muito ainda falta ser pesquisado, no entanto, ansiamos que o esforço inicial empenhado aqui seja o primeiro passo para que novas investigações sejam feitas, nos

apresentando novas análises, novas fontes, explicações para as lacunas que, inevitavelmente, atravessam a nossa pesquisa. Mas, mais do que tudo, aspiramos que esta dissertação, ainda que inicial, seja uma contribuição válida para a historiografia alagoana.

CONCLUSÃO

A ideia inicial, ao pensar essa pesquisa, envolvia possíveis processos criminais, com a visão do judiciário diante das práticas mágicas. Devido a impossibilidade de acessar arquivos físicos, pois a pandemia da Covid-19 alcançou boa parte do tempo dedicado à busca e interpretação das fontes, adaptamos às fontes possíveis. Portanto, idealizada para tratar de processos criminais, a pesquisa tomou outros rumos e se desenvolveu através da análise de outras fontes, que se apresentaram tão ricas quanto: jornais, revistas, Atas de reunião, legislações vigentes, registros de memórias. Buscamos os discursos nas entrelinhas, evidenciando as experiências, os sujeitos e suas ações, principalmente as que contrariavam as leis em vigor e contribuíram para a construção da memória e do próprio Espiritismo alagoano.

O recorte adotado abrange os anos entre 1890 e 1920, período marcado pelo início da liberdade religiosa, ampliação de opções no campo religioso, nesse mercado que se mostrava agora possível e, ao menos teoricamente, protegido pela nova legislação. Mas era também um período de conflitos sociais, políticos, disputas de poder, alteração nas formas de trabalho, importação de modelos urbanos, fatores que não podem ser esquecidos ao analisar o dado objeto, afinal, a religião não se aparta de todos esses contextos. Os sujeitos, em suas multiplicidades, surgem em nossa pesquisa ao mesmo tempo ocupando seus papéis profissionais, familiares, religiosos, culturais, complementares. A ideia que nos orientou foi trazer um pouco da complexidade dessa teia de relações e lugares que se alimentam e fazem parte do todo.

Trabalhamos no primeiro capítulo os conceitos iniciais, o que consideramos Espiritismo, delimitando a pesquisa, justificando as escolas por método e organização, evitando a concordância ou discordância da adoção de termos pelas múltiplas crenças que adotaram e se auto intitularam espíritas. Trouxemos para a discussão o Código Penal de 1890, que condenava o Espiritismo, homeopatia, magnetismo, e que colocou a doutrina espírita, assim como religiões populares e de matriz africana diante de acusações criminais em todo o país. Através das fontes, indicamos que as intervenções na saúde pública por vias religiosas, ou seja, através de curas não-alopáticas, fora da medicina tradicional, condenadas pelo Código, ocorriam em Alagoas, mas aparentemente sem que houvessem punições e enquadramentos policiais, consequências judiciais. As notícias de prisões, até o momento sem processos, tinham marcadores raciais e sociais evidentes. Além do referido Código, buscamos, diante da interpretação de outros

instrumentos legais, como a Carta Magna e regulamentos de Inspetorias de Higiene, analisar como os textos e atos protegiam determinados sujeitos em detrimento de outros. Para isso, foi necessária a contextualização sobre a ação do estado diante da recém autorizada pluralidade religiosa e como os agentes da lei e da repressão discerniam sobre quem deveria ser protegido e quem deveria ser combatido. Com foco no Espiritismo de origem europeia, buscamos contrapor os diferentes tratamentos dados a seus adeptos e a outros de origem popular ou adeptos de crenças discriminadas ou perseguidas sistematicamente pelas instituições oficiais.

Já no segundo capítulo, buscamos desenhar como se estruturou o movimento espírita, quem foram as principais lideranças, quais espaços usaram, como se davam as relações de poder em que estavam inseridos. Para isso, trouxemos alguns dos principais sujeitos que surgiram nas fontes consultadas. A partir da prosopografia dos adeptos, tentamos rastrear o papel desempenhados por eles e encontramos uma classe média e alta participante, formada por funcionários vinculados ao governo, jornalistas, médicos, juízes, advogados e outros profissionais de prestígio nas fileiras de propagandistas. Eles tinham acesso à imprensa escrita, espaços de divulgação doutrinária, e o seu capital social acumulado é um dos fatores de proteção e garantia de continuidade.

A partir da investigação mais detida sobre os nomes, percebemos a ausência das mulheres. O que antes era somente um tópico acabou por se tornar um capítulo extra após a feliz provocação na banca de qualificação. Buscamos quem eram as mulheres que estavam presentes nas reuniões, potentes médiuns, segundo a crença, mas inicialmente silenciadas. O discurso sobre elas era constante, mas proferido por homens. Tiveram importância crucial no desenvolvimento do Espiritismo alagoano, principalmente sendo protagonistas de ações de caridade e liderando a Comissão de Instrução, responsável por fundar escolas espíritas em Alagoas, num misto de disseminação da doutrina e caridade, pois era voltado a crianças empobrecidas. Aqui o debate interseccional foi feito mediante o questionamento do papel que essas mulheres ocupavam no ideal de família burguesa, a disciplinarização dos corpos e violência contra as dissidentes, afinal, quem eram as médiuns e quem eram as feiticeiras? Não só a nomenclatura se alterava, mas o recorte de raça e classe foi fundamental para entender como era dada essa distinção.

Por fim, no último capítulo, abordamos de forma mais específica os conflitos. Formado por pessoas elitizadas e brancas, o Espiritismo alagoano foi protegido das possíveis ações legais e criminais, mas, por outro lado, sofreu embates e perseguições de outras religiões,

principalmente o Catolicismo hegemônico e o Protestantismo, que também lutava por espaço e se legitimava enquanto opção no campo religioso local. A disputa por adeptos, campanhas de deslegitimação, pedidos de prisão, apesar de não serem obedecidos, eram parte do arsenal usado nas campanhas que reivindicavam o fim da propagação espírita em Alagoas. Oscilações fizeram parte desse processo, no qual houve constante abertura e fechamento de instituições oficiais, porém, sem com isso desaparecer completamente a religião do estado. A reorganização em reuniões domésticas para realização de sessões mediúnicas e estudos doutrinários esteve presente ainda que não houvesse uma organização forte de centros espíritas.

Sua maior defesa era através da imprensa, fosse ela de seus próprios jornais ou o grande espaço que possuía, oriundo do capital simbólico acumulado de seus membros, como afirmamos, em sua maioria sujeitos reconhecidamente da elite local. Após décadas de tentativas de organização, mas sofrendo com desestruturações, finalmente, na década de 1920, o Espiritismo pode se mostrar mais firme, e sua ascensão envolvia um projeto ambicioso de educação evangelizadora, criação de escolas espíritas e a fundação de novos centros. Com isso, ampliava seu alcance, o que, futuramente, resultaria no reconhecimento de uma Alagoas espírita como referência nacional.

A pesquisa certamente não pretende suprir todas as lacunas, ao mesmo tempo que aspiramos que tenha contribuído de alguma forma para a historiografia local no que foi proposto. Indicamos ao longo do texto algumas questões que necessitam de aprofundamentos posteriores, como a busca nos arquivos criminais, o levantamento em outros centros espíritas e outras instituições religiosas que também realizavam as práticas criminalizadas. Também destacamos a investigação do desenvolvimento do projeto das escolas espíritas e seu impacto real no crescimento doutrinário, e até mesmo como a área médica, especialmente a psiquiatria alagoana, entendia essas intervenções na saúde pública e as atividades mediúnicas, já que havia médicos espíritas em Maceió durante o período de criminalização. São desdobramentos que demandam novos olhares e novas fontes, e, ambicionamos que essa pesquisa seja antes uma causadora de novas perguntas que um ponto final.

REFERÊNCIAS

Periódicos:

A Escola, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A Fé Christã, Penedo/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Almanaque Administrativo da Província das Alagoas, 1875. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Almanaque do Estado de Alagoas, Maceió, ano 1891, ed. 01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A Luz: órgão de propaganda espírita do Grupo Santo Agostinho, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A palavra: periódico imparcial. Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A Pyraustra, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Cruzeiro do Norte, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Diário do Povo, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Evolucionista, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Gutenberg, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Jornal do Penedo, Penedo/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Lumen, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O Cruzeiro, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O Espírita Alagoano, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O Evangelista, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O Índio, Palmeira/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O Jornal Batista, Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/>

O Orbe, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O Semeador, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> e no Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

O Vadio, Penedo/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Reformador, Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Revista de Ensino, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Revista Comercial de Alagoas, Maceió/AL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Legislação:

BRASIL. Código Penal de 1890. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=847&tipo_norma=DEC&data=18901011&link=s. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Constituição Política do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Acesso em: 11 mai. 2020.

BRASIL. Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm Acesso em: 11 mai. 2020.

BRASIL. Constituição da República dos Estados unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm Acesso em 08 abr. 2020.

BRASIL. Decreto 9.554 de 3 de fevereiro de 1886. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9554-3-fevereiro-1886-543197-publicacaooriginal-53270-pe.html> Acesso em: 03 mai. 2020.

BRASIL. Decreto nº 169, de 18 de janeiro de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-169-18-janeiro-1890-541634-publicacaooriginal-47261-pe.html> Acesso em: 03 mai. 2020.

ALAGOAS. Regulamento da Inspetoria de Higiene de Alagoas, p. 12, caixa 144. Acervo do Arquivo Público de Alagoas.

Sites:

<http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php> Acesso em: 18 mai. 2020.

http://contextotribuna.blogspot.com/2012/05/almeida-luiz-savio-de_27.html Acesso em: 06 jul. 2019.

<http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/index.php> Acesso em 08 fev. 2021.

<http://feaal.org.br/> Acesso em: 03 mai. 2020.

<https://www.feeb.org.br/> Acesso em: 09 jul. 2019.

<https://www.historiadealagoas.com.br/> Acesso em: 15 mar. 2020.

Outras Fontes:

ARECIPPO. Adherbal de. Apontamentos para “o meu caderno de notas espíritas” iniciados em: 16 de julho de 1942. Acervo familiar.

Ata de Reuniões do Centro Espírita Mello Maia, acervo institucional.

Caderno de campo. Entrevista com Murilo Lins Marinho. Maceió, 29 de novembro de 2020. Acervo pessoal.

Estatuto da Federação Espírita do Estado de Alagoas. Disponível em: <https://feal.org.br/> Acesso em: 10 jul. 2021.

Manifesto Ortodoxo. Disponível em: <http://coerenciaespirita.blogspot.com/> Acesso em: 18 mai. 2020.

Pareceres proferidos pelo Tribunal Superior do Estado de Alagoas, 1933, p. 6. Caixa 104. Arquivo Público de Alagoas.

Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, S. Paulo, Cuiabá e Porto Alegre. Nova Friburgo de 12 a 17 de janeiro de 1915.

Relatório da Catedral, 1923. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Armário 2, Gaveta 2.

Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (AL), p. 12. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 dez. 2020.

Sinopse Estatística do Estado de Alagoas, nº 4. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Caixa 104. Arquivo Público de Alagoas

Artigos, teses e livros

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Achegas sobre movimentos e ideias em Alagoas:*

Protestantismo, Espiritismo e Maçonaria (I). Maceió: Eduneal, 2019.

_____. *Achegas sobre movimentos e ideias em Alagoas: Protestantismo, Espiritismo e Maçonaria (IV)*. Maceió: Eduneal, 2019.

_____. *Alagoas nos tempos do cólera*. Escrituras Editora. São Paulo: 1996.

ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, Espiritismo é religião? – A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. São Paulo: Alameda, 2010.

AUBRÈE, Marion; LAPLANTINE, François. *A mesa, o livro e os espíritos. Gênese, evolução e atualidade do movimento social espírita entre Brasil e França*. Maceió: Edufal, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BARTZ, Frederico Duarte. O maximalismo como problema: circulação e apropriação da ideia de bolchevismo no movimento operário brasileiro durante os primeiros anos da Revolução Russa. *Izquierdas*, vol. 31, p. 235-248, dezembro, 2016.

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUENO, Cléria Bittar. A doutrina espírita e as mulheres. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano I, n. 3, jan. 2009.

CAMPETTI SOBRINHO, Geraldo (org.). *O Espiritismo de A a Z - Dicionário de termos*. Rio de Janeiro: FEB, 2010.

CARVALHO, Cícero Pérciles de. *Formação histórica de Alagoas*. 4ª ed. Maceió: Edufal, 2016.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CAVALCANTI, Juliana Batista. O tema do Jesus Histórico na formação do Estado Brasileiro: a recepção de Ernest Renan junto à intelectualidade brasileira oitocentista à luz dos escritos de Luiz Gama e Joaquim Nabuco. *Tempos Históricos*, vol. 23, p. 272-288, jul-dez. 2019.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COELHO, Claudio Marcio; ROMERA, Edison. Reação católica e ‘questão religiosa’ no Brasil Republicano. *Estudos de Religião*, v. 30, n. 3, p. 111-128, set.-dez. 2016.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNHA, André V. C. S; GOMES, Adriana; PIMENTEL, Marcelo (org.). *Espiritismo em perspectivas*. Salvador: Sagga, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. *Do outro lado: a história do sobrenatural e do espiritismo*. São Paulo: Planeta, 2014.

DONADELLI, Paulo Henrique Miotto. Cultura Política Republicana e o Código Penal de 1890. *História e Cultura*, Franca/SP, v. 3, n. 3 (Especial), p 360-375, dez. 2014.

DOYLE, Arthur Conan. *A História do Espiritismo*. São Paulo: Editora Pensamento, 1960.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORI, Mari (org.), *História das Mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 322-361.

FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Lilia Rose. Dinâmicas sociorreligiosas e experiências negras na Maceió pós-abolição (1889-1899). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2021.

FERRETTI, Sérgio. *Repensando o sincretismo*. 2. ed. São Paulo: Edusp; Arché Editora, 2013.

FILHO. Luciano Klein. *O Tribuna de Icó: Vianna de Carvalho*. São Paulo: Lachatre, 1999.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos. Uma história da condenação e legitimação do Espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997

GOMES, César Leandro Santos. Relatos de intolerância e ritos de violências: as representações dos conflitos entre protestantes e católicos na imprensa de Alagoas e Pernambuco (1873-1910). in: *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica (Online)*, Recife, vol. 38, 2020, pp. 317-343.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848 – 1875)*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

ISAIA, Artur César. Hierarquia católica e religiões mediúnicas no Brasil da primeira metade do século XX. in: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 30, 2001, p. 67-80.

KARDEC, Allan. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. 363ª ed. Araras: IDE, 2009.

_____. *O Livro dos Espíritos*. São Paulo, Petit, 1999.

_____. *O livro dos médiuns ou Guia dos médiuns e dos evocadores*. 71 ed. Rio de Janeiro: FEB, 2003.

_____. *O que é Espiritismo*. 20ª ed. São Paulo, LAKE, 1977.

KLOPPENBURG, Boaventura. *O Espiritismo no Brasil – orientação para os católicos*. 2ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1964.

LEWGOY, Bernardo. A transnacionalização do Espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 84-104, jul./2008.

LIMA JÚNIOR, Félix. *Maceió de Outrora* (obra póstuma). Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2014.

MACHADO, Leopoldo. *A Caravana da Fraternidade*. Rio de Janeiro: FEB, 2010.

MACHADO, Ubiratan. *Os intelectuais e o Espiritismo: de Castro Alves a Machado de Assis*. Niterói: Publicações Lachâtre, 1996.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895 - 1905)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2004.

MACIEL, Pedro Nolasco. *Traços e Troças - Leitura Quente (crônica vermelha)*. 2ª ed. Maceió: DEC, 1964.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. *O homo inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2007.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PINKSY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PRANDI, Reginaldo. *Os mortos e os vivos: uma introdução ao Espiritismo*. São Paulo: Três estrelas, 2012.

RAFAEL, Ulisses Neves. *Xangô rezado baixo: religião e política na primeira República*. Maceió: Edufal, 2012.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890 - 1930*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RIO, João do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1906.

SALGADO, Gisele Mascarelli. A justiça sentada: a imagem da justiça brasileira na escultura de Ceschiatti. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. XV, n. 100, mai. 2012.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *A Caverna do Diabo e outras Histórias: Ensaios de História Social das Religiões (Alagoas, Séculos XIX e XX)*. Maceió: EDUFAL, 2016.

_____. *Imprensa Católica na Primeira República: uma história social do hebdomadário A Fé Christã (Penedo, Alagoas)*. Maceió: Edufal, 2019.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Sortilégio de Saberes: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990)*. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

SCHWARCZ, Lília M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SENA, Sandra Catarina de. “*São quase todos pretos*”: cotidiano e experiência da classe trabalhadora em Maceió pós-abolição. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Alagoas. Maceió. 2019.

SILVA, Fábio Luiz da. *Espiritismo: história e poder – 1938-1949*. Londrina: Eduel, 2005.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERONESE, Michelle Marinho. *De silêncios e resistências: sonâmbulas, magnetizadoras e outras esquecidas do Espiritismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2017.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Ritos de Magia e Sobrevivência: sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. 1997.

YAGUELLO, Marina. Prefácio. In: BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

ANEXO I – Tabela de lideranças do movimento espírita

Fundadores do Centro Espírita das Alagoas – 1890	
José Adolpho de Barros Correia	Católico, membro da Confraria católica do SS Sacramento ²⁰⁵ , monarquista ²⁰⁶ , militar de alta patente (Major), dono da residência onde foi fundado o primeiro centro espírita de Alagoas. Também foi proprietário do Engenho Mariópolis ²⁰⁷ .
Alexandre José Ribeiro	Eleito Tesoureiro, proprietário de uma fábrica de arreios e selins ²⁰⁸ e foi membro do conselho Municipal de Maceió ²⁰⁹ .
José Antonio Correia Ramalho	Eleito presidente do centro, chamado de “doutor”, mas sem ocorrências nos periódicos disponíveis.
José Egidio da Fonseca	Orador do centro, jornalista, redator do <i>Cruzeiro do Norte</i> , escritor ²¹⁰ e funcionário público. Também foi professor e autor da obra <i>Contos Periódicos</i> ²¹¹ .
José Pereira de Sant'anna	Professor ²¹² e eleito Secretário do centro.
Fundadores do Centro Espírita Alagoano – 1899	
Alceu de Lemos Gonzaga	Eleito Secretário, foi escriturário da alfândega de Penedo ²¹³ , Contador da Delegacia Fiscal do Tesouro Federal ²¹⁴ , removido para o Pará em 1896.
Antônio Scipião da Silva Jucá	Orador eleito, jornalista, autor de espetáculos ²¹⁵ , membro da Loja Maçônica Virtude e Bondade, foi amanuense da

²⁰⁵ Almanak do Estado de Alagoas – 1891 – 1894, p. 182. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 jun. 2020

²⁰⁶ Gutenberg, Maceió, 22 jul. 1905. N. S. da Conceição d’Aparecida, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 01 ago. 2020.

²⁰⁷ Almanak da Província das Alagoas – 1873 – 1880, p. 150. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 jun. 2020

²⁰⁸ Almanak do Estado de Alagoas – 1891 – 1894, p. 213. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 jun. 2020

²⁰⁹ Almanak do Estado de Alagoas – 1891 – 1894, p. 97. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 jun. 2020

²¹⁰ José Egidio escreveu uma obra chamada A Terra ou seis dias de criação, “obra científica que trata do estudo da Terra desde o estado de nebulosa no espaço até os nossos dias”, Diário do Povo, Maceió, 14 abr. 1890, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 08 out. 2020

²¹¹ <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php> Acesso em: 18 mai. 2020.

²¹² Mensagens do Governador de Alagoas para Assembleia – 1890 – 1930. Licenças em 1915, p. 124. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 jun. 2020

²¹³ Gutenberg, Maceió, 15 ago. 1896, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 ago. 2020

²¹⁴ Gutenberg, Maceió, 22 ago. 1905. Alceu Gonzaga, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 ago. 2020

²¹⁵ Gutenberg, Maceió, 11 out. 1896. Espetáculo, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 ago. 2020

	secretaria de polícia ²¹⁶ , entre outros cargos do setor de segurança. Em 1905, ano de seu falecimento, era chefe de Secção da Secretaria do Interior e oficial de gabinete do Vice-Governador do Estado ²¹⁷ .
Ernesto Eduardo da Costa Palmeira	Professor ²¹⁸ , Funcionário da Alfândega, 2º escriturário da Fazenda ²¹⁹ .
Gervásio de Oliveira Coelho	Major, Presidente da Junta dos Corretores do Comércio ²²⁰
Ignácio Joaquim da Cunha	Professor particular de instrução primária e secundária superior ²²¹ , eleito Vice-presidente do centro.
Isaac Newton de Barros Leite	Músico, proprietário da residência na qual o centro foi fundado, falecido em 1907.
Joaquim José de Araújo	Médico clínico da municipalidade ²²² , redator da Revista Comercial da capital ²²³ .
Joaquim Ribeiro de Aboim	Orador Adjunto, funcionário da Fazenda Federal, falecido em 1905 ²²⁴ .
José Augusto da Silva Pereira	Comerciante ²²⁵ .
José Teixeira de Souza Leite	Eleito Presidente do centro, era Major, falecido em 1911, foi funcionário do serviço telegráfico e, devido a isso, viajou pelo país divulgando a doutrina espírita.
Luiz Gonzaga de Góes	Tenente Coronel, 3º Tabelião do Público Judicial e notas, escrivão do Civil Comércio e privativo dos feitos da Fazenda Estadual. ²²⁶
Luiz Lucariny	Arquiteto, projetou prédios como o Teatro Deodoro, Teatro Sete de Setembro,

²¹⁶ Gutenberg, Maceió, 20 set. 1883, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 ago. 2020

²¹⁷ Gutenberg, Maceió, 10 dez. 1905, Scipião Jucá, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 ago. 2020

²¹⁸ Gutenberg, Maceió, 03 nov. 1886, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 11 mai. 2020

²¹⁹ Gutenberg, Maceió, 24 jan. 1896. Alfândega, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 11 mai. 2020

²²⁰ O Orbe, Maceió, 25 abr. 1879, Comércio, p. 4. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 11 mai. 2020

²²¹ Almanak do Estado de Alagoas – 1891 – 1894, p. 169. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 jun. 2020

²²² Gutenberg, Maceió, 24 mar. 1887, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 11 mai. 2020

²²³ Revista Comercial, Maceió, 18 fev. 1886, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 ago. 2020.

²²⁴ Gutenberg, Maceió, 13 abr. 1905. Joaquim Ribeiro de Aboim, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 ago. 2020.

²²⁵ Gutenberg, Maceió, 24 jan. 1899. Ao Comércio, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 ago. 2020.

²²⁶ Diário do Povo. Maceió, 14 jun. 1917, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 jun. 2020

	Mercado Municipal e foi citado por Ulisses Rafael como um dos protegidos do governo na Era Malta.
Manoel Joaquim Ramalho	Proprietário da Tipografia Comercial ²²⁷ .
Manoel Pinto de Mello Maia	Eleito tesoureiro do centro, logo assumiria como Presidente, cargo que ocupou até sua morte, em 1903. Comerciante e político, foi Senador Estadual, cargo legislativo extinto no Governo Vargas. Seu nome foi dado ao Centro Espírita Alagoano em honra de sua morte.
Fundadores do Grupo São Vicente de Paula – 1899	
Adolpho Fireman	Suplente do Subcomissário do 8º Distrito, Fernão Velho/Maceió ²²⁸ .
Antônio Pombo	Conferencista espírita, palestrante, faleceu em 1905, vítima da varíola ²²⁹ . Foi fundador do Grupo São Vicente de Paula e do jornal <i>O Espírita Alagoano</i> .
Benvenuto Lubambo	(Ou Benevenuto) Possuía família militar, casado com Amélia da Costa Lubambo. Sem informações disponíveis sobre sua profissão.
Carlos Nobre	Sem informações disponíveis sobre profissão.
Daniel Custódio	Capitão ²³⁰ , membro do Conselho do Partido Republicano ²³¹ .
Elmodado Wanderley	Membro atuante da Confraria do Rosário ²³² .
Estevam Moreira	Médium Psicógrafo, foi membro da Sociedade Gladiantes ²³³ , com objetivo de instrução e caridade.
Fernandes Freitas	Empresário ²³⁴ , falecido em 1906.
Francisco Rorbert	(Ou Robert) Sem informações disponíveis sobre profissão.

²²⁷ Gutenberg, Maceió, 22 set. 1905. Figuras e figurões, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 jun. 2020

²²⁸ Almanak do Estado de Alagoas – 1891 – 1894, p. 103. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 09 out. 2020

²²⁹ Evolucionista, Maceió, 23 ago. 1905. Antonio Pombo, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 ago. 2020

²³⁰ O Orbe, Maceió, 20 out. 1897. D. Joanna Penha, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 ago. 2020

²³¹ O Orbe, Maceió, 29 abr. 1898. Chapa, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 ago. 2020

²³² Evolucionista, Maceió, 20 jan. 1906, Venerável Confraria do Rosário, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 ago. 2020

²³³ Evolucionista, Maceió, 29 out. 1906. S. Gladiantes – sessões de diretório, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 ago. 2020

²³⁴ Gutenberg, Maceió, 15 nov. 1895. Encadernação Parisiense de Fernandes Freitas & Cia, p. 4. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 21 ago. 2020

Julio Soares	Presidente da Associação Tipográfica ²³⁵ , foi diretor do hebdomadário <i>Holophote</i> ²³⁶ , Filho de José Leocádio, proprietário do <i>O Orbe</i> ²³⁷ , Julio também foi administrador desse jornal.
Manoel Matheus	Capitão, Empresário, estava presente em diversas comissões organizadoras de festas católicas da cidade ²³⁸ .
Maria Tertulina	Médium Vidente. Sem sobrenome, impossibilitando a pesquisa.
Salvador De Freitas	Empresário ²³⁹ , foi membro da Sociedade Perseverança, falecido em 1906.

²³⁵ O Orbe, Maceió, 13 dez. 1896. Associação Topográfica, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 22 ago. 2020

²³⁶ Gutenberg, Maceió, 6 out. 1896. Jornal, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 22 ago. 2020

²³⁷ Gutenberg, Maceió, 25 dez. 1897. José Leocádio Ferreira Soares, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 22 ago. 2020

²³⁸ O Orbe, Maceió, 16 dez. 1898. Festa de S. Gonçalo, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 22 ago. 2020

²³⁹ Gutenberg, Maceió, 18 mai. 1905. Padaria Modelo de Salvador Freitas, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 22 ago. 2020